

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

**A GUERRILHA ESQUECIDA:
Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra
a Ditadura Militar no Brasil**

VITÓRIA
2014

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

**A GUERRILHA ESQUECIDA:
Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra
a Ditadura Militar no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA-ES
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A447g Almeida, Dinoráh Lopes Rubim, 1975-
A guerrilha esquecida : memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil / Dinoráh Lopes Rubim Almeida. – 2014.
303f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História oral - Espírito Santo (Estado). 2. Guerrilhas - Caparaó, Serra do (MG e ES). 3. Brasil - História - 1964-1985. 4. Espírito Santo (Estado) – História. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

DINORÁH LOPES RUBIM ALMEIDA

**A GUERRILHA ESQUECIDA:
Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra
a Ditadura Militar no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em 03 de julho de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo
Universidade de Vila Velha (UVV)

Aos meus pais, Nelcides Almeida (*in memoriam*) e Dalva Lopes Rubim que iniciaram minha história de vida e com simplicidade me ensinaram o caminho correto para a conquista dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Dalva, à minha irmã Sabrina e ao meu padrasto Osenir, por acreditarem neste projeto, cujo incentivo e amparo me mantiveram firmes nos momentos mais críticos.

Aos demais familiares, pelo estímulo em prosseguir nos estudos, em especial, pelo apoio incondicional da minha tia Maria Helena, que sempre esteve ao meu lado e acreditou que seria possível.

À professora Vera Lúcia Alvarez Junger, minha madrinha, profissional e amiga, que foi a primeira pessoa que me incentivou a seguir pelos caminhos da História, dando-me a oportunidade no momento necessário.

À minha amiga e tia Norma Suely Sanches Matos, que com sua hospitalidade e carinho fez de sua casa a minha casa durante esse tempo de estudo na UFES, em Vitória.

Ao jornalista e amigo José Caldas da Costa, cuja paixão pela Guerrilha do Caparaó, levou-me a caminhar por essa História, o seu desprendimento, a orientação e a indicação conduziram-me aos ex-guerrilheiros.

Aos entrevistados, que abriram as portas e me receberam com atenção e carinho. Agradeço a todos que me confiaram suas memórias e tornaram possível a conclusão dessa pesquisa. Em especial, externo o meu profundo agradecimento a Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que, mesmo adoentado, recebeu-me em sua residência e, durante toda uma tarde, confiou-me relatos tão preciosos, de maneira lúcida e serena. Infelizmente, Amarantho faleceu em 24 de fevereiro de 2014, antes do encerramento desse trabalho. Diante do fato, manifesto minha gratidão e apreço a sua esposa Vanda e aos seus filhos Vinícius e Verônica, que me acolheram com enorme simpatia e dividiram comigo momentos valiosos da vida desse honrado homem.

Aos amigos e grandes companheiros Oséias Ferreira, Janderson Coswosk, Renata Clipes, Dirlei Donatele, Sonia Pereira, Monique Moulin, Claudia Ferreira, Maria Patrícia Olmo, Francis Lousada, Isaias Vieira, Bruno Moura, Josenery Almeida

(prima e amiga), Luiz Carlos Motta e Luziana Alvarenga, que de maneira diferenciada ajudaram-me, seja nos cansativos trabalhos de transcrição, seja nas pontes para chegar aos entrevistados, em leituras, dicas e críticas, ou com simples, mas importantes palavras de apoio.

Aos amigos da Quatrilha, pelo companheirismo e por me passarem um sentimento de pertencimento ao Caparaó, o que me levou a amar e me interessar pela História da região.

Aos colegas de trabalho do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus de Alegre, que sempre me incentivaram na busca dessa capacitação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da UFES, que durante as aulas ministradas deram-me suporte e uma visão diferenciada sobre o trabalho de pesquisa. Em especial, agradeço a professora Dr^a Maria da Penha Smarzaro Siqueira, uma amiga que muito me incentivou a ingressar no curso de mestrado, sendo sempre uma grande conselheira.

Aos professores Dr. Sebastião Pimentel Franco, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Dr. Vitor Amorim de Angelo, da Universidade de Vila Velha (UVV), que participaram da minha banca de qualificação e fizeram importantes observações, críticas e sugestões que foram essenciais para a construção dessa pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pela credibilidade no desenvolvimento desse trabalho, pois sem seu apoio, orientação e consentimento nada disso seria possível.

“(...) Se outro mérito não tivesse, aquela Guerrilha teria de ter tirado o Caparaó da geografia e o colocado na História”.

Araken Vaz Galvão

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a memória histórica do primeiro foco guerrilheiro no Brasil, organizado pelo Movimento Nacional Revolucionário (MNR), em 1966-1967, com o apoio de Leonel Brizola e de Cuba, na região do Caparaó, divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Assim, o estudo se propõe a analisar o pouco conhecido episódio da formação, do idealismo e do desfecho que envolveu a Guerrilha do Caparaó, apresentando as memórias dos guerrilheiros (sendo em sua grande maioria ex-militares), dos agentes da repressão, dos setores conservadores da sociedade e dos habitantes das comunidades do entorno do atual Parque Nacional do Caparaó, demonstrando, assim, as diferentes percepções e representações sobre a referida Guerrilha. Para tanto, será exposto todo o contexto histórico da época em questão. Como metodologia, utilizaremos o conceito de memória, que, em suas ramificações, abrangerá a história oral, além de análises bibliográficas, pesquisas em jornais do período (A Gazeta, O Globo, Jornal do Brasil, A Última Hora, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo, Estado de Minas, O Diário da Tarde), em revistas (O Cruzeiro, Opinião e Revista Capixaba) e em documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) dos Arquivos Públicos dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, e documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Espírito Santo. Guerrilha do Caparaó. História Oral. Memória.

ABSTRACT

This study discusses the historical memory of the first guerrilla groups from Brazil, organized by the National Revolutionary Movement (MNR), in 1966-1967, supported by Leonel Brizola and Cuba, at Caparaó region, boundaries between the states of Minas Gerais and Espírito Santo. It proposes the analysis of the little-known episode of the creation, idealism and outcome that involved the Caparaó Guerrilla, with guerrillas' memories (most of them were ex-militaries), the agents of repression, the conservative sectors of society and the inhabitants from the communities surrounding the Caparaó National Park, presenting the different perceptions and representations about such Guerrilla. The historical context about this period of Brazilian history will be exposed. As methodology, the concept of memory will be used, which, in its ramifications, deals with oral history and bibliographic analysis, research in newspapers of the period (A Gazeta, O Globo, Jornal do Brasil, A Última Hora, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo, Estado de Minas, O Diário da Tarde), in magazines (O Cruzeiro, Opinião e Revista Capixaba), documents from Department of Political and Social Order (DOPS), taking into account Public Archives from both states (Espírito Santo e Minas Gerais), and documents from the National Information Service (SNI), which belongs to the National Archive.

Keywords: Military Dictatorship. Espírito Santo. Caparaó Guerrilla. Oral history. Memory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC paulista – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do sul

ADIs - Áreas de Defesa Interna

Aerp – Assessoria Especial de Relações Públicas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ACISO – Ação Cívico-Social

AI – Ato Institucional

AIB – Ação Integralista Brasileira

ALA - Ala Vermelha do PCdoB

ALN - Ação Libertadora Nacional

AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil

AMFORP - *American & Foreign Power Company*

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AP - Ação Popular

APM – Arquivo Público Mineiro

Arena – Aliança Renovadora Nacional

Camde – Campanha da Mulher pela Democracia

CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

Cerj – Companhia Energética do Rio de Janeiro

CGI - Comissão Geral de Informação

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIA - Central Intelligence Agency

CIE - Centro de Informação do Exército

CISA - Centro de Informação da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

COLINA - Comandos de Libertação Nacional

CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras

Condi - Conselho de Defesa Interna

CONESP – Concessionárias de Serviços Públicos

DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública
DI-DF - Dissidência do PCB do Distrito Federal
DI-GB - Dissidência do PCB da Guanabara
DI-RJ - Dissidência do PCB do Rio de Janeiro
DI-RS - Dissidência do PCB do Rio Grande do Sul
DI-SP - Dissidência do PCB de São Paulo
DOI – Destacamento de Operações e Informações
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DSI - Divisões de Segurança e Informações
ESG – Escola Superior de Guerra
EsNI - Escola Nacional de Informações
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
G-11 - Grupo dos Onze
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPES – Instituto de Políticas Econômicas e Sociais
ITT – Internacional Telephone and Telegraph
Limde – Liga da Mulher Democrata
MAR – Movimento de Ação Revolucionária
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MFPA – Movimento Feminino pela Anistia
MMC – Movimento Militar Constitucionalista
MNR – Movimento Nacional Revolucionário
MNU – Movimento Negro Unificado
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
OCML-PO – Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM-PO – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCC – Partido Comunista da China
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCdoB-AV - Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUA – Pacto de Unidade e Ação
RAN – Resistência Armada Nacional
Rede – Resistência Armada
Sadis – Subáreas de Defesa Interna
SISNI – Sistema Nacional de Informações

Sissegin – Sistema de Segurança Interna
SNI – Sistema Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
SUPRA – Superintendência para a Reforma Agrária
UCF – União Cívica Feminina
UDN – União Democrática Nacional
UEE's – Uniões Estaduais Estudantis
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
ZDI – Zona de Defesa Interna

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. O GOLPE DE 1964: UMA TRAMA CIVIL-MILITAR	31
2.1 O QUADRO POLÍTICO NACIONAL: BRASIL PRÉ-1964, A CONJUNTURA HISTÓRICA DO PRÉ-GOLPE	31
2.2 AS DIFERENTES FRENTES DE ARTICULAÇÃO PARA O GOLPE DE 1964.....	44
2.3 DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	53
2.4 A MEMÓRIA SELETIVA E CONVENIENTE DO GOLPE	66
3. OS PILARES DA REPRESSÃO POLÍTICA: <i>MODUS OPERANDI</i>, ALVOS E RESISTÊNCIA	72
3.1 UM GOVERNO FORMADO SOBRE OS PILARES DA REPRESSÃO	72
3.2 A TRAJETÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA: DA FORMAÇÃO À DÉCADA DE 1960	81
3.3 A DISSENSÃO ENTRE OS MILITARES: A DIREITA E A ESQUERDA NAS FORÇAS ARMADAS	88
3.4 OS DESCAMINHOS DA LUTA ARMADA NO BRASIL	98
3.5 A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA	111
4. NASCE A GUERRILHA DO CAPARAÓ: O PRIMEIRO FOCO GUERRILHEIRO CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL	120
4.1 A APROXIMAÇÃO COM BRIZOLA E O APOIO CUBANO	120
4.2UM MOVIMENTO GUERRILHEIRO SE FORMA NA SERRA DO CAPARAÓ	133
4.3 OS GUERRILHEIROS E A DIFÍCIL VIDA NA SERRA	142
4.4 A QUEDA DO MOVIMENTO E AS PRISÕES	150
5. AS DIFERENTES MEMÓRIAS DA GUERRILHA DO CAPARAÓ	177
5.1 MEMÓRIAS DOS HABITANTES DO ENTORNO DO CAPARAÓ: O MEDO DOS “COMUNISTAS” E A FALTA DE INFORMAÇÃO	179

5.2 MEMÓRIAS DOS AGENTES DA REPRESSÃO E DA IMPRENSA	196
5.3 MEMÓRIAS DOS GUERRILHEIROS	207
5.3.1 Amadeu Felipe da Luz Ferreira	207
5.3.2 Amarantho Jorge Rodrigues Moreira.....	210
5.3.3 Araken Vaz Galvão	212
5.3.4 Avelino Bioen Capitani	216
5.3.5 Hermes Machado Neto	219
5.3.6 Jelcy Rodrigues Corrêa	221
5.4 CAPARAÓ: A “GUERRILHA ESQUECIDA” PELOS BRASILEIROS	223
CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS	237
APÊNDICES	249
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com ex-guerrilheiros	250
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com policial mineiro que participou da prisão dos guerrilheiros na Serra do Caparaó	259
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com policial capixaba que atuava na região na época do movimento guerrilheiro na Serra do Caparaó	264
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com moradores de municípios do Caparaó Capixaba	269
APÊNDICE E - Roteiro de entrevista com moradores de municípios do Caparaó Mineiro	274
APÊNDICE F - DVD com as fotos, as gravações em áudio e as transcrições de todas as entrevistas realizadas	279
ANEXOS	280

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa Sociedade e Movimentos Políticos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e tem como tema de reflexão a análise das memórias de diferentes grupos envolvidos direta e indiretamente na Guerrilha do Caparaó (1966 e 1967).

Ao buscar analisar o contexto histórico em que tal guerrilha se inseriu, a presente dissertação pretende revisitar, discutir e refletir sobre as versões das raízes e fundamentos históricos que desencadearam o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, os pilares da repressão, a historiografia da esquerda brasileira e sua atuação durante a primeira década da ditadura e os descaminhos da luta armada naquele período.

Propondo analisar a luta armada, buscaremos ressaltar o objeto central deste trabalho: as memórias sobre o primeiro movimento guerrilheiro formado no Brasil depois do Golpe de 1964, que foi a Guerrilha do Caparaó, apresentando as memórias dos guerrilheiros, dos agentes da repressão, dos setores conservadores da sociedade e também dos habitantes das comunidades do entorno do Parque Nacional do Caparaó, localizado na fronteira dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Para tanto, utilizaremos o conceito de memória, que, em suas ramificações, abrangerá a história oral, além de análises bibliográficas, pesquisas em jornais do período (A Gazeta, O Globo, Jornal do Brasil, A Última Hora, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo, Estado de Minas, O Diário da Tarde), em revistas (O Cruzeiro, Opinião e Revista Capixaba) e em documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) dos Arquivos Públicos dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Tratar de memória é, sem dúvida, mexer em um terreno movediço, que requer cautela, uma vez que as memórias não estão isoladas de um contexto e das influências externas que se tornam manipulações conscientes ou inconscientes que atuam sobre os atos mnemônicos. Entendemos por memória um conjunto de registros episódicos ou semânticos sobre um acontecimento, que pode ser transmitida por meio de relatos orais, de monumentos, das artes ou de arquivos

escritos que trazem os apontamentos de determinado fato. Reconhecemos, no entanto, que os arquivos escritos, tanto quanto os relatos orais, correspondam a uma memória seletiva, filtrada de acordo com as percepções de quem as escreveu ou narrou, uma memória que o historiador francês Pierre Nora chama de “memória historicizada”.

Este trabalho desenvolverá a pesquisa no campo de arquivos primários e secundários. E em se tratando do recolhimento da história oral, procuraremos confrontar alguns relatos orais a respeito do mesmo fato, levando em consideração que o personagem que viveu a história, que é o sujeito da história, atualmente tem a vantagem de contar com o futuro do passado, ou seja, tem uma visão distante e privilegiada do acontecimento narrado, por estar inserido em outro momento histórico e saber das incursões que tais fatos sofreram ao longo do tempo.

As memórias sofrem, portanto, uma forte percepção do presente, podendo comprometer a originalidade da lembrança, com esquecimentos ou apagamentos, e até mutações, de acordo com a vivência do indivíduo que as relata. Tal compreensão é compartilhada pelo filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), que, a respeito das sobrevivências das imagens passadas, alerta no sentido de que “[...] estas imagens irão misturar-se constantemente à nossa percepção do presente e poderão inclusive substituí-las” (BERGSON, 1999, p. 69).

Longe de querer delimitar um tema de tão grande abrangência, que circula por variados campos das ciências humanas e sociais, como psicologia, filosofia, história, política, e pode ser discutido sob variados aspectos, desde sua morfologia passando pela epistemologia que embasa alguns conceitos de memória, além de variadas classificações e recortes, por opção teórica, procuraremos apresentar perspectivas de memória sob a visão de determinados autores, que serão utilizadas como base para a estruturação desta dissertação.

No caso desta pesquisa, buscaremos as memórias e suas inserções na coletividade e na realidade histórica, não destacando os aspectos individuais. Portanto, utilizaremos as perspectivas da memória segundo Maurice Halbwachs e Michael Pollak, principalmente nos trabalhos em que encontramos as bases teóricas fundamentais para a reflexão histórica que propomos neste estudo.

Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês da corrente durkheimiana, que sofreu também forte influência de Bergson, e focou seu estudo na memória coletiva, que é construída e compartilhada por uma sociedade.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Para Halbwachs (2006, p. 72), a memória individual “[...] não está inteiramente isolada e fechada”, a pessoa necessita recorrer a “[...] referências que existem fora de si, determinadas pela sociedade”, ou seja, o funcionamento da memória individual toma emprestado do seu meio ambiente, as palavras e as ideias. Ele ainda comenta que existem muitas memórias coletivas, sendo uma das características que as distinguem da história.

Sim, a musa da história é Polímmia. A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço (HALBWACHS, 2006, p. 106).

Reconhecendo que não existe apenas uma memória coletiva, podemos constatar que, mesmo uma memória sendo amplamente aceita em uma sociedade, ela não pode ser considerada oficial, tendo em vista ela não ser única. Esse raciocínio nos leva a concluir que podem surgir disputas de memórias sobre um dado fato ou acontecimento, na medida que memórias silenciadas ou marginalizadas comecem a surgir nas pautas das discussões históricas.

Seguindo essa proposta de estudar a memória a partir de seus quadros sociais, Bosi (2012, p. 54), afirma que:

Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa [...], mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

De acordo com esta linha de pensamento, encontramos justificativas a respeito de representações distintas de memórias sobre um mesmo fato histórico, como por exemplo, memórias da esquerda e de setores conservadores sobre acontecimentos como o golpe de 1964 e a luta armada no Brasil, que apresentam pontos de vista controversos.

Halbwachs (2006, p. 72) comunga da ideia de que o presente desencadeia o curso da memória ao afirmar que “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda dos dados emprestados do presente”. Dialogando com Halbwachs, Bosi (2012, p. 55) afirma que “[...] lembrar não é reviver, mas reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.” Portanto, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo, que, segundo ele, está atrelada à memória coletiva de cada sociedade.

O filósofo francês contemporâneo Paul Ricoeur (2007), ao analisar a principal obra de Halbwachs, *A Memória Coletiva*, comenta o pensamento do autor em atribuir à memória uma entidade coletiva e ressalta que entre a memória individual e a memória coletiva, o vínculo é íntimo, iminente, as duas espécies de memória se interpenetram:

De resto, diz o autor [Halbwachs], embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios (RICOEUR, 2007, p. 133).

No entanto, Ricoeur (2007, p. 83) ressalta que não acontece esse mesmo vínculo entre a história e a memória, “[...] enquanto não for destinada ao que vai se tornar memória histórica”. Ele defende que a memória coletiva “[...] constitui o solo de enraizamento da historiografia.”, mas alerta para os “usos e abusos da memória, desde a memória impedida até a memória obrigada, passando pela memória manipulada”. Esse mesmo autor advoga também a favor de uma memória “esclarecida pela historiografia”, cabendo à história o dever de retirar os excessos e abusos da memória. Ricoeur atenta ainda para o desafio da historiografia em construir uma “política da justa memória”, tema que ele levantou nos anos 1990, trazendo novas reflexões sobre a temática da memória e da história:

Entre o dever de fidelidade e as exigências da verdade histórica, Ricoeur defende uma política da “justa memória”. Isso implica a idéia imperativa de um “dever de memória” e de uma “dívida” em relação às vítimas da história, sem deixar de renegar à história sua autonomia e sua “função corretiva de verdade” (SILVA, 2002, p. 436, grifos do autor).

Por sua vez, Seixas (2004, p. 39, grifos da autora) tece o seguinte comentário em relação à memória-história:

Recentemente, a partir do início da década de 80, a historiografia vem afirmando noção diversa; ela toma consciência de que a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo – aqui se inscreve a novidade da crítica – em que coloca a *história* como senhora da memória, *produtora de memórias*.

Essa construção da memória histórica é um assunto essencial a ser abordado neste trabalho historiográfico, que pretende analisar a história oficializada, ou seja, a história que se tornou nacional, a partir das memórias, com o objetivo de confrontar as distintas fontes de memórias e observar as confirmações, os esquecimentos, as contradições, os silêncios e as possíveis distorções que possam vir apresentar. O que importa é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, questionando o porquê das memórias diferirem uma da outra a respeito de um mesmo acontecimento histórico e as razões e em que medida isso contribui para a formação qualitativa da história.

O historiador francês Pierre Nora, sofreu a influência da sociologia de Halbwachs e elaborou a teoria de divisão e oposição entre memória e história:

Nora retoma e apropria-se das ideias básicas de Halbwachs – a oposição que estabelece entre memória individual e memória coletiva e, sobretudo, entre memória coletiva e história. À memória coletiva, Halbwachs confere o atributo de atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado, ao contrário da história, que constitui um processo interessado, político e, portanto, manipulador. A memória coletiva, sendo, sobretudo, oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade da escrita, organizando e unificando numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva. [...] Pierre Nora as oporá mais radicalmente. Afirma que é impossível, hoje, operar-se uma distinção clara entre memória coletiva e memória histórica, pois a primeira passa *necessariamente* pela história, é filtrada por ela [...] (SEIXAS, 2004, p. 40, grifos da autora).

Expondo uma reflexão entre história e memória, notamos que a memória não escapa ilesa aos procedimentos historiográficos, que na verdade faz um processo de seleção, retirando dela o que podemos chamar de história oficial, que passará a dominar a memória coletiva. Nessa perspectiva, toda a memória coletiva passa a ser deturpada pela problematização e sistematização histórica, que escreve a memória a partir de sua interpretação intelectual e crítica. A memória é vista como uma tradição vivida, a história, como uma representação interessada e seletiva do passado. Seixas (2004, p. 41), analisando o pensamento de Nora, chega a afirmar que “[...] a memória encontra-se prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, transformou-se em objeto e trama da história, em *memória historicizada*”, terminologia esta, criada por Nora.

O historiador francês Jacques Le Goff (2012, p. 408) discute a memória coletiva, na perspectiva de luta social:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Le Goff (2012, p. 456) apresenta a memória coletiva como “um instrumento e um objeto de poder”:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

As posições defendidas por Le Goff nos levam a uma profunda reflexão sobre a questão do domínio da memória como uma luta de classes, o que fica bem nítido no desenrolar deste trabalho, quando percebemos a imposição de uma memória coletiva que privilegia as classes elitistas em detrimento das demais. Resta-nos investigar quais os interesses forjados por trás dessa seleção de memória e os silêncios que tais manipulações de memória buscam esconder. Tais questionamentos nos auxiliarão na análise do conjunto desta pesquisa.

Pollak (1989) analisa os atores e os processos que atuam no sentido de construir e formalizar memórias. É interessante notar a preocupação do autor em trazer à tona as “memórias subterrâneas” dos que foram excluídos pela força de uma memória que se fez oficial, ou seja, a memória nacional:

Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. [...] Ao contrário de Maurice Halbwachs, essa abordagem acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Portanto, o olhar de Pollak sobre a memória coletiva enfoca o seu caráter opressor, enquanto Halbwachs insinua um processo de conciliação entre a memória coletiva e as memórias individuais, através de uma espécie de negociação de sua seletividade, resultante da adesão afetiva do grupo, sendo a memória uma construção social e um fenômeno coletivo.

Segundo Pollak (1989, p. 5), a disputa entre a memória dominante e a memória subterrânea pode ser encontrada na “[...] oposição entre Estado dominador e sociedade civil [bem como] nas relações entre grupos minoritários e a sociedade englobante”. Para esse estudioso, as memórias dos excluídos estão guardadas, sendo transmitidas nas “redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”, podendo vir a emergência de acordo com as desconstruções e reconstruções da memória nacional.

Essa memória "proibida" e portanto "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] (POLLAK, 1989, p. 5, grifos do autor).

Este enfoque teórico de Pollak tem um grande caráter norteador em nosso estudo, uma vez que temos a preocupação de estudar as versões de partes da memória coletiva oficializada que há sobre os fatos históricos que propomos discutir neste trabalho, bem como compreender as ausências, os esquecimentos e os silêncios que tais fatos carregam.

Portanto, é necessário analisar as memórias coletivas, segundo a teoria de Halbwachs, sem deixar de lado os relatos subterrâneos não frisados nessa memória oficial, conforme a visão defendida por Pollak que a chama de “memória nacional”. Conciliar essas duas teorias é um grande desafio, que, se vencido, resultará em um trabalho reflexivo, que levará o leitor a perceber diferentes olhares sobre um mesmo acontecimento e compreender a luta travada para a formalização da memória.

Na percepção do mundo social e da luta política, temos um olhar interessante de Pierre Bourdieu, que nos confirma o debate travado até agora sobre a questão da memória e suas representações:

A teoria mais acentuadamente objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 1989, p. 139).

Segundo Bourdieu (1989, p. 139-140), o indivíduo deve impor a “[...] visão de sua identidade social”, porém isso refletirá as lutas simbólicas que exprimem o “estado da relação de forças simbólicas”. Para esse filósofo, as incertezas das variações dos objetos históricos fundamentam uma “pluralidade de pontos de vista” e de “visões do mundo” e também “todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão do mundo legítima”. O autor chama atenção para a reconstrução retrospectiva de um passado “ajustado às exigências do presente”, que acaba delimitando ou definindo o sentido, sempre em aberto, do presente e, sobretudo, do futuro. Assim, as relações de forças tendem a reproduzir-se na visão de mundo social:

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.[...] Na luta pela imposição da visão legítima do

mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo (BOURDIEU, 1989, p. 142).

Portanto, os donos do capital fundamentam um discurso sobre o mundo social, impondo seus princípios de visão e divisão desse mundo; e estes, não estão inclinados a mudar suas percepções, ou seja, suas memórias. Cabe-nos analisar a visão do indivíduo a respeito de sua identidade social e proceder à leitura das lutas simbólicas nela inserida.

Tais percepções nos permitem chegar às seguintes reflexões: as fontes escritas que utilizamos e os indivíduos que buscamos ouvir nesta pesquisa fazem parte da coletividade e carregam consigo visões que sofrem as intempéries do tempo, das ideologias, das lutas e das conjunturas sociais pelas quais passaram. Isso nos leva a diferentes visões, interpretações e representações sobre o mesmo fato histórico.

Por isso a importância de ter toda a cautela e habilidade para nortear a pesquisa nos moldes das memórias, que muitas vezes tornam-se oficiais, representando na verdade uma história defendida por determinado grupo ou classe, que busca perpetuar seu poder por meio de representações e reconstruções da realidade histórica, segundo seus interesses, o que nos leva a considerar que a memória é a representação de poder. Diante dessa afirmação chega-se à conclusão de que há uma luta de classes quanto ao domínio e introdução de uma memória coletiva.

Analisaremos agora uma das formas de memória que será utilizada neste trabalho: a história oral, que acreditamos deva ser mais amplamente explorada pelos historiadores devido à riqueza de informações que dela podemos subtrair. Trata-se de um campo que sofreu muito preconceito, e que foi ganhando espaço no decorrer do século XX. Philippe Joutard (2006) identificou quatro gerações para a história oral, sendo a primeira nos Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que, ao lado das ciências políticas, se ocupava somente com os notáveis. A segunda geração surgiu nos fins dos anos 1960, tratando a história oral como uma “outra história”, achando-se à margem do meio universitário, sendo aplicada por não-profissionais. A terceira geração surgiu a partir de 1975, através de um projeto historiográfico da história oral como meio de estudar as classes

populares, sendo criticada pelos excessos e localismo. A partir dos anos 1980, a história oral passou a ser difundida em Congressos Internacionais, ganhando, na década de 1990, maior notabilidade devido aos grandes fatos de repercussão internacional, como as consequências da queda do Muro de Berlim e o desmoronamento do Leste Europeu, inaugurando a quarta geração da história oral, uma geração que vive em um mundo de som e oralidade, dando ênfase à liberdade da oralidade, defendendo a subjetividade e o crescente registro audiovisual como fonte histórica.

Atualmente, devido à importância dada por alguns historiadores à história do tempo presente, as fontes orais passaram a ser uma metodologia estruturada dentro da pesquisa histórica. Paul Thompson, autor da obra *A Voz do Passado*, um clássico por sua importante contribuição ao método e à teoria da história oral, compreende que esta tem uma forte mensagem social que deve ser avaliada, e concorda que a volta à história oral que ocorre na atualidade está ligada, entre outras coisas, ao desenvolvimento da tecnologia e da comunicação audiovisual.

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

O depoente relata o passado como testemunha do vivido, levando-se em consideração que se trata da lembrança de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político e econômico. A realidade contextual do entrevistado será latente em sua declaração; nunca será imparcial, haverá a seleção de acontecimentos e fatos que são representativos para esse indivíduo, e surgirá carregada de subjetividade, o que nos remete a considerar a seguinte colocação de Joutard (2006, p. 57):

Porém, reconhecer tal subjetividade não significa abandonar as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Podemos dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.

Precisa-se entender que história oral não é uma técnica de coleta e armazenamento de depoimentos, ela deve ser analisada, levando-se em conta a apropriação do meio

pelo indivíduo, observando suas incertezas, inseguranças e hesitações demonstradas na hora da entrevista. A história oral é feita pelo recolhimento de lembranças, e o historiador deve estar alerta ao fato de que o sujeito não revive o passado, ele refaz o passado, ele remodela suas lembranças, refazendo-as pelos valores do presente.

A história oral baseia-se na memória, e como afirma Nora, é imprecisa, pois se adapta às crenças e ao imaginário dos indivíduos. Por isso, é papel do historiador confrontar as fontes orais a outros tipos de documentação, atentando para o fato de que elas não devem ser usadas como um complemento, mas analisadas como uma fonte de estudo histórico, uma vez que apresentam fatos e transformações da sociedade. Portanto, as fontes orais e escritas devem complementar-se. Quando há visões diferentes sobre um determinado acontecimento, o historiador deve debruçar-se em diversas fontes de pesquisa, a fim de investigar profundamente os fatos.

O historiador da oralidade deve reconhecer a importância da confluência multidisciplinar no desenvolvimento de seu trabalho, buscando outras ciências e conhecimentos que o auxiliem na análise dos depoimentos recolhidos, como a psicanálise, a linguística, a semiótica, a cultura local, folclore e outras:

[...] Em princípio as possibilidades da história oral estendem-se a todos os campos da história [...] E oferecem uma tendência que é básica a todos: em direção de uma história mais pessoal, mais social e mais democrática. Isso afeta não só a história publicada, como também o processo pelo qual é escrita. O historiador é posto em contato com colegas de outras disciplinas: antropologia social, dialeto e literatura, ciência política. O acadêmico é lançado fora do gabinete para o mundo exterior (THOMPSON, 1992, p. 336).

É interessante ressaltar que a alegação que a história oral só pode ser usada na história contemporânea irá perder sua força em um futuro próximo, quando os arquivos de fontes orais possibilitarão o estudo de um tempo passado, mostrando sua contribuição para a historiografia:

[...] a história oral só pode ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. [...] Na história oral produzimos deliberadamente, através de várias etapas, o documento que se torna fonte (ALBERTI, 2005, p. 21).

Observamos que o historiador da oralidade, ao fazer a entrevista e sua transcrição, cria sua própria fonte. Cabe a ele efetuar uma transcrição fiel do relato oral e no decorrer da pesquisa saber traçar um paralelo e um diálogo entre as fontes orais e os documentos escritos. Portanto, o papel do historiador não pode se resumir a uma simples técnica de coleta e transcrição, ele deve ser capaz de fazer as análises e as ponderações que conduzam às reflexões esperadas pelo estudo, buscando responder as hipóteses levantadas em sua pesquisa:

A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado. Isso pressupõe que essa versão e a comparação entre diferentes versões tenham passado a ser relevantes para estudos na área das ciências humanas. Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p. 19).

Thompson analisa a importância da oralidade como fonte histórica, em especial por ouvir atores anônimos que não tramitam na esfera da historiografia oficial:

[...] Uma vez que é da natureza da maior parte dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade, não é de admirar que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, defendido a sabedoria dos poderes existentes. A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial; as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados, os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo (Thompson, 1992, p. 26).

Portanto, é compreensível a afirmação de Thompson (1992) que destaca a história oral como uma história mais pessoal e democrática, e esta, conforme afirma Pollak (1989), defende, dá voz aos marginalizados, esquecidos e silenciados pela historiografia oficializada.

Entretanto, o fato atestado é que a potencialidade da história oral, como metodologia de pesquisa, está na análise da construção dos testemunhos, que por vezes podem ser fantasiosos, distorcidos ou próximos à originalidade dos fatos. Não cabe julgamento, o importante é entender a riqueza dos processos da construção da

história oral, sendo tarefa do historiador analisar a percepção social e política da constituição dos relatos. Afinal, não cabe ao historiador extrair verdades do relato oral, mas entender suas representações.

Para Alberti (2005, p. 23), “[...] é sabido que jamais poderemos compreender o real como ele é [...]”, o que pretendemos é obter uma aproximação “cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativa e quantitativamente nosso conhecimento”.

Portanto, na busca desse conhecimento mais qualitativo, levantamos neste trabalho algumas questões que precisam ser respondidas: 1 – A luta armada no Brasil surgiu devido ao regime de exceção instaurado a partir do golpe de 1964? 2 – A guerrilha contribuiu para o aumento da repressão do regime militar? 3 – A luta armada contribuiu para o fim da ditadura militar? 4 – Quais os principais mitos a respeito da luta armada no Brasil? 5 – Quais as diferentes representações construídas através das memórias de diferentes agentes e atores que participaram ou testemunharam a Guerrilha do Caparaó? 6 – Por que a Guerrilha do Caparaó, sendo a primeira luta armada contra a ditadura militar, está relegada ao esquecimento na história nacional, diante das demais guerrilhas que ocorreram no período?

Estas perguntas nortearam a discussão do nosso trabalho e, objetivando um melhor desenvolvimento e compreensão desse estudo, o mesmo foi dividido em quatro partes. No primeiro capítulo, será realizada uma discussão sobre a articulação civil-militar que desencadeou o golpe 1964, que acaba de completar 50 anos, retirando do poder o governo constitucional de João Goulart, bem como a memória seletiva e conveniente aos detentores do poder que se oficializou na história do Brasil a respeito desse golpe.

O segundo capítulo relata o modo operante dos pilares da repressão política e a resistência à ditadura militar. Discute a historiografia da esquerda brasileira e a trajetória da luta armada no Brasil, bem como, as formas não-armadas de luta pela abertura política, ou seja, a atuação da resistência democrática.

O terceiro capítulo tem por finalidade apresentar um quadro geral da Guerrilha do Caparaó. Para tanto, será realizada uma análise sobre toda a trama que levou à organização de um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, identificando os grupos envolvidos, a formação do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o apoio inicial

dado por Brizola e pelo governo cubano aos guerrilheiros, que em sua maioria eram ex-militares, os motivos que levaram à escolha do local para a instauração da guerrilha, seus objetivos, as dificuldades enfrentadas pelos militantes e a prematura queda do movimento.

No quarto capítulo, buscaremos reproduzir visões distintas sobre a Guerrilha do Caparaó, através do exame das memórias, que serão recolhidas em arquivos de jornais e revistas do período (já citados anteriormente) e por meio de entrevistas, ou seja, pela história oral. Interessante é perceber as diferentes representações que um mesmo acontecimento histórico pode ter através do olhar de distintos grupos. Podemos citar, por exemplo, o medo em relação aos guerrilheiros “comunistas” que assolava os moradores do entorno da Serra do Caparaó em contraste com os ideais de luta por liberdade, que os guerrilheiros diziam ser a real motivação do movimento contra o governo. Os moradores regionais, militares e setores conservadores viam a guerrilha e o comunismo como males sociais; porém, os guerrilheiros e parte da esquerda os interpretavam como o meio para alcançar a libertação da pátria. Isso nos leva a captar as diferentes formas de como a Guerrilha do Caparaó habita a memória dos que direta ou indiretamente vivenciaram os acontecimentos que a envolveram, e a partir daí buscar compreender como se formou a história oficial sobre o assunto, ou seja, a história que acaba se oficializando, por ser considerada a verdadeira e nacional, que deve ser repassada à sociedade.

É perceptível a presença do medo do comunismo nos depoimentos de moradores de regiões mineiras como Alto Caparaó, Manhumirim e das comunidades capixabas, como Pedra Menina (Município de Dores do Rio Preto); Santa Marta, Pedra Roxa (Município de Ibitirama), São João do Príncipe (Lúna/ES), todas regiões interioranas com o predomínio da economia rural. É notório o sentimento anticomunista e o imaginário de perigo e medo construído em torno dos guerrilheiros, por meio de uma propaganda anticomunista que se espalhava pelo país no referido período. A partir disso, é compreensível a simpatia que os militares alcançaram diante da população do entorno, que os viam como “defensores e salvadores”. É claro que há depoimentos que não demonstram mais tal medo, o que revela o olhar de um sujeito que avalia o passado a partir de valores e percepções de um presente.

Receando que as lembranças narradas sofram a influência do tempo e não reflitam fielmente os valores daquela época, recorreremos a outras fontes de memórias, perfazendo uma pesquisa escrita, permitindo uma análise mais próxima dos acontecimentos originais. Portanto, focaremos nossos estudos na questão da memória, uma temática demasiadamente complexa. Daí surge uma série de questionamentos que nos levam a buscar um referencial teórico que embase tal pesquisa.

É imprescindível notar que a ideia de trabalhar com memórias como fonte histórica é desafiador. Cabe ao historiador ter a preocupação de desmistificar partes da memória coletiva oficializada que há sobre os fatos históricos, bem como compreender as ausências, os esquecimentos e os silêncios que tais fatos carregam.

Thompson (1992) argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas as fontes são passíveis de manipulação e podem ser insuficientes por si só. Porém, o papel do historiador é submeter suas fontes a criteriosa análise, criticando, interpretando e situando historicamente as evidências orais e escritas.

Portanto, é justamente aí que entra o papel do historiador: analisar e discutir o mesmo fato histórico sob diferentes aspectos e pontos de vista, buscando analisar as memórias, sob a visão de sujeitos inseridos em grupos distintos e contrapô-las, demonstrando a luta que se trava sob o domínio da memória, que é um processo permanente de construção e reconstrução.

2. O GOLPE DE 1964: UMA TRAMA CIVIL-MILITAR

2.1 O QUADRO POLÍTICO NACIONAL: BRASIL PRÉ-1964, A CONJUNTURA HISTÓRICA DO PRÉ-GOLPE

Para compreendermos o jogo de interesses que culminou no golpe iniciado em 31 de março e concretizado em 1º de abril de 1964, que acaba de completar 50 anos, é necessário recorrermos ao contexto histórico mundial e nacional dessa época. Situaremos-nos a partir de 1945, quando termina a Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos regimes nazi-fascistas, que abriu espaço para uma reorganização democrática mundial. Porém, o mundo deslumbrou o início de uma nova guerra de poderes entre as duas potências que emergiram do conflito: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), marcando o começo de uma intensa disputa política e econômica internacional, que se convencionou chamar de Guerra Fria¹. E a base de luta norte-americana foi o incentivo e a expansão do sentimento anticomunista pelo mundo. A bipolarização aberta pela Guerra Fria apresentou reflexos que ecoaram diretamente no cotidiano da política e da economia brasileira.

Nesse período, o Brasil vivia o fim do Estado Novo², período ditatorial do Governo de Getúlio Dornelles Vargas, que durou de 1937 a 1945. A burguesia que despontava na liderança política, atrelada aos interesses capitalistas, utilizou amplamente a ideologia anticomunista na defesa de seus interesses. A política brasileira começa a viver mais intensamente uma disputa entre os partidários da esquerda e da direita.

Na distinção entre esquerda e direita, a questão da busca pela igualdade social é o principal fator de diferenciação. As direitas estão ligadas ao imperialismo capitalista, visando ao acúmulo de riquezas e ao liberalismo econômico, não se preocupando com uma justa distribuição de renda entre a população. Conforme Carloni (2007), as esquerdas podem ser caracterizadas pela busca do igualitarismo e pelo comprometimento de transformação em benefício das classes exploradas, sendo seus membros defensores do reformismo nacionalista.

¹Sobre o tema ver HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 223-252.

²Mais detalhes em FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 311-331.

Igualitarismo não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais (BOBBIO, 1995, p. 110).

Portanto, podemos entender a “esquerda” como uma tendência política que busca uma melhor distribuição de renda, a partir da coletivização da propriedade e dos meios de produção, a fim de buscar uma igualdade social e econômica entre os cidadãos, não como uma “utopia”, onde “todos são iguais”, mas com o objetivo de “tornar mais iguais os desiguais”.

Ao longo da década de 1950 verificaram-se vários movimentos, organizações e instituições que surgiram ou se definiram devido à acirrada disputa de poder entre a direita e a esquerda³ na esfera política brasileira. Tais movimentos e organizações, bem como suas definições políticas, serão citados ao longo deste capítulo.

Como reflexo desse quadro geral é possível verificar que no Brasil, entre 1945 e 1964, ocorreram sucessivas tentativas e, por vezes, concretizações de Golpes de Estado por parte de grupos ligados aos setores da direita: 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964.

Em 1945, Vargas foi deposto justamente no momento em que pretendia estabelecer reformas democráticas, não por sua livre vontade, mas impulsionado pelo contexto mundial da época, o pós-guerra, com a derrubada dos governos nazi-fascistas da Itália e da Alemanha. Getúlio Vargas estabeleceu a liberdade partidária, a anistia aos presos políticos e as eleições gerais diretas. Porém, não era interesse do bloco capitalista a ampla abertura democrática, já que participação de todos os partidos no processo político representava a atuação de partidos tidos como esquerda socialista, que em muito desagradavam os Estados Unidos, empresários nacionais e a União Democrática Nacional (UDN), partido este que apoiava os interesses norte-americanos.

Segundo Fausto (2012, p. 331), “a queda de Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder fazendo uma declaração pública de que

³Para um maior aprofundamento sobre os conceitos “direita” e “esquerda”, ver BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

concordara com sua saída”. A sucessão de Vargas levou ao poder, por meio de eleição direta, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), que, logo ao assumir, convocou uma Assembleia Nacional Constituinte para a formulação da Constituição de 1946, Carta esta que garantia amplos poderes democráticos, como os direitos de liberdade partidária, de organização, de reunião, de imprensa, entre outras; porém, não foi seguida na íntegra pelo Chefe do Executivo, que cassou o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴, cassando os mandatos de seus parlamentares, bem como fechou sindicatos e proibiu greves. Dutra também rompeu relações diplomáticas com a URSS, afastando-se do bloco socialista, feitos estes favoráveis aos interesses dos grupos capitalistas defendidos pelo então presidente da República.

Outra tentativa de Golpe foi tramada em 1954, novamente contra o presidente Getúlio Vargas, no intuito de deter o avanço das reformas econômicas nacionalistas impetradas em seu segundo governo (1951-1954). O argumento utilizado pelos militares para pressionarem Vargas a renunciar foi o atentado ocorrido na madrugada de 05 de agosto de 1954, contra o jornalista e opositor do governo varguista Carlos Lacerda, que foi alvo de vários tiros em frente a sua residência, um prédio na rua Toneleros, em Copacabana, bairro da cidade do Rio de Janeiro. No episódio, o jornalista foi atingido no pé, e o major da aeronáutica Rubens Vaz, que o acompanhava, foi assassinado. As investigações da Polícia e da Aeronáutica identificaram Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial, como o mandante do atentado.

Getúlio tinha agora contra si um ato criminoso que provocou indignação geral, um adversário com maiores trunfos para lançar-se e a Aeronáutica em estado de rebelião. [...] Em 23 de agosto, tornou-se claro que o governo perdera o apoio das Forças Armadas. Um manifesto à nação, assinado por 27 generais do Exército foi lançado nesse dia, exigindo a renúncia do presidente (FAUSTO, 2012, p. 355).

Porém, em vez da forçada renúncia, Vargas optou pelo suicídio com um tiro no coração na manhã de 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, no Rio de

⁴Segundo Gorender (1987), até 1961 a denominação utilizada era Partido Comunista do Brasil (PCB), sendo adotado pelo partido a denominação Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a pretensão de contrapor uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas apenas uma Seção do Brasil da Internacional Comunista. A alteração mostrou-se inútil, visto que o Tribunal Superior Eleitoral negou o registro do partido.

Janeiro, o que Fausto (2012, p. 356) chamou de “um último e trágico ato”. O suicídio exprimia um significado político, pois “[...] o ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa”. Com a revolta popular contra os antigetulistas (a cúpula das forças armadas, a imprensa conservadora, os partidários de direita, em especial a UDN, a alta burguesia ligada ao capital estrangeiro e os Estados Unidos), o golpe de Estado por parte dos militares e civis direitistas e conservadores foi adiado. O vice-presidente Café Filho assumiu o governo.

Nova crise política se abria no Brasil, e houve mais uma vez a tentativa de um golpe em 1955, quando a UDN e os militares tentaram impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Nesse contexto nota-se nitidamente a ruptura nas Forças Armadas Brasileiras, já que um segmento liderado pelo General Henrique Teixeira Lott apoiou o cumprimento da Constituição de 1946, e o presidente tomou posse, inaugurando seu governo baseado na política econômica desenvolvimentista⁵. Vale ressaltar um fato curioso: Juscelino Kubitschek foi eleito em 1955 pela coligação partidária PSD-PTB, com destaque para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), herdeiro da política de Vargas, com 3 milhões, 77 mil e 411 votos⁶, tendo cerca de meio milhão a menos que seu companheiro de chapa, o vice-presidente da República João Goulart, discípulo da política varguista, popularmente conhecido por Jango, que atingiu 3 milhões, 591 mil e 419 votos.⁷ Efetivamente, podemos constatar que a mobilização das massas em razão da morte de Vargas foi afirmada nas urnas, evitando o golpe tramado por militares e civis ligados a UDN. O fantasma do governo nacionalista e populista continuava a ameaçar os interesses da elite brasileira.

No entanto, Juscelino Kubitschek sofreu, durante o seu governo, duas tentativas frustradas de golpes, organizados por parte dos oficiais da Aeronáutica, que pretendiam tirá-lo do poder – uma ocorrida em Jacareacanga⁸ e outra em

⁵Sobre o tema ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 364-366.

⁶Dados da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral; IBGE, estatísticas do século XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1956/rep_polit_1956m_aeb_118_1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

⁷Idem.

⁸Ocorrido em Jacareacanga, no sul do Pará, em 11 de fevereiro de 1956, a revolta durou dezoito dias, e os militares chegaram a dominar algumas regiões e a cidade de Santarém. Comandada pelo major-aviador Haroldo Coimbra Veloso e o capitão-aviador José Chaves, a rebelião foi sufocada em 29 de fevereiro, e os rebeldes refugiaram-se na Bolívia (COSTA, 2007).

Aragarças⁹ –, ambas com o intuito de sublevar efetivos militares contra o governo constitucional. De acordo com Fausto (2012, p. 361), o fato de as rebeliões de oficiais da Aeronáutica “[...] tenham-se localizado em áreas distantes dos centros vitais do país [acaba por mostrar que elas] representam mais a expressão simbólica dos inconformados do que uma ameaça efetiva”.

Em 1961, as alianças da base conservadora levaram ao poder Jânio Quadros, que, em seus quase oito meses de governo, conseguiu desagradar a direita, o centro e a esquerda política. A UDN declarou seu rompimento com Jânio, a oposição acirrava as críticas no Congresso e o presidente agia a fim de manter uma política internacional de neutralidade em meio à Guerra Fria, reatando relações com o Bloco Socialista. Os Estados Unidos, empresários nacionais, UDN e imprensa conservadora não poupavam críticas a essa atitude. O presidente agia sem consultar a liderança udenista no congresso. Segundo Fausto (2012, p. 375) “o presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara para a oposição”. O contexto propiciava terreno para a execução de um Golpe de Estado, já que o presidente não recebia mais nenhum apoio popular ou parlamentar. No entanto, a renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1964, novamente adiara um possível golpe dos setores conservadores e dos militares.

A renúncia foi aceita pelo Congresso, e logo teve início um impasse político, pois o vice-presidente que deveria assumir em seu lugar era o petebista João Goulart (apelidado de Jango), de postura econômica nacionalista, estando, na ocasião da renúncia, em visita oficial à República Popular da China, país liderado, à época, por Mao Tsé-Tung, líder comunista que comandou a chamada Revolução Chinesa (1949). O objetivo da missão oficial era firmar acordos comerciais entre os países, fato que serviu de motivo para acirrar o discurso anticomunista de setores da sociedade brasileira.

Tais fatos desagradavam aos interesses da direita conservadora, ligada ao capital norte-americano, que era liderada por ministros militares e por udenistas, os quais

⁹Em 2 de dezembro de 1959, houve uma sublevação em Aragarças, em Goiás, quando o tenente-coronel Haroldo Veloso, junto com o tenente-coronel João Paulo Burnier, partiu com aviões do Rio de Janeiro em direção a Aragarças. Intentavam ataques que não conseguiram. A rebelião durou 36 horas, e seus líderes fugiram de avião para o Paraguai, Bolívia e Argentina (COSTA, 2007).

não mediriam esforços para evitar a chegada do adversário petebista ao Planalto. Nesse contexto, tudo caminhava para um golpe por parte dos militares e por setores conservadores, que não admitiam a posse de João Goulart. Iniciou-se uma maratona de lutas para o cumprimento das normas constitucionais.

Nesse cenário, formou-se a Frente da Legalidade pró-Jango, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul e petebista Leonel de Moura Brizola, que defendeu veementemente, por meio de programações radiofônicas, ouvidas em quase todo o território brasileiro, a posse de João Goulart, em consonância ao cumprimento da Constituição de 1946, quanto à sucessão presidencial, que garantia a posse do vice-presidente em caso de vacância no cargo do Executivo Federal, com a plenitude de poderes assegurados por lei ao presidente da República. Segundo KUHN (2004), Brizola reuniu apoio dentro das Forças Armadas com a intenção de montar um levante armado, caso necessário, para garantir a posse de João Goulart. O Marechal Lott e Brizola lançaram manifestos em defesa da posse de João Goulart, nos dias 26 e 27 de agosto de 1961, respectivamente.

Em Porto Alegre, nos porões do palácio, os jornalistas Carlos Bastos e Flávio Tavares passaram a noite produzindo uma edição extra da Última Hora, jornal nacionalista de esquerda. A idéia foi arquitetada por Brizola e encampada pelos diretores do jornal. Depois de ser impresso nas oficinas gráficas da Rua Duque de Caxias, sob a proteção da Brigada Militar, começou a circular pela manhã com a manchete “Golpe contra Jango!” e um editorial na primeira página cujo título era “Constituição ou Guerra Civil”. Estava lançada a Campanha da Legalidade (KUHN, 2004, p. 46-47).

Diante do impasse formado e procurando amenizar os ânimos a fim de evitar um ensaio golpista de ministros militares, Skidmore (1976) destaca que o Congresso adotou, em 2 de setembro do mesmo ano, uma Emenda Constitucional à Carta de 1946, instituindo o sistema parlamentarista no país.

Conforme Figueiredo (1993, p. 188) “o interesse dos conservadores na manutenção do jogo eleitoral, tendo em vista as eleições de 65, levou-os a rejeitar a alternativa de ruptura institucional”. Com o parlamentarismo, a direita limitava o poder do Chefe de Estado, entregando plenos poderes ao 1º ministro, que viria da conservadora UDN e parte do PSD, partidos de maior representatividade no Congresso Nacional. Era a solução mais conveniente para esse grupo. Porém, a emenda deveria ser submetida a um plebiscito no início de 1965, nove meses antes do fim do governo

de Jango, quando a população decidiria sobre o sistema de governo que regeria o Brasil – parlamentarista ou presidencialista –, o que de certa forma abrandou os ânimos dos grupos esquerdistas e pró-reformistas, que apoiaram a emenda.

A intenção desses grupos era ampliar sua representatividade no Congresso a partir das eleições de 1962 e buscar um resultado no plebiscito que garantisse a legitimação do presidente. Portanto, a aprovação da Emenda Constitucional mostrava um recuo tanto da direita como da esquerda, que cederam, procurando evitar uma ruptura drástica na política nacional, embora ambos vislumbassem uma breve oportunidade de retomar ao controle do Executivo federal com plenos poderes, seja por meio de plebiscito, seja por meio de eleições de 1965. Por conseguinte, diante da adoção do parlamentarismo, a posse de João Goulart foi assegurada e o golpe militar de 1961 foi abortado.

A emenda parlamentarista, imposta ao Congresso nacional pela junta militar, pode ser interpretada como um “*golpe branco*”. O Congresso, acuado e ameaçado pela espada, reformou a Constituição sob um clima pré-insurrecional, contrariando, assim, o dispositivo constitucional da Carta de 1946 (TOLEDO, 2004, p. 69).

A Cadeia da Legalidade, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, não concordou com o desfecho do caso. Brizola radicalizava e dizia que João Goulart não deveria ter aceitado o acordo do parlamentarismo, e sim ter assumido o governo sob o sistema presidencialista. E começou sua campanha em favor do presidencialismo e da antecipação do plebiscito.

Silva (1975, p. 144) destaca que tal situação também não agradou a um grupo de “[...] oficiais da Aeronáutica, que inconformados com a solução político-legislativa da Emenda parlamentarista, se dispunha a impedir o desembarque do Sr. João Goulart em Brasília”. Diante da situação de ameaça, o que chamaram de “Operação Mosquito”, em que pretendiam “abater o avião presidencial” ou forçá-lo à rendição, o presidente em exercício, Ranieri Mazzili, comunicou-se com Jango, para que este não decolasse de Porto Alegre. Mazzili chamou outros oficiais, o Ministro da Guerra e iniciou uma série de negociações, e com intermédio e sugestões do General Ernesto Geisel, foi feita uma “limpeza da área”, afastando as ameaças e garantindo a viagem e posse de João Goulart, em 7 de setembro de 1961.

De acordo com Reis Filho (2005, p. 27), “a nação, durante quase duas semanas, esteve à beira da guerra civil e do caos”, situação contornada em 7 de setembro de 1961, com a posse de Jango. Porém, seu governo estava longe de ser tranquilo, conforme constata Toledo (1997, p. 31), ao afirmar que, “o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado”. Realmente em seus dois anos e meio de governo, que se estendeu de setembro de 1961 a março de 1964, o que se viu foi uma administração tensa, ameaçada constantemente por interesses político-econômicos antagônicos.

Observa-se uma profunda crise político-institucional; uma intensa crise econômica, quando a inflação alcançou índices alarmantes de até 80% ao ano, o que provocou uma extravagante recessão e estagnação no crescimento do país. Destaca-se que a economia brasileira, apesar da industrialização vivida a partir da era Vargas e intensificada com a política desenvolvimentista de Juscelino, trouxe considerável internacionalização econômica; continuava tendo forte peso agrário, com o café atingindo a casa de 70% da receita de exportação, embora seja notório o atraso tecnológico no campo vivido naquela época. Os militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) acreditam que o desenvolvimento econômico nacional deveria processar-se por meio de uma profunda internacionalização da economia brasileira, em contraposição ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que abrigava militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estavam na ilegalidade, visto defenderem um programa econômico nacionalista para o Brasil.

As crises políticas e econômicas que ganharam vigor no governo de João Goulart tinham raízes no governo de Juscelino Kubitschek, que desenvolveu um projeto econômico o qual levou o país a um período de grande desenvolvimento, criando a ilusão de que seu governo correspondia aos “anos dourados” da economia nacional. Porém, esses resultados desenvolvimentistas, como o crescimento momentâneo do poder aquisitivo da classe média que passou adquirir eletrodomésticos e automóveis, a construção de rodovias que cortavam o Brasil e a construção de Brasília, trouxeram um preço elevado para a população brasileira. Um forte clima de otimismo tomou conta do Brasil, porém as consequências imediatas foram catastróficas: aumento da dívida externa, desvalorização salarial, controle pelas potências estrangeiras sobre as empresas que moviam os setores de ponta da economia brasileira, persistência do problema da má distribuição de terras pelo país,

o que aumentava a miséria da população rural. Essa herança econômica deficitária chegou ao governo de Jango, que sofreu grande pressão social para que tal quadro fosse revertido.

Portanto, não é surpresa ter emergido neste cenário com grande força o movimento operário e dos trabalhadores rurais, representados por órgãos como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas, reivindicando melhores condições de vida. Nesse contexto de organização social, a luta de classes se acirrou no país. Segundo Bandeira (2010), registrou-se greves generalizadas e diversos focos de invasões de terras no território nacional. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e as Uniões Estaduais Estudantis (UEEs) se organizavam em passeatas e reivindicações por melhorias econômicas e sociais. Foi um período de avanço das classes populares e trabalhadoras, sem precedentes na história social brasileira.

Em 1962, após as eleições parlamentares, averiguou-se um aumento da representatividade dos partidos de tendência esquerdista que encabeçavam o movimento pró-reformas (PTB e PCB); porém, a UDN e o PSD continuaram mantendo a maioria das cadeiras do Congresso. A esquerda logrou vitórias nos governos estaduais de grande força política, elegendo Miguel Arraes, no governo de Pernambuco, e Badger da Silveira, no Estado do Rio de Janeiro. Contudo, a direita manteve grande representatividade nos governos estaduais, com as vitórias de Carlos Lacerda, na Guanabara, Adhemar de Barros, em São Paulo, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Meneghetti, no Rio Grande do Sul.

Restava aos grupos pró-reformistas (partidos de esquerda, Sindicatos, Ligas Camponesas e a UNE) unirem-se em apoio a Jango na Campanha presidencialista do Plebiscito sobre o sistema de governo. Em 15 de setembro de 1962, o Congresso aprovou a antecipação do Plebiscito para 6 de Janeiro de 1963¹⁰, uma primeira vitória. Após a realização do plebiscito, o povo decidiu, com 9 milhões, 457 mil e 448 votos (BRASIL, 2013), pelo retorno do sistema presidencialista. Somente 2 milhões,

¹⁰Plebiscito instituído pela Emenda Constitucional n° 4, de 2.9.1961, para a manutenção ou não do regime parlamentarista. Era previsto como plebiscito a realizar-se em 1965, mas foi antecipado para 6 de janeiro de 1963 e chamado de referendo pela Lei Complementar n° 2, de 16.9.1962.

73 mil e 582 votos¹¹ optaram pela manutenção do parlamentarismo, havendo o registro de 284.444 de votos brancos e 470.701 de votos nulos. Dos 18.565.277 brasileiros aptos a votar em 1963, compareceram 12.286.355 eleitores (BRASIL, 2013). Apesar da euforia da esquerda, não se pode omitir a participação considerável da direita conservadora, que apoiou a restauração do presidencialismo, visando às eleições presidenciais de 1965.

Como dissemos, ao assumir a Presidência da República com as prerrogativas ampliadas que o regime presidencialista atribuía ao cargo, Jango deparou-se com estrondosa crise econômica: alta inflação, regressão do crescimento – queda do Produto Interno Bruto (PIB), perda do poder aquisitivo dos assalariados, evasão de capitais, desemprego, crise na produção de alimentos. Como tentativa de solução, assessorado pelo economista Celso Furtado, ministro do Planejamento, e San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, o governo anunciou o Plano Trienal (Política de desenvolvimento planejada para o triênio 1963/65), que propunha diminuir os altos índices inflacionários e realizar gradualmente as reformas ambicionadas por parte da sociedade civil, isso sem comprometer o desenvolvimento econômico.

De acordo com Bandeira (2010), o Plano Trienal objetivava atingir a taxa de 7% do PIB e 3,9% de crescimento da renda *per capita*. Esperava-se atingir o crescimento da produção agrícola e industrial em cerca de 11% anuais. A estratégia adotada para atingir os objetivos do plano, como reduzir a pressão inflacionária sem prejuízo da taxa de crescimento, apoiava-se num conjunto de medidas convergentes, conjugação de todos esses fatores, que viria dar coerência às políticas fiscal, monetária, cambial e salarial. Propunha-se também as reformas administrativas, fiscal e agrária, o que gerou um capítulo de diretrizes das reformas. Porém, o Plano Trienal não obteve sucesso nos seus propósitos: estabilização e retomada do crescimento. Estava condenado ao fracasso desde seu lançamento, pois possuía propostas antagônicas de desgosto das classes direitistas e esquerdistas, e uma política econômica só pode ser implementada em condições de sustentação política pelas forças sociais que dominam o poder político. Isto evidentemente não havia no início dos anos 1960 e determinou o resultado negativo do Plano. A conciliação de

¹¹Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>>. Acesso em: 24 abr.2013.

classes para execução das propostas do Plano Trienal era nula, não haveria cessão por nenhum dos lados; portanto, o plano estava fadado ao fracasso.

As Reformas de Base¹² propostas anteriormente pelo governo João Goulart compunham-se de um amplo programa nas áreas agrária, bancária, eleitoral, urbana, universitária e tributária, abrangendo, entre outras questões, a extensão de votos aos analfabetos e oficiais não graduados das forças armadas e a legalização do PCB, além do planejamento do crescimento das cidades, investimentos no ensino e na pesquisa que se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. Havia também o projeto de reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro, para regular a remessa de lucros para o exterior e disciplinar os investimentos estrangeiros no país.

Havia uma coalizão dos grupos esquerdistas e nacionalistas em torno das Reformas de Base, em especial da reforma agrária. Segundo Bandeira (2010), as Reformas de Base já faziam parte do discurso de Jango desde 1958, quando ainda era vice-presidente na chapa de JK; portanto, não foi surpresa ele tentar instaurá-las ao assumir a Presidência. Porém, seus poderes estavam castrados em 1961, devido o parlamentarismo. Goulart tentou uma política de conciliação, na tentativa de agrupar políticos do PTB e do PSD, formando a maioria no Congresso, com a junção do centro e da esquerda, na tentativa de implementar as reformas econômicas e sociais por meios democráticos. No entanto, as esquerdas não aceitaram as propostas moderadas do PSD e acreditavam conseguir realizar sozinhas o programa de reformas.

Para Gorender (1987, p. 31) “[...] foi a luta por elas [Reformas de Base] que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil”. Por conseguinte, a discussão sobre as reformas tomaram proporções vultosas, especialmente após o plebiscito de 1963. Acirraram-se os ânimos entre *pró-reformistas* (contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, movimento sindical, setores estudantis, parcela das forças armadas, PTB e partidos menores de tendência esquerdista), e *antirreformistas* (elites modernizantes de empresários, latifundiários, UDN, parte conservadora do

¹²Para mais detalhes sobre o tema ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 380-383.

PSD, capitais internacionais, imprensa conservadora, Igreja, grande parcela da classe média e oficialidades militares).

Enfim, uma conspiração anticomunista e antijanguista, que, segundo Reis Filho (2000, p. 44), salvaguardaria que “[...] um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse sair do controle e levar o país à desordem e ao caos [...]”, o que poderia rebaixar algumas posições sociais. Os partidos políticos que até então possuíam momentos enevoados agora apresentavam posições claras de antagonismo e conflito. Em um Congresso de maioria direita e conservadora (PSD e UDN), algo estava claro: as reformas, com grande alcance social e nacionalista, não seriam aprovadas legalmente pelas instituições representativas. De acordo com Reis Filho (1990, p. 22) “Todos admitiam a necessidade de ‘reformas’. Mas o consenso era genérico: quando chegava a hora de definir meios e objetivos as divergências se radicalizavam de forma irremediável.” Nesse cenário, seria necessário um posicionamento por parte do governo, o que, sem dúvida, determinaria os rumos políticos da nação.

Segundo Reis Filho (2000, p. 36), o grupo heterogêneo que condensava várias correntes de oposição às reformas “[...] nutria um grande medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos”. Era a ameaça do “espectro do comunismo ateu”, tão presentes na conjuntura internacional da Guerra Fria.

A radicalização dos movimentos e lideranças partidárias que apoiavam as reformas tomou uma posição ofensiva, que contemplava a possibilidade de recorrer à revolução, dispondo do uso da violência.

No entanto, seus opositores estavam cada vez mais organizados, com destaque para o Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que, defendendo interesses do empresariado, apresentavam duras críticas à política reformista do governo Goulart, apoiando as manifestações contrárias ao governo legalista de Jango. Acentuavam-se a polarização das forças. Em outubro de 1963, sofrendo grande pressão de ambos os lados, João Goulart tentou a declaração do Estado de Sítio. Tal iniciativa

desagradou aliados e adversários, que repeliram a proposta. O presidente viu-se obrigado a recuar diante da falta de apoio.

Vale ressaltar que, em meio a toda essa crise econômica e política, o governo de João Goulart foi pressionado pelos EUA para efetuar a compra das empresas do grupo *American & Foreign Power Company* (AMFORP)¹³, que possuía empresas de eletricidade, transporte e comunicação em vários estados brasileiros. Tal aquisição tinha como finalidade normalizar as relações do governo brasileiro com os norte-americanos. Segundo Bandeira (2010), as Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP) chegaram a estudar, juntas com a Eletrobrás, o valor a ser pago, porém o preço exigido pela AMFORP de US\$ 188,1 milhões foi o dobro do valor apurado pela CONESP/Eletrobrás. Apesar de a Comissão Interministerial, nomeada por Goulart e encabeçada pelo Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, concordar de imediato em pagar o valor exorbitante proposto pela AMFORP, a reação negativa dos nacionalistas cancelou a operação, que só foi concretizada no regime militar, quando o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco efetuou a compra em novembro de 1964. O escândalo enfraqueceu o governo de Goulart, que recebeu duras críticas da direita e da esquerda.

Àquela altura, junho de 1963, não restou a Goulart, como alternativa, senão mudar o ministério. A queda de San Tiago de Dantas do Ministério da Fazenda, com todas as repercussões que acarretou, inclusive sobre os entendimentos para a compra da AMFORP, representou um momento decisivo na evolução da crise brasileira, a influir na conduta que dali por diante os Estados Unidos adotariam em relação ao governo Goulart. Seu afastamento marcou o fim das promessas, a ruptura dos compromissos com Washington, a completa desilusão de Kennedy quanto à possibilidade de Goulart conter a espiral inflacionária e o fluxo de massas, que se avolumava como um alude. E a crise econômica e financeira, a estremecer toda a estrutura da sociedade brasileira, acentuou a diferenciação dos interesses de classe (BANDEIRA, 2010, p. 224).

A retaliação dos EUA foi dura, o bloqueio aos créditos externos impôs um dilema a Goulart, descrito por Bandeira (2010, p. 229) “[...] ou ceder a Washington e, além de comprar a AMFORP, adotar o programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), ou recorrer a medidas de caráter nacionalista”, como a aplicação

¹³Ver detalhes em BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 221-235.

da lei que limitava a remessa de lucros para o exterior, o que significava uma ofensiva aos interesses dominantes.

Portanto, o início de 1964 despontava como um ano decisivo para aquele quadro crítico da política brasileira. As iniciativas políticas de Jango haviam sido frustradas. Chegara o momento de um posicionamento mais incisivo por parte do Governo Federal.

2.2 AS DIFERENTES FRENTES DE ARTICULAÇÃO PARA O GOLPE DE 1964

O Golpe de Estado, ocorrido em 1º de abril de 1964, foi uma articulação de diferentes segmentos sociais que defendiam interesses distintos e vinha se formando nos bastidores políticos brasileiros anos antes.

[...] o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse (GORENDER, 1987, p. 66-67).

Gorender apresenta uma análise marxista do golpe, enfatizando os aspectos econômicos e estruturais que concluem a inevitabilidade do Golpe, já que a receita recessiva (crise econômica) requer governos fortes. Para Gorender, o golpe não passou de um caráter preventivo devido às reais ameaças de esquerda, que colocava em xeque a estabilidade da ordem burguesa. O golpe, portanto, não passaria de ajustes do capitalismo, e os militares são entendidos como agentes instrumentais da burguesia.

Sabemos que os grupos favoráveis às reformas e que, portanto, apoiavam o governo janguista não tiveram organização, união e força política suficientes para servir de suporte ao presidente no ápice da crise. Eram eles: as camadas subalternas das Forças Armadas; os sindicalistas que fundaram o CGT; as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião; a UNE; intelectuais reformistas; setores da chamada Igreja Católica progressista; políticos do PTB e de partidos

menores esquerdistas, que se mobilizavam na Frente Parlamentar Nacional (FPN); o Pacto de Unidade e Ação (PUA); e membros da Frente de Mobilização Popular e do Grupo dos Onze, ambos liderados por Leonel Brizola. Este último consistia na organização popular em grupos de onze pessoas para fiscalizar parlamentares e militares (já prevendo tentativas de golpes) e pressionar o governo e o Congresso pelas Reformas de Base. Poucos jornais se opuseram ao golpe, destacando-se entre eles a *Última Hora*, o *Diário Carioca* e *O Semanário*.

Porém, conforme Delgado (2004a, p. 30) expôs: “[...] o medo da reforma agrária e da queda do lucro empresarial foi disseminado com muita eficácia pela oposição a Jango”. Isso contribuiu sobremaneira para o pavor do comunismo, que muitos associavam ao governo janguista. As forças oposicionistas foram se articulando com um único propósito: eliminar a ameaça que o governo nacionalista e reformista de João Goulart representava.

Ferreira (2012, p. 24) analisa o golpe como uma conspiração civil-militar e enumera seus principais atores:

Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande de Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano.

Portanto, notamos um conjunto heterogêneo de forças que se correlacionaram com o intuito de derrubar o governo Goulart. Entre tais forças, destacamos a participação incisiva da alta oficialidade das Forças Armadas, já que os militares ligados à ESG defendiam a internacionalização aprofundada da econômica brasileira para o desenvolvimento da economia nacional, um caminho avesso à política nacionalista de Goulart e seus aliados, bem como o controle do governo pelos militares. Segundo Stepan (1975, p. 137):

[...] A idéia central formulada na ESG era que os problemas de desenvolvimento e segurança são inseparáveis [...] quase todos os oficiais concordavam em que, sendo os problemas trabalhistas, fiscais, educacionais e outros intrinsecamente ligados à segurança do país, era

legítimo e necessário aos militares se interessarem por estas áreas. Desta premissa básica proveio a contínua expansão da jurisdição militar sobre a vida brasileira quando os militares assumiram o poder em 1964. [...] Havia dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros, e que estavam tecnicamente preparados para governar.

Multinacionais e potências estrangeiras temiam a política de nacionalização anunciada por João Goulart, bem como a execução da reforma do estatuto do capital estrangeiro, que, como já mencionamos, regularia a remessa de lucros para o exterior e disciplinaria os investimentos estrangeiros no país. Redução nos lucros era um sacrifício que empresários nacionais e estrangeiros jamais estariam dispostos correr.

Diante disso, o empresariado nacional se uniu em uma complexa conspiração, organizada e patrocinada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), principais catalisadores do pensamento anti-Goulart. Dreifuss (2006, p. 176) defende que o papel político do IBAD e do CONCLAP, que operavam dentro do contexto populista, “[...] foi substituído em seu papel político pela formação do IPES” (que passou a existir oficialmente no dia 29 de novembro de 1961). Segundo esse autor, o IPES é “[...] uma organização de classe que reunia a elite orgânica do novo bloco de poder e que expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiros-industriais multinacionais e associados”.

O complexo IPES/IBAD, segundo Dreifuss (2006, p. 177) era visto como “[...] verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”. Ele dirige sua atenção para o papel desempenhado pelos “intelectuais orgânicos”, a quem chama “tecno-empresários”, que atuavam na organização da burguesia como um ator político durante o governo de Goulart. O cientista social Dreifuss defende a ideia do complexo IPES/IBAD, que funcionou como um “Estado-maior” da burguesia, portanto o golpe seria, em sua visão, uma articulação dos empresários em torno do IPES, tendo em vista a defesa dos interesses do capital internacional associado. O complexo IPES/IBAD foi efusivamente destacado por este historiador, como chave no desencadeamento do golpe:

Por intermédio de seus especializados grupos de ação e usando todos os meios disponíveis, o complexo IPES/IBAD conseguia estabelecer a presença política, ideológica e militar do bloco de poder multinacional e associado em toda relevante área social de conflito e disputa [...] que levaram à desestabilização do sistema político brasileiro (DREIFUSS, 2006, p. 226).

O IPES tentou cooptar os estudantes e operários para a oposição antijanguista, colaborando com diversas entidades de tendência direitista, como a União Cívica Feminina, a Campanha da Mulher pela Democracia, além de outras entidades ligadas à Igreja Católica. Em especial, associou-se aos militares da ESG para consumação do golpe, conseguindo amplo apoio dentro das Forças Armadas e dos oficiais de reserva. Para Dreifuss (2006, p. 419), “[...] alguns dos oficiais mais influentes eram ipesianos e ibadianos, e desempenharam um papel significativo na preparação e na consumação do movimento civil-militar que depôs João Goulart”. Dreifuss defende com veemência que “[...] o Complexo IPES/IBAD e dos oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder”. Segundo análise de Figueiredo (1993, p. 173), “Dreifuss enfatiza a ação política da burguesia como classe, atribuindo ao IPES um papel dirigente e coordenador na conspiração contra o governo”. Apesar de a conspiração ser uma ação conjunta, Dreifuss acredita que a burguesia dirigiu outros grupos para o objetivo que ela almejava.

Reis Filho (1990, p. 22) reforçaria essa tese de Dreifuss ao afirmar que “O golpe militar, consumado em 1º de abril de 1964, [...] instalou uma ditadura militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder”. Um olhar sobre a amplitude da liderança da elite empresarial e associada no processo de articulação que levou ao golpe, mas segundo Fico (2004, p. 37), “Reis Filho chama a atenção para o que, de fato, é a fragilidade maior do trabalho de Dreifuss, isto é, a superestimação da capacidade que aquelas associações teriam de conduzir o processo histórico”.

Também os latifundiários sentiam-se extremamente ameaçados com a reforma agrária proposta por Jango e as constantes invasões de terras registradas no período, em sua maioria feitas pelas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, que radicalizava a luta adotando o conhecido grito revolucionário “Reforma agrária, na lei ou na marra”, motivo de sobra para aterrorizar os latifundiários

brasileiros. A radicalização do PTB, que não aceitava a proposta do PSD, foi catastrófica para o período, acirrando a crise política.

Em 1963, uma coalizão vitoriosa poderia ter sido formada em apoio a uma reforma agrária. Praticamente todos os grupos concordavam que uma reforma agrária era necessária. As distorções na estrutura agrária eram demasiadamente evidentes. As propriedades maiores de quinhentos hectares, correspondendo a 2% do número total de propriedades (43 mil de 3,3 milhões), ocupavam 58% de toda a área rural. Entretanto, essas propriedades representavam apenas 3,5 % da área cultivada total. [...] A postura intransigente do PTB em relação a seu projeto de emenda constitucional (dada a sua abrangência, era inaceitável aos grupos centristas), contribuiu para acirrar a posição dos conservadores radicais. [...] A proposta do PSD de que a desapropriação das propriedades maiores do que quinhentos hectares deveria se limitar às que fossem improdutivas ou exploradas em condições antieconômicas não foi aceita pelo PTB, sob o argumento de que constituía um “negócio agrário” (FIGUEIREDO, 1993, p. 194).

A recusa do PTB em mudar seu projeto constitucional a respeito da reforma agrária inviabilizava um acordo sobre uma alternativa mais viável. Segundo Santos (1986, p. 47), essa atitude do PTB expressava “[...] a lógica de uma ideologia que não aceitava nenhuma alternativa aquém da solução ótima”, ou seja, a sua própria; uma radicalização amplamente adotada pelos grupos de esquerda que não aceitam a cooperação com as forças do centro, fato que dificultou o quadro político de João Goulart, o qual inicialmente manteve-se ambíguo, mas acabou por ceder às pressões do PTB.

Porém, para Fico (2004, p. 49), “[...] a melhor contribuição do trabalho (de Santos) é chamar a atenção para a importância das questões parlamentares, do Congresso, dos partidos políticos”. Santos (1986) atenta para a crise político-institucional no plano parlamentar. Ele afirma que em sistemas polarizados ocorre uma paralisia decisória que gera uma crise política, um colapso do sistema político, que interfere na sua capacidade operacional. Era assim que Santos interpretava o governo de Goulart: um governo com uma série crise de paralisia política decisória, o que contribuiu para a intervenção das Forças Armadas.

A participação incondicional da maioria do Clero da Igreja também foi essencial na trama do golpe, pois parte considerável da Igreja Católica, ala conservadora, apoiou a “Revolução” para tirar Jango da Presidência, alegando ser uma atitude em defesa

da lei e da ordem nacional, o que levou muitos fiéis a crerem que o golpe contra o governo seria realmente uma boa alternativa.

Os movimentos feministas conservadores, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde); a Liga da Mulher Democrata (Limde) e a União Cívica Feminina (UCF), e grande parte da classe média também se posicionaram contrários ao governo reformista e nacionalista de João Goulart, influenciados pela Igreja Católica conservadora, pela maior parte dos jornais e pelo medo de uma suposta revolução comunista, como a que ocorrera em Cuba anos antes, saíram às ruas pedindo a deposição do presidente.

Vale ressaltar o forte apoio ao golpe dado por parte da imprensa conservadora, que englobava importantes jornais de grande circulação no país, como *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, entre outros. Esses veículos consideraram o Comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964, em que Jango anunciou as pretendidas Reformas de Base, como uma atitude de extremistas que queriam subverter a ordem. A imprensa insuflava o povo contra o governo e desafiava as Forças Armadas a se posicionarem diante de tal ameaça: “[...] E é também o momento de as Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo Sr. João Goulart, apoiado nos comunistas” (*O Estadão de São Paulo*, 14 Março de 1964, p. 7). Os jornais se levantaram contra o governo de João Goulart e deram total cobertura e apoio ao episódio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março, uma semana após ao Comício da Central do Brasil, como uma resposta do povo contra os ditos atos “comunistas” do governo. Uma resposta de cerca de meio milhão de civis que marcharam nas ruas de São Paulo contra o Governo de Goulart.

Os parlamentares da UDN, parte do PSD e governadores de Estado, como Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), deram apoio decisivo para a deflagração do Golpe contra Jango. Soma-se a tudo isso a participação ativa das lideranças do Poder Legislativo e a omissão do Poder Judiciário, que foram decisivas para o sucesso do golpe.

Não podemos excluir o “desejo” dos norte-americanos em derrubar o governo de Jango, que apresentava tendências nacionalistas e matinha comércio e boa relação com países socialistas, isso no melindroso contexto da “Guerra Fria”. O governo dos Estados Unidos junto com grupos nacionais promoveram uma campanha subterrânea de desarticulação do governo de Goulart.

De acordo com Fico (2008, p. 77), “o embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart”, intervenção autorizada pelo presidente Kennedy. Importante sublinhar a *Operação Brother Sam*¹⁴, que, segundo Fico (2008, p. 88), dizia respeito “[...] a qualquer tentativa importante de mudar significativamente, por violência ou de outro modo, o caráter do regime que governa o Brasil”, que, entre outras determinações, daria a força-tarefa naval, caso necessário, para confirmar a deposição de Jango.

Para Ferreira (2012, p. 23), “o governo dos Estados Unidos apoiava o movimento e reconheceria o estado beligerante de Minas Gerais, fornecendo suporte financeiro, diplomático e militar a Magalhães Pinto”.

Os Estados Unidos apoiaram a implantação de regimes militares em vários países americanos, com o intuito de afastar o “perigo comunista”, que sondava o continente e concretizava-se com a Revolução Cubana em 1959, quando Fidel Castro e seus companheiros depuseram o presidente pró-EUA Fulgêncio Batista. Porém, somente em 1961, após o episódio da invasão frustrada de cubanos anti-fidel, apoiados pelos norte-americanos, na Baía dos Porcos¹⁵, é que a ilha aderiu ao regime socialista soviético, para irritação dos Estados Unidos. Admitir um país insubmisso no continente americano em plena Guerra Fria era um transtorno e evitar que esse “mal socialista” se espalhasse tomando proporções continentais era uma missão que os norte-americanos abraçaram com fervor.

Apoiar a formação de ditaduras na América fazia parte de um extenso projeto anticomunista, registrando-se apoio e intervenção golpista dos norte-americanos nos

¹⁴Ver mais detalhes sobre o tema em FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 65-111.

¹⁵Ver HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 427.

seguintes países: Venezuela (1947), em aliança com setores entreguistas das Forças Armadas derrubam o governo venezuelano de Rômulo Gallegos. Na Guatemala, em 1954, reagiram à eleição de Jacobo Arbenz com um golpe de Estado. Em 1961, apoiaram a invasão à Baía dos Porcos, em Cuba, sendo rechaçados pelos revolucionários comandados por Fidel em Playa Girón. Em 1965, invadiram a República Dominicana, contando com o apoio da ditadura militar brasileira.

Entre 1964 e meados dos anos 1980, a começar pelo golpe militar no Brasil, os Estados Unidos apoiaram golpes de Estado e ditaduras como a de Augusto Pinochet, no Chile (que derrubou Salvador Allende em 1973), e as dos generais argentinos, paraguaios, uruguaios e brasileiros. Nesse período têm lugar também as guerras contra-revolucionárias na América Central e a invasão de Granada em 1983. Portanto, fazia, em sua política anticomunista, apoiar, fomentar e financiar qualquer ação contra o perigo de “novas cubas” em território americano.

Em se tratando do caso brasileiro, a secreta Operação *Brother Sam* daria o apoio logístico aos golpistas, caso houvesse resistência por parte das forças leais ao governo. Para o presidente Lyndon Johnson, sucessor de John Fitzgerald Kennedy, após o atentado que este sofrera em novembro de 1963, o que estava em jogo era o confronto global entre o comunismo soviético e a democracia. Já que Kennedy não conseguiu invadir Cuba, cabia aos seus sucessores impedir uma nova “Cuba na América”, reprimindo todas as experiências de esquerda na América Latina. Por essa razão, Johnson estava disposto a fazer o que fosse preciso para ajudar o movimento que derrubou João Goulart, o que eles interpretavam – os conservadores brasileiros e o governo norte-americano – como um contragolpe preventivo.

Interessante notar a observação feita por Carlos Fico (2008, p. 278) a respeito da participação dos Estados Unidos na execução do Golpe de 1964, que, apesar de reconhecer que “[...] não há dúvida de que o apoio norte-americano foi essencial”, seja nos milhões de dólares aplicados em desestabilizar o governo de João Goulart, seja na montagem da “Operação *Brother Sam*”, o historiador reconhece que tal participação só seria possível com o apoio e colaboração de brasileiros:

Aos que asseguram que “o golpe começou em Washington”, vale a advertência de que nenhum governo pode tudo, nem mesmo o de uma superpotência: as circunstâncias históricas que levaram ao golpe de 1964 foram engendradas por brasileiros e, hoje, podemos dizer que isso vale também para a extravagante “Operação *Brother Sam*”, já que ela foi montada com o conhecimento de brasileiros (FICO, 2008, p. 277).

Enfim, vários setores se uniram em torno do objetivo de impedir a continuidade do governo de Jango. Portanto, a convergência de forças endógenas e exógenas teve capacidade suficiente para gerar a queda do presidente João Goulart.

Os militares têm razão quando enfatizam que “não estavam sós”, isto é, que a iniciativa de dar um golpe de estado em 1964 não foi de sua exclusiva iniciativa, e sim resultado da confluência e do apoio de importantes segmentos da sociedade, preocupados com a possibilidade de que a esquerda conquistasse o poder no Brasil. (CASTRO, 2004, p. 44)

Diante das descrições feitas, notamos um considerável grupo de oposição a João Goulart, que, por meio de um discurso anticomunista para manter a ordem e a legalidade, foi um fator fundamental para o desfecho do Golpe de 1964. No entanto, avaliar qual segmento teve maior força para desencadear o golpe é algo extremamente complexo, uma vez que cada um teve sua parcela de importância no processo.

Fico (2004, p. 113), após analisar as variadas abordagens e interpretações que levaram ao golpe de 1964, conclui:

No que se refere às razões do Golpe, parece-me evidente que, em se tratando de um fenômeno complexo, todas as variáveis intervenientes, de natureza macroestrutural ou micrológica, devem ser consideradas. As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, o ânimo golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas que devem ser levadas em conta.

Partindo do princípio de que “todas são causas que devem ser levadas em conta”, podemos observar uma extensa rede de articulações, que se emaranhou e resultou no fatídico golpe de estado, tramado e executado por grupos heterogêneos.

2.3 DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

O golpe no início de 1964 era iminente, restaria apenas saber qual dos lados tomaria a frente da situação, uma vez que era notório que tanto a esquerda quanto a direita estavam dispostos a atingir seus objetivos, nem que para isso tivessem que lançar mão da democracia, utilizando de artifícios que os levassem e os conservassem no poder.

De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse à suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas (FIGUEIREDO, 1993, p. 202).

É conclusivo que três episódios aceleraram o desgaste e a queda do governo Goulart, levando ao máximo da polarização: o Comício da Central do Brasil, em 13 de março; a Revolta dos Marinheiros, em 25 de março; e por último o almoço do presidente com os sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964.

Analisando tais episódios, observamos que o Governo João Goulart apresentou sua guinada definitiva em direção às Reformas de Base ao anunciar uma série de comícios pelas principais capitais brasileiras, que se iniciaria em março e iria até maio daquele ano, passando por Salvador, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e outras. Porém, o primeiro e único comício em favor das Reformas de Base ocorreu no dia 13 de março de 1964. Nesse episódio, concentrou-se, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, cerca de 200 mil pessoas. O comício teve início às 18 horas, e várias faixas e cartazes dos populares exigiam as Reformas de Base e criticavam a exploração da elite sobre os trabalhadores brasileiros. Getúlio Vargas foi um nome muito lembrando pelo povo nessas manifestações. Segundo Ferreira (2004, p. 33) “[...] com uma intervenção radical, José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, exigiu a extinção da política de conciliação do presidente Goulart”. Também elogiou a presença da classe dos sargentos ao lado dos populares e defendeu a reforma universitária e o CGT. Miguel Arraes, governador de

Pernambuco, foi ovacionado pelo público ao criticar o privilégio das minorias. Os discursos se sucederam radicais em defesa da reforma, e um dos oradores mais esperados era Leonel Brizola:

Depois de dizer que “povo não é um rebanho de ovelhas que tem que concordar com tudo”, ele [Brizola] defendeu a formação de um governo popular e nacionalista que representasse a vontade do povo. Para isso seria preciso o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte como solução para o “impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário”. O novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalista e sargentos (FERREIRA, 2004, p. 34).

Somente por volta das 20h46m, João Goulart¹⁶ tomou a palavra e falou durante pouco mais de uma hora. Relatou a necessidade de revisar o texto constitucional, a fim de garantir uma estrutura socioeconômica justa.

[...] Após denunciar a indústria do anticomunismo, João Goulart citou a doutrina social do Papa João XXIII para negar que o cristianismo possa ser utilizado para garantir os privilégios de poucos. [...] Na luta pela emancipação econômica do país, o governo continuaria ao lado dos operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e empresários patriotas. “Sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria deste país. Nada adianta dar-lhe aquela aparência bem-comportada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro. Meus patrícios, a hora é a hora de reformas” (FERREIRA, 2004, p. 34-35).

No Comício, Jango iniciaria o processo de reforma agrária, assinando o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), em que terras em um raio de dez quilômetros ao longo das rodovias e ferrovias federais e aquelas beneficiadas ou recuperadas por investimentos do governo em obras de irrigação, açude ou drenagem, seriam desapropriadas sem indenizações aos proprietários. Falou também da estatização de algumas refinarias privadas de petróleo, e comentou a proposta das Reformas de Base que nos próximos dias enviaria ao Congresso.

Naquele momento, empresários, militares golpistas, alguns parlamentares e governadores de Estado já consideravam a situação intolerável. Para a direita, era necessário impedir a implementação das alterações econômicas e sociais propostas

¹⁶Discurso completo do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 283-291.

pela propaganda de Reformas de Base do governo, sem a devida preocupação em respeitar as diretrizes democráticas.

De acordo com Fico (2004), a resposta da direita conservadora veio no dia 19 de março de 1964, quando, a partir das 16 horas, uma multidão de cerca de 500 mil pessoas se aglomerou na Praça da Sé em São Paulo, na chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo setores católicos da classe média urbana e movimentos feministas conservadores, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a Liga da Mulher Democrata (Limde) e a União Cívica Feminina (UCF). Fico (2004, p. 42) enfatiza que “[...] cerca de 80 entidades participaram da marcha. Mais de 300 municípios do interior paulista enviaram representantes [...]”, além da participação de políticos de grande expressividade nacional, como Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Auro de Moura Andrade.

O movimento, patrocinado por entidades como o IPES e o IBAD, posicionava-se contra a política reformista do governo e o considerado “perigo comunista”, objetivando a desestabilização do governo Goulart. Até a organização da Marcha, os grupos feministas promoveram reuniões, panfletagens, programas de rádio e divulgação de cartas em defesa da pátria e da família cristã. Segundo Fico (2004, p. 42) “À frente da Marcha, palavras de ordem anunciavam: Está chegando a hora de Jango ir embora”. Devemos ressaltar que as marchas passaram de mero fenômeno propagandístico a mobilização das classes médias urbanas em repúdio ao governo Goulart, servindo de justificativa civil para o Golpe iminente.

O sucesso da Marcha de São Paulo estimulou a realização de várias outras pelo Brasil. De acordo com Fico (2004), a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada no dia 2 de abril no Rio de Janeiro, que em seu auge reuniu cerca de um milhão de pessoas, partiu da Igreja da Candelária e percorreu as avenidas Rio Branco e Almirante Barroso até a Esplanada do Castelo, convertendo-se numa espécie de comemoração da vitória do golpe civil-militar, com o discurso de várias personalidades, como Carlos Lacerda e o general Mourão Filho.

Um dos estopins para a queda de João Goulart foi a Rebelião dos Marinheiros¹⁷. Segundo Motta (2004, p. 39), “[...] a gota d’água a provocar o trasbordamento das tensões acumuladas foi a Rebelião dos Marinheiros, que eclodiu durante a Semana Santa (25 a 28 de março de 1964)”.

Na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, mesmo com a proibição das autoridades legais, foi realizada a reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em que cerca de dois mil marinheiros de baixa patente reivindicavam melhores condições de trabalho e apoiavam as Reformas de Base pretendidas pelo governo. A assembleia foi presidida por José Anselmo dos Santos, mais conhecido como Cabo Anselmo¹⁸, o qual proferiu um discurso¹⁹ que inflamou o ânimo dos marinheiros. Alguns membros da diretoria, como Avelino Bioen Capitani (que mais tarde faria parte da Guerrilha do Caparaó), haviam sido presos no dia 24 de março, às vésperas da assembleia.

Diante da ilegalidade da reunião, o Ministro da Marinha, Almirante Silvio Mota, emite ordem de prisão contra os marinheiros. Os revoltosos pediram a demissão do ministro Sílvio Mota, fato que demonstrava grave indisciplina. O então ministro ordenou a prisão dos líderes do movimento, enviando ao local um destacamento de fuzileiros navais. Porém, os fuzileiros juntaram-se ao movimento.

O ministro da Marinha, Silvio Mota, enviou uma tropa de segurança de 90 homens do Corpo de Fuzileiros Navais para desalojar o sindicato e prender os marinheiros. O comandante da tropa era o capitão-de-Mar-e-Guerra Ari da Frota Roque. A tropa de choque foi recebida pelos marinheiros aos gritos de: “somos seus irmãos, venham para cá”, com discurso emotivo de Anselmo, tendo como música de fundo o Hino Nacional e o da Liberdade. Um pelotão de 26 fuzileiros se aproximou do portão principal, que estava fechado, e ficou frente a frente com os marinheiros que estavam do outro lado. Os apelos para depor as armas e aderir aumentaram. A emoção foi muito grande. O soldado Paulo Novaes Coutinho largou a metralhadora e a cartucheira no chão, o portão se abriu para ele entrar; os demais 25 o

¹⁷Ver mais detalhes sobre o tema em: ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o Leme a bombordo: Marinheiros e a ditadura civil-militar no Brasil - da rebelião de 1964 à anistia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 62-85.

¹⁸ O Cabo Anselmo passou a ser execrado pelos ex-companheiros, quando passou a colaborar com a repressão, denunciando militantes de esquerda e preparando armadilhas para a sua captura, contribuindo, com isso, para a morte e desaparecimento de várias pessoas. Ver mais em: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 228-231; e em: ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 50-61.

¹⁹ Discurso completo do Cabo Anselmo, em 25 de março de 1964, ver em: COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 329-331.

acompanharam. Do outro lado, uma companhia de fuzileiros armados de canhões e metralhadoras recebeu a ordem de “fogo”. Os fuzileiros baixaram as armas e retiraram as munições. Concretizou-se a rebelião dos soldados do mar e da terra da Marinha. A unidade estava selada (CAPITANI, 2005, p. 68-69).

Logo depois, o presidente Jango expediu ordens proibindo invasões na assembleia, e o Ministro da Marinha Silvio Mota pediu demissão do cargo. No dia seguinte, Amauri Silva, Ministro do Trabalho, conseguiu pacificar a revolta e promover a dispersão dos marinheiros, que desocuparam o prédio, porém os militares, sob a acusação de motim, ordenaram a prisão dos líderes. Horas depois, o presidente João Goulart interveio e ordenou a libertação dos amotinados. Jango nomeou como Ministro da Marinha o almirante Paulo Márcio da Cunha Rodrigues, conhecido pelo seu posicionamento nacionalista. Tais fatos geraram um constrangimento entre o governo civil e os militares, que sentiram a quebra de sua hierarquia militar.

[...] O presidente aceitou a demissão do ministro da marinha, que desejava punir os marinheiros, nomeou para o posto um militar indicado pela esquerda e autorizou a libertação dos rebeldes. Esses atos, erros políticos grosseiros, convenceram a oposição de que Jango se encaminhava rapidamente para um golpe de esquerda com o apoio nos “peões”, ou seja, os segmentos populares e os militares subalternos (MOTTA, 2004, p. 39).

Os marinheiros comemoraram em passeatas pelas ruas do centro do Rio de Janeiro a libertação dos presos. Segundo Carloni (2007, p. 301), a radicalização do movimento e a quebra de dois valores fundamentais na ordem militar – a hierarquia e a disciplina – fizeram com que “[...] boa parte dos oficiais de direita e de esquerda [...]”, temerosos de que tal radicalização política “[...] pudesse levar à subversão da ordem dentro dos quartéis, tiveram na Revolta dos Marinheiros um dos motivos para o golpe civil-militar de 1964”. Estava claro que o levante dos marujos contribuiu de forma decisiva para precipitar o golpe civil-militar de 1964.

Em diversas obras sobre o golpe, incluindo depoimentos de militares, não é raro encontrarmos a interpretação de que o movimento dos marinheiros foi decisivo no resultado do desfecho político de março de 1964. Para Alzira Alves Abreu, analisando o papel da imprensa na queda de Jango, a “Revolta dos Marinheiros, liderados pelo Cabo Anselmo [...], precipitou os acontecimentos. Os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar” (ALMEIDA, 2012, p. 84).

Nas palavras de Reis Filho:

A crise da Marinha mudou o foco do processo político. Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contrarreforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Um desastre político para Jango e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir (REIS FILHO, 2005, p. 32).

E o barril de pólvora explodiu em 30 de março de 1964, no discurso de João Goulart²⁰, convidado de honra na festa promovida pela Associação de Sargentos e Suboficiais da Política Militar, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro. A presença de Goulart reiterou a opção pela luta política na esfera pública e foi interpretada como uma afronta e provocação pelas Forças Armadas. De acordo com Angelo (2009, p. 29), “Jango fez um pronunciamento incendiário. Abordou a questão da disciplina e hierarquia militar e, de passagem, ainda tocou no tema das reformas”. Jango invocou o apoio dos sargentos e suboficiais em prol das reformas pretendidas pelo Governo. Foi o suicídio político de Jango, em vez do suicídio físico cometido por Vargas, dez anos antes.

A situação entre o governo e a alta oficialidade tornava-se insuportável. Segundo Angelo (2009, p. 28), na visão do oficialato, Jango incentivava o rompimento da hierarquia e da disciplina militar, “[...] dois valores cardeais para as Forças Armadas”. Portanto, “era preciso derrubá-lo para salvar as instituições militares e a democracia”.

A radicalização do governo Jango trouxe ares de tendência esquerdista. Pairava na nação o clima de confronto, que poderia partir das forças leais ao presidente, comandadas pelo Chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, ou da ala golpista dos militares, que a essa altura contavam com o apoio do prestigiado e cauteloso general Castelo Branco. Era uma questão de dias, ou horas para o golpe se deflagrar.

Martins Filho (2012) relata que o Golpe iniciou-se na manhã do dia 31 de março de 1964, quando o general Olympio Mourão Filho, chefe da 4ª Divisão de Infantaria de Juiz de Fora, Carlos Luiz Guedes, comandante da Infantaria Divisória 4, e o

²⁰ Discurso completo do presidente João Goulart na reunião de sargentos no Automóvel Clube em 30 de março de 1964, ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 318-322.

governador civil Magalhães Pinto ergueram o levante militar a partir de Minas Gerais, numa operação apelidada de Coluna Tiradentes, parte de um esquema chamado de Operação Popeye. Na Operação Popeye as tropas do general Mourão deveriam barrar o avanço das forças legalistas vindas do Rio de Janeiro ou São Paulo em direção a Minas Gerais ou Espírito Santo.

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assustou-se ao receber a notícia do movimento da Coluna de Mourão em direção ao Rio de Janeiro. Ele sabia que para conseguir que o movimento anti-Goulart lograsse vitória seria necessário o apoio da maioria dos oficiais, e isso ainda não havia sido arregimentado. Diante disso, Castelo Branco, por volta das 7 horas da manhã do dia 31 de março de 1964, ligou para o governador mineiro Magalhães Pinto, solicitando a paralisação das tropas do general Mourão Filho. O apelo não foi ouvido e, no final da tarde, as tropas mineiras atingiam a divisa do Rio de Janeiro, para irritação de Castelo. Eram necessárias uma decisão e ação rápida diante do desenrolar dos fatos.

No histórico prédio do Ministério da Guerra, no Rio, em seu gabinete da Chefia do Estado-Maior do Exército, o general Castello Branco acompanhava o desenrolar dos fatos. Caberia a ele neutralizar qualquer movimento de tropas a partir do Rio de Janeiro ou de Petrópolis para enfrentar a Coluna de Mourão. Em telefone a Lacerda, Castello procurou explicar que a questão agora era militar: São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul precisavam se definir. Feito isso, as tropas paulista e mineiras marchariam em diversas colunas para o Rio de Janeiro. Em nenhum outro lugar os acontecimentos foram tão decisivos (MARTINS FILHO, 2012, p. 18).

Segundo Ferreira (2012), João Goulart chegou a cogitar a hipótese de lutar contra o levante que se erguia em Minas Gerais, antes que o mesmo tomasse dimensões incontroláveis, porém, devido ao silêncio do Supremo Tribunal Federal diante da crise política e ao ter ciência que o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano, Jango decidiu recuar:

A primeira atitude de Goulart, com o apoio de seus ministros, foi resistir ao golpe. Jango ordenou que o Regimento Sampaio, na Vila Militar, o Grupamento de Obuses, no bairro de Deodoro, e o 1º Batalhão de Caçadores, em Petrópolis, tropas profissionalizadas do Exército, detivessem Mourão. A seguir, planejou sustar a tentativa de golpe depondo Magalhães Pinto do governo de Minas Gerais e nomeando um interventor. Poucas horas antes, San Tiago Dantas, deputado federal e amigo de Goulart, soubera que o governo dos Estados Unidos apoiava o movimento e que reconheceria o “estado de beligerância” de Minas Gerais, fornecendo suporte financeiro, diplomático e militar a Magalhães Pinto. [...] Navios de guerra norte-americanos estavam se dirigindo para o litoral brasileiro. A

intervenção em Minas Gerais, portanto, poderia deflagrar uma guerra civil com intervenção estrangeira. Após a conversa com San Tiago Dantas, Goulart recuou, e o decreto de intervenção em Minas Gerais foi susado (FERREIRA, 2012, p. 23).

Os rumores de que o Corpo de Fuzileiros Navais pretendia atacar o Palácio da Guanabara para depor Carlos Lacerda, fez com que o general Fontenelle, Chefe da Casa Civil do Governador, montasse um forte esquema de defesa, temendo o ataque das tropas legalistas. Lacerda comunica-se com o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, a fim de pedir ajuda militar. De acordo com Martins Filho (2012), somente às 22 horas do dia 31 de março de 1964, o governador Adhemar de Barros declarou o apoio de São Paulo ao movimento, seguido pelo chefe do II Exército, sediado na capital paulista, o general Amaury Krueel.

Nota-se que os golpistas não estavam bem articulados, como Castro (2004, p. 44) descreve: “a imagem mais fidedigna é de ilhas de conspiração, com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si”. Muitos militares só passaram a aderir ao golpe e à queda da legalidade na última hora.

De acordo com Ferreira (2012, p. 24), “Jango tentou convencer os comandantes das quatro jurisdições do Exército Brasileiro a garantir a legalidade do governo, impedindo o golpe em andamento, encontrando apoio dos comandantes do I (GB, RJ, ES e MG) e III Exército (PR, SC e RS)”. Porém o II Exército (São Paulo), comandando pelo general Amaury Krueel, declarou que só apoiaria Jango se “o CGT fosse declarado ilegal e os comunistas perseguidos”. João Goulart recusou o acordo. Diante da negativa de Jango, o chefe do II Exército, com sede na capital paulista, o general Amaury Krueel, aderiu ao movimento golpista e direcionou suas tropas ao Rio de Janeiro. Neste momento, governadores de outros Estados brasileiros, como do Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, declararam apoio ao golpe que estava em curso. O comandante do Regimento, Sampaio, e de outras Unidades do Exército Brasileiro decidiram apoiar o golpe.

Martins Filho (2012, p. 20) afirma que “[...] gradualmente, a hipótese de confronto militar se extinguiu”. Ele discorre sobre o desenrolar dos fatos e a posição de isolamento e inércia do governo Jango. Segundo ele, as tropas de Petrópolis, chefiadas pelo tenente-coronel Kerensky, que inicialmente pretendia deter os

golpistas, acabaram aliando-se a estes últimos. Os oficiais da Força Aérea não receberam ordens para atacar as colunas antijanguistas. Às 12 horas, o Regimento de Artilharia de Costas, no Rio de Janeiro, foi neutralizado pelo general Montagna. Apesar de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, pronunciar-se em favor das tropas legalistas, o comandante do IV Exército de Recife, general Justino Alves Bastos, anunciou seu apoio às forças golpistas. Por volta das 20 horas, tropas do Exército prenderam Miguel Arraes. O governador de Sergipe, Seixas Dória, também foi preso sob alegação de traidor da nação. No Rio de Janeiro, houve ações isoladas dos fuzileiros navais, sob o comando do almirante Aragão, em defesa do regime constitucional e da legalidade, porém não lograram nenhum êxito e o almirante foi preso.

Jango percebeu que não eram grupos civis e militares minoritários que tentavam golpear as instituições, como ocorrera em episódios anteriores. Era um movimento conjunto das Forças Armadas com o apoio de empresários, de amplos setores das classes médias e dos meios de comunicação. O movimento ainda contava com os governadores da Guanabara, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com suas polícias civis e militares. No Congresso Nacional, grande parte dos parlamentares deu aval ao golpe. O Supremo Tribunal Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano (FERREIRA, 2012, p. 24).

Naquele 1º de abril de 1964, pouco antes das 13 horas, o presidente João Goulart deixou o Rio de Janeiro, embarcando para a capital brasileira. Na Cinelândia, grupos de manifestantes pró-Jango, tentaram invadir o Clube Militar, mas foram contidos a tiros. O apresentador de televisão Flávio Cavalcanti utilizava os meios de comunicação para instigar grupos anticomunistas contra manifestantes pró-Jango, tais grupos acabaram ateando fogo à sede da UNE, no Flamengo (RJ). Em toda a cidade, líderes políticos ligados a João Goulart foram presos. Alguns líderes importantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foram presos, impedindo qualquer resistência organizada por parte do Sindicato. No final da tarde do dia 1º de abril, oficiais da marinha conseguiram tomar o prédio de seu ministério. Apesar da capitulação dos pró-janguistas, houve registros de violentos embates com mortos e feridos, entre manifestantes e soldados nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Diante do quadro crítico, às 22h30m do dia 1º de abril, João Goulart embarca em Brasília em direção a Porto Alegre (RS). Segundo Ferreira (2012), o comandante do III Exército, general Ladário Telles, e Leonel Brizola tinham esperança de montar

uma resistência e quem sabe reverter o golpe. Seria a tentativa de Brizola de reeditar a Campanha da Legalidade que evitara o golpe de 1961, mobilizando o país em defesa das leis constitucionais que garantiram a posse de João Goulart. Porém, o quadro demonstrava que repetir a proeza de 1961 seria muito difícil, diante do grave quadro já armado em 1964.

Às 8 horas da manhã do dia 2 de abril, reuniram-se Goulart, Brizola, Ladário Telles e os generais do Estado-Maior do III Exército. Telles demonstrou otimismo, mas a maioria dos generais do III Exército comunicou lealdade ao novo ministro da Guerra, enquanto a Brigada Militar obedecia ao governador do Estado. Jango percebeu que não havia como resistir (FERREIRA, 2012, p. 25).

Na madrugada do dia 2 de abril, o Senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, cercado por tropas militares e sob protestos de um grupo de parlamentares, declarou a vacância na Presidência da República, embora Jango ainda estivesse em território Nacional e não tivesse apresentado pedido de renúncia. Acuado e sem apresentar resistência, nesse mesmo dia Jango saiu de Porto Alegre. Segundo Gaspari (2002a, p. 113), “Às 11h45 voou com o general Assis Brasil para a Fazenda Rancho Grande, em São Borja, onde já estava sua esposa Maria Thereza e seus filhos”. Jango teria vagado cerca de 72 horas pelos pampas, sempre perambulando por suas fazendas. “Nas barrancas do rio Uruguai, João Goulart viveu os últimos momentos de seu aniquilamento político num estado de deprimente solidão”. Ele só chegou a Montevideú, no Uruguai, no dia 4 de abril de 1964. Jango morreria 12 anos depois (1967) na Argentina, sem nunca ter tido permissão de retornar ao Brasil.

Para dar ar de legalidade ao golpe, no dia 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu provisoriamente a Presidência. A Operação *Brother Sam* foi desativada e no mesmo dia os Estados Unidos reconheceram o novo governo:

Johnson telegrafa a Mazzilli na noite do dia 2 apresentando-lhe “calorosos votos de felicidade” e proclamando que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo” (GASPARI, 2002a, p. 115).

Logo, uma Junta das Forças Armadas assumiu o Comando Supremo da Revolução, baixando, em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras

determinações, institucionalizava eleições indiretas para Presidente da República e suspendia por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime, dentre eles congressistas, militares e governadores. Surgia aí a ameaça de cassações, prisão, enquadramento como subversivos e eventual expulsão do país. O Congresso foi depurado de simpatizantes do janguismo. No dia 11 de abril de 1964, obtendo 361 votos contra 72 abstenções, Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República do Brasil. O voto mais aplaudido foi do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O Marechal Castello Branco assumiu a presidência em 15 de abril de 1964, sendo o primeiro de cinco presidentes da alta patente do Exército Brasileiro, que governaria o país de 1964 a 1985, período conhecido em nossa história como “Ditadura Militar”.

Os argumentos militares para legitimar o golpe, que para alguns militares não passou de uma contrarrevolução, são relatados por Chirio (2012, p. 17):

Independentemente da geração e do grupo a que pertencem, os oficiais golpistas emitem um discurso bastante estereotipado sobre as razões que os levaram a derrubar o poder civil. Enfatizam em especial dois “perigos” principais, contra os quais o golpe teria sido o único e último baluarte: o de uma revolução comunista e o de uma “quebra de hierarquia” nas Forças Armadas por parte dos militares de patente inferior fomentada por “agentes subversivos” infiltrados em seu meio – dois perigos que teriam sido tolerados, até mesmo atizados, pelo presidente João Goulart.

De acordo com Toledo (2004, p. 74) “[...] não devemos isentar os setores nacionalistas e de esquerda pelo dramático desfecho do processo político”. A omissão ou a falta de base estrutural desses setores para posicionar-se a favor do governo de Jango e defendê-lo diante do golpe que estava sendo desfechado naquele 31 de março e 1º de abril foi crucial para a vitória dos golpistas.

Com uma crescente retórica radical e pseudamente revolucionária, no pré-1964, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente à ação militar, amargando uma derrota arrasadora e desmoralizante. As massas populares e trabalhadoras não deram um passo – a não ser em casos muito isolados – em defesa do governo populista, assistindo passivamente ao desmoronamento de suas organizações políticas e sindicais bem como a prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um “castelo de cartas”, desabou a chamada “frente democrática” que reunia operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes (TOLEDO, 1997, p. 42).

A discussão historiográfica é acirrada quando tratamos sobre a concretização do Golpe por parte dos militares, mediante a falta de resistência por parte do governo

de João Goulart. Podemos observar posicionamentos bem distintos sobre essa questão: segundo Gorender (1987, p. 66) “[...] visto de perspectiva ampla, *o golpe não era inevitável*. Contudo, tornou-se inevitável na curta conjuntura dos dois ou três meses que o antecederam”. O pesquisador defende ainda a ideia de que não havia uma articulação forte entre os militares para a execução do golpe e que se o governo Jango, apoiado pelas forças que desejavam as Reformas de Base, tivesse combatido com bombardeios as tropas do general Olímpio Mourão quando esta se deslocava de Minas em direção ao Rio de Janeiro em busca de apoio de outras guarnições, a tropa mineira teria se dispersado. Além de defender que tropas do Governo, lideradas pelo almirante Aragão, poderiam ter avançado sobre o Palácio da Guanabara no Rio de Janeiro e prendido o governador Carlos Lacerda. Fatos, que, de acordo com Gorender, “[...] teriam um efeito moral tremendo [...]”, e até as tropas da Operação *Brother Sam* chegarem ao Brasil, o que levaria entre dez e doze dias para acontecer, seria tempo suficiente para a resistência se organizar. Nesse pensamento, o golpe de 1964 seria, portanto, derrotado pelas forças legalistas do governo Goulart. Porém, as desarticulações das forças de esquerda e dos setores pró-reformas e a falta de pronto posicionamento do governo levaram-no à queda em 1964. Portanto, para Gorender (1987, p. 250), “a inação é que tornou a derrota inevitável”.

Toledo (1997, p. 41), compartilha da mesma opinião de Gorender, ao afirmar que “[...] o golpe teria sido abortado [...]” caso tivesse uma direção política articulada com a resistência militar. Ele frisa a falta de ação do governo diante das denúncias de conspiração que recebia:

Quatro meses antes, Abelardo Jurema, ministro da Justiça de Jango, em entrevista jornalística, denunciou com amplos detalhes a existência de reuniões de conspiradores contra o regime. Falou dos lugares em que ocorriam estas reuniões e deu os nomes dos principais golpistas. Nestas reuniões, compareciam regularmente o almirante Rademaker, Sylvio Heck, brigadeiro Márcio de Souza Mello, general Olympio Mourão Filho, Cordeiro Farias, Nelson de Mello, marechal Odylio Denys. Por parte dos civis, compareciam, entre outros, o jurista Francisco Campos e representantes do doutor Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Como se sabe, todas elas figuras proeminentes do golpe vitorioso (TOLEDO, 1997, p. 41-42).

No entanto, o governo subestimou as reuniões e não tomou nenhuma providência em relação às denúncias apresentadas, o que o teria custado sua queda em 1964.

Em contrapartida, o historiador Jorge Ferreira apresenta outra postura em relação a esse assunto, após enumerar os atores que articularam o golpe, desde parlamentares da direita, meios de comunicação, considerável parcela dos militares, classe média, governadores de importantes Estados da União (Minas Gerais, Guanabara, Rio Grande do Sul e São Paulo), além do governo norte-americano, o pesquisador conclui:

Jango compreendeu a extensão do golpe que estava em curso. A convocação para a resistência deflagraria uma guerra civil com consequências imprevisíveis. Na manhã do dia 1º de abril, ele iniciou o recuo. [...] Nos anos que se seguiram, Goulart foi bastante criticado por não resistir ao golpe. Atualmente, admite-se a extensão destrutiva que o chamado de resistência provocaria na sociedade brasileira. O jornalista Paulo Markun afirma que “Jango deve ser valorizado por aquilo que não fez: jogar o sangue de outros na luta política”. Zuenir Ventura concorda: “Jango teve um dos seus momentos mais bonitos ao evitar aquilo que imaginava que viria a ser uma guerra civil com um milhão de mortos”. Goulart compreendia que guerra civil é algo que se sabe como começa, mas não como termina. Como ocorre nesses conflitos, toda a sociedade padece, mas são os trabalhadores e a população mais pobre os maiores prejudicados. Esta foi a principal razão para o gesto de Goulart de não resistir aos golpistas (FERREIRA, 2012, p. 24-25).

Caso João Goulart tivesse apresentado resistência, poderia ter derrotado as forças golpistas ou estabelecido uma luta mais prolongada, com milhares de mortes. No entanto, saindo do terreno das especulações e assumindo as objetividades históricas, o fato é que não houve reação por parte do governo, e com certa tranquilidade, os golpistas tomaram o poder em 1º de abril de 1964. Era o fim do curto período democrático da política brasileira, iniciado em 1945, a partir do fim do Estado Novo.

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país (TOLEDO, 2004, p. 68).

Delgado também enfatiza o rompimento democrático da política brasileira, ocorrido em 1964:

Cabe registrar que a deposição de João Goulart foi empreendida pela ação de grupos políticos civis e militares, que assumiram o poder e definiram novas diretrizes políticas para o país. Foram eles os principais responsáveis pela interrupção da experiência democrática que caracterizou a conjuntura de 1945 a 1964, foram eles também os principais sujeitos históricos que

reproduziram por vinte anos a prática autoritária e excludente, que caracterizou o tempo da ditadura do pós-1964 no Brasil (DELGADO, 2004b, p. 26).

Logo após o golpe, já no dia 2 de abril de 1964, foi organizado um triunvirato composto pelas três armas, era o chamado Comando Supremo da Revolução, composta pelo general Arthur da Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Logo, o Comando impetrou uma violenta repressão aos militares e militantes simpatizantes do governo deposto. É curioso notar que um governo ilegítimo e autoritário que depôs um presidente empossado segundo os trâmites constitucionais era saudado como democrático e legal por vários setores da sociedade, que passaram a chamar o golpe de Estado de 1964 de “Revolução Democrática”, de acordo com várias manchetes e reportagens de jornais conservadores.

Destacamos que os líderes civis que participaram da trama e execução do golpe não conheciam o futuro. Acreditavam que os militares no poder seria algo episódico e que logo o poder voltaria para a mão dos civis. A ditadura militar não estava nos planos de líderes como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, ambos presidenciáveis nas eleições de 1965. Os planos imediatos eram depor João Goulart e tirar do cenário político os esquerdistas nacionalistas e comunistas, os trabalhadores e os sindicatos. Porém, a situação fugiu do controle dos civis golpistas e hoje sabemos que o golpe de 1964 resultou em 21 anos de ditadura, regida por presidentes do alto escalão militar.

2.4 A MEMÓRIA SELETIVA E CONVENIENTE DO GOLPE

O estudo da memória histórica de uma sociedade é fundamental para perceber as rugas, as lacunas, o retraimento e o extravasamento de certos assuntos e acontecimentos. Esses indícios, e mesmo os silêncios, dizem muito do contexto histórico que se pretende analisar. Podemos afirmar que a memória coletiva pode ser manipulada de acordo com as conveniências de organizações e grupos sociais. Analisar as estruturas das memórias construídas e ressaltadas de certo período pode ser de grande importância para decifrar as entrelinhas ocultas na construção histórica.

[...] A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 2012, p. 408).

Reis Filho (2004, p. 29) alerta para as artimanhas da memória. “Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provoca, revela, mas também silencia”. Para o autor, não muitas vezes ela falsifica o passado, consciente ou inconscientemente. Cabe ao historiador saber interpretar tal falsificação que pode oferecer interessantes “pistas de compreensão do narrador, sua trajetória e do objeto recordado”.

Considerando a memória a respeito do Golpe civil-militar de 1964 e da ditadura que se seguiu no Brasil, é necessário compreender as formulações das memórias e suas contribuições para a construção histórica. Cabe reportar-nos novamente às palavras de Reis Filho (2005, p. 131) que diz: “as sociedades têm sempre dificuldades em exercitar a memória sobre as suas ditaduras”, e a ditadura militar no Brasil é “uma incômoda memória”, já que para a maioria da sociedade brasileira, “a ditadura e os ditadores foram demonizados”.

Analisar essa “incômoda memória” é remexer fatos e personagens militares e civis que fizeram parte da cúpula do poder no período ditatorial, e que ainda figuram no cenário político nacional. Pela ditadura ter sido “demonizada” na sociedade brasileira, é realmente incômodo trazer à tona qualquer ligação com esse passado.

Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino de exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova* república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática (REIS FILHO, 2005, p. 9, grifos do autor).

Muitas personalidades devem à ditadura seu poder e sua riqueza, mas preferem ficar omissos, à sua sombra, do que correr em defesa desse período histórico.

Habitam discursos políticos, livros didáticos, filmes e materiais diversos de análise e divulgação. Em tudo isto, sobressai uma tese: a sociedade

brasileira viveu a ditadura como um pesadelo, que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura (REIS FILHO, 2005, p. 11).

Porém, de acordo com Reis Filho (2012, p. 31) “É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira”. Sem dúvida é demagogo atribuir somente aos militares a responsabilidade do Golpe, uma vez que ele só foi possível devido a uma conjuntura política, econômica e social, que ia além das forças das armas, havia na fórmula do golpe, como já relatado anteriormente, forças de parcelas importantes da sociedade, como a imprensa conservadora, vários partidos políticos, lideranças políticas, parlamentares, empresariado nacional e internacional, alta hierarquia católica e outras lideranças religiosas, latifundiários, classe média conservadora, movimentos feministas e importantes organizações civis como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e organizações empresariais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além, é claro, de grande parte do oficialato das Forças Armadas. Enfim, apoiavam a deposição de Jango: os segmentos tradicionais e conservadores da sociedade, que Reis Filho (2012, p. 33) chamou de “as direitas”, além do governo dos Estados Unidos da América.

Dessa forma, todos esses setores se articularam e se somaram para a eclosão do golpe de Estado. E nos dias 1º e 2 de abril de 1964, milhares de pessoas ovacionavam os militares golpistas como os defensores da pátria frente à ameaça comunista, nas chamadas “Marchas da Vitória”, que se espalharam pelas principais cidades do Brasil, onde multidões de civis, de todas as classes sociais, comemoravam nas ruas a deposição de João Goulart e chamavam o Golpe de “Revolução Democrática”. O *Jornal do Brasil* (3 de abril de 1964, p. 8) anunciava: “Um milhão de pessoas na rua festeja vitória democrática”. Era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade²¹, que desta vez percorreu as ruas do Rio de Janeiro. Assim saudavam e aplaudiam o novo governo, enfatizando que a multidão estava

²¹Ver relação completa de todas as Marchas da Família com Deus pela Liberdade que ocorreram no Brasil, com descrição de data e local, em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 208-210.

livre. De acordo com Reis Filho (2012, p. 32) “[...] sucederam-se marchas em todas as capitais dos Estados, sem falar em outras, incontáveis, em cidades médias e pequenas. Até setembro de 1964, marchou-se sem descanso no país”.

É notório que muitos civis apoiavam o governo de Jango e as Reformas de Base que ele pretendia implantar, segmentos como sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, subalternos das Forças Armadas, partidos e movimentos nacionalistas e de esquerda. Porém, um impressionante movimento de massas apoiou o golpe. Um dos argumentos que explica o apoio de grande montante de civis encontra respaldo no “medo” e na falta de informação, pois, para muitos, as reformas significavam a implantação do comunismo, o qual no imaginário reforçado por uma ampla campanha anticomunista, que segundo Motta (2002) começou a ganhar força no Brasil desde a década de 1920 com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), representava a negação religiosa e a oposição aos valores morais cristãos, restrições econômicas, falta de liberdade, injustiça, violência, Cuba, URSS, maldição, anti-Cristo, demonização e outros males. Temor este que contribuiu para que muitos se colocassem a favor da medida que consideravam a salvação nacional: o golpe contra o governo legal de Goulart. Para grande parte da população, o golpe de 1964 era visto como um “contragolpe preventivo”.

A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos – foram associados à imagem da peste, por exemplo – mas também despertaram ansiedades do mundo moderno, como a inflação, que foram acusados de provocar visando à desestabilização da ordem econômica. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio [...] Se os comunistas eram responsáveis por um cortejo tão grande de desgraças, não seria factível associar sua atuação aos desígnios do “príncipe das trevas”, que segundo o imaginário cristão era a fonte suprema de todo o mal? (MOTTA, 2002, p. 48).

À propaganda anticomunista somam-se os interesses comerciais de amplos setores do empresariado brasileiro e do capital internacional. Interessante verificar que essa tomada de poder passou a ser denominada de “Golpe Militar”, como se coubesse só a eles, os militares, todas as circunstâncias que desencadearam a queda do governo de Goulart. É inegável a participação conjunta de militares e civis na trama do golpe; porém, os livros didáticos e as memórias sobre o assunto insistem em manter o restrito discurso de “Golpe militar”, absolvendo a sociedade da participação

no processo. Curioso verificar a manutenção dessa memória seletiva, que oculta ou não enfatiza a participação de considerável multidão de civis, de diferentes classes sociais no Golpe de 1964, bem como esquecem convenientemente a grande manifestação popular, que apoiando o golpe, festejou a deposição de Jango e saudou os militares como defensores da ordem social, através do que consideravam uma “Revolução Democrática”.

Reis Filho (2012) faz um comentário interessante em seu artigo “O Sol com a peneira”, em que enfatiza o apoio fundamental da sociedade civil para a longa vida da ditadura militar no Brasil. Segundo ele:

Não se trata de um equívoco a ser “esclarecido”, mas de desvendar um interesse da memória e suas bases de sustentação. São interessadas na memória atual as lideranças e entidades civis que apoiaram a ditadura. Se ele foi “apenas” militar, todas elas, automática e sub-repticiamente, passam para o campo das oposições. Desde sempre. Desaparecem do radar os civis que se beneficiaram do regime ditatorial. Os que financiaram a máquina repressiva. Os que celebraram os atos de exceção. O mesmo pode dizer dos expressivos segmentos sociais que em algum momento apoiaram – direta ou indiretamente – a ditadura. [...] A história atual está saturada de memória seletista e conveniente, como quase toda memória. No exercício desta, absolve-se a sociedade de qualquer tipo de participação neste triste – e sinistro – processo (REIS FILHO, 2012, p. 34-35).

Portanto, ao contrário do que é atualmente sugerido pela memória do golpe, ele não foi apenas militar, mas uma trama civil-militar que englobou significativos segmentos sociais, que incentivaram, participaram e comemoraram o golpe. Ocultar tal fato é encobrir a participação efetiva de civis no Golpe de 1964, que saudaram a instalação de um governo autoritário como se fosse democrático e legal. Muitos desses civis mantiveram-se e se beneficiaram do governo militar que se seguiu, e outros acabaram, por motivos vários, passando para a oposição. Alguns esperavam que o golpe fosse apenas uma intervenção rápida, que logo tudo voltaria ao normal, com a passagem tranquila do poder para as mãos dos civis novamente, que a essa altura já estariam protegidos das esquerdas e da perigosa ameaça comunista. Porém, os militares não fizeram uma curta transição de limpeza, eles tomaram as rédeas da nação e do alto da cúpula governamental, regeram o país por longos 21 anos. Como já foi dito, não era bem isso que muitos dos civis golpistas imaginaram que aconteceria, ditadura não estava em seus planos.

Intrigante constatar a manutenção da denominação “Golpe Militar” na historiografia oficial do Brasil. Indaga-se por que ocultar ou pouco enfatizar importantes segmentos sociais e nomes de políticos civis que foram fundamentais na trama do golpe, como Juscelino Kubtischek, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Ulysses Guimarães, entre tantos outros, que queriam que os militares procedessem à “operação limpeza”, ou seja, o “trabalho sujo”. O porquê não falar dos aplausos que os militares receberam das multidões de todo o Brasil, por “salvarem” a nação do governo legal e democrático de João Goulart.

Reis Filho, em seu livro *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*, tece um estudo intitulado “Ditadura Militar no Brasil: uma incômoda memória”, em que levanta alguns questionamentos:

Como compreender que permaneçam com tanta força lideranças e mecanismos de poder preservados e/ou construídos no período da ditadura, pela e para a ditadura? Como se sabe, do latifúndio ao poder incontrastável dos bancos, da mídia monopolizada por Roberto Marinho aos serviços públicos deteriorados da saúde e da educação, da dívida interna e externa, de José Sarney a Antonio Carlos Magalhães, passando por Delfim Neto, são inúmeras as continuidades entre as *trevas* da ditadura e as *luzes* da democracia. [...] Talvez seja necessário refletir um pouco mais sobre as raízes e os fundamentos históricos da ditadura militar, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade, e, em contraponto, sobre o papel desempenhado pelas esquerdas no período (REIS FILHO, 2005, p. 12, grifos do autor).

É conveniente levantar a questão da memória seletiva do golpe de 1964, discutir os porquês das omissões, dos silêncios e da parcialidade dada à trama. Uma memória que precisa ser revista e levada à coletividade. Algo que não pode ser esquecido, ocultado e muito menos ignorado. É necessário que se construa um novo olhar sobre a memória coletiva do Brasil a respeito de vários assuntos da nossa história, inclusive do período da ditadura militar, tirando do anonimato ações e atores que direta e indiretamente se envolveram no golpe de 1964 e no governo militar que se seguiu, procurando, com isso, alcançar uma visão mais ampla dos fatos, contribuindo para a politização e o desenvolvimento do pensamento histórico dos brasileiros.

3. OS PILARES DA REPRESSÃO POLÍTICA: *MODUS OPERANDI*, ALVOS E RESISTÊNCIA

3.1 UM GOVERNO FORMADO SOBRE OS PILARES DA REPRESSÃO

O governo que se formou a partir do golpe de 1º de abril de 1964 articulou uma estrutura administrativa moldada em pilares repressivos, que, por meio de decretos-leis, Atos Institucionais, espionagem, prisões e censura, criou uma administração do “sim” e do “sim senhor”, e em pouco tempo podou os direitos políticos dos brasileiros, tirou a autonomia do Judiciário, violou a constituição do país e suspendeu a experiência democrática que o Brasil vinha vivenciando desde o fim do Estado Novo, em 1945. As pessoas ou organizações que se levantassem contra esse sistema sofreriam duras punições, sobretudo a partir da instauração dos Atos Institucionais, notadamente do Ato Institucional nº 5 (AI-5)²², em cujo texto consta que o governo visava “[...] combater a subversão e as ideologias contrárias às tradições de nosso povo”. Com a decretação do AI-5 pela corrente dos militares chamados “linha dura”, não havia mais dúvida que a “revolução de 1964” não seria uma intervenção transitória dos militares, mas uma “revolução” permanente, ou como se constatou pelo decorrer dos fatos, prolongada.

Borges (2003, p. 15) destacou que no Brasil o processo intervencionista militar deu-se em 1964, mas “[...] os anos 70 ficaram marcados pelo desencadeamento de golpes de Estado e pela entrada dos militares no cenário político de diversos países da América Latina”. O autor ainda ressalta que “[...] dois terços da população latino-americana, calculada na época em 400 milhões de habitantes, viviam em Estados dotados de regimes militares”.

²²Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros, concedendo amplos poderes ao Executivo Federal, limitando os poderes legislativo e judiciário, além de restringir vários direitos civis. Segundo seu texto, são mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013; <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15 jun. 2013. Texto completo do AI-5 ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 382-385.

Segundo Fico, os governos ditatoriais se formaram a partir de uma organização comum, sobre o que o autor chama de “pilares básicos” da ditadura.

A “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para as suas ações (FICO, 2003, p. 175, grifos do autor).

Em consonância com esses pilares, por meio do empenho do General Golbery do Couto e Silva foi criado, em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI)²³, que passou a atuar efetivamente a partir do governo de Costa e Silva, visando promover a segurança nacional, eliminando os “inimigos” do regime. O General Jayme Portella de Mello (Ministro-Chefe da Casa Militar de Costa e Silva) foi o grande estrategista da montagem do sistema repressivo da ditadura. Segundo Fagundes (2011, p.23) “a partir da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, um amplo aparato repressivo começou a ser articulado.” Em 1967, o Conselho de Segurança Nacional teve suas competências aumentadas e pôde ampliar o poder do SNI e das Divisões de Segurança e Informações (DSI). De acordo com Fico (2003, p. 176) “Se Golbery foi o pai do monstro, Costa e Silva e Portella foram os responsáveis pelo parto”.

Como afirma Fagundes (2011, p. 14) não podemos esquecer que as práticas repressivas não aconteceram no Brasil somente nos 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), elas também ocorreram no período do Estado Novo (1937-1945). Portanto, enfatizar apenas determinada época e seus acontecimentos é, segundo o autor, “uma demonstração da construção social da memória”. O historiador deve estar atento para que tais “esquecimentos” não reflitam nos trabalhos sobre o aparato repressivo no país e seu *modus operandi*.

²³O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, cujo texto lhe atribuía a função de “superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional”. Objetivava, portanto, supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. Em função de sua criação, foram absorvidos outros serviços de informações atuantes até então, como o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Em 1999, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e regulamentou a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), com a missão de “planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do país”, substituindo o SNI. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

[...] A montagem e burocratização do aparato repressivo foi uma tarefa permanente dos governos brasileiros, inclusive durante as décadas do “Período Democrático” (1945-1964). Esse fato atesta que as ações da polícia política aconteceram mesmo durante os períodos em que ameaças externas ou internas ao país não estavam na ordem do dia. *Pode-se dizer que o aparato repressivo existia antes de as primeiras organizações de esquerda optarem pelo caminho da luta armada.* Algo que deixa explícito a matriz autoritária da Polícia Política no Espírito Santo e no Brasil. Convém reiterar que o aparato repressivo montado a partir da Ditadura do Estado Novo foi mantido e aperfeiçoado durante o chamado Período Democrático (1945-1964). Com o Golpe de 1964, os militares tiveram a oportunidade de criar o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, finalmente, com o surgimento dos órgãos de segurança ligados as Forças Armadas (CENIMAR, CISA, CEI), houve a efetiva centralização de um sistema nacional de informação e de um sistema nacional de segurança (DOI-CODI). Esse sistema, coordenado pelo Exército, na prática centralizou os órgãos de segurança regionais (Polícia Federal, Polícias Militar e Civil, os DOPS estaduais etc.) (FAGUNDES, 2011, p.29, grifos nosso).

Portanto, observamos que os órgãos repressivos se dividiam em órgãos de informação e de segurança. A espionagem ficava a cargo dos órgãos de informação, que foram criados diante de uma suspeição universal de subversão e corrupção, cabendo a eles a implantação de escutas telefônicas, redação de avaliações, subsidiando, com informações, as atividades da repressão. São exemplos desses órgãos: Serviço Nacional de Informações (SNI); Sistema Nacional de Informações (SISNI); Divisões de Segurança e Informações (DSI); Escola Nacional de Informações (EsNI), entre outros. Em 1968, também foi criado o Sistema de Comissão Geral de Informação (CGI), que propunha o confisco de bens dos opositores ao regime, havendo uma subcomissão em cada Estado da Federação.

Os órgãos de segurança, os chamados polícia-política, eram pautados na Doutrina de Segurança Nacional²⁴ (que se inscreve na vida política do Brasil com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949) e foram fortes veículos de repressão, sendo seções de busca e apreensão, que submetiam prisioneiros a interrogatórios e torturas, destacando-se o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); a

²⁴A Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos, nascida na época da Guerra Fria, tinha como ideologia a concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais, dando respaldo à instalação de um Estado forte contra a ameaça subversiva dos socialistas. No Brasil, essa Doutrina era pautada no conteúdo ideológico e doutrinário elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, sendo este um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, fundado no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e nos prenúncios da Guerra Fria. Disponível em: <<http://www.esg.br/a-esg>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

Operação Bandeirantes (OBAN), que foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informação do Exército (CIE); o Conselho de Defesa Interna (Condi); entre outros. Eram órgãos mistos, desempenhando papéis de informação e segurança, o CIE, o CISA e o CENIMAR.

Entre os órgãos citados, a sigla de maior destaque foi DOI-CODI, que se firmou como um órgão conhecido e temido pelo seu método de interrogatório, que utilizava torturas físicas e psicológicas. Segundo Gaspari (2002b, p.180) os DOIs estavam presentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza, porém, “os DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro foram, de longe, os mais ativos.” O DOI de São Paulo ficou com a estrutura da Oban, na rua Tomás Carvalhal, 1030, nos fundos do 36º distrito policial. O do Rio, de dimensões semelhantes, foi instado no quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, Tijuca/RJ. No entanto, ressaltamos que os métodos de torturas físicas e psicológicas também eram aplicados por outros órgãos de repressão.

A missão do DOI-CODI não se diferenciava daquela da Operação Bandeirante: tratava-se de “desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações [subversivas], bem como impedir sua reorganização”. Sua composição deveria ser suficientemente flexível para adaptar-se às modalidades da dinâmica assumida pelo combate, por isso a forma de organização escolhida foi a de destacamento, caracterizada na estrutura militar por sua mobilidade e agilidade. Os postos-chaves e as funções de chefia foram invariavelmente ocupados por membros das forças armadas (JOFFILY, 2013, p. 57, grifos da autora).

Destacamos que, apesar da presença de efetivos das Polícias Militar e Civil, as chefias de seções e subseções eram ocupadas por oficiais das Forças Armadas, o que demonstra o caráter militarista dos órgãos de repressão. De acordo com Joffily (2013, p. 68), o perfil dos que trabalhavam nesses órgãos incluía “[...] senão certa dose de convicção política, ao menos a adesão a um sistema que identificava nos militantes políticos de esquerda uma ameaça a ser debelada energicamente”.

No entanto, Gaspari (2002b, p.66) critica com veemência a “associação de oficiais das Forças Armadas com a bandidagem da polícia”, pois segundo o autor o DOPS abastecia-se recrutando quadros na “Delegacia de Roubos”. Para Gaspari (2002b, p.67), tal associação representava um grande mal na construção do sistema de

repressão, pois “o que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares.”

Gaspari (2002b, p. 65) tece duros comentários sobre as atitudes de Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que atuou como delegado do DOPS de São Paulo, liderando torturas e homicídios. De acordo com o autor, Paranhos estava envolvido com a repressão e brigas entre quadrilhas de tráfico de droga: “dividia sua jornada defendendo o regime no porão e os interesses do traficante *Juca* na zona.” E acrescenta (GASPARI, 2002b, p. 67): “o delegado Sérgio Fleury não ficou parecido com um oficial do Exército. Eram oficiais do Exército que ficavam parecidos com ele.” Portanto, Fleury é visto, segundo o autor, como uma espécie de “paradigma de eficácia” na defesa do Estado, utilizando a tortura e a criminalidade como meios de se obter confissões e eliminar o perigo subversivo.

Todavia, não podemos esquecer que órgãos de repressão formados exclusivamente de militares, como o caso do CENIMAR, utilizava práticas de torturas em seus interrogatórios. Diante disso, não podemos aceitar o argumento de que as Forças Armadas foram contaminadas exclusivamente pela violência e corrupção de parte da Polícia Civil. Conforme afirma Joffily (2013, p. 49) “havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a “segurança interna” do país”.

Havia toda uma complexa estrutura organizacional no aparelho repressivo do governo, destacando o Sistema de Segurança Interna (Sissegim), que determinava as diretrizes da Condi, CODI, DOI, além de seis Zona de Defesa Interna (ZDI), que se dividia em Áreas de Defesa Interna (ADIs) e Subáreas de Defesa Interna (Sadis).

Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social (BORGES, 2003, p. 21).

De acordo com Joffily (2013), os CODIs eram órgãos de planejamento, os DOIs de ação, que geralmente faziam os interrogatórios preliminares, e o DOPS era encarregado da parte formal do processo do preso político.

Desde a outorga do AI-2, em outubro de 1965, os crimes de natureza política, fossem cometidos por civis ou militares, passaram a ser julgados em um foro especial, a Justiça Militar. Ao ser preso, o indivíduo podia ser mantido, de acordo com o Código de Processo Penal Militar – instituído pelo decreto-lei nº 1.002, em 21 de outubro de 1969 –, incomunicável por até três dias. Esse prazo era sistematicamente desrespeitado, pois o indivíduo podia ficar detido por meses, antes que a Justiça fosse cientificada de sua prisão. No DOI o detido era interrogado dia e noite, até que seus agentes chegassem à conclusão de que dissera tudo o que sabia. Em seguida, era encaminhado ao DOPS, e só então a prisão era oficialmente comunicada. Nesse órgão, fazia-se novo interrogatório, desta feita oficial, com base nas informações já extraídas pelo DOI. O depoimento era assinado pelo depoente e pela autoridade policial e incorporado ao inquérito, instaurado pelos delegados do DOPS. Assim sendo, as investigações realizadas pelo DOI eram clandestinas, pois, legalmente, caberia ao encarregado do inquérito efetuar a prisão do infrator e colher as provas (JOFFILY, 2013, p. 100-101).

Os interrogatórios seguidos de torturas vieram a público na década de 1980, quando o Brasil já vivenciava o período da distensão e abertura política. Impactantes são os testemunhos de pessoas que passaram por esses interrogatórios. O livro intitulado “Brasil Nunca Mais”, publicado pela primeira vez em 1985, iniciou o trabalho de recolher relatos sobre pessoas expostas a essa forma de repressão.

[...] que foi conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau de arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, [...] foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão [...] (Arquidiocese de São Paulo, 2009, p. 33).

Nas torturas eram utilizados vários artifícios como pau de arara, choques elétricos, afogamento, cadeira do dragão, geladeira, insetos e animais, produtos químicos, lesões físicas, entre outros.

[...] que foi transferida para o DOI da PE da B. Mesquita, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais [...]. A interroganda quer ainda declarar que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre seu corpo, e introduzida uma no seu ânus [...] (Arquidiocese de São Paulo, 2009, p. 37).

Segundo Joffily (2013), havia um cuidado formal com o registro dos interrogatórios, embora verifica-se explicitamente a subtração e a adição de dados, a interferência do interrogante na fala do interrogado, bem como a utilização de vocabulários da repressão nos depoimentos dos militantes de esquerda, explicitando que a formatação das informações era feita de acordo com os parâmetros dos órgãos de

repressão, sem o cuidado de manter a integridade do depoimento. Cabia aos analistas de informações elaborarem um questionário “capcioso” com as diretrizes gerais das informações que desejavam extrair dos interrogados e repassá-los aos torturadores. A coerção física não é mencionada nos registros, que omitem os métodos violentos utilizados na obtenção de informações. Tal precaução pode ser interpretada como uma forma de não expor os trabalhos informais da repressão, caso tais documentos fossem lidos por pessoas fora da esfera da comunidade de informações.

A anotação do interrogatório preliminar, apoiando-se em determinado suporte de valores, obedece a um sistema de exclusão de dados, acréscimo de outros, num movimento de apropriação e recondução da fala do outro, que situa o todo dentro de um cerrado controle e delimitação do discurso. O aleatório da fala do outro, assim como sua ordem própria de discurso, é neutralizado, enquadrado em uma outra ordem que fixa os repertórios possíveis. Alguns desses procedimentos são nitidamente perceptíveis na constituição do depoimento e são descritos a seguir: a padronização da fala através do emprego de fórmulas lingüísticas típicas, a transcrição das respostas a partir da formulação de perguntas, a edição na escolha do que deve ou não ser transcrito, a sobreposição de um vocabulário próprio ao universo das organizações da esquerda por termos oriundos do jargão dos agentes repressivos, a conformação da fala do depoente a determinada ordem do discurso, a justaposição da fala dos interrogadores no discurso do depoente (JOFFILY, 2013, p. 124).

É perceptível nos registros das sessões de interrogatórios a apropriação do discurso do depoente pelo seu interrogador:

[...] Os interrogadores dispõem da fala do depoente como se, através dela, falassem eles próprios. Mais do que isso, apropriam-se desse discurso, imiscuindo-se nele, apagando a distinção que separa uma voz da outra, numa instrumentalização completa da fala do depoente. [...] Assim, o *ethos* discursivo próprio ao interrogatório contrapunha-se – e em alguns momentos substituía – ao *ethos* do discurso do depoente. A imposição do poder da ditadura militar e de seu ideário não se fazia apenas por meio da coerção física, mas inscrevia-se também no discurso (JOFFILY, 2013, p. 143).

De acordo com Borges (2003, p. 28), a Doutrina de Segurança Nacional visava “[...] desmoralizar o inimigo, produzir deserções, criar o silêncio, fazer cooperar (delatar) e fazer aderir às políticas do Estado”. Tratava-se, portanto, de “[...] aniquilar moralmente o inimigo e separá-lo dos demais cidadãos[...]”, daí a justificativa de o Estado utilizar de todos os instrumentos necessários à manutenção de sua estratégia de ação.

O terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. O uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional. [...] A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica antissubversiva contra o inimigo comum. A partir desse ponto de vista, a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra [...] (BORGES, 2003, p. 29).

A repressão deu-se também por meio da censura, com a criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que atuava em teatro, cinema, espetáculos musicais, circo e televisão (novelas, shows humorísticos, programa femininos), alegando a defesa da moral e dos bons costumes. Já que os meios de comunicação expressam uma importante máquina de manifestação das massas, era necessário controlá-la.

No entanto, podemos destacar que em meio a diversos órgãos de repressão, havia jornalistas e veículos de comunicação que se opunham à censura, “[...] combatendo, criticando ou ridicularizando a ditadura, como: Movimento, Opinião, Última Hora, Pasquim, a Folha da Tarde de certa época ou O Estado de S. Paulo” (FICO, 2003, p.189). Era uma postura ousada e arriscada diante do contexto político que o Brasil vivia. Com isso, livros e jornais eram objetos de intensa preocupação dos censores. Alguns jornais e revistas sofreram com a presença de um censor *in loco*.

Segundo Fico (2003, p. 189) havia a “autocensura”, ou seja, milhares de veículos, por todo o país, que assumiram postura de “apoio ostensivo ao regime”, como: Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, O Globo, Diário de Notícias, entre outros. A “autocensura” denota “um comportamento de colaboracionismo” dos que pretendiam “evitar problemas” ou “seguiram as ordens da censura por receios diversos”.

Sobre os tipos de censura é notória a seguinte citação:

Sabemos hoje, porém, que toda uma sistemática ordenava a pauta de “proibições determinadas”, baseada na vontade da censura de um assunto específico por parte dos órgãos do governo (notadamente os ministérios, a Presidência da República e as comunidades de segurança e informações. [...] Havia dois tipos específicos de censura à imprensa: o primeiro era chamado de “censura prévia” e pressupunha o exame, pelos técnicos do Departamento da Polícia Federal, dos textos jornalísticos antes de sua proibição. [...] O segundo tipo era a fiscalização sistemática e velada “no

sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições (FICO, 2003, p. 190, grifos do autor).

Dentro do programa de repressão, havia também a propaganda política, inicialmente definida pelos coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo, a partir do Governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968 sob o comando de Hernani d'Aguiar, teve seu apogeu de atuação sob a direção de Otávio Costa e posteriormente Toledo Camargo. A AERP procurava enaltecer o país de forma ufanista, estimular o amor à pátria, motivar o desenvolvimento do país, o nacionalismo e incitar a confiança popular no governo. Criaram slogans como: “Ninguém segura o Brasil”, “Este é um país que vai pra frente”, “O Brasil é feito por nós”. Produziam-se filmetes de natureza educativa e de caráter ético-moral.

Dentro da AERP havia divergências de pensamentos, pois a pretensão de Otávio Costa e Toledo Camargo era “educar o povo”, e diversos setores militares tinham uma visão diferente do perfil de comunicação e educação dentro do contexto ditatorial, que queriam um sistema de propaganda política que demonstrasse força e amparasse a repressão. Para desespero de Otávio Costa, “[...] o infeliz slogan ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’ foi lançado pela OBAN e acabou sendo identificado como de autoria da AERP” (FICO, 2003, p. 198), o que ia contra a finalidade educativa e moral que Otávio Costa defendia. Era o lado “linha-dura” da ditadura mostrando a verdadeira finalidade do órgão.

Todo esse aparato repressivo criava grande ônus aos cofres públicos, diante disso, eram requisitadas verbas junto a grandes grupos comerciais, industriais e banqueiros, a fim de sustentar a repressão e, segundo o argumento do governo, manter a ordem interna do país.

A reestruturação da PE paulista e a *Operação Bandeirante* foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. A banca chegou-se no segundo semestre de 1969, reunida com Delfim num almoço no palacete do clube de São Paulo [...]. O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. Sentaram-se à mesa cerca de quinze pessoas. Representavam os grandes bancos brasileiros. Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para enfrentar a subversão. Precisava bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a 110 mil dólares. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença. Não foi necessário. Sacou parte semelhante à dos

demais. “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles”, argumentaria Vidigal, anos mais tarde. Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas. (GASPARI 2002b, p. 65, grifos do autor).

Portanto, com o apoio financeiro de particulares, o regime militar dispôs de toda a aparelhagem de informações e segurança para reprimir atos contrários a sua atuação, constando em sua lista: censuras, exílios, cassações de direitos políticos, interrogatórios com utilização de torturas, prisões e assassinatos. Nota-se que a criação, pela ditadura, de um setor especificadamente repressivo não foi devido à mobilização da esquerda brasileira e nem à formação da luta armada, mas fazia parte de um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime: a espionagem, a censura e a propaganda política.

3.2 A TRAJETÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA: DA FORMAÇÃO À DÉCADA DE 1960

Parte da esquerda brasileira, sob a inspiração da Revolução Russa de 1917, fundou, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB)²⁵. Essa organização partidária atravessou períodos de clandestinidade na maior parte de sua trajetória. Na década de 1920, o PCB realizou três congressos (1922, 1925 e 1928), sendo os últimos dois já na clandestinidade. Na busca da divulgação de suas teses marxistas, o PCB lançou, em 1925, o jornal *A Classe Operária*, buscando divulgar suas propostas junto ao proletariado.

Após a Revolução de 1930, o PCB viveu um momento de expansão até 1935, porém retraiu-se com o endurecimento do governo Vargas, em especial após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL)²⁶, que tinha em Luiz Carlos Prestes sua figura proeminente, e a frustrada tentativa de derrubar o governo Vargas por meio da insurreição denominada “Intentona” Comunista e por fim com o Golpe de Estado de

²⁵Intelectuais do porte de Astrojildo Pereira (um de seus fundadores), Caio Prado Jr., Graciliano Ramos e Mário Schenberg, entre outros, vinculavam-se a projetos e perspectivas que tinham nas camadas proletárias o sujeito real da intervenção social.

Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013 às 10:40 h.

²⁶Organização partidária cujo núcleo dinâmico era o PCB, sendo uma frente antifascista e imperialista, que reunia socialistas e classes insatisfeitas com o autoritarismo do Governo Vargas.

1937, inaugurando definitivamente o período ditatorial de Vargas, com a extinção dos partidos políticos.

Após o fim da 2ª Guerra Mundial, em 1945, o Brasil vive um momento de redemocratização a partir do fim da Era Vargas, e o PCB retorna ao cenário político nacional, contando com o apoio da massa e mais de 200 mil filiados em 1947, conquistando expressiva representatividade na bancada federal, inclusive com a eleição para o cargo de Senador de Luiz Carlos Prestes, Secretário-Geral do PCB.

Porém, essa onda democrática é novamente interrompida pelo contexto da Guerra Fria. O Governo de Eurico Gaspar Dutra, colocando-se ao lado dos Estados Unidos e, portanto, do Bloco Capitalista, rompe relações com a URSS, cassa o registro do PCB em maio de 1947, e por conseguinte, os mandatos de todos os seus membros, eleitos democraticamente nas eleições gerais de 1945.

As décadas de 1950 e 1960 foram decisivas para a organização partidária da esquerda brasileira. As tensões internas no partido se acirraram, e em fevereiro de 1962 ocorreu uma cisão, quando surgiu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo que a maior parte dos militantes ficou no PCB. O questionamento girou em torno das razões para tal divisão.

Segundo Jean Rodrigues Sales (2007), a resposta está na década de 1950, a partir das impactantes revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) realizado em 1956, com as denúncias dos abusos e crimes políticos de Josef Stalin, sendo esse congresso o marco do revisionismo e da cisão do movimento comunista mundial. O Secretário-geral do PCUS, Nikita Kruchev, atacou Stálin e defendeu a tese de coexistência, emulação e transição. As divergências internas se acirraram e o PCB perdeu vários militantes, além de importantes intelectuais de seu quadro dirigente.

[...] Nikita Kruchev propôs mudanças profundas nos rumos da política soviética, o que afetaria a atuação dos partidos comunistas. Basta lembrar da polêmica aproximação com os Estados Unidos, por intermédio da política de coexistência pacífica, que causaria embaraço em muitos militantes, acostumados a ver nesse país a encarnação do imperialismo e o principal inimigo a ser combatido. No PCB, as discussões sobre o peso a ser dado tanto às críticas aos crimes praticados por Stálin quanto às mudanças nas formulações e práticas cindiram o partido em vários grupos com posições diferenciadas. Destaca-se nesse debate a atuação dos militantes que viriam fazer parte da primeira comissão executiva do PCdoB: João Amazonas,

Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade. Estes, juntamente com a maior parte do núcleo dirigente, desempenharam papel importante na defesa ortodoxa partidária. A primeira consequência das discussões foi a saída ou a expulsão daqueles que propunham um debate amplo e irrestrito sobre os problemas suscitados pelo XX Congresso do PCUS. Figuras destacadas dessa corrente foram Agildo Barata e Osvaldo Peralva, que saíram do partido fazendo duras críticas ao seu funcionamento (SALES, 2007c, p. 65).

Gorender, em sua obra *Combate nas Trevas* (1987), faz uma pesquisa história conjugada com seu próprio testemunho. Gorender, antigo militante do PCB, narra a história da esquerda brasileira e a formação da luta armada. Segundo o autor, o quadro da dissensão da esquerda brasileira se agravou em março de 1958, quando houve a Declaração Política de Março de 1958, com as novas perspectivas políticas de ação do PCB, redigida por uma comissão de intelectuais, em sua maioria de origem baiana, daí a expressão “grupo baiano”.

A Declaração de Março conteve um elemento que se revelou acertado e notavelmente fecundo: a indicação da luta pelas reformas de estrutura. Difundidas mais comumente com a denominação de *Reformas de Base*, foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil (GORENDER, 1987, p. 31, grifos do autor).

Em setembro de 1960, aconteceu o V Congresso do PCB, em que o partido afirmou a “Declaração de março de 1958” e elegeu um novo Comitê Central, excluindo Diógenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas do quadro dirigente.

[...] a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora. Esse raciocínio está desenvolvido, por exemplo, na Revolução Política do V Congresso do PCB, de 1960 (RIDENTI, 2010, p. 28)

Porém, a esquerda apresentava ideias diversificadas quanto à linha política a ser seguida pelo partido. Giocondo Dias e Luís Carlos Prestes, bem como a maioria do Comitê Central do Partido, defendia a aliança com a burguesia para atingir a revolução socialista. Porém, alguns poucos dirigentes do PCB enfatizavam a aliança com as forças populares, uma vez que entendiam que a burguesia já era uma classe dominante e, portanto, não precisaria e nem aceitaria uma revolução. Para essa tendência, o caminho pacífico para a revolução sem o consenso da burguesia brasileira era algo inviável, daí a solução poderia tomar o caminho da luta armada.

Segundo Gorender (1987), em 11 de agosto de 1961, o semanário *Novos Rumos* publicou o “Programa e Estatuto do Partido Comunista Brasileiro” e divulgou que Prestes encaminhava documentos ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de solicitar o registro oficial do partido. Ele buscava mudar a nomenclatura do partido de “Partido Comunista *do Brasil*”, nome utilizado desde sua origem em março de 1922, para “Partido Comunista *Brasileiro*”, mantendo a mesma sigla, PCB, pretendendo com tal atitude tirar a impressão de que o PCB não era uma Seção do Brasil da Internacional Comunista.

Tal atitude gerou certa revolta em alguns partidários, e em 1961, foi divulgada a “Carta dos Cem”, que constava de um documento redigido por cem militantes comunistas ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil solicitando retratações e que tornassem sem efeito as decisões tomadas a respeito do Novo Programa e Estatuto do Partido e da criação de uma nova nomenclatura para o PCB (Partido Comunista Brasileiro), encaminhadas ao TSE, sem serem discutidas em um Congresso do Partido. No entanto, a direção do PCB ignorou tal solicitação, tomando sérias medidas administrativas.

Esses documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do 5º Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz: “[...] As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso. [...] Tanto o Programa quanto os Estatutos, a serem apresentados à Justiça Eleitoral, referem-se ao Partido Comunista Brasileiro. Trata-se, portanto, de alteração do nome do nosso Partido, assunto não submetido ao Congresso e que nem consta de suas resoluções. O Comitê Central não apresentou qualquer justificativa. [...] Os elementos mais retrógrados do país, em sua luta sistemática contra a vanguarda revolucionária da classe operária, desde 1945, vinham afirmando que o fato de o nosso Partido ter como designação Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro significava que o Partido não era brasileiro, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética. Tergiversação tão cretina que jamais encontrou eco no seio do povo. Os acontecimentos se encarregaram de refutar aquela calúnia estúpida, mostrando que o Partido Comunista do Brasil é um partido patriótico por excelência, o melhor, o mais abnegado e o mais conseqüente defensor dos interesses dos trabalhadores. Ao introduzir a modificação no nome do Partido, o Comitê Central dá margem a explorações e fornece elementos para justificar uma das mais infames calúnias dirigidas contra os comunistas brasileiros. [...] A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições. Assim pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido. [...] Diante da situação criada pelo Comitê Central a ele nos dirigimos, apelando para o espírito de partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do 5º Congresso, substituindo os documentos publicados em *Novos Rumos* por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso, ou então convoquem um Congresso

Extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no Programa e nos Estatutos [...] ²⁷

Os ideais do PCB reafirmados no V Congresso (1960), somados a rejeição da Carta dos Cem (1961), acirrou as divergências internas no Partido, culminando na expulsão de diversos membros e na cisão partidária, ocorrida em fevereiro de 1962, quando ex-dirigentes do PCB, articulados por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, com apoio de centenas de militantes, reuniram-se em uma Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil e restauraram o nome original do Partido, criando o Partido Comunista do Brasil, sob a sigla PCdoB. Estava consumada a cisão da esquerda brasileira. Devemos destacar que seus militantes reivindicam que a origem do partido é datada de março de 1922, e apenas foi reorganizado em 1962, “[...] mas é fato histórico que, no início da década de 1960, o PCdoB não passava de uma pequena dissidência, sobretudo da antiga direção do PC” (RIDENTI, 2010, p. 29).

O PCdoB foi a cisão do setor minoritário do PCB, passando a ser a esquerda brasileira que discordava com as mudanças que estavam ocorrendo no socialismo da União Soviética, e que passou a se vincular ao maoísmo chinês, naquele contexto, mais agressivo ao imperialismo capitalista. Devemos destacar que o PCB manteve uma postura abertamente stalinista.

O historiador Sales (2007c, p. 68) discute o sentido e as motivações da cisão:

Em geral, ela [a cisão] tem sido explicada a partir da combinação de três variáveis: o conflito entre stalinistas e não-stalinistas no interior do PCB; divergências entre as linhas “chinesa” e “soviética”; e o confronto entre os que defendiam uma “via pacífica” e os que propunham a luta armada para se fazer a revolução brasileira.

No entanto, Sales (2007c, p. 68) adverte quanto ao risco da aceitação absoluta das justificativas dessa cisão, que são oriundas dos discursos do PCB e PCdoB, conforme citação anterior. Para o autor, é difícil sustentar a afirmação de que “[...] os que fundaram o PCdoB eram menos ou mais stalinistas dos que ficaram no PCB”, isso porque ambos se estruturaram sobre a tradição teórica stalinista e possuíam

²⁷Trecho da “Carta dos Cem”, divulgada no semanário *Novos Rumos*, em agosto de 1961. Disponível em: <http://grabois.org.br/porta1/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=127>. Acesso em: 18 set. 2013.

forte legado da mesma. Outra questão discutível sobre a cisão é o caso da disputa das linhas soviética e chinesa entre os partidários, uma vez que “entre 1956 e 1962 as referências sobre a China dos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas”. Outro elemento essencial que pesa contra essa tese diz respeito à ruptura oficial entre chineses e soviéticos, ou seja, o rompimento entre o Partido Comunista da China (PCC) e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que ocorreu em 1963, ou seja, um ano após a fundação do PCdoB.

Não nos interessa a polêmica sobre de qual partido primeiro o PCdoB primeiramente se aproximou, apenas queremos assinalar que, em seus primeiros anos de vida, havia uma indefinição de sua parte a respeito dos caminhos a seguir no interior do comunismo internacional. A tentativa de aproximação com os soviéticos demonstra também que muitos autores erraram ao apontar a origem do PCdoB como reflexo, no Brasil, do cisma sino-soviético. E fosse esse o caso, o partido teria procurado os chineses imediatamente após a cisão. Ao contrário disso, seguindo a tradição da qual o núcleo dirigente era tributário, o partido tentou se aproximar dos soviéticos e até mesmo dos cubanos, e a opção definitiva pela China não se dá antes de 1963 (SALES, 2007b, p. 74).

Outro ponto a ser levantado é que não podemos associar as questões da esquerda brasileira apenas como reflexos da política externa, tratando nossas organizações de esquerda como simples receptores da conjuntura comunista internacional. Devem ser levadas em conta as motivações políticas internas na história do comunismo brasileiro.

Para Sales (2007c), é questionável também a justificativa da via pacífica e a via armada como causa da cisão do PCB e a formação do PCdoB, uma vez que somente após o golpe de 1964, “não sem dificuldade” o PCdoB fez opção pela “violência revolucionária”, ou seja, anos após a sua formação.

Para o entendimento da cisão, é preciso considerar elementos que dizem respeito à estrutura e ao funcionamento típico dos partidos comunistas. Um primeiro ponto a ser lembrado, que mesmo não sendo o principal não pode ser desprezado, é o do papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária. O grupo opositor, que começou a perder espaço dentro do PCB em agosto de 1957, manteve ainda alguns cargos até o V Congresso, quando saiu definitivamente derrotado, não tendo seus membros sido reeleitos para o Comitê Central. É muito provável que a perda de poder dentro do partido tenha encorajado o grupo a redigir a “Carta dos Cem” e acelerado a decisão de (re)organizar o PCdoB. (SALES, 2007c, p. 70).

É notória a complexidade para se analisar as causas que motivaram a cisão do PCB, em 1962. Nesse contexto, podemos acrescentar também a prática da política de expulsão dos membros discordantes das decisões oriundas do grupo dirigente, o que acaba gerando a possibilidade de formação de outros grupos esquerdistas. Podemos notar que as divergências dentro do PCB se avolumaram na segunda metade da década de 1950, ligadas aos problemas de posicionamento a respeito das denúncias de Kruchev e à postura do partido nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Os pensamentos diferenciados no interior do partido levaram à expulsão de um grupo de oposição à postura política e ao funcionamento do PCB. Dessa expulsão, ocorreu em 1962 a cisão que deu origem ao PCdoB.

Interessante averiguar que a tradição de expulsões e cisões nas divergências partidárias também será seguida pelo PCdoB, que, na década de 1960, expulsou dois grupos de militantes que deram origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV) – e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

O PCB também continuou seguindo essa tradição, e além da formação do PCdoB, também por meio da tradição divergência-expulsão, deu origem a outros grupamentos esquerdistas. Ridenti (2010, p. 30) destaca que as “[...] principais cisões do PCB, nas bases e na cúpula [...]” foram lideradas por Mário Alves, que daria origem ao partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), forte na Guanabara, e por Carlos Mariguella, que criaria a Ação Libertadora Nacional (ANL), com grande atuação em São Paulo. No entanto, essas organizações tiraram vários militantes do PCB e tiveram influência em todo o país.

Segundo Ridenti (2010, p. 28), “[...] duas correntes surgiram no princípio da década de 1960, com certa força, como alternativa à política predominante do PCB no seio das esquerdas: a AP (Ação Popular) e a POLOP (ou ORM-PO, isto é, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária)”, sendo esta uma organização esquerdista que tinha grande influência nos meios universitários.

No pré-1964, destacava-se também a atuação das Ligas Camponesas, uma organização que ganhou força em meados dos anos 1950 e lutava principalmente pela reforma agrária. Eram compostas de lavradores, intelectuais, estudantes, atuando na região Nordeste, tendo como seu grande expoente o advogado

Francisco Julião, que em 1962 fundara o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Há destaque também para a formação de pequenos partidos de esquerda como: o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que propunha o “socialismo democrático”, e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), que, apesar de um minúsculo agrupamento, teve certa influência sobre estudantes, trabalhadores urbanos e rurais e militares de baixa patente.

A partir do Golpe de abril de 1964, a esquerda brasileira, representada principalmente pelos militantes do PCB, do PCdoB, da POLOP, da AP e das Ligas Camponesas, passou a sofrer um duro período de repressão e clandestinidade. O PCB continuou recusando o foquismo ou qualquer forma de luta armada, optando pelas ações políticas de massa contra as ações ditatoriais do governo. Esse posicionamento do PCB custou a perda de importantes dirigentes, como Carlos Marighella, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Porém, tal posicionamento pacífico do PCB não isentou seus partidários de sofrerem repressões, torturas, exílios e até assassinatos. Segundo Ridenti (2010, p. 30), “[...] o PCB perderia até 1968 ao menos metade de seus integrantes remanescentes, adeptos das cisões que propunham a resistência armada imediata”.

O PCdoB optou por uma política antiditatorial mais hostil, fazendo opção pelas armas e organizando-se em luta armada, sob a ótica de guerrilha maoísta. A POLOP também contestava as ideias pacifistas e reformistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária.

3.3 A DISSENSÃO ENTRE OS MILITARES: A DIREITA E A ESQUERDA NAS FORÇAS ARMADAS

Até 1964, as Forças Armadas Brasileira assumiram papéis políticos apenas com intervenções temporárias na busca da manutenção da ordem. Até então, os militares nunca tinham assumido o poder de forma duradoura. De acordo com Borges (2003, p. 16), podem ser observadas duas fases ao analisar o papel dos militares no processo político brasileiro: “[...] a primeira, antes de 1964”, quando os militares

exerciam a “função arbitral-tutelar [...]”, ou seja, restabeleciam a ordem institucional, passava o poder aos civis e retornavam aos quartéis. Isso ocorreu em 1889, na Proclamação da República, em 1930, na Revolução que derrubou a República do Café-com-leite, em 1945, na deposição de Getúlio Vargas, em 1955, ao garantirem a posse de Juscelino Kubistchek. A segunda fase, “[...] depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra) [...]”, momento que logo após o Golpe, quando os militares passam a conduzir o Estado brasileiro. Os civis são afastados dos “núcleos de participação e decisão política” passando a atuar como meros “coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade”.

Deve-se destacar que a política não era matéria a ser discutida dentro dos quartéis entre os suboficiais, cabos e soldados. A política era algo a ser tratado apenas pela alta oficialidade das Forças Armadas. Segundo Chirio (2012), era temido que o envolvimento na política trouxesse discussões dentro da corporação que acabasse abalando a ordem hierárquica e a disciplina. Portanto, a política era vista como negativa e nociva aos moldes militares.

Formou-se, assim, um ideal de profissionalismo e apolitismo militar. [...] A fim de conciliar exigência disciplinar e ação política dos militares, foi implicitamente admitido no discurso oficial que, para proteger a instituição, apenas a elite hierárquica se imiscuiria nos assuntos de Estado. A massa dos oficiais e a tropa deviam ser resolutamente mantidas à distância (CHIRIO, 2012, p. 7).

Portanto, a política era algo que deveria ser mantida longe do alcance da massa militar, e a elite militar defendia um discurso que não deveria ser contestado, conforme relata Chirio (2012, p. 8), de que “[...] militares não fazem política. E quando fazem, é um assunto de generais”.

Entretanto, não podemos relegar do cenário político os oficiais subalternos, os sargentos e as tropas. Os militares subordinados tiveram um importante papel na história política, que se apresentou nas décadas de 1950 e 1960, e o que temia a alta hierarquia militar realmente aconteceu: os debates e as discussões políticas chegaram ao seio das corporações e acirraram os ânimos, levantando uma massa questionadora, que confrontou a ordem hierárquica e a disciplina militar.

Podemos destacar quatro episódios, que explicitam nitidamente uma divisão entre os militares, são eles: o Movimento de Novembro de 1955; o Movimento de Setembro de 1961; o Movimento dos Sargentos, que tem seu ápice em setembro de 1963; e a Rebelião dos Marinheiros, em março de 1964. Tratam-se de movimentos nacionalistas, legalistas e democráticos que estão ligados à evolução das lutas populares da sociedade brasileira e que tiveram o apoio da esquerda, divididas em diversos grupos e orientações. Isso demonstra nitidamente a influência das questões externas aos quartéis, que remeteram às discussões e à cisão no seio das Forças Armadas.

Até meados de 1950 e início da década de 1960, as cisões e as disputas no meio militar eram silenciadas, devido à disciplina e à hierarquia militar. O primeiro episódio que demonstra a mudança dessa situação foi o 11 de novembro de 1955, acontecimento já citado no primeiro capítulo, quando o Ministro da Guerra, General Henrique Lott, com o apoio dos sargentos, liderou um movimento armado que garantiu a posse dos vitoriosos nas eleições presidenciais de 1955, empossando como presidente Juscelino Kubitschek e, como vice-presidente, João Goulart. Setores conservadores não queria entregar a presidência à JK, alegando que o ele não tinha sido eleito com cinquenta por cento mais um dos votos, alegação essa inconstitucional. Parte da oficialidade, considerada legalista, por defender o cumprimento das leis constituídas, uniu-se para evitar um golpe contra a posse de Juscelino.

Grande parte daqueles que, de alguma forma, se colocaram como obstáculo ao assalto ao poder pelos golpistas de 1964, como os oficiais que garantiram a posse de JK e Jango, em 1955, foram afastados ou expurgados durante o regime militar. Nada mais esclarecedor do que o discurso proferido pelo general Costa e Silva, em maio de 1964, ao ressaltar as supostas qualidades do governo recém-imposto, afirmando que, em 1955, houve uma “verdadeira quartelada”, um Ministro de Guerra, “servindo aos interesses políticos de um dos candidatos à presidência, que soube bem tirar o melhor proveito da cisão entre os militares” (CARLONI, 2007, p. 283, grifos da autora).

Esse movimento, feito por uma parcela de militares em 1955, pode ser compreendido a partir do atrito de duas organizações de oficiais militares que agiam no interior das Forças Armadas: o Movimento Militar Constitucionalista (MMC) e a Cruzada Democrática. Segundo Carloni (2007, p. 286), O MMC era articulado por “[...] oficiais nacionalistas e defensores da legalidade [...]”, estes viam, portanto, a

legalidade democrática e o nacionalismo como meios para que se pudesse chegar a uma sociedade mais igualitária. Possuíam demandas de herança getulista, associadas a vários grupos de esquerda, e se preocupavam com a legislação social e trabalhista, com concessões feitas a empresas estrangeiras, combatiam o imperialismo norte-americano, entre outras coisas.

A Cruzada Democrática era o oposto político do MMC, reunia oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), conservadores e defensores de um liberalismo econômico alinhando ao capitalismo dos Estados Unidos. Os conceitos de democracia e legalidade são interpretados de maneira bem distinta entre essas duas organizações, o que demonstra os interesses específicos de cada uma:

Para os militares “profissionais” da linha do general Lott, a legalidade, estava estritamente vinculada à obediência à Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder. Já para os militares de direita, que identificavam as Forças Armadas como um “quarto poder” dentro da República, a legalidade e a democracia deveriam ser compatíveis com um projeto específico de nação elaborado por uma elite, e não eram referências alcançáveis apenas pelo cumprimento da lei. Para eles, a democracia estava relacionada à condição moral e à racionalidade política do povo, supostamente corrompidas durante o Estado Novo. Já aqueles que seguiam a linha do MMC, pensavam a democracia como meio de promover a redução das desigualdades sociais (CARLONI, 2007, p. 287).

A luta ideológica entre essas duas correntes tomou uma enorme dimensão em 1955, quando o presidente Carlos Luz, segundo de uma linha sucessória após a morte de Getúlio Vargas em 1954, mostrou-se adepto aos militares da Cruzada Democrática e aos setores conservadores, que pretendiam dar um golpe, desconsiderando os resultados eleitorais de 1955, não empossando JK e Jango. O general Lott agiu rapidamente na mobilização das tropas da capital e dos demais estados e juntamente com líderes parlamentares promoveu, no âmbito legal, a substituição do presidente Carlos Luz pelo presidente do Senado, Nereu Ramos, que confirmou Lott como Ministro da Guerra e deu posse aos eleitos, em janeiro de 1956. As forças legalistas do MMC venceram a tentativa de golpe. O silêncio se rompeu. Estava declarado o racha entre os militares legalistas de esquerda e os militares conservadores de direita, tratados como golpistas, pela esquerda civil e militar.

Dentre os vários significados possíveis, o episódio do 11 de Novembro destacou-se como um movimento da alta hierarquia do exército que, ao defender a legalidade, garantiu a posse dos eleitos e prestigiou os grupos militares e civis defensores do nacionalismo e de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, os partidos políticos de esquerda, principalmente o PTB e o PCB, perceberam no campo militar grandes aliados para as causas reformistas. Era a união entre o soldado e o trabalhador na luta por ampliação das conquistas sociais (CARLONI, 2007, p. 290).

A organização dos suboficiais e sargentos tendia a crescer, chamando a atenção para a formação de clubes e associações, em que se começaram a discutir assuntos corporativos, reivindicando melhoramentos e direitos ligados aos assuntos de âmbito interno das corporações. Porém, em 1961, ocorreu uma segunda grande mobilização dos militares legalistas e nacionalistas. Conforme já relatado anteriormente, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, ocorreu a tentativa dos setores conservadores de impedir a posse do vice-presidente João Goulart. A partir desse impasse político, teve início a Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, com apoio do General Lott, que ~~eram~~ criaram uma mobilização civil e militar (sargentos, subtenentes e parte da oficialidade legalista) para garantir a posse de João Goulart.

Houve um acordo entre a direita e as forças legalistas e João Goulart assumiu o poder sob o sistema parlamentarista. Porém, o importante a destacar nesse contexto é que houve uma mobilização política mais abrangente no meio das Forças Armadas. A partir desse momento, notamos um direcionamento maior das associações e clubes militares, que passaram a priorizar as questões políticas em suas pautas de discussão. Eles vão se identificar com as Reformas de Base posteriormente lançadas no governo de Jango e com as causas sociais, conseqüentemente aproximando-se da esquerda política. O sargento e os oficiais subalternos não aceitavam mais o discurso dos generais, o qual pregava que a política é para ser restrita à alta elite hierárquica militar. Tal discurso já não cabia no contexto político que se desenhou na esfera nacional, e assim a politização dos sargentos trouxera uma nova visão para dentro dos quartéis.

A crise de setembro de 1961 inaugura um verdadeiro “movimento político” dos sargentos, que se afastam de reivindicações estritamente corporativistas para exigir mais direitos e tomar posição sobre a política nacional. A luta nacional é pela elegibilidade nas assembleias estaduais e nacional, sob a bandeira “Sargento também é povo!”; o principal âmbito de ação são as “associações de classe” (Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e auxiliares, cujo homólogo na Marinha é a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil), autorizadas no Brasil e proibidas em países vizinhos (CHIRIO, 2012, p. 36).

Começou a se formar, nos clubes e nas associações militares, um espaço de debate político. De acordo com Carloni (2007, p. 291), “[...] os subalternos começavam a associar suas reivindicações internas às questões mais amplas que circulavam entre as esquerdas”. Dessa forma, começou-se a traçar nitidamente caminhos políticos distintos entre a alta oficialidade, que se posicionava junto à ala conservadora contrária ao governo de João Goulart, e os militares de esquerda, que radicalizavam suas propostas, apoiando o nacionalismo na luta antiimperialista e na defesa das Reformas de Base.

A esquerda política radicalizou suas reivindicações, e a disputa entre a esquerda e a direita passou a englobar vários segmentos sociais. As Forças Armadas, por sua vez, refletiam essa ebulição da sociedade brasileira. Os sargentos passaram a reivindicar sua participação no jogo político. Segundo Carloni (2007, p. 291), em setembro de 1963,

[...] a Revolta dos Sargentos surpreendeu o país e assustou os setores militares e civis mais conservadores ao mostrar a insatisfação de subalternos militares com a decisão do Superior Tribunal Eleitoral de mantê-los inelegíveis. [Nesse episódio eles questionavam não apenas uma decisão jurídica, mas] a própria estrutura elitista e excludente da política brasileira.

A Constituição de 1946 deixava brechas para interpretações a respeito do mandato parlamentar dos graduados das Forças Armadas, ou seja, sargentos, suboficiais e cabos. Aproveitando tal espaço na legislação, as eleições em 1962 contaram com a candidatura de sargentos em vários Estados da Federação. Verificava-se a participação dos baixos escalões militares no processo político, com a união popular. Os militares candidatavam-se, em sua maioria, sob a legenda partidária do PTB, defensora das questões da esquerda, ou seja, nacionalistas, reformistas e trabalhistas.

Podemos verificar a vitória de alguns sargentos do exército nas eleições de 1962, como por exemplo: Edgar Nogueira Borges (vereador pela cidade de São Paulo), Aimoré Zoch Cavalheiro (deputado estadual pelo Rio Grande do Sul) e Antônio Garcia Filho (deputado Federal da Guanabara). Porém, só foi empossado, em 1º de fevereiro de 1963, o deputado Garcia Filho (PTB), os outros foram impedidos pelos tribunais estaduais de seus respectivos estados.

Tal situação gerou um mal-estar entre os sargentos, que se reuniram no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de maio de 1963, onde compareceram vários representantes da esquerda, como membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o deputado e sargento Garcia Filho (PTB), o líder sindical, membro do Comitê Central do PCB e deputado pelo PTB (visto que o PCB encontrava-se na ilegalidade), Hércules Corrêa, além dos graduados das Forças Armadas. Durante a reunião, o subtenente Jelcy Rodrigues Correia (que futuramente integraria a Guerrilha do Caparaó) fez um discurso inflamado e, segundo Carloni (2007, p. 293), defendeu, entre outras coisas, “[...] que não deveria ser aceita como legítima a ordem excludente e que os graduados deveriam pegar em armas para defender as Reformas de Base”. O subtenente Jelcy foi punido com um mês de prisão.

Essa radicalização e a mobilização dos subalternos assustaram a oficialidade, que ficava cada vez mais apreensiva diante do desenrolar dos acontecimentos. Segundo Ferreira (2003, p. 355), “[...] a penetração da FPM [Frente de Mobilização Popular] entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas”. A maioria dos oficiais era contra a politização dos subalternos. Os oficiais tidos como nacionalistas e defensores da reforma de base do governo de João Goulart afastaram-se e silenciaram-se, quando os subalternos começaram a por em xeque dois pilares das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia militar.

O sargento Zoch Aimoré Cavalheiro, que havia sido eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, sob a legenda partidária do PTB, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o impedimento de sua posse e a própria elegibilidade do grupo dos sargentos. Segundo Carloni (2007, p. 294), no dia 11 de setembro de 1963, “[...] o sargento teve seu impedimento confirmado e os graduados foram declarados definitivamente inelegíveis”. A resposta negativa do STF ao recurso de Zoch Aimoré insuflou um grupo de sargentos em Brasília, que iniciou a revolta.

Na madrugada do dia 12, liderados pelo sargento da Aeronáutica, Antonio de Prestes Paula, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica tomaram as ruas da capital federal e dela fizeram o seu campo de batalha, sendo o principal foco de rebelião a base aérea de Brasília. Os graduados tomaram prédios onde se localizavam órgãos relacionados à segurança e à

comunicação, como o Ministério da Marinha, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e a Estação Central da Radiopatrulha. Oficiais e parlamentares foram detidos e as comunicações da cidade com o resto do país, cortadas. [...] Contudo, o levante não teve sucesso; a precariedade da organização e a recusa dos graduados do Exército, salvo algumas exceções, em participar do levante, determinaram a breve existência da revolta (CARLONI, 2007, p. 294).

A Revolta dos Sargentos foi um movimento considerado intolerável pela alta oficialidade, que gerou a desconfiança e a tomada de atitudes tidas como punitivas.

Muitos oficiais que simpatizavam com a causa nacionalista, e dão certa tolerância em relação às organizações dos sargentos, recuaram, exigindo que a disciplina e a hierarquia fossem mantidas de maneira severa e rigorosa [...] os líderes mais destacados, ou apenas conhecidos por suas posições reformistas – mas sobretudo os adeptos de Leonel Brizola – foram transferidos para regiões longínquas dos país (FERREIRA, 2003, p. 371).

A revolta dos sargentos foi uma manifestação isolada do grupo, mas revela o desejo da ampliação da participação política, que era comum a toda a categoria. Isso demonstra que os interesses dos sargentos iam além das questões de grupo, eles estavam envolvidos com as questões da política brasileira, em especial, nas reivindicações nacionalistas e reformistas.

O quarto episódio que demonstra de maneira explícita a cisão dentro das Forças Armadas ocorreu na Semana Santa de 1964, entre os dias 25 a 28 de março de 1964, às vésperas do Golpe. Trata-se do movimento conhecido como a Rebelião dos Marinheiros, já mencionado no capítulo anterior, que é considerado um dos estopins que desencadearam o golpe.

O levante ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. Os marinheiros, mesmo com a proibição das autoridades legais, realizaram a reunião da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em comemoração aos dois anos de criação da associação. O contexto era extremamente delicado: a política brasileira estava atravessando um momento de grande tensão. Os Comícios da Central do Brasil, no Rio de Janeiro (onde a marujada compareceu maciçamente e fardada, para contrariedade do alto escalão da Marinha), e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, deixaram o mês de março de 1964 em clima de levante. Mesmo nessa conjuntura,

os marujos decidiram se reunir, porém a comemoração se concretizou em uma revolta com sérias consequências na política brasileira.

A AMFNB, criada em 1962, tinha inicialmente caráter assistencialista e reivindicava profundas mudanças dentro da instituição quanto aos direitos dos praças. No ano de 1963, com uma nova diretoria, houve a radicalização das reivindicações e um nítido posicionamento político pró-Jango. A presidência passou a ser ocupada por José Anselmo dos Santos, conhecido como Cabo Anselmo, e exigia o reconhecimento e a autonomia da instituição por parte da Administração Naval. A associação passou a articular-se com grupos nacionalistas e esquerdistas, que apoiavam as Reformas de Base, como: a União Nacional dos Estudantes (UNE); entidades sindicais; as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião; políticos trabalhistas e comunistas, associação de militares subalternos e dos oficiais nacionalistas.

No dia 25 de março de 1964, na reunião em comemoração aos dois anos da AMFNB, os marinheiros se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos, na cidade do Rio de Janeiro. O Ministro da Marinha Silvio Mota havia proibido sua realização, uma vez que a entidade não era reconhecida oficialmente. Na véspera, o Ministro ordenou a prisão de alguns dirigentes da AMFNB e determinou a prisão dos demais organizadores do evento.

Capitani (2005, p. 66) relata que “[...] na hora da chamada da diretoria, faltavam três diretores: José Duarte, José Inglês dos Santos e eu”. O Almirante Negro, João Cândido, que liderou a revolta da Chibata, estava presente e foi convidado para compor a mesa. O clima que era para ser de comemoração acabou tomando uma conotação política, e alguns marinheiros denunciaram ter sofrido torturas por oficiais. Anselmo fez o discurso oficial, e, após debates, houve a unificação das propostas “1- fim às punições e libertação de todos os presos; 2- reconhecimento da associação; 3- humanização da Marinha; 4- melhoria da alimentação nos navios e quartéis; 5- apresentação e punição dos torturadores”. Os marinheiros, em solidariedade aos presos, acabaram por decidir continuar em vigília, em assembleia permanente.

Cerca de 90 fuzileiros navais foram deslocados para o prédio do sindicato a fim de cumprir a ordem [de prisão, dada pelo Ministro]. Contudo, parte deles desertou, passando para o lado dos amotinados, enquanto os demais voltaram para o quartel. Daí em diante, a situação evoluiu rapidamente.

Mota demitiu o almirante Cândido Aragão do Comando dos Fuzileiros Navais. Depois, face à indecisão de Jango em punir os marinheiros, demitiu-se. O novo ministro da Marinha nomeado pelo presidente reconduziu Aragão ao posto. Foi uma vitória dos amotinados, maior que essa, só mesmo a desastrada decisão de João Goulart de anistiar todos os envolvidos na rebelião (ANGELO, 2009, p. 28).

Os oficiais da Marinha sentiram-se ameaçados e contrariados, tendo em vista a quebra de dois pilares basilares das Forças Armadas: a disciplina e a hierarquia, bem como sentiam-se ultrajados pelo posicionamento da Presidência em anistiar os revoltosos e nomear um Ministro da Marinha, em consonância com os interesses dos segmentos da esquerda brasileira, o Almirante Paulo Márcio da Cunha Rodrigues, no lugar do demissionário Almirante Silvio Mota, fato ocorrido na manhã do dia 27 de março de 1964.

Capitani (2005, p. 66) chamou a Rebelião dos Marinheiros de “Revolta da Chibata na versão dos anos de 1960”. A hierarquia estava quebrada e a disciplina desafiada dentro da Marinha Brasileira. Os praças libertos desfilaram pelo centro do Rio de Janeiro comemorando a vitória sobre os oficiais e em frente à Candelária, carregaram em passeata os almirantes nacionalistas Cândido Aragão e Pedro Araújo Suzano.

A Revolta dos Marinheiros também mostrou que, em meados da década de 1960, cada vez mais ganhavam forças as reivindicações populares por reformas e que os muros dos quartéis não impediam a politização dos militares subalternos. O sentimento de inconformidade dos marujos passava pela questão da cidadania e da politização (CARLONI, 2007, p. 301).

Portanto, esses quatro episódios retratam, de maneira clara, a divisão que havia dentro das Forças Armadas: de um lado, os nacionalistas, aliados à esquerda brasileira, e do outro lado, os conservadores, ligados à direita política. Porém, apesar da cisão entre os militares, os sargentos, os subtenentes e os marinheiros não estavam organizados para resistir prontamente ao golpe dos oficiais conservadores, iniciado em 31 de abril e desfechado em 1º de abril de 1964, que resultou na derrubada do presidente João Goulart.

Algo, no entanto, deve ser enfatizado: não havia unanimidade dentro das Forças Armadas em relação ao Golpe de 1964, bem como quanto às atitudes de condução dos negócios do Estado, tomada pela alta oficialidade a partir da intervenção de 1964, nem tampouco com a política de repressão que se desencadeou pós-1964.

Destaca-se que tal política não afetou apenas os civis discordantes com a atitude do novo governo, mas atingiu os militares contrários ao governo instaurado a partir de abril de 1964, resultando na expulsão de centenas de militares, desde oficiais²⁸ a subalternos, do quadro das Forças Armadas do Brasil.

Após a deflagração do golpe, notam-se poucas resistências legalistas no seio da oficialidade. Por outro lado, a “operação limpeza” após o golpe, que afeta também políticos e intelectuais ligados ao governo derrubado, tem como alvo principal a esfera militar: mais de 1.024 oficiais e graduados são atingidos pelo primeiro “ato institucional” do regime (mais precisamente seu artigo 7, que suspende as garantias de estabilidade profissional dos funcionários civis e militares), ou seja, mais de dois terços das 1.498 vítimas militares dos 21 anos de ditadura. Trata-se de uma cifra elevada na escala da repressão promovida pelo regime, mas que concerne apenas a 4% (255) dos oficiais do Exército em 1964 - o que não significa que os 96% dos oficiais restantes tenham apoiado ou acolhido favoravelmente ao golpe, mas sugere uma tênue resistência e a submissão de muitos (CHIRIO, 2012, p.43)

Portanto, a cisão dentro das Forças Armadas, desde a oficialidade até a massa das tropas, era algo incontestável. E o primeiro movimento a se levantar contra o governo militar que se formou em abril de 1964 foi justamente composto, em sua maioria, por sargentos, subtenentes e marinheiros expulsos das Forças Armadas após o golpe de 1964 e que participaram ativamente da Campanha da Legalidade, do Movimento dos Sargentos e da Rebelião dos Marinheiros: trata-se da Guerrilha do Caparaó, que será analisada nesta dissertação.

3.4 OS DESCAMINHOS DA LUTA ARMADA NO BRASIL

A esquerda no Brasil comandou o movimento de luta armada, porém não havia total concordância por essa opção entre os partidários. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, atravessando a clandestinidade política em vários momentos históricos, era o setor da esquerda que se posicionava contra o confronto armado, alegando certa aproximação com a burguesia e grupos moderados de direita, na intenção de obter maior expressão no cenário político brasileiro. Os contrários a essa postura do PCB acabaram fundando diversas

²⁸A relação dos Oficiais das Forças Armadas transferidos para a reserva em 09 de abril de 1964 por meio dos Atos do Comando Supremo da Revolução nº 3, nº 6 e nº 7, ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 332-334; 336-337.

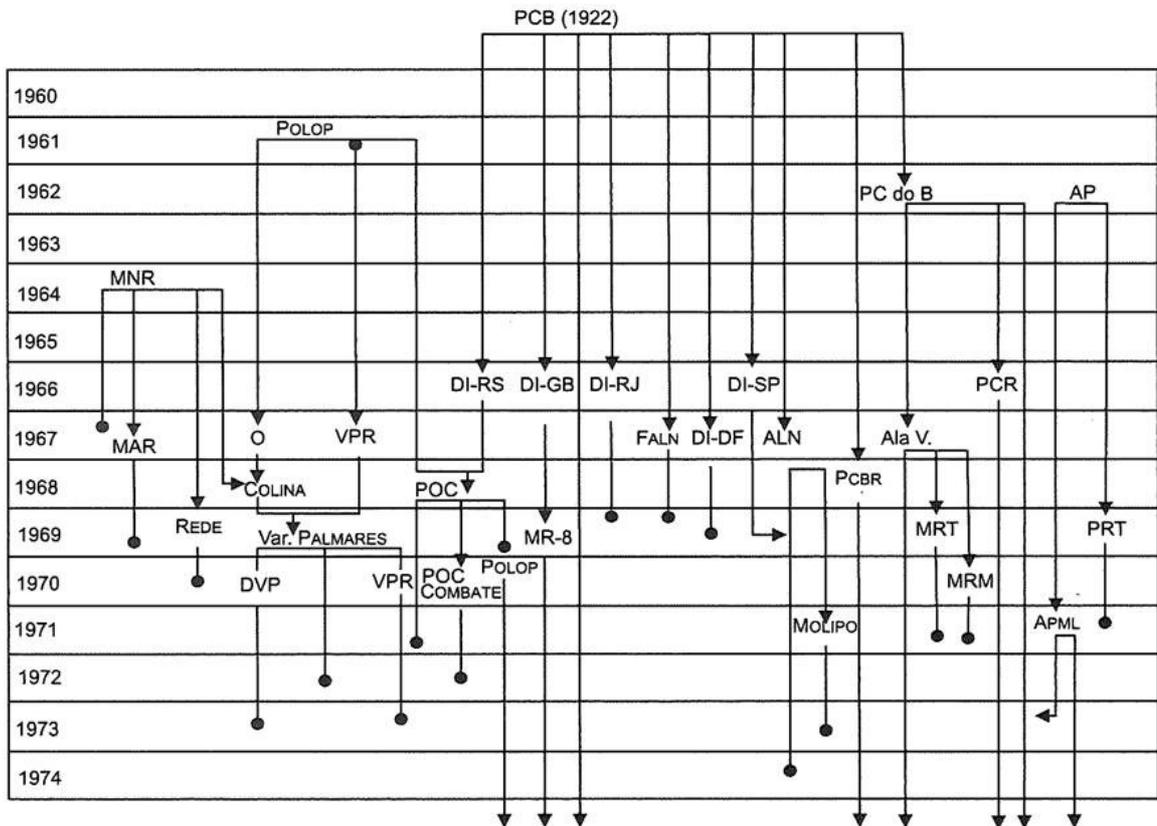
organizações/partidos políticos que se afirmaram como alternativa ao PCB, conforme frisado anteriormente: Em 1961, surgiu a POLOP ou ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária); em 1962 foi criado o PCdoB (Partido Comunista do Brasil); em 1963, a AP (Ação Popular); além das Ligas Camponesas, em atuação efetiva desde a década de 1950.

Por duas vezes na história do Brasil a esquerda pegou nas armas: primeiro em 1935, na Intentona Comunista, liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ALN) sob o comando de Luiz Carlos Prestes. O objetivo era derrubar o governo anticonstitucional de Getúlio Vargas, porém os movimentos armados que explodiram no Rio de Janeiro, Recife e Natal foram derrotados pelo governo e serviram como pretexto para abrir o caminho para o Golpe de Estado de novembro de 1937. A segunda vez que a esquerda brasileira pegou em armas foi entre 1968-1974, porém novamente foi derrotada.

Gorender (1987), em sua obra “Combate nas Trevas”, tenta compreender por que nas duas vezes em que a esquerda pegou em armas foi derrotada. No segundo momento, iniciada em 1965 e desfechada a partir de 1968, o fato é explicado pelo atraso na organização e desencadeamento da luta. Segundo o autor, já era tarde, o governo ditatorial já estava instalado e preparado para quaisquer reações contrárias.

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados. (GORENDER, 1987, p.249)

A luta armada no Brasil teve duas áreas de atuação: o campo e a cidade, sendo a guerrilha urbana a mais conhecida. Para entendermos essa complexa ramificação dos partidos de esquerda e organizações armadas, observemos o Quadro 1:



Quadro 1- Esquerdas armadas e suas matrizes, 1960 – 1974.

Fonte: RIDENTI, Marcelo (2007, p. 136).

A partir desse organograma, podemos verificar o registro de várias organizações/partidos fundados ao longo da década de 1960, como: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP ou ORM-Polop, fundada em 1961); o Partido Comunista do Brasil (PCdoB, 1962); a Ação Popular (AP, 1963); o Movimento Nacional Revolucionário (MNR, 1964). Em 1966, registram-se várias dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB): Dissidência do PCB do Rio Grande do Sul (DI-RS); Dissidência do PCB da Guanabara (DI-GB); Dissidência do PCB do Rio de Janeiro (DI-RJ); Dissidência do PCB de São Paulo (DI-SP), e em 1967 é criada a Dissidência do PCB do Distrito Federal (DI-DF).

Surgiram também a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-AV, 1966); o Partido Comunista Revolucionário (PCR, 1966); o Movimento Estudantil 1º de Maio (1966); a Ação Libertadora Nacional (ALN, 1967), liderada por Carlos Marighella, surgindo de outra cisão do PCB; o Movimento de Ação Revolucionária (MAR, 1967), vindo do MNR. Da divisão da POLOP surgiram dois grupos: da

dissidência paulista nasce a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, 1968), liderada pelo ex-militar Carlos Lamarca; e do resultado de uma parcela do MNR somado à dissidência mineira da POLOP, surgiram os Comandos de Libertação Nacional (COLINA, 1967). Em 1969, VPR e COLINA juntaram-se e formaram a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares, 1969), que também não demoraria a sofrer cisões: a reconstituição do VPR e a Dissidência da VAR-Palmares (DVP, 1969). Da dissidência gaúcha do PCB (DI-RS), que se fundiu ao que restou da POLOP, surgiu o Partido Operário Comunista (POC, 1968). Havia também o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR, 1968), oriundo do PCB; a Resistência Armada (Rede, 1968), vinda do MNR; o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT, 1969), derivado da AP. Da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB, 1966) surge o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8, 1969). Houve também a presença das Ligas Camponesas (que atuavam desde a década de 1950); do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT, 1969), que vem das Ligas Camponesas; do Grupo dos Onze (G-11); da Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO, 1970), entre outros²⁹.

As ações da luta armada no Brasil transitavam em três áreas de atuação: assaltos, que segundo os guerrilheiros eram operações de desapropriação; justicamento, que se tratava de execução capital como ato de justiça revolucionária; e sequestros, com destaque para os embaixadores dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick, trocado por 15 presos políticos; o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, trocado por 40 presos políticos; e o embaixador Suíço Giovanni Bucher, que teve sua liberdade em troca de 70 presos políticos.

Porém, a guerrilha rural também se destacou – possuía o projeto de luta pelo comunismo através de uma “guerra popular”, estabelecida por focos de guerrilha. Nesse ponto, o contexto internacional influenciou a esquerda brasileira, porém não a ponto de comandá-la. O mundo dos anos 1960 vivia um turbilhão de mudanças, e a vitória de Fidel Castro, Che Guevara e seus companheiros na ilha cubana, retirando Fulgêncio Batista do poder, em 1959, e aderindo ao socialismo soviético em 1961, trouxe uma euforia sobre a esquerda latina, fazendo com que muitos aderissem a

²⁹O presente capítulo, não procura detalhar a história factual de cada segmento da esquerda e sim objetiva indicar algumas das organizações guerrilheiras, que são indispensáveis à compreensão do texto, que centra seus estudos na análise das esquerdas armadas, em especial o MNR.

sua tática de guerrilha: o foquismo³⁰. Segundo a teoria do foquismo, a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas. Propunha uma revolução socialista imediata. Era uma tática de guerrilha adotada pela Revolução Cubana, na guerrilha de Sierra Maestra, vitoriosa em 1959.

A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através de dois livros emblemáticos da centralidade que a luta armada assumiu como caminho revolucionário nos anos 1960. Primeiro, com o livro *A guerra de guerrilha*, de Che Guevara, publicado no Brasil em 1961. De maneira geral, Che defende que a experiência cubana poderia ser expandida para a América Latina: a revolução se daria a partir do campo e através de um foco guerrilheiro. Já o livro de Régis Debray (*Revolução na Revolução*), publicado em 1967, acentua as críticas aos partidos comunistas e as lutas praticadas nas cidades. Para o autor francês, as cidades eram o “túmulo da revolução” e os partidos comunistas representavam uma traição aos ideais revolucionários. Nesse caminho, a guerrilha rural assumiria o papel da vanguarda na América Latina (SALES, 2007, p. 69).

O Movimento Nacional Revolucionário (MNR) aderiu a essa teoria e formou o primeiro foco guerrilheiro no Brasil contra a ditadura militar, na região do Caparaó (fronteira entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais), no período de 1966-67, sendo seus membros, em sua grande maioria, ex-militares, capitulados antes de uma ação efetiva. O MNR contou com o apoio do governo cubano (que proporcionou o treinamento de militantes) e do político Leonel Brizola, que mesmo se encontrando exilado no Uruguai ajudou na organização estratégica e na busca de verbas para a estruturação do movimento. A formação, os objetivos e capitulação prematura dessa guerrilha serão explorados mais detalhadamente no próximo capítulo.

Segundo Rollemberg (2001), Cuba apoiou a guerrilha no Brasil por meio de treinamento, assessoramento e armas, em três momentos distintos: antes do golpe civil-militar, com apoio as Ligas Camponesas (1962); Após a instauração do Regime, com o apoio a Leonel Brizola e ao MNR (1966) e após frustradas as tentativas anteriores, Carlos Marighella recebe o apoio de Cuba, que de 1967 até 1970 passou a treinar guerrilheiros principalmente ligados à ALN, VPR e MR-8.

O interesse de Cuba em treinar guerrilheiros e enviar recursos era exportar a revolução para os países latino-americanos. Em 1967, isso se institucionalizou com a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), a qual

³⁰Sobre o tema ver GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987, p. 79-84.

pretendia estender a revolução pela América Latina e criar laços entre as lutas guerrilheiras atuantes em vários países latinos. É importante destacar que o apoio de Cuba à guerrilha no Brasil, como no caso do MNR e da ALN, não significava a subserviência da esquerda brasileira à “Ilha”, pelo fato de haver autonomia em suas decisões de ação.

No cenário internacional também surgiu outro estilo de luta armada: o maoísmo³¹, um movimento comunista internacional derivado do cisma sino-soviético, de 1963. Em relação à luta armada, propunha a participação dos movimentos sociais numa revolução socialista prolongada, por etapas. Era baseado na ação de Mao Tsé Tung durante a Revolução Chinesa, a qual defendia a ideia que a luta deveria ser desencadeada do campo para as cidades, com grande envolvimento popular, priorizando a construção do partido nas áreas rurais. Interessante destacar que o maoísmo subordinava o fator militar ao político, ao contrário do foquismo.

A corrente de luta maoísta foi adotada pelo PCdoB, o qual chegou a enviar militantes para o treinamento político-militar na China, entre os anos de 1964 e 1966. A Ação Popular (AP) abandonou o foquismo em 1967 e passou a aderir o maoísmo, indo fazer treinamento na China. Porém, foi o PCdoB que liderou no Araguaia, sul do Pará, o maior movimento guerrilheiro rural do Brasil, sendo o último a capitular, em 1974. Com ele morria a tentativa de luta armada brasileira para derrubar o governo militar, implantado em 1964.

Entre 1961 e 1971-72, as organizações surgiram e foram desmanteladas pela repressão. Restou apenas o PCdoB, que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Por volta de 1972, os militantes da luta armada, salvo os do PCdoB, estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do país. A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para a eliminação dos militantes (ROLLEMBERG, 2003, p. 66).

Reis Filho, publicou em 1990 a obra “A revolução faltou ao encontro”, querendo entender, como Gorender, a derrota da luta armada. Reis Filho, foi ex-dirigente do

³¹Ver mais detalhes sobre maoísmo em: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987, p.112-118; e em: SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007a, p. 97.

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e escreveu sua tese de doutorado buscando entender as influências das orientações internacionais comunistas.

Entretanto, Daniel Aarão Reis Filho rompeu com uma interpretação que permanecia verdade inquestionável, confirmada mais uma vez por Gorender: o inventário dos “erros” dos partidos e de seus dirigentes. Não haveria um caminho a ser seguir determinado por leis históricas; a revolução não era inevitável, aconteceria ou não diante das circunstâncias e das disponibilidades dos movimentos sociais nesta direção, e o partido não teria o poder de intervir decisivamente neste processo nem de conduzi-lo: os estudos históricos confirmariam que os movimentos sociais muitas vezes surpreenderam os dirigentes organizados, revelando sua autonomia. [...] a classe operária não era por definição revolucionária. [...] Nem existiria um suposto caminho certo e previsível nem os partidos teriam o poder de guiar ou conduzir as bases, as *massas* (ROLLEMBERG, 2003, p. 52, grifos da autora).

Reis Filho (1990, p. 182) afirma que a “[...] leitura legitimadora dos modelos internacionais, a dinâmica excludente e antidemocrática do processo histórico, a presença marcante das elites sociais intelectualizadas [...]” são as características básicas das “organizações comunistas”. Porém, ressalta o afastamento das elites intelectuais dos problemas sociais da população.

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas – e poucas – grandes cidades, formam a ampla maioria dos militantes. É de se surpreender que daí decorra reduzida experiência e conhecimento dos problemas sociais? Ou uma sensibilidade escassa às contradições do cotidiano das populações que se imagina interpretar? Estariam aí, portanto, sintetizados, os fatores determinantes dos “erros” de avaliação que levam a tantos desencontros, a tantas derrotas. Não decorrem de eventuais “debilidades” ou “lacunas” suscetíveis de correção. Resultam, ao contrário, do que há de mais substantivo nas organizações políticas comunistas (REIS FILHO, 1990, p. 184, grifos do autor).

Portanto, segundo Reis Filho (1990, p. 181-187), a derrota revolucionária brasileira não deve ser explicada por suas ausências ou “alienação em relação aos dirigidos, ou às massas”, ou somente pela “idéia óbvia de localizar as debilidades, as lacunas, os pontos fracos das organizações comunistas”. Em busca dos erros e acertos pode haver interpretações equivocadas da “genialidade” dos revolucionários vitoriosos em oposição à “indigência” dos derrotados. Os revolucionários brasileiros ficaram isolados, sem respaldo na sociedade; teriam encontrado “surdos ouvidos”, “falta de vontade”, e o “imobilismo” de seu próprio povo, como exemplo de tantos projetos revolucionários fracassados pelo mundo.

Por outro lado, Reis Filho enfatiza que o século XX vivenciou revoluções socialistas vitoriosas, devido “ao pleno funcionamento de seus mecanismos de coesão interna”, sua “capacidade de mobilização”; sendo necessário aos militantes comunistas estarem “coesos, seguros e preparados para enfrentarem a emergência de uma situação revolucionária”.

A vitória e a consagração como vanguarda sempre dependerá de uma certa sensibilidade, de uma certa sabedoria, de uma capacidade especial em operar a adaptação da organização e de suas perspectivas à “situação revolucionária”. O “gênio” de Lênin, assim como dos demais dirigentes revolucionários vitoriosos, terá sido o de concentrar esta sensibilidade, esta sabedoria, esta capacidade especial, afrontando, frequentemente, pressupostos e modelos – preconceitos – arraigados em suas organizações, o que não deixará de provocar protestos, revolta e escândalo entre os mais experimentados militantes (REIS FILHO, 1990, p. 185-186, grifos do autor).

Como afirma o autor acima, a tentativa de realizar uma revolução comunista brasileira dos anos de 1960 e 1970 não conseguiu atingir a revolução social, seu grito ecoou no vácuo.

Trata-se de um difícil exercício de comparação porque, repetimos, no caso brasileiro, não houve a intervenção revolucionária dos movimentos sociais, em suma, faltou a emergência da “situação revolucionária” que, nesta interpretação, surge como uma condição necessária, mas não suficiente, para o êxito dos revolucionários. Se ela se verificasse, dos comunistas brasileiros seriam requeridos gênio, determinação, sensibilidade. Teriam respondido ao desafio? (REIS FILHO, 1990, p.186-187, grifos do autor).

Ainda nesse sentido, Rollemberg (2003, p. 53), ao analisar as ideias de Gorender e Reis Filho, tece a seguinte observação:

O autor [Reis Filho] rompe com a dicotomia “opresso” e “oprimido” tão cara às esquerdas dos anos 1960 e 1970 e que permanece em Gorender. A derrota da luta desencadeada em 1967 não se deu em função da melhor organização da repressão, como interpretou Gorender, e sim pela distância intransponível do projeto das esquerdas de mudanças pela subversão da ordem estabelecida e o desejo de mudanças da sociedade que deveriam acontecer no âmbito da ordem, da afirmação do sistema econômico e da elite política autoritária e conservadora.

Ridenti publicou em 1993 sua tese de doutorado em sociologia “O fantasma da revolução brasileira”, na busca da compreensão das organizações de guerrilhas e do fantasma das ditas revoluções de 1930 e 1964. O interessante desta obra é o fato de o autor, diferentemente de Gorender e Reis Filho, não ter participado ativamente desse contexto histórico. Ele pertence à geração posterior, que tenta buscar

respostas para essas lutas. Ridenti (2010, p. 53) analisa o clima cultural e político de 1968 no Brasil e no mundo, o qual dava uma sensação de ilusão de poder que moveu as esquerdas armadas. Essa aparência de poder foi aumentada pela “clandestinidade, o ambiente conspirativo, o porte de armas, o sucesso e a repercussão de algumas ações armadas”.

No entanto, o autor tece uma conclusão a respeito das diferentes formas de resistência do governo ditatorial:

Hoje, sabe-se que as diferentes formas de resistência nos anos 1960 não obtiveram sucesso. [...] A proposta de redemocratização pacífica do PCB; as teses de “guerra popular prolongada”, do PCdoB e da AP; de “revolução proletária” insurrecional, do PORT e da POLOP; a própria oposição liberal burguesa e pequeno-burguesa no Congresso Nacional e na “sociedade civil”; os movimentos de rua, os sindicais e os grevistas em 1968; nenhuma dessas organizações e movimentos de resistência obteve sucesso naquele momento, no combate à política de repressão policial, arrocho salarial e restrições às liberdades democráticas impostas pela ditadura. Fica, pois, difícil atribuir apenas às esquerdas armadas urbanas todo o peso da derrota das “forças progressistas”. [...] a atuação crescentemente violenta do Estado conseguiu potencializar os efeitos intimidatórios da repressão sobre a maioria da população com ímpeto muito maior que os esperados efeitos exemplares das ações armadas da esquerda (RIDENTI, 2010, p. 69).

Segundo Rollemberg (2003, p. 55), “Ridenti vê o isolamento das vanguardas como resultado da impossibilidade de elas representarem politicamente a classe trabalhadora. Aí estaria a contradição que levou à derrota”. Para Ridenti, os interesses se definem em função das classes sociais, e a pouca expressividade da classe trabalhadora na luta armada deve-se a uma crise de representação e não aos seus interesses concretos. Portanto, na análise de Rollemberg (2003, p. 56) de que “[...] Ridenti, assim como Gorender e diferentemente de Reis Filho, vê a resistência à ditadura militar como essencial no sentido da luta armada”.

Entretanto, justamente em 1964, a esquerda deixou passar o que seria o momento mais propício para o levante, uma vez que o Brasil vivia o momento de maior mobilização social em torno dos projetos da esquerda brasileira já registrados até então. Porém, por falta de organização e ação efetiva, a luta armada acabou organizando-se pós-1964, quando as condições já não eram tão favoráveis, e o governo monopolizava as Forças Armadas e o poder de desarticulação de todos os movimentos de massa.

A derrota pode ter acontecido pela falta do oportunismo e de organização da esquerda em março de 1964, como defende Gorender (1987) ou pela ausência de identidade entre o projeto revolucionário e a sociedade, como expõe Reis Filho (1990) e Rollemberg (2003, p. 71) ao defenderem que “[...] a razão da derrota está menos na ação da repressão e mais no abismo existente entre as escolhas da sociedade e o meio”. Se a esquerda imaginou que teria um segundo momento de envolvimento popular como no contexto dos primeiros meses de 1964, isso nunca aconteceu, e sem adesão do povo não haveria a força necessária para derrubar coisa alguma. A oportunidade de subir ao poder realmente se foi com o golpe dado pelos setores conservadores, em abril de 1964.

Angelo (2009, p. 108), afirma que a ação da esquerda deve ser classificada como “oposição armada”, já que a proposta existia antes do golpe de 1964, “[...] quando o Brasil vivia sob uma democracia”. Porém o autor (2011, p. 191) não deixa de enfatizar que “[...] na análise da conjuntura, a esquerda revolucionária tivesse encontrado no golpe a confirmação de suas concepções teóricas”.

Exemplo de ação armada pré-1964 pode ser dado por parte das Ligas Camponesas, as quais, segundo Rollemberg (2001), em 1962, já possuíam sítios e fazendas que serviam como centro de treinamento guerrilheiro, recebendo apoio financeiro e assistência de Cuba na formação dos “professores” desses cursos guerrilheiros. O líder das Ligas, Francisco Julião, não apoiava a ideia de luta armada, sendo outros dirigentes, como Clodomir dos Santos Moraes (ex-deputado estadual de Pernambuco e dissidente do PCB), Carlos Montarroyo e Tarzan Castro, que se definiram para o enfrentamento armado.

Com Clodomir Moraes, dissidente do PCB, deu-se início à formação dos campos de treinamento de guerrilhas no Brasil, com o apoio de Cuba. O momento coincidia com o fim do governo de Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses *campos*, na verdade, fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco, formados por alguns camponeses e, em sua maioria, estudantes secundaristas e universitários vindos de Pernambuco. Falava-se também em fazendas no Maranhão, em Mato Grosso, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (ROLLEMBERG, 2001, p. 24).

No relato desse mesmo autor, o Serviço de Repressão ao Contrabando, em novembro de 1962, por acaso descobriu e desarticulou o campo de treinamento de Divinópolis, no interior de Goiás, prendendo os militantes, inclusive o responsável,

Carlos Montarroyo. Com isso, as Ligas decidiram por desmobilizar os outros campos. A Lei de Segurança Nacional prendeu o líder Clodomir de Moraes. “João Goulart tentou resolver o caso diplomaticamente, entregando ao ministro enviado por Fidel o material encontrado” (ROLLEMBERG, 2001, p. 26), porém o avião em que se encontrava o ministro caiu e morreram todos os passageiros. A bolsa do ministro foi encontrada entre os destroços e entregue à *Central Intelligence Agency* (CIA) norte-americana, que se utilizou do material para acusar Cuba de conspiração e patrocínio de revolução na América.

Essa relação das Ligas com Cuba antes do golpe civil-militar desmistifica a ideia de que a opção pela luta armada surgiu no Brasil pós-1964, visto que em pleno governo democrático já havia evidências da definição pela luta armada por uma parte da esquerda. Portanto, interpretar a luta armada como uma opção de resistência ao autoritarismo do regime implantado no Brasil após o golpe de 1964 deixa às escuras embates travados por movimentos de esquerdas anteriores ao golpe.

As memórias são divergentes sobre a questão da luta armada e a repressão, acirradas a partir do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. A direita alega que a luta armada levou ao endurecimento do regime com a adoção do AI-5, a esquerda retruca ao afirmar que o AI-5 motivou a radicalização. É certo que havia uma relação de reciprocidade entre a luta armada e a repressão, porém uma não deve se justificar essencialmente pela existência da outra, tendo em vista que cada uma, ao seu modo, já planejava a radicalização de seus atos.

Portanto, outro ponto que deve ser desmistificado é a afirmação errônea de que a luta armada acirrou o autoritarismo do regime militar e levou a decretação do AI-5. Os militares golpistas já tinham o projeto de impetrar um maior autoritarismo ao governo, ampliando seus poderes políticos. Deve-se ressaltar que a opção pelo AI-5 já estava tomada pelos militares da “linha-dura”, que pretendiam dar continuidade à “Operação Limpeza” de 1964, parcialmente interrompida pelo governo do primeiro general-presidente, considerado moderado, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Para os militares da linha dura, a opção de setores da esquerda pela “luta armada” confirmou a necessidade de implantação do “Sistema de Segurança Interna” (Sissegim); para estes setores da esquerda, o AI-5 confirmou a tese da impossibilidade de luta no terreno legal. Assim, o AI-5

pode ser visto como o resultado do processo de maturação da linha-dura: ela usou os episódios de radicalização de 1968 apenas como justificativa para sua constituição em “comunidade”, isto é, para sua “institucionalização” como “sistema “oficial do governo (FICO, 2003, p. 182-183).

Portanto, é mito acreditar que a luta armada ou mesmo as passeatas dos movimentos estudantis levaram o regime a adotar medidas mais enérgicas, resultando no AI-5, pelo fato de tais medidas já estarem no planejamento dos militares.

Porém, também não podemos cair no erro de acreditar que o AI-5 (1968) radicalizou o movimento da esquerda armada no Brasil, já que focos de guerrilha se organizavam no Brasil antes de 1968. Para isso, relembremos a organização das Ligas em 1962, anteriormente citadas; podemos mencionar que Leonel Brizola juntamente com outras lideranças dos movimentos do período pré-1964, tendo por base sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas, formaram o MNR e organizaram a Guerrilha do Caparaó (1966-67) e a Guerrilha do Araguaia, que já vinha sendo planejada e organizada pelos militantes do PCdoB antes de 1966. Portanto, segundo Angelo (2011, p. 192) “[...] as motivações da esquerda armada precederam o AI-5 e até mesmo o golpe contra João Goulart”.

Moraes e Silva (2005) relatam que, em janeiro de 1966, grupo de militantes escolhidos pelo PCdoB foram passar uma temporada na China, fazendo treinamento guerrilheiro para voltarem ao Brasil e pegarem em armas a fim de enfrentarem a ditadura militar. Os autores também comentam que o PCdoB, desde o início dos anos de 1960, avaliava o Bico do Papagaio (na região do Araguaia) com excelentes “[...] condições para a instalação de uma frente de luta armada”. Segundo eles, o partido acreditava que “[...] a mata fechada do Araguaia protegeria os militantes e tornaria inútil a artilharia pesada das Forças Armadas” (MORAES; SILVA, 2005, p. 37).

Notamos, portanto, que o planejamento de guerrilha, seja sob a ótica do foquismo, como no caso do Caparaó, seja no formato do maoísmo, como no caso do Araguaia, já foi planejado antes do AI-5, e no caso do Caparaó, caiu em 1967, antes mesmo de entrar em ação e da decretação do AI-5.

Por conseguinte, podemos analisar a luta armada e o AI-5 sob a seguinte perspectiva: uma vez que a censura e as manifestações sindicais e estudantis passaram a ser proibidas, sofrendo violenta repressão, muitos manifestantes resolveram recuar, enquanto os mais radicais resolveram engrossar as fileiras dos movimentos armados (já articulados antes do AI-5), que tiveram seu auge de atuação nas cidades entre 1968 a 1971.

Apesar de todas as controvérsias sobre a temática, podemos verificar que parte dos pesquisadores da temática defende que a luta armada organizada contra o regime pós-1964, tendo se intensificado entre 1968 e 1972, foi derrotada e sua atuação não conseguiu abalar diretamente a ditadura implantada no país, acabando por se tornar um dos fatores que serviu de justificativa para o endurecimento do regime.

Em contrapartida, a historiadora Joffily, em sua pesquisa sobre os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, enfatiza que o projeto de repressão do governo militar revela a importância que este dava às ações impetradas pelas organizações de esquerda:

Se a criação de um órgão [Operação Bandeirante, em 1969] dessa natureza foi sentida como necessária, é porque se via na contestação política e social um perigo específico e importante, suscetível de mudar efetivamente o equilíbrio social e de pôr em risco determinado estado de coisas. A atenção especial dedicada ao combate às organizações de esquerda faz supor que a importância atribuída ao crime político, na época, suplantava aquela dada às outras modalidades de contravenção à ordem estabelecida [...] (JOFFILY, 2013, p. 43).

Portanto, não podemos negar que a luta armada teve sua relevância no processo histórico, apresentando resistência ao regime militar no sentido libertário, ao quebrar o silêncio imposto pelo governo, denunciando prisões e torturas, atuando na libertação de presos políticos em troca de embaixadores sequestrados, como citado anteriormente, influenciando posteriormente na organização de sindicatos e outras organizações, que viriam manifestar-se democraticamente, por vias pacíficas, contra a ditadura militar. Porém, em termos práticos, a luta armada, urbana e rural, fracassou em seu objetivo maior de derrubar a ditadura militar e jamais representou uma ameaça vital ao regime implantado a partir de 1964.

Diante do fracasso da luta armada, tanto nas cidades como no campo, Angelo (2009, p. 106) afirma que a “[...] esquerda armada passou a ver na *luta democrática*

um novo caminho para a revolução [...]”, e aos poucos um novo campo de lutas se travou no Brasil em prol da democracia, englobando movimentos operários, estudantis e da esquerda moderada. No entanto, a ordem de abertura viria de dentro das forças armadas, de uma maneira lenta e gradual, iniciada no governo de Ernesto Geisel e desfechada com João Baptista Figueiredo, sendo um ato que partiu dos militares moderados. Portanto, os militares nunca perderam o controle da situação política; eles implantaram, endureceram e abriram o regime de acordo com seus projetos. O que podemos admitir é que o amplo movimento de resistência democrática que se desenrolou entre 1974-1984 tenha pressionado o governo no sentido de apressar a distensão política, porém os ditames do processo de abertura nunca saíram das mãos dos militares.

3.5 A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Apesar de reconhecer que os militares não perderam o controle da situação política, nós não podemos cometer o erro de atribuir uma onipotência aos militares no processo de abertura, desconsiderando e omitindo as pressões populares das décadas de 1970 e 1980, sendo inegável, nesse processo, a influência de formas não-armadas de luta, o que podemos denominar de resistência ou luta democrática.

Araujo (2004) pontua oito atores políticos que foram essenciais na luta democrática que se travou na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, são eles: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o movimento estudantil, a Igreja Católica, a imprensa alternativa, as associações de moradores, as associações de profissionais liberais, o movimento sindical e os movimentos das minorias políticas.

O Ato Institucional nº 2 (AI-2)³², de 27 de outubro de 1965, em seu artigo 18, extinguiu os partidos políticos, cancelando seus registros. O bipartidarismo passou a vigorar no Brasil durante o regime de exceção, sendo legalmente reconhecidos os seguintes partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que englobava os militares e civis da direita política, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

³²Texto completo do AI-2 ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 355-362.

considerado partido de oposição, sem na prática apresentar uma real postura de oposição frente ao regime. Na verdade o MDB, era utilizado pelos militares para dar um ar de legalidade ao regime. Porém, esse quadro começou a mudar a partir de 1974, quando o MDB passou a exercer uma oposição de fato, conseguindo uma grande vitória eleitoral. Segundo Araújo (2007, p. 335), “[...] sua estrutura partidária foi aproveitada por um grupo de deputados mais identificados com as posições de esquerda, que criaram o movimento dos autênticos do MDB”. As eleições de 1974 passaram a ser um marco para a resistência democrática, uma vez que boa parte da esquerda passou a apoiar ou participar do partido, lançando candidatos sob a legenda do MDB, com exceção para a POLOP e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), que mantiveram seu radicalismo de esquerda, não aceitando congregarem-se com os emedebistas.

O movimento estudantil merece um grande destaque na luta democrática. Depois de sofrerem repressões violentas nas passeatas do ano de 1968 e da prisão de cerca de setecentos estudantes no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, sul do Estado de São Paulo, em outubro de 1968, o movimento de massas recuara. Com a UNE na ilegalidade desde 1966, bem como o fechamentos das Uniões Estaduais Estudantis (UEEs), os centros acadêmicos e diretórios estudantis, o movimento estudantil passou por uma fase de reorganização interna. Os universitários e secundaristas mais radicais resolveram buscar na luta armada um meio de combater o autoritarismo do regime militar; porém, com o fracasso da ação armada –quando muitos jovens foram torturados, exilados, mortos, desaparecidos –, era preciso buscar outro meio de resistência.

Araújo (2007, p. 336-337) ressalta que após 1974, “[...] o movimento estudantil começou a viver um processo de reconstrução e revitalização”. Segundo a autora, o movimento passa a atuar “em dois níveis: de um lado, na reconstrução de suas entidades”, que seriam os diretórios, centros acadêmicos e a UNE; e, “de outro, atuando na frente de luta pelas liberdades democráticas”. Essa luta espalhou-se pelos universitários de todo o país. Os movimentos estudantis passaram a ser dirigidos por “tendências políticas”, e estavam ligados aos principais partidos e organizações de esquerda da época, todos em atividades clandestinas.

O movimento estudantil levou o movimento político de volta às ruas, ganhando a simpatia da população e o apoio de outros setores de oposição ao regime. Os estudantes denunciavam prisões políticas, torturas e defendiam causas importantes, como em 1978 na Campanha pela anistia. A grande vitória dos estudantes ocorreu em 1979, quando a UNE foi recriada. O movimento se fortaleceu como ator radical na resistência democrática.

A Igreja Católica, que em 1964 encampou a luta contra o governo de João Goulart, apoiando o que foi considerada a “Revolução Democrática” feita pelos militares, vendo-os como os salvadores que iriam livrar o Brasil do perigo comunista contra a moral e a religião cristã, após uma década, levantou a bandeira de luta contra o regime militar. É certo que algumas autoridades católicas, como o bispo D. Hélder Câmara, em meados dos anos 1960, já haviam feito duras críticas ao autoritarismo do governo, denunciando a violação dos direitos humanos, e mais tarde a Igreja acabou por concordar que a ditadura militar deveria acabar. Perseguições a clérigos estremeceram as relações entre a Igreja e o regime. Segundo Angelo (2011, p. 136), a partir de 1974, a ala progressista voltou a assumir o controle da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “[...] fazendo com que a instituição assumisse posições mais à esquerda, juntando-se à frente de oposição a ditadura que se formava na época”. A igreja passou então a dar suporte a movimentos sociais e “[...] atribuiu a si mesma um papel político e social [...]”, defendendo uma profunda transformação na política do Brasil.

Em 1975, no episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI em São Paulo, a Igreja promoveu um culto ecumênico na Catedral da Sé, decretando abertamente que a barbárie do governo deveria acabar. Destacou-se a liderança de D. Paulo Evaristo Arns, o qual, mais tarde, em São Paulo, criaria a Comissão de Justiça e Paz e coordenaria um trabalho de denúncias das atrocidades do governo ditatorial, concretizando-se na publicação do livro *Brasil: Nunca Mais*, que traz relatos de pessoas torturadas pelo regime de exceção e apresenta claramente a violação dos direitos humanos pela ditadura militar.

De acordo com Araújo (2004, p. 167), “[...] a Igreja Católica teve enorme papel na luta pela defesa dos direitos humanos, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Pastorais”. Nesses órgãos, a Igreja levava aos seus

membros discussões sobre as condições de trabalho no campo e nas cidades, desde a classe média aos moradores das favelas. Essa instituição acabava por garantir a discussão política nesses locais, em especial a atuação política dos grupos de esquerda. A igreja passou encobrir a atuação da esquerda com discurso e denúncias contra o regime e acobertar líderes populares, o que gerou a ira dos militares e civis de direita.

Outro importante ator político característico da resistência democrática foram as associações de moradores, tanto populares como de classe média. As associações não se restringiam apenas à questão de moradia, criação de creches, violência doméstica. Com a infiltração de grupos de esquerda, as associações se tornaram muito politizadas. A Igreja Católica transformou-se em parceira nos movimentos dos bairros e favelas, cedendo sedes para os encontros e discussões e apoiando os projetos sociais de tais associações.

As associações de profissionais liberais também tiveram importante papel na resistência democrática, destacando-se na denúncia de crimes e autoritarismo do regime. Podemos citar: o Sindicato dos professores, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Sindicato dos Médicos e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Interessante observar que as associações que antes apoiaram o golpe, como a OAB e a ABI, na década de 1970 passaram a lutar com a oposição para derrubar a ditadura instaurada a partir de 1964. Segundo Angelo (2011, p. 141), “[...] da mesma forma que a OAB, uma das principais preocupações da ABI na fase inicial da ditadura, foi defender seus membros da repressão, e não lutar pelo retorno à democracia”. Após a morte de Herzog, tanto a OAB como a ABI tomaram uma postura mais austera e passaram a compor o grupo de oposição ao regime.

Interessante notar que a Igreja, a classe média, a OAB e a ABI, assim como os ex-guerrilheiros, de acordo com Angelo (2012, p. 183) “[...] buscavam legitimar suas posições presentes, por meio da releitura e do esquecimento das ações anteriores”, ou seja, queriam reconstruir o passado durante o processo de abertura política e desejavam ser associados e lembrados apenas pela luta de uma nova ordem política contra a ditadura, luta esta que começaram a travar cerca de uma década após o golpe.

Araújo (2007, p. 340) enfatiza a participação da imprensa alternativa na luta pela democrática. Segundo a autora, “[...] a imprensa alternativa foi um fenômeno típico do período de resistência e luta democrática contra a ditadura militar”. Tratavam-se de tabloides de tiragem irregular, vendidos em bancas ou de circulação restrita, sendo todos de oposição.

Havia aqueles mais intelectuais, que enfatizavam as análises políticas e econômicas. Entre os mais importantes estavam: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *O Companheiro*, *Versus*. Havia também jornais feministas, como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres e Mulherio*; jornais do movimento negro, como *Sinba*, *Tiçã*, *Coisa de Crioulo* e, jornais ligados ao movimento gay, como *O Lampião*. Por mais diferentes que fossem suas linhas editoriais, esses jornais ajudaram a criar uma opinião pública antiditadura, a disseminar uma cultura de esquerda, com padrões de comportamento e pensamento marcados por valores de esquerda (ARAÚJO, 2007, p. 339-340).

Nos anos de 1978 e 1979, o país passou por uma grande mobilização do movimento sindical na região industrial metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (ABC paulista), onde milhares de metalúrgicos desafiaram a legislação antigreve do regime e se mobilizaram, sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula. Era a volta do movimento operário e sindical, que ficou conhecido como o “Novo Sindicalismo” e que passou a colocar em sua pauta de discussão as arbitrariedades cometidas pelo governo militar.

Araújo (2007) destaca, na conjuntura da resistência democrática, os movimentos de minorias políticas, como os movimentos feministas, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o movimento gay em prol da liberdade de opção sexual. Apesar de esses movimentos lançarem jornais que abordavam assuntos específicos de suas vivências, tais grupos não deixaram de dialogar com as esquerdas e denunciar os crimes da ditadura militar.

Portanto, formou-se uma ampla frente na luta pela democrática contra o regime militar na década de 1970. Tais forças unificaram-se em duas grandes campanhas nacionais: a campanha pela anistia e a campanha Diretas Já.

A campanha pela anistia, que tomou força em 1977 e 1978, era organizada pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que se espalhou por vários estados do Brasil. O movimento alcançou também os exilados no exterior, e Lisboa e Paris passaram a sediar Comitês de

defesa da anistia no Brasil. Segundo Rollemberg (1999), formou-se o Tribunal Bertrand Russell II, por iniciativa do jurista, professor e senador italiano do Partido Socialista Independente Lelio Basso, que tinha o objetivo de trazer à opinião pública a verdade dos acontecimentos da ditadura no Brasil, fazendo emergir um esclarecimento que viria levantar debates sobre as condições dos exilados e presos políticos, bem como o fim da ditadura no Brasil e na América Latina. O Tribunal Russell II serviu para reforçar a luta pela anistia em âmbito internacional.

A campanha pela anistia levantava a bandeira de uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. Porém, a Lei de Anistia nº 6.683³³, sancionada em 28 de agosto de 1979, no Governo do presidente-general João Baptista Oliveira de Figueiredo, não atendeu ao apelo do movimento. Conforme Araújo (2007, p. 345), “[...] ficavam de fora aqueles que tinham sido condenados pelo crime de “[...] terrorismo, assalto, seqüestro”, ou seja, muitos militantes da esquerda armada”.

Não era a anistia sonhada pelos familiares de presos políticos, de mortos e de desaparecidos, dos militantes de esquerda, dos exilados, dos movimentos estudantil, sindicalista, artístico, feminista, associações de profissionais liberais e vários outros segmentos que se empenharam na campanha. Entretanto, não podemos desprezar a conquista, mesmo que parcial, da resistência democrática. Os brasileiros receberam com festa os exilados que começaram a chegar a partir de outubro de 1979.

Porém, a luta pela ampliação da anistia continuou em movimentos como Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que passaram a exercer pressão sobre o Congresso Nacional, conquistando, aos poucos, medidas complementares, como a reformulação da Lei de Segurança Nacional (libertando todos os presos políticos, incluindo os acusados de “crimes de sangue”), a concessão de atestados de óbito para os mortos e desaparecidos políticos (Lei nº 9.140³⁴, de 04 de dezembro de 1995). Recentemente, houve uma grande conquista, que foi a abertura dos acervos da ditadura militar (em consonância com a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527³⁵, de 18 de novembro de 2011, e o Decreto nº

³³Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

³⁴Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

³⁵Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

7.724³⁶, de 16 de maio de 2012) e a criação da Comissão da Verdade (Lei nº 12.528³⁷, de 18 de novembro de 2011), instalada oficialmente em 16 de maio de 2012, no governo da presidenta Dilma Vana Rousseff, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da sétima Constituição brasileira.

A partir da lei de anistia, o país avançou no processo de redemocratização. E em novembro de 1979, o governo decretou o fim do bipartidarismo, com a intenção de separar a oposição que se concentrava em torno do MDB. Assim, surgiram novos partidos, como: o Partido Democrático Social (PDS), que concentrava os políticos da antiga Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse ínterim, os trabalhadores decidiram formar seu próprio partido político, e em fevereiro de 1980, é fundado, em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores (PT), formado pelo proletariado, estudantes e profissionais liberais, membros da extrema esquerda, membros das CEBs e das pastorais, entre outros segmentos. Surgia, portanto, um partido distinto, liderado pelos sindicatos, em especial do operariado do ABC paulista.

Nesse caminho para a democratização, um dos elementos essenciais que aglutinou toda a oposição ao regime foi a Campanha Diretas Já, nome dado ao movimento que defendia a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5/1983, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas imediatas para à Presidência da República. Entre 1983 e 1984, o país viveu manifestações em massa em várias capitais do país. Apesar de toda a mobilização, a proposta foi derrotada no Congresso Nacional em abril de 1984. O colégio eleitoral escolheria sucessor do último presidente-general João Baptista Figueiredo, e após negociações políticas, a chapa vitoriosa foi a lançada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência do PDS, juntamente com o PMDB: Tancredo Neves e José Sarney, respectivamente para os cargos de presidente e vice-presidente da República. Não era a saída mais democrática, mas a vitória da chapa moderada Tancredo-Sarney excluía a direita

³⁶Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

³⁷Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

extremista ligada aos militares retrógrados, representada pelo PDS, que havia lançado a candidatura de Paulo Maluf.

Apesar da solução negociada, a presidência da República voltava para as mãos dos civis. Era o fim de 21 anos de regime militar. Segundo Araújo (2004, p. 173), uma das características mais positivas da luta contra a ditadura militar no Brasil e do processo de redemocratização política está na “multiplicidade de formas de enfrentamento e de resistência à ditadura” e na “pluralidade de atores políticos”.

Fazer tal explanação sobre a resistência democrática se faz necessário, para que possamos compreender como a esquerda armada utilizou-se desse processo de luta democrática para se justificar como parte da resistência democrática, embora ela nunca tenha de fato lutado em prol do retorno da democracia pré-1964, ou seja, de uma democracia liberal burguesa.

A inflexão da esquerda ocorreria somente alguns anos depois, no exílio, quando a luta armada já tinha sido derrotada. Foi só então que a democracia passou a figurar entre as bandeiras da esquerda armada. Derrotados, os guerrilheiros falsearam deliberadamente suas motivações como forma de integrar-se naquele novo cenário. Assim, embora nunca tivessem resistido à ditadura em nome da democracia, juntaram-se às forças que agora lutavam por ela (ANGELO, 2009, p. 108-109).

Portanto, a memória da esquerda armada como defensora da democracia foi construída no processo de abertura do regime militar em diálogo com o restante da oposição que defendia uma única causa: o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil. Para isso, dois movimentos de cunho nacional e mobilização das massas populares foram essenciais para perpetuar tal memória: a campanha pela anistia e a campanha Diretas já. Segundo Angelo (2011, p.184), o envolvimento da antiga esquerda armada nessas campanhas “[...] ajudou a consolidar a imagem dos ex-guerrilheiros como defensores do Estado de direito, nos moldes daquele existente antes do golpe – Estado que foi retomado em outro nível pela Nova República”.

Assim, naquele contexto, a sociedade acabou absorvendo os ex-guerrilheiros, interpretando seus atos como de destemida resistência diante do Estado de exceção e atribuindo a eles a condição de vítimas do aparato repressivo do Estado.

Em síntese, a mobilização em favor da anistia, tanto no Brasil como no exterior, envolveu inúmeros militantes de esquerda, entidades profissionais, partidos, parlamentares, movimentos sociais e instituições dos mais variados tipos. Ao defenderem uma lei ampla, geral e irrestrita, como se consolidou a bandeira a partir de 1978, foi preciso indicar uma posição do movimento a respeito dos ex-guerrilheiros. O envolvimento direto e indireto da antiga esquerda armada – no Brasil, através dos familiares; no exterior, através dos exilados – foi decisivo, a nosso ver, para que misturando a luta armada às outras formas de oposição à ditadura, fosse construído um discurso em que os ex-guerrilheiros puderam ser vistos como parte da resistência *democrática* (ANGELO, 2011, p. 168-169).

Ao contrário da campanha da anistia, podemos observar um amplo envolvimento de ex-guerrilheiros com o movimento das Diretas Já. Eles puderam participar diretamente da Campanha das Diretas, uma vez que, contemplados pela lei de anistia, muitos retornaram ao Brasil e voltaram à atuação política. Segundo Angelo (2011, p. 169), o PT, que abrigou grande parte dos militantes da antiga esquerda armada, “[...] funcionou como uma *ponte* que aproximou e integrou os ex-guerrilheiros ao resto da oposição”.

É importante sublinhar que os militantes da luta armada no Brasil não defendiam a democracia nos moldes liberais burgueses, como passaram a ser vistos após a anistia de 1979, pois como argumenta Reis Filho (2005, p.71), um dos primeiros “deslocamentos de sentido” após a aprovação da Lei de Anistia de 1979, diz respeito a considerar as “esquerdas revolucionárias como parte integrante da resistência democrática”, apagando-se o fato de que o braço armado das esquerdas revolucionárias de perspectiva ofensiva, “não eram de modo nenhum apaixonados pela democracia, francamente desprezadas em seus textos.”

Os ex-guerrilheiros aproveitaram o contexto de 1974-1985 para construir uma imagem de que a luta armada foi um duro golpe para a ditadura militar, compelindo o governo a iniciar a distensão política, bem como que foram os primeiros a apresentar a resistência democrática, afirmativas que acabaram por se tornar mitos na história brasileira. Como vimos, os guerrilheiros apresentaram uma resistência ao regime militar, porém não na defesa dos moldes democráticos pré-1964. e, Sem dúvida, foram corajosos e ousados, porém equivocados, pois sem uma estrutura e planejamento adequados à realidade brasileira nunca representaram uma real ameaça à manutenção da ditadura militar, embora suas ações tenham movimentado os órgãos de repressão e gerado um incômodo ao regime militar.

4. NASCE A GUERRILHA DO CAPARAÓ: O PRIMEIRO FOCO GUERRILHEIRO CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL

4.1 A APROXIMAÇÃO COM BRIZOLA E O APOIO CUBANO

Leonel de Moura Brizola (1922-2004) era o décimo nome de uma lista de cem cidadãos que, por meio do Ato do Comando Supremo da Nação nº 1³⁸, de 10 de abril de 1964, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Não era surpresa, afinal Brizola se destacava na política do Brasil, levantando a bandeira trabalhista pelo PTB e sendo defensor assíduo do nacionalismo e da legalidade, indo diretamente contra os ditames do regime em vigor.

Segundo Vainfas (2007), Brizola nasceu no interior de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, no seio de uma modesta família de agricultores. Estudou curso técnico rural, mas acabou trabalhando como graxeiro numa refinaria de óleo. Dedicado, diplomou-se em engenharia no ano de 1949, na Escola de Engenharia, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi no tempo de universitário que Brizola ingressou na política; em 1945 ele filiou-se no PTB, defendendo a bandeira trabalhista e nacionalista a favor de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1947, ainda estudante, Brizola se elegeu deputado estadual. Iniciava-se assim sua firme escalada na liderança política do Rio Grande do Sul. Em 1950, ano em que se casou com Neusa Goulart (irmã de João Goulart), com quem teve três filhos, Brizola conseguiu reeleger-se deputado Estadual. Porém, em 1951, amargou a derrota pela prefeitura de Porto Alegre, pela margem de 1% dos votos.

Por sua vez, Getúlio Vargas, seu amigo pessoal e padrinho de casamento, elegeu-se presidente, mas suas medidas nacionalistas e trabalhistas acabaram criando um cerco de inimigos, encabeçado por uma sistemática campanha de UDN, na pessoa de Carlos Lacerda. Segundo Vainfas (2007, p. 483), o golpe de Estado era iminente, abortado, porém, pelo suicídio de Vargas, em 24 de agosto de 1954.

A comoção nacional frustrou os planos golpistas da UND e dos setores conservadores e elevou o prestígio do PTB no cenário político, embora alguns candidatos gaúchos não tenham conseguido eleger-se em 1954, o que não foi o

³⁸Lista completa ver em: FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 330-331.

caso de Brizola, que soube aproveitar o contexto histórico, tornando-se ferrenho opositor de Carlos Lacerda e da UDN, elegendo-se deputado federal.

No entanto, em 1955, Brizola é eleito prefeito de Porto Alegre e logo regressa a política gaúcha, priorizando, em seu governo, as demandas sociais e trabalhistas. Derrotando a coligação UDN-PSD, Brizola vence a disputa pelo governo do Rio Grande do Sul, em 1958, sob a legenda do PTB e inicia um mandato priorizando a expansão do sistema educacional fundamental e médio e uma política industrial com forte perspectiva nacionalista. Vainfas cita exemplos emblemáticos da postura opositora de Brizola frente ao capital estrangeiro:

[...] emblema dessa orientação foi a encampação, pelo preço simbólico de um cruzeiro, da Companhia de Energia Rio-Grandense, filial da Bond and Share. No final do mandato, em fevereiro de 1962, encamparia outra filial de poderosa corporação norte-americana, a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da Internacional Telephone and Telegraph (ITT). Esta última gerou enorme mal-estar nos Estados Unidos, com desdobramentos diplomáticos seriíssimos (VAINFAS, 2007, p. 484-485).

Assim, com a expropriação de empresas norte-americanas, Brizola despontava no Brasil no seio das lideranças sindicais, e seu prestígio crescia entre os trabalhadores. Com tais atitudes, o PCB achou base para se aproximar do líder gaúcho. No entanto, Vainfas (2007, p. 485) é categórico em afirmar que “Leonel Brizola nunca foi *comunista* ou *marxista*”, ele dizia que diante da Guerra Fria, o Brasil deveria manter uma “*posição eqüidistante*”, o que demonstra sua crítica diante dos dois sistemas, ou seja, capitalista e socialista.

Brizola se afastava do modelo soviético de revolução socialista, mas se aproximava das ideias comunistas no tocante às lutas trabalhistas, ao nacionalismo com viés antiimperialista, defesa da reforma agrária. Segundo Vainfas (2007, p. 486), Brizola preconizava uma “solução nativa” para o Brasil, ideia que nos anos de 1980 se tornaria o “socialismo moreno”, o qual, na visão de Brizola, combinaria “justiça social com liberdades democráticas para o bem do povo brasileiro”.

Em pleno mandato de governador do Estado do Rio Grande do Sul, o político ganharia projeção nacional na Campanha da Legalidade em 1961, tema já retratado neste trabalho. Mas vale ressaltar que Brizola liderou a campanha para garantir a posse presidencial de João Goulart, vice-presidente eleito, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Brizola transformou o Palácio

Piratini (sede do governo Rio-Grandense) em uma base de propaganda pela legalidade com o apoio de Brigada Militar do Estado. Do Palácio, Brizola conclamava o povo a lutar pela posse de João Goulart, em defesa da legalidade constitucional e chegou a confrontar ministros militares e o próprio Exército, lançando notas de repúdio que eram lidas nas rádios e publicadas em jornais. Ao começarem proibir as emissoras de rádio e os jornais de noticiarem a campanha, Brizola utilizou as dependências do Piratini para, junto com jornalistas da Última Hora, produzir uma edição extra e colocarem em circulação, além de montar um estúdio, formando a Rádio da Legalidade, pela qual se faziam discursos e eram lidos correntemente os manifestos do Marechal Lott e de Leonel Brizola a favor da posse de Jango.

Apesar da solução acordada entre os defensores da legalidade (segmentos de esquerda) e a direita, com a adoção provisória do parlamentarismo até a realização de um plebiscito, Brizola passou a se dedicar a combater a solução parlamentarista e a defender a antecipação do plebiscito, sendo o mesmo antecipado para janeiro de 1963, quando ficou decidido por voto popular que o presidencialismo voltaria a ser o sistema de governo no Brasil.

No entanto, o governo de Jango foi turbulento, com grandes tensões políticas, resultando no golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Logo depois, o presidente João Goulart dirigiu-se ao sul do Brasil. Brizola tentou, sem sucesso, convencer Jango a organizar uma resistência contra o golpe. Com a negativa do presidente, não restou outra saída para Brizola, a não ser partir para o exílio no Uruguai.

Mesmo no exílio, Brizola era o político brasileiro que mais bem se adaptava às condições dos revoltosos, por sua postura de líder nacional e pelo seu discurso efusivo contra a ditadura.

Os contatos entre Brizola e os subalternos do Exército e da Aeronáutica vinham sendo cultivados desde a Campanha da Legalidade. Dali em diante, o ex-governador tornou-se o principal expoente da chamada *esquerda nacionalista*. Em contraste com o PCB, que defendia uma revolução pacífica, Brizola assumiu uma postura ostensivamente belicosa. Foi emblemático, nesse sentido, que a proposta de formação do Grupo dos Onze tenha partido do líder gaúcho. Dadas as características da própria atividade militar, foi natural que um contingente cada vez mais politizado de sargentos, cabos, marinheiros e fuzileiros navais tenha se aproximado da figura de Brizola – até mesmo em virtude da identificação dos militares com a bandeira do nacionalismo (ANGELO, 2009, p. 37).

Brizola não foi para o Uruguai conformado com a ideia do exílio; ele tinha explicitamente a finalidade de articular um contragolpe. Sob determinação do governo brasileiro, Brizola deveria ficar afastado da fronteira brasileira, e por isso ele passou a morar no balneário de Atlântida, cerca de 70 quilômetros da capital uruguaia. A liberdade política de Montevideú acabou por tornar a cidade um centro propício à conspiração, onde centenas de brasileiros se exilaram.

[...] liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de jlio ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta, juntos mas não misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos da Armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e do sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo. A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil (TAVARES, 2005, p. 197-198).

Em Pocitos, um bairro de Montevideú, havia um casarão, que os refugiados brasileiros apelidaram de “Vietcong”, e era para lá que todos os que queriam aderir à luta armada contra o Regime Militar Brasileiro se dirigiam. O local era mantido por verbas pessoais de Leonel Brizola e João Goulart. Pelo Vietcong passavam todas as discussões e os debates sobre as diferentes alternativas de derrubar o governo instaurado em 1º de abril de 1964 no Brasil; era o local de formação de uma organização revolucionária. Segundo Tavares (2005), havia também uma granja de propriedade de Brizola, onde brasileiros plantavam tomates e se preparavam para o combate. A atividade política de Jango se resumia em ajudar na subsistência de parte dos exilados. Brizola, no entanto, preparava-se para um contragolpe.

No Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista a tentativa de formar os Grupos dos 11. Agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo no Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado do PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues (ROLLEMBERG, 2001, p. 28).

Foi formada uma organização de resistência, integrada por ex-militares, intelectuais e ex-políticos, que se denominou de Movimento Nacional Revolucionário (MNR), à

qual, de acordo com Tavares (2005, p. 219), Brizola chamava de “Morena, invertendo a denominação, por considerá-la mais brasileira”.

O caminho da guerrilha não foi aceito de imediato por Brizola, como destaca o ex-sargento do exército brasileiro, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, expulso das Forças Armadas logo após o Golpe Militar de 1964, que cruzou a fronteira e foi sugerir a Brizola a formação de uma guerrilha rural. Brizola ponderou, pretendendo levar a Insurreição para dentro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Surgiu um acordo entre os sargentos e o líder gaúcho: primeiro haveria a investida contra o governo rio-grandense, porém, caso o plano não obtivesse sucesso, Brizola apoiaria a formação dos focos guerrilheiros.

No início de 1965, os ex-sargentos Amadeu Felipe e Araken Vaz Galvão, juntamente com o ex-subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa, começaram a fazer as articulações, arregimentando sargentos do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul e instando-os em pequenos grupos pelos vários aparelhos³⁹ espalhados por Porto Alegre. Calcula-se que 47 homens já estavam na capital gaúcha. Além de abrigar os homens, também eram divididos armamentos (muitos oriundos da mobilização dos sargentos gaúchos, durante a Cadeia da Legalidade) e as fardas pelos aparelhos. Por questão de segurança, somente Amadeu Felipe e Manoel Raymundo Soares sabiam da localização de todos eles. Porém, um fato inusitado fez com que a primeira operação de levante fosse adiada, o que trouxe grande constrangimento ao grupo e deixou Brizola furioso.

De acordo com Costa (2007), os ex-sargentos Araken Vaz Galvão, Manoel Raimundo Soares e Daltro Jacques Dornellas dividiam o mesmo aparelho, juntamente com Denise, a companheira de Araken. Este último foi o único do grupo que se autoconcedeu tal privilégio. Porém, em uma noite, o casal começou a discutir por questão de ciúmes e traições, e, na madrugada, Denise atirou em Araken. Muito ferido, ele foi de táxi para o Pronto Socorro. Os policiais não acreditaram na versão de Araken, e o local acabou sendo estourado pela repressão, antes mesmo de ser desocupado. As armas do movimento não estavam lá; o aparelho guardava apenas os uniformes.

³⁹Nome dado aos locais, casas ou apartamentos, utilizados como esconderijos de guerrilheiros e de materiais utilizados por eles.

Costa (2007) relata que Daltro Jacques Dornellas soube da queda do aparelho ao parar em uma banca de jornal e ler a notícia estampada em primeira página. Ele estava indo para o local e aquilo foi o grande alerta, pois sua bolsa com os pertences estava no meio da fotografia. Logo, as rádios começaram a dar a notícia, que serviu de alerta para o restante do grupo. Para Amadeu Felipe, Denise, negociou com a polícia, mas felizmente ela sabia muito pouco. Araken, muito debilitado, foi preso e enviado para a Ilha das Pedras, onde permaneceu por quase um ano.

Tal incidente acabou alertando a repressão de que algo estava acontecendo. O esquema caiu. Amadeu Felipe recuou, seguiu seu pessoal e preparou uma segunda tentativa de levante. Eles intencionavam tomar quartéis e regimentos, pelo fato de terem muito apoio e a possibilidade de conseguir tomar as guarnições de Porto Alegre. Porém, de acordo com o depoimento de Amadeu Felipe⁴⁰, um dia antes da explosão do levante, um capitão da Brigada entrou em pânico, teve um mal intestinal e delatou o movimento ao Comandante do III Exército, Osvino Ferreira Alves.

O capitão havia delatado o nome de Amadeu Felipe e do coronel Avelar, que estariam dirigindo o esquema. O Exército fechou Porto Alegre, mas Amadeu Felipe conseguiu escapar. Segundo Costa (2007) havia um aparelho em Mariluz, uma casa emprestada pelo Tenente da Brigada Militar, Dário Viana Reis, que era Brizolista e participava da defesa da legalidade em 1961. Esse aparelho foi preparado para os casos extremos, para ser um ponto de passagem, para tirar os militantes do Rio Grande do Sul, além de servir para armazenar os armamentos.

Logo após o fracasso da segunda tentativa frustrada de levante ocorreu a prisão do ex-sargento do exército Manoel Raymundo Soares, considerado por seus companheiros uma das lideranças mais importantes do movimento. Tratava-se de um paraense, intelectual, marxista e radical. Servindo no Rio de Janeiro, estava no epicentro dos recentes acontecimentos políticos do país. Tinha se colocado em apoio ao foco, era um forte ativista e provavelmente faria parte da Guerrilha do Caparaó. Porém, em 11 de março de 1966, Soares acabou preso, delatado por Edu,

⁴⁰Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 21 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

um cenógrafo do Teatro São Pedro, após uma tentativa de espalhar panfletos com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, por ocasião da visita do presidente Castelo Branco a Porto Alegre. Depois de meses incomunicável, o corpo de Soares foi encontrado no rio Jacuí, perto da Ilha das Flores, com as mãos e os pés amarrados, no dia 24 de agosto de 1966⁴¹. Soares era uma forte liderança entre os sargentos, e sua prisão e posterior morte sob tortura reavivou o ânimo dos militantes em lutar contra o regime. Mesmo sofrendo torturas na prisão do DOPS na Avenida Ipiranga e ficando trancafiado incomunicável na Ilha Presídio das Pedras Brancas, Soares nunca delatou os companheiros, que nutriam por ele grande admiração e respeito.

No dia seguinte à prisão de Soares, os ex-sargentos Amadeu Felipe e Daltro Jacques Dornellas desocuparam os últimos aparelhos espalhados por Porto Alegre. Amadeu Felipe relata que fizeram tudo com muita calma, sem nenhuma correria, pois eles tinham certeza de que, mesmo sob tortura, Soares não diria nada, ou seja, acreditavam que o amigo não contaria nada sobre o movimento que os sargentos e Brizola estavam organizando contra o governo rio-grandense e não delataria nenhum dos envolvidos. Segundo Costa (2007, p. 146), Soares sabia de todos os aparelhos espalhados por Porto Alegre, bem como tinha as chaves de todos eles. O ex-sargento Araken Vaz Galvão desabafa: “*Os caras mataram exatamente o cara certo*”.

Frustradas as duas tentativas de levante para a tomada de Porto Alegre, e sem outra alternativa aparente, o líder gaúcho decidiu apoiar a teoria dos focos guerrilheiros. De acordo com Rollemberg (2001), o MNR planejava a montagem inicial de três focos guerrilheiros no Brasil: um seria na Serra do Caparaó, liderado pelo ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira; outro seria implantado no norte do Mato Grosso, sob o comando do ex-fuzileiro Naval Marco Antônio da Silva Lima. O terceiro, no Brasil Central. Este último, planejado para a região de Goiás, acabou concentrando-se em Imperatriz, oeste do Maranhão, comandado pelo ex-marinheiro José Duarte.

⁴¹Elizabeth Challup Soares, a Betinha, viúva de Soares, entrou com um processo contra a União em 1973. Segundo Costa (2007, p. 146), em setembro de 2005, a Justiça Federal condenou a União a pagar pensão vitalícia à Betinha e uma indenização por danos morais de mais de R\$ 3 milhões. A sentença saiu em 1995, mas a “União recorreu, e dez anos depois a sentença foi confirmada”.

Haveria para os focos guerrilheiros rurais um apoio nas cidades, que serviriam de ponte com o comando do Uruguai, além de de canal para o envio dos recursos necessários aos que estavam no foco, o que na prática, como veremos adiante, não se concretizou de maneira satisfatória. O núcleo de apoio urbano do foco do Brasil Central estava sob a responsabilidade do jornalista e militante Flávio Tavares. O núcleo do Rio de Janeiro, que deveria apoiar o Caparaó, estava sob responsabilidade do professor Bayard de Maria Boiteux. No exílio, a cúpula Brizolista era formada por Paulo Schilling, Neiva Moreira e coronel Dagoberto Rodrigues.

Porém, segundo depoimento de Amadeu Felipe⁴², Caparaó não fazia parte dos planos iniciais do MNR. O lugar só passou a ser cogitado após a frustrada tentativa de montagem de uma guerrilha rural em Criciúma, Santa Catarina. O ex-subtenente Jelcy havia percorrido a região e comprado uma propriedade com o pretexto de montar uma serraria. Os militantes enviados para preparar o local, o ex-sargento Onier Porto Alegre de Almeida e Vera, filiada ao PCdoB, foram presos após serem denunciados pelos moradores como os possíveis ladrões do roubo que tinha ocorrido recentemente na Caixa Econômica Federal da cidade. A polícia os prendeu. Não eram os ladrões, mas eram guerrilheiros. O foco caiu antes de se estruturar.

Diante dos fracassos de se formar uma Guerrilha no sul, o MNR passou a apoiar o projeto da montagem de uma guerrilha na região do Caparaó, nos limites entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, local este escolhido pela sua proximidade dos centros políticos e econômicos do país, o que poderia motivar e insuflar o movimento das massas urbanas. Rollemberg (2001) relata que a guerrilha do Caparaó passou a ser considerada uma espécie de menina dos olhos de Brizola.

Para a formação dos focos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio do governo de Cuba, sob a presidência de Fidel Alejandro Castro Ruz, e tal apoio aconteceu em forma de treinamento guerrilheiro e de remessa de dinheiro. No entanto, o apoio de Cuba à luta armada no Brasil já tinha acontecido antes. Segundo Rollemberg (2001), Cuba apoiou o Brasil em três momentos bem distintos: o primeiro, como já citado no capítulo anterior deste trabalho, aconteceu antes do golpe civil-militar de 1964, no apoio às Ligas Camponesas.

⁴²Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 21 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

O segundo momento seria justamente o apoio dado ao MNR, liderado por Leonel Brizola, nas tentativas de implantação dos focos de guerrilha. E o terceiro momento deu-se a partir de 1967, quando se desarticularam as guerrilhas pretendidas pelo MNR, e Cuba aproximou-se de Carlos Marighella, que havia comparecido à Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida entre 31 de julho a 10 de agosto de 1967, que pretendia estender a revolução através da América Latina. Marighella passou a ser visto como o líder preparado para comandar a “revolução brasileira”. Assim, Cuba passou a treinar guerrilheiros e organizações próximas defendidas por Marighella, principalmente a ALN, a VPR e o MR-8.

De acordo com Rollemberg (2001, p. 11), em fins de 1972, o CIE organizou um “[...] dossiê detalhado de 107 páginas, com dados e fotos sobre todos os 219 militantes treinados ou suspeitos de terem treinado em Cuba”. Tal dossiê circulou por diversos órgãos de informação, o que demonstra a importância atribuída pelo regime ao apoio cubano à luta armada no Brasil.

Segundo Tavares (2005, p. 216), Brizola enviava ao Brasil “comandantes treinados na Ilha”. Havia sobre os “formados em Cuba” uma “aura mística de salvadores”, tendo em vista a simbologia que envolvia os cubanos, que fizeram uma revolução em 1959, tirando o ditador Fulgêncio Batista da presidência, e enfrentaram vitoriosamente a reação de cubanos contrarrevolucionários, apoiados pelos norte-americanos. Essa simbologia de guerrilheiros heróis e libertários enchia de esperança e idealismo os militantes latino-americanos.

O treinamento em Cuba, porém, era ideológico-militar e eles voltavam ao Brasil com uma visão caolha da realidade. Estavam impregnados da idéia de desembarcar do *Granma* (o barco em que Fidel Castro viajou do México a Cuba) e começar a guerrilha e a revolução semanas seguintes, mesmo não tendo contra quem lutar. Nada de convencer a população local e, com ela ou a partir dela, estabelecer um foco que se propagasse pela palha seca e do qual a guerrilha fosse a guardiã (TAVARES, 2005, p. 217).

Era o ideal de um ataque às ditaduras e ao imperialismo norte-americano que sustentava a esperança dos militantes treinados em Cuba.

Além de sermos soldados da América Latina lutando por uma pátria latino-americana, teríamos como comandante geral o Che Guevara. Em alguns

países já havia guerrilhas, como na Venezuela e a conhecida república de Marquetália, na Colômbia. Acreditávamos que o Brasil tinha as condições favoráveis e que, o momento era o ideal para nosso projeto histórico. Era um sonho já sonhado por muitos e agora sonhado por nós. Brizola, influenciado por essa idéia e por falta de outra alternativa, integrou-se também. O MNR, em última instância, fazia parte desse plano e movimentou-se nessa direção (CAPITANI, 2005, p. 122-123).

Os militantes selecionados para o treinamento faziam escalas em vários lugares antes de chegar a Havana. As pessoas eram enviadas à Europa, geralmente para Roma, Paris, Moscou ou Praga, onde eram recebidas por um militante, que providenciava documentos clandestinos. De lá seguiam em aviões em direção a Havana. Para o retorno, era utilizado o mesmo itinerário, em sentido inverso. De Montevideú, já com documentos falsos, ingressavam no Brasil por ônibus, um a um, por infiltração. Portanto, havia todo um esquema para desviar a atenção da repressão brasileira em relação às pessoas enviadas para o treinamento guerrilheiro.

Rollemberg (2001) afirma que o treinamento em Cuba durava cerca de cinco meses e era feito em duas etapas: uma na cidade e outra no campo. No meio urbano, ficavam alojados em um quartel próximo a Havana, onde recebiam instruções técnicas sobre o foquismo, tinham prática de tiro, aprendiam a montar e desmontar armas e a fazer explosivos. Na segunda etapa, o treinamento era na serra, em Pinar del Rio, recebiam noções de topografia, manobras táticas e de sobrevivência na mata. O treinamento culminava em uma simulação, em que os treinados enfrentavam militares cubanos.

Nosso grupo chegou a Cuba num esquema de treinamento bastante rígido. O curso durou cinco meses. Tivemos aulas teóricas na cidade e depois fomos praticar nas montanhas. Voltamos à cidade e fomos separados em dois grupos para estudar mais teoria de guerrilha urbana e rural. O curso dava algumas noções sobre armamentos, explosivos, minas e bombas. Morávamos perto de Che Guevara, que vivia com sua mulher e as crianças. Em Cuba, todo mundo queria falar com o Che. Ele conversava com grupos. – Vocês vão para as montanhas, mesmo? Aqui as coisas parecem fáceis, mas quando se chega lá, recebendo *el plomo* pelo traseiro, fica difícil (CAPITANI, 2005, p. 121).

Dos 26 combatentes do MNR que fizeram treinamento em Cuba, cinco foram encaminhados para integrarem a Guerrilha do Caparaó: os ex-marinheiros Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Avelino Bioen Capitani, Edival Augusto Mello e

os civis Hermes Machado Neto e Alfredo Néri Paiva. Porém, Amarantho relata a fragilidade do treinamento:

Preparação militar fraca. Achei muito fraca mesmo. As aulas aqui, que a gente tinha de sobrevivência na selva, [...] se ensaiava mais. Já na ocasião, já existia muito... o Brasil oferecia muito mais, é como se Cuba tivesse acreditado em preparar pelotões assim... grupos de guerrilheiros, mais assim, baseados em gente oriunda lá de Uganda, de Honduras [...] É porque, realmente pra gente, isso aí era muito fácil, muito fraquinho isso aí. [...] Táticas de guerrilha também elementar, menções muito superficiais, muito fracas⁴³.

Segundo Capitani (2005), seu treinamento em Cuba foi feito em condições muito precárias e de grande improviso, e, naquele momento, os militantes da turma de formação de guerrilheiros ajudaram até na montagem de algumas instalações para que os treinamentos pudessem acontecer.

Sales (2007a) reafirma a falta de estrutura do treinamento guerrilheiro em Cuba:

Sobre a falta de estrutura para a realização dos cursos, vale lembrar que ainda em 1965, quando membros do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) foram fazer treinamento em Cuba, não havia uma estrutura preparada, e os militantes brasileiros acabaram ajudando a construir a escola. Ao que parece, somente os militantes que foram posteriormente a Cuba (da ALN, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, e da VPR) encontraram uma estrutura mais adequada, ainda que em muitos aspectos precárias (SALES, 2007a, p. 43).

Além dos treinamentos, Cuba enviava recursos financeiros por meio de Leonel Brizola. Segundo Amadeu Felipe, comandante militar do grupo guerrilheiro do Caparaó: *“Leonel Brizola mandava o dinheiro a conta-gotas, e não teria enviado mais de 75 mil dólares para sustentar a Guerrilha do Caparaó, utilizados na compra de armamentos e escassos mantimentos”*⁴⁴.

Sobre o dinheiro para a implantação da guerrilha, Tavares (2005, p. 201) relata que os *“fundos financeiros, liberados diretamente por Brizola, viriam de Montevideú, o que era uma forma de disfarçar a procedência cubana daquelas cédulas de 100 dólares (pouco usuais na época) que nos chegariam meia dúzia de vezes”*.

⁴³Depoimento concedido por Amarantho Jorge Rodrigues Moreira. Santíssimo/RJ, 26 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁴⁴Depoimento de Amadeu Felipe concedido ao documentário **CAPARAÓ**. Direção e roteiro: Flávio Frederico. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

De acordo com Rollemberg (2001), Brizola nunca teria feito nenhuma prestação de contas a Cuba ou aos militantes sobre a quantia de dinheiro vinda da Ilha ou de que maneira tal verba teria sido empregada.

Procurar entender os motivos que levaram Cuba a apoiar a formação de focos guerrilheiros no Brasil e em outros países da América Latina nos leva a analisar seu contexto histórico no início dos anos de 1960, quando o país decidiu-se pela adoção do sistema socialista e pela execução do projeto de exportar a revolução, ou seja, derrubar os governos ditatoriais implantados na América Latina e implantar o sistema socialista.

Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da *exportação da revolução* para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba. Nesse momento, os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro (ROLLEMBERG, 2001, p. 14).

A União Soviética, naquele momento, se opunha às tentativas de Cuba de desencadear a revolução na América Latina. Mesmo diante da pressão soviética, o governo cubano seguiu a opção pela exportação da revolução e, segundo Rollemberg (2001, p. 18), “[...] teria treinado de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos entre 1962 e 1967 e continuou a fazê-lo até pelo menos 1970”.

O quantitativo de 3.000 homens preparados em Cuba para atuarem em focos guerrilheiros na América Latina é confirmado por Sales (2007), por meio de pesquisa no documento do Serviço Nacional de Informação – Agência de São Paulo, nº 1551/SNI/ASP/67 – SS16 n. 84/67, em maio de 1967, no qual consta que “[...] cerca de 3.000 homens, preparados em áreas de treinamento cubanas, deverão deixar aquele país nos próximos meses, com destino à América Latina”⁴⁵.

Certamente a aura dos intensos anos de 1960 entusiasmava os militantes de segmentos de esquerda pela opção da luta armada. Podemos destacar acontecimentos, como: a guerra do Vietnã, na qual os vietnamitas do Norte pegavam em armas e desafiavam os Estados Unidos, uma das duas maiores potências mundiais; a Revolução Cubana, que se concretizou levando Cuba a

⁴⁵Cópia do documento do Serviço Nacional de Informação – Agência de São Paulo, nº 1551/SNI/ASP/67 – SS16 n. 84/67, em anexo.

declarar-se socialista e pró-URSS em plena Guerra Fria; a saída de Che Guevara de Cuba indo para o Congo e à Bolívia ajudar as guerrilhas desses países; a ameaça da democracia em vários países da América Latina.

O ponto culminante da década de 1960 ocorreu no ano de 1968, quando vários acontecimentos marcaram a História: os socialistas da ala democrática e reformistas assumiram o poder na Tchecoslováquia, episódio conhecido como a “Primavera de Praga”; o Maio Francês (movimento de greve geral de estudantes e trabalhadores) se estendeu em movimentos estudantis pelo mundo afora, atingindo as ruas do México e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo notória a “Passeata dos Cem Mil”, em junho de 1968, no Rio de Janeiro, que consistiu de protestos contra as arbitrariedades do regime militar. Tais fatos levaram muitas pessoas a acreditarem na ideia de que era possível a realização de uma revolução nos países latino-americanos.

Portanto, nesse embalo de empolgação e de euforia dos anos de 1960 é que Cuba pretendia espalhar uma revolução para os países do Terceiro Mundo. Foi nesse contexto que, em 13 de janeiro de 1966, instalou-se em Havana a Conferência Tricontinental, reunindo representantes das esquerdas legais ou clandestinas e nacionalistas radicais. O objetivo da Conferência era criar uma Internacional revolucionária no Terceiro Mundo, que acabou dando origem a OLAS, em meados de 1967. O entusiasmo pela ideia de espalhar a revolução pode ser percebido nas palavras de Capitani, ex-guerrilheiro:

Toda a América Latina estava convulsionada, pois os países que ainda não estavam sob ditaduras viviam o rápido encurtamento da democracia. A ideia de uma revolução latino-americana vinha de longe, desde Simon Bolívar. Era um plano Global onde cada um cuidava de seu país sob uma certa coordenação de Che Guevara. O desencadeamento da insurreição se daria em vários pontos e num mesmo período de tempo (CAPITANI, 2005, p. 122).

Após a captura e morte de Che Guevara em guerrilha na Bolívia, em outubro de 1967, Fidel Castro reafirma sua reaproximação e dependência econômica com a URSS, assumindo a postura da construção do socialismo em um só país, embora Cuba ainda continuasse treinando assiduamente guerrilheiros até 1970, uma dualidade entre a realidade das derrotas e o mito do heroísmo dos focos guerrilheiros. Havia uma divisão entre os comunistas cubanos: aqueles que se

encarregavam da máquina burocrática do Estado e da estruturação de um regime socialista no país e aqueles que ainda acreditavam no projeto da exportação da revolução; contudo, um sonho cada vez mais distante, diante da realidade de contínuas derrotas que se apresentava.

Aos longos dos anos de 1964, 1965 e 1966, as derrotas das tentativas de implantação de focos guerrilheiros foram inúmeras, levando à morte diversos guerrilheiros. Em 1968, diante de uma grave crise econômica, do isolamento internacional de Cuba e da derrota das guerrilhas na América Latina, sobretudo na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala e na Bolívia, Fidel buscou a reaproximação com a URSS, simbolizando no apoio à invasão à Tchecoslováquia. Nos primeiros meses de 1969, as negociações comerciais entre os dois países já apontavam para a distensão da crise. O compromisso de pôr fim à *exportação da revolução* acabou se concretizando em 04 de agosto de 1970: Cuba não atacaria os países vizinhos e os EUA não invadiriam a Ilha (ROLLEMBERG, 2001, p. 17, grifos da autora).

Portanto, as realidades das dificuldades enfrentadas nos focos e as consecutivas derrotas, acabariam levando os cubanos a admitirem, no final dos anos de 1960, que a possibilidade de exportar a revolução não existia mais.

4.2 UM MOVIMENTO GUERRILHEIRO SE FORMA NA SERRA DO CAPARAÓ

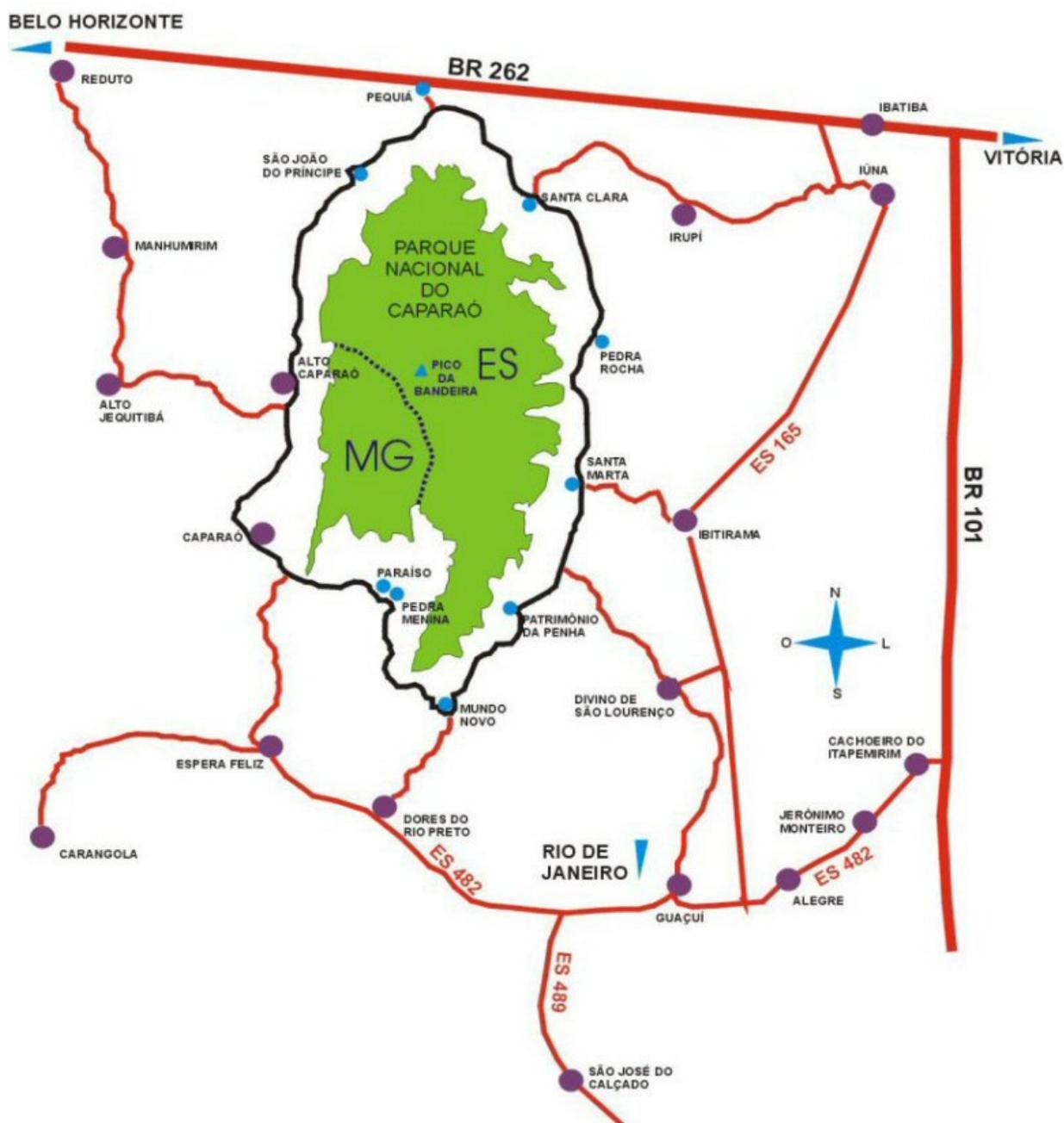
Na região do Caparaó⁴⁶, divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, privilegiada por sua paisagem exuberante, lugar de grande altitude e rodeada por montanhas, instalou-se em 1966 o primeiro foco de resistência armada contra o regime militar brasileiro. Na teoria, o objetivo era claro: derrubar o presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco. Na prática, como passaremos a apresentar, tal projeto enfrentou inúmeras dificuldades.

⁴⁶Caparaó, nome de origem indígena, tem várias definições, mas uma das mais adequadas seria “águas cristalinas que descem a montanha”. Disponível em: <<http://lovantino.wordpress.com/2009/04/11/significado-do-nome-caparao>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

SERRA DO CAPARAÓ

MAPA DO ENTORNO

(Estrada-Parque e acessos)



Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2011/06/14/proxima-parada-caparao-capixaba-2/>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

A começar pelo local escolhido: o Parque Nacional do Caparaó⁴⁷. Originalmente o Parque foi criado no governo do presidente Jânio Quadros, em 24 de maio de 1961, por meio do Decreto Federal nº 50.19646⁴⁸. Atualmente é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e possui 31,8 hectares de área. A entrada para o Parque pelo lado Capixaba (que detém cerca de 78% da área) fica no distrito de Pedra Menina, no município de Dolores do Rio Preto, e a entrada pelo lado Mineiro (com cerca de 22% da área) fica no Município de Alto Caparaó.

O Parque abriga o Pico da Bandeira, o terceiro mais alto do país, com 2.891,9 metros de altura. Atualmente o Pico da Bandeira pertence geograficamente ao município capixaba de Ibitirama, mas na época da guerrilha, o Pico situava-se no município de Alegre, tendo em vista que Ibitirama foi emancipada somente em 15 de setembro de 1988, pela Lei 4 161.

A Microrregião do Caparaó Capixaba⁴⁹ compõem uma das Microrregiões Administrativas de Gestão da divisão regional do Estado do Espírito Santo, que foram instituídas pela Lei nº 5.120, de 30 de novembro 1995. Está localizada no sudoeste do Estado e abarca 11 municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó. Dela fazem parte os municípios de Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Lúna, Irupi, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e São José do Calçado. Compõem o entorno mineiro quatro municípios: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Espera Feliz e Manhumirim.

Após as tentativas frustradas dos levantes de Porto Alegre e de se formar um foco guerrilheiro em Criciúma, foi escolhida a região do Caparaó como o local para se formar uma guerrilha rural. A sugestão do local foi dada por Anivanir de Souza Leite, um ex-sargento paraquedista cassado logo após o golpe de 1964, que era natural da região e repassou a ideia a Amadeu Felipe, sendo a mesma aprovada pela cúpula do MNR.

⁴⁷Mais informações consultar <<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos.html>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

⁴⁸Decreto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D5019646.htm> Acesso em: 9 mar. 2014.

⁴⁹Dados disponíveis em: <<http://www.consorcioaparao.com.br/site/institucional.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

A região foi escolhida para a montagem do foco guerrilheiro porque, além de ser uma região com acidentes geográficos propícios, de difícil acesso, favorável à defesa armada e com esconderijos naturais, possui uma excepcional localização estratégica em termos geográficos: a Serra localiza-se a 264 km de Vitória, capital capixaba, e a 340 km da capital mineira, Belo Horizonte, sendo, portanto, rodeada por importantes estradas federais e estaduais, como BR 262 e BR 101, e ES 482, ES 489 e ES 165. Nos anos de 1960, ainda encontrava-se ativada a estação ferroviária em Espera Feliz, município do entorno. A sua proximidade com o Rio de Janeiro, cerca de 438 km, também era um ponto de grande relevância, pois permitiria uma melhor comunicação entre o núcleo de apoio, que ficava na cidade do Rio de Janeiro, e os guerrilheiros que ficassem no Caparaó.

Na época da Guerrilha, nos anos de 1966 e 1967, de acordo com os depoimentos recolhidos nesta pesquisa, constatamos que a região era paupérrima, com uma população em grande parte analfabeta ou com pouca escolaridade, alheia aos acontecimentos políticos pelos quais o país atravessava; poucos sabiam quem era o presidente da República. A base econômica era a agricultura, voltada quase exclusivamente para a plantação de café. As estradas eram precárias, e os meios de transportes incipientes. As notícias chegavam à região por meio de escassos rádios que alguns proprietários agrícolas ou pequenos comerciantes possuíam. A precariedade era notória também no tratamento de saúde e na educação.

Nos depoimentos dos moradores do entorno capixaba e mineiro, é comum a descrição das dificuldades nos meios de transporte e comunicação na época do movimento guerrilheiro na Serra. Moradores, como o senhor Álvaro Ferreira, de Manhumirim/MG, diz: *“Os recursos eram muito ruins. Muito péssimo mesmo. Não tinha jornal circulando. Informação era difícil chegar aqui. A economia aqui toda vida foi o café”*⁵⁰.

Quanto à escolha do Caparaó, Capitani (2005, p. 127) constata:

O local fora escolhido somente por razões técnicas, e se levássemos em conta as condições políticas, jamais poderíamos ter definido aquela área como área de guerrilha. Era uma região muito montanhosa e com boas

⁵⁰Depoimento concedido por Álvaro Ferreira. Manhumirim/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

condições geográficas e por isso era considerada como uma das áreas quentes pelas Forças Armadas. Nós tínhamos a desvantagem de não ter qualquer trabalho político na área e seria muito difícil constituí-lo porque na região não havia grandes conflitos. Economicamente estava em decadência e não possuía massas de trabalhadores. Na maioria, eram minifúndios. [...] Uma das principais condições para a viabilidade de uma frente guerrilheira numa região é a tradição de luta política ou existência de um trabalho político organizado. Uma das duas é imprescindível para garantir o apoio material e humano à guerrilha. Nenhuma existia. Só as condições geográficas eram favoráveis, mas passaram a ser secundárias, levando em conta as condições gerais.

A partir das entrevistas realizadas com moradores da região foi possível constatar que a população local tinha pouca formação política e informações e, portanto o povo não apoiou a guerrilha. Segundo depoimento de Paulo Schilling no livro de Costa (2007, p. 162), o mesmo afirma que “[...] eu compreendi que a teoria do foco estava errada não só pelo fracasso em todas as tentativas”. E ainda acrescenta que “[...] a visão que nos mandaram, principalmente via Debray⁵¹, não correspondia à realidade”. Paulo Schilling diz que o viu no museu da Revolução, em sua visita a Cuba, foi “um povo todo politizado” e que a guerrilha cubana não foi feita por um pequeno grupo de guerrilheiros da Sierra Maestra, “está claro que foi a luta de um povo todo”.

Essa mobilização popular era algo que faltava na região do Caparaó. Na época, o povo estava alheio aos acontecimentos políticos regionais e do país, o que comprometia a ação do movimento.

Por meio de informações das obras de Boiteux (1998) e Costa (2007), além dos testemunhos coletados nas entrevistas com alguns dos ex-guerrilheiros que participaram do movimento, foi possível reunir depoimentos de diversas pessoas que fizeram parte, direta ou indiretamente, da Guerrilha do Caparaó. Como dissemos, os militares que participaram do movimento já haviam sido expulsos das Forças Armadas no segundo semestre de 1964. Tratavam-se de homens politizados, que haviam participado da vida política do Brasil, em especial no período entre o movimento da Cadeia da Legalidade de 1961 até o golpe civil-militar, iniciado em 31 de março de 1964.

⁵¹Régis Debray, filósofo francês, autor de *Revolução na revolução*, muito utilizado para a teoria de foco adotada pelos cubanos.

Podemos dividir os participantes da luta armada do Caparaó em três grupos: os que se concentraram na Serra, o apoio urbano no Rio de Janeiro e em Guaçuí e o apoio no Uruguai.

Dezessete pessoas estiveram no foco na Serra do Caparaó, sendo os ex-sargentos do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Araken Vaz Galvão, Daltro Jacques Dornellas, José Carlos Bertoncellos, Pedro Espinosa e o subtenente Jelcy Rodrigues Correia. Entre os marinheiros estavam Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, Avelino Bioen Capitani, João Jerônimo da Silva, Cabo Jorge José da Silva e o sargento Edival Augusto Mello. Havia também um representante da Aeronáutica, o sargento Josué Gonçalves Cerejo. O movimento guerrilheiro também contou com a presença de cinco civis: Milton Soares de Castro, Val de Souza, Alfredo Néri Paiva, Gregório Mendonça e Hermes Machado Neto. Este último lá permaneceu por poucos dias, em fevereiro de 1967.

No apoio urbano no Rio de Janeiro estavam os civis professor Bayard Demaria Boiteux, Amadeu de Almeida Rocha e Edson José de Souza. Ainda havia os militares do exército o capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, o subtenente Itamar Maximiano Gomes, o sargento Dirceu Jacques Dornellas e o sargento Deodato Fabrício Batista.

Em Guaçuí, foi instalado em fevereiro de 1967, um armazém, que era administrado pelos civis Afonso Celso Vechi Dornellas e seu filho Luiz Carlos Dornellas.

Na cúpula do comando do Uruguai estavam Leonel de Moura Brizola, professor Paulo Schilling, Neiva Moreira, Max da Costa Santos e o coronel Dagoberto.

O ex-sargento Anivanir de Souza Leite não participou ativamente do foco do Caparaó; sua participação restringiu-se a sugerir a região e arrumar um sítio abandonado, localizado em São João de Príncipe, distrito do Município de Lúna/ES, bem como fazer uma primeira apresentação da região, onde até hoje seus familiares residem. Segundo Costa (2007), Anivanir sofreu uma cirurgia na coluna, que o impossibilitou de atuar na guerrilha.

Sobre o sítio, destacamos a declaração do irmão de Anivanir, o senhor Anivardo de Souza Leite, que esclarece que o local não era de propriedade de sua família: “Esse

*sítio não era da nossa família. E acredito que esse sítio não foi liberado, ele foi invadido. Era um lugar abandonado e um lugar de difícil acesso.[...] Os herdeiros do velho Eugênio não se interessaram por aquilo*⁵².

O movimento foi iniciado pela ação de Val de Souza, de codinome Camilo, um senhor de Magé/RJ, que chegou à região com o pretexto de criar cabras no sítio, localizado bem no sopé da Serra. O militante fez contatos com a população local, apresentando-se como Pedro. Segundo o depoimento de Almira Colombo Horst, o “senhor Pedro” comprava cabritos na região:

O que “nóis” lembra é que “nóis” não sabia que tava tendo revolução nenhuma. Aí apareceu aqui um tal de Pedro, eles falavam senhor Pedro, um senhor de idade já, parece tipo alemão. Ele era claro, bem claro, mais velho. E ele veio aqui em casa comprar cabrito. E na época ele andava muito nesses altos aí. [...] Ele veio aqui pra comprar cabrito. Disse que tava fazendo uma criação de cabrito lá no alto. E levou mesmo, uma porção de cabritos.⁵³

O esposo da Sra. Almira, o Sr. Elias Horst acrescenta: *“Ele era bom pra pagar, pagava direitinho. [...] Depois veio mais umas duas vezes comprar”*. Quando questionado se o Senhor Pedro comprava de mais gente da região, ele responde: *“Comprava. Onde tivesse cabrito ele ia lá e comprava”*⁵⁴.

Álvaro Ferreira, que tinha uma venda que funcionava também como um botequim, em Bonfim, zona rural de Manhumirim/MG, fronteira com São João do Príncipe, distrito de Lúna/ES, conta sobre o sítio utilizado pelos guerrilheiros e relata que o “senhor Pedro” frequentava a venda, procurando fazer amizades com os moradores locais:

O Souza velho tinha um filho chamado Vanir [Anivanir], ele foi pro Rio, entrou lá no exército e se formou sargento, e ele aderiu a esse movimento guerrilheiro. Através dele, eles “panharam” esse pequeno sítio dos Eugênio, no pé da serra lá já subindo, lá no Príncipe, lá em cima já subindo a serra, lado Capixaba. E aí começou a aparecer os homens, tinham nome de guerrilheiro. Nessa época eu tinha um botequim na beira da estrada, na Barra do Bonfim, e aí eu cheguei a conhecer esses homens. [...] Dinheiro no

⁵²Depoimento concedido por Anivardo de Souza Leite. São João do Príncipe, Lúna/ES, 20 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁵³Depoimento concedido por Almira Colombo Horst. São João do Príncipe, Lúna/ES, 07 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁵⁴Depoimento concedido por Elias Horst. São João do Príncipe, Lúna/ES, 07 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

bolso daqueles homens não faltava, eles tinham demais, e o interesse deles era ganhar a comunidade. Então eu conheci o Seu Pedro lá no botequim.⁵⁵

Jorge Luiz Ferreira Heringer relata que se recorda das pessoas mais antigas contando histórias sobre o senhor Pedro, que frequentava o botequim do seu tio e padrinho Álvaro Ferreira: *“Na época, o meu pai dizia que tinha um tal de Seu Pedro, que vinha com dinheiro, pagava uma porção de mortadela pra todo mundo, pagava bebida. Vinha na venda do meu tio, o padrinho Álvaro”*⁵⁶.

A partir de junho de 1966, os guerrilheiros foram chegando em pequenos grupos ou individualmente e foram se instalando no sítio de criação das cabras em São João do Príncipe, Iúna/ES. Em agosto de 1966, ouviram, pela rádio, a notícia da morte do companheiro Manoel Raymundo Soares.

O ex-sargento Soares é um nome comumente citado pelos ex-guerrilheiros entrevistados, que viam no amigo um grande líder, obstinado, culto e que certamente comporia o grupo da guerrilha do Caparaó, caso não tivesse ocorrido a prisão e posterior morte. Mesmo abalados com a notícia da perda do companheiro, os guerrilheiros buscaram levar adiante o projeto em curso.

Aos poucos se montou uma infraestrutura no Caparaó, com alimentos, armas e munições. O esquema de transporte de armas obedecia ao seguinte roteiro: os armamentos que seriam utilizados no levante de Porto Alegre estavam escondidos no sítio do tenente Dario Coelho, Viamão/RS; de lá eram transportados por intermediários para uma casa na Penha, um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde eram recebidos por Araken, que coordenava o esquema. De lá, as armas e munições eram transportadas para o Caparaó, através de ônibus, trem, jipe ou Kombi. De acordo com Costa (2007, p. 136), “[...] elas chegavam com os guerrilheiros que iam para lá ou levadas por Edson José de Souza, um civil que, na época, era promotor de vendas da Kellogg’s”. Dessa maneira, num período de dois a três meses, cerca de duas toneladas e meia de armamentos e cem quilos de dinamite chegaram à Serra do Caparaó.

⁵⁵Depoimento concedido por Álvaro Ferreira. Manhumirim/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁵⁶Depoimento concedido pelo senhor Jorge Luiz Ferreira Heringer. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Tais armas não chegaram a ser utilizadas em nenhuma ação. Algumas caíram com os guerrilheiros em 1º de abril de 1967 e a grande parte ainda se encontra enterrada, escondida em depósitos na inóspita Serra do Caparaó, pois, por questão de segurança, não havia mapa dos esconderijos, era tudo guardado na memória.

Por consenso, em uma reunião realizada no “sítio das cabras”, a liderança militar da guerrilha no Caparaó ficou a cargo do ex-sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira, que indicou como primeiro subcomandante o ex-subtenente Jelcy Rodrigues Correia e como segundo subcomandante o ex-sargento Araken Vaz Galvão.

De acordo com Amadeu Felipe, o objetivo da Guerrilha do Caparaó era atrair a atenção do governo brasileiro; porém, antes deveriam efetuar deslocamentos rápidos e contínuos, a fim de fazer o reconhecimento do terreno e treinar o grupo nas montanhas, além de montarem os depósitos de armas e mantimentos em pontos estratégicos. Só depois de realizada tais tarefas, é que o grupo faria uma ação em uma cidade do entorno da Serra, para chamar a atenção da imprensa e do governo.

Amadeu Felipe costumava dizer que o papel de Caparaó era despertar a nação brasileira, fazer o primeiro fogo do que seria o grande incêndio do despertar nacional para enfrentar o inimigo comum, o regime militar instalado em 1964. Para que isso acontecesse, entretanto, era preciso que o restante do país soubesse o que estava acontecendo na divisa entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. “Tínhamos algumas ações militares prontas e planejadas. O parque Nacional do Caparaó teria de ser a nossa reserva estratégica para recuo. Por exemplo, tínhamos um planejamento pronto da tomada de Presidente Soares, que era uma cidade pequena, mas que tinha um banco. [...] A gente ia tomar Presidente Soares, levantaria os fundos bancários, deixaria um manifesto político. Falaríamos na rádio, deixaríamos um manifesto, coisas para os jornais e, como estávamos a quatrocentos quilômetros do Rio, sabíamos que isso chegaria rápido lá” (COSTA, 2007, p. 158-159).

Amadeu Felipe então fala que o papel da guerrilha é fustigar e depois recuar:

Vários de nós tínhamos curso de sobrevivência na selva e sabíamos que, depois dessa primeira ação, o Exército iria cercar aquilo tudo e que não haveria mais como tomar cidades. O nosso papel, então, seria fugir do Exército, evitar o confronto. Só atacaríamos sentinelas, um comboio em movimento para tomar armas, virar notícia. Assim, se conseguíssemos resistir um ou dois anos, surgiriam outros focos baseado no nosso exemplo. Isso não diminuiria a pressão sobre nós, porque eles teriam gente suficiente para isso. Mas, como era perto do Rio, isso levaria as organizações contra a ditadura instaladas no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte a crescer consideravelmente (COSTA, 2007, p. 159-160).

O comandante militar Amadeu Felipe trabalhava com essa ideia e por isso era essencial um mapeamento minucioso da Serra e a construção de vários depósitos de armas e mantimentos. Segundo ele, o exército não conseguiria ocupar a vasta região do Parque e manter uma tropa lá em cima; então, a opção seria fazer um cerco na região, que ofereceria a possibilidade de rompimento. Os guerrilheiros, conhecedores da Serra, utilizariam o relaxamento do cerco para realizarem ações políticas e chamar a atenção da mídia e da população brasileira.

Portanto, o objetivo da guerrilha era espalhar esse espírito de resistência, demonstrar que existiam pessoas dispostas a lutar contra a ditadura e encorajar outros grupos a fazer o mesmo, seja na área rural, seja na urbana.

4.3 OS GUERRILHEIROS E A DIFÍCIL VIDA NA SERRA

Em setembro de 1966, começou o deslocamento dos guerrilheiros do sítio das Cabras para a Serra do Caparaó, nesse momento eram quatorze homens: os marinheiros Edival Mello, Jorge Silva e João Jerônimo chegaram depois. Do período da chegada dos militantes ao sítio, entre junho e julho, até o deslocamento definitivo para a Serra, em setembro, eram feitas incursões periódicas de reconhecimento do terreno e o retorno ao sítio, onde ainda podiam contar com um abrigo e melhor alimentação, coisa que mudou drasticamente quando passaram para o início das atividades na Serra do Parque Nacional do Caparaó.

Enfrentaram, durante cerca de seis meses, as adversidades da natureza (temperaturas baixíssimas, chuvas intensas, altitude e forte serração formada nas frias montanhas do Caparaó), que dificultaram as atividades. As longas caminhadas no sobe e desce das montanhas, o frio e a fome provocavam a exaustão física e o posterior desânimo.

A questão do abastecimento foi um outro problema enfrentado pelos guerrilheiros. A base da alimentação era o fubá, mas também consumiam frutas, mingau, leite condensado, chocolates e enlatados. Capitani (2005, p. 130) fala da fome e relata que às vezes comiam coisas que faziam mal, como umas batatinhas que encontraram em um capoeirão na Serra e serviam como comida de ratos. Porém,

conta que “a festa era grande quando caçávamos um jacu” e, segundo Avelino, “era sagrado, durava dois ou três dias, porque era usado só pra temperar o arroz”.

Como eram guerrilheiros preparando terreno para uma possível atividade precisavam estar em deslocamento contínuo para a construção de depósitos de armas, munições e mantimentos, além de proceder ao mapeamento minucioso de toda a região. Portanto, o guerrilheiro não pode sobreviver de caças, pois além de atrapalhar o curso das atividades, chama a atenção, expondo o grupo. Porém, diante da necessidade, às vezes se aventuravam na caça do jacu, ave típica da região.

Araken e Jelcy eram os que geralmente desciam às pequenas cidades do entorno do Parque em busca de alimentos. Contudo, a compra excedente de mantimentos, por pessoas estranhas à região, despertava a atenção e a curiosidade dos moradores locais e colocava em risco a segurança da guerrilha.

Entretanto, havia o abastecimento feito por um jipe, com placa de Nilópolis, enviado pelo apoio da guerrilha, localizado no Rio de Janeiro. O veículo era dirigido ora por Edson José de Souza, ora pelo capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, que levavam mantimentos e deixavam em um local pré-determinado na Serra, junto com um recado, dando instruções e marcando o próximo ponto de encontro.

Assim, era feita a comunicação entre os guerrilheiros que estavam na Serra e o apoio no Rio de Janeiro. Apesar disso, a comida não era suficiente. Ex-guerrilheiros, como Avelino, Amadeu Felipe, Araken e Jelcy, relataram que houve períodos em que a fome foi tão grande que chegaram a comer ovos chocos de passarinho.

Sobre a passagem do jipe, o Senhor Francisco Protázio relata que chegou a ver o jipe passar algumas vezes em sua propriedade, e em uma ocasião chegou até conversar com os guerrilheiros, sem saber do que se tratava, quando o veículo atolou em sua propriedade e os militantes foram pedir ajuda:

Passou esse jipe depois de uns três ou quatro dias, zoou, zoou, um barulho muito perto da minha casa. Mas era de costume esse jipe passar fora de hora. Um dia, quando estava clareando, fui até a janela e tinha dois caras. Foram os dois eu vi e conversei. Dois sujeitos simpáticos, com mais ou menos 38 a 40 anos, sem barba, jeitosos. Então eles me chamaram e eu fui lá. Os jipes tombados num “mocho” de esterco; e não rolou, só tombou e ficou aquele “mocho” dentro da capa do jipe. Falando meio diferente e tal,

“O senhor não arranja uma junta de boi?”, eu custei a entender... Como ele sabia que eu tinha boi? Como sabia? Uns homens estranhos. Falei: “Meu amigo, eu tenho uns bois, mas eu não posso amarrar boi nesse jipe. Se eu amarrar boi aí, vai arrastar, arrancar a capota do jipe todo”. Todos os dois se chamavam Armando, os dois simpáticos. E aí tudo bem, o jipe tombado, aí eu dei um grito e eles não queriam que chamasse mais gente. Eu dei um grito e juntou uns 10 homens rapidamente. “Dá uma mão para arrancar, tirar esse jipe aqui!” O jipe só tombou assim e entrou aquele mocho de esterco, entrou dentro da capota. Dei uma volta envolta do jipe, quando eu dei a volta eu dei um chute na placa barreada, e vi “Nilópolis, RJ”. Fiz que não vi. Destombemos, os companheiros chegaram rápido, distombemos o jipe e eles foram embora. E dali começou... **eu denunciei. [...] Aí que veio esse batalhão.**⁵⁷

Ainda segundo o relato de Francisco Protázio, após um tempo, a polícia chegou à região à procura do esconderijo de uns homens, e apesar de afirmar não saber o local, foi obrigado a acompanhar os policiais pela Serra. Ele narra que no caminho encontraram Luiz de Oliveira, que era o último morador antes dos limites do Parque, e os policiais cismaram que ele sabia do paradeiro dos homens. Reviraram sua humilde casa e bateram muito nele para contar algo que ele não tinha conhecimento.

A reposição de alimentos só foi regularizada após a visita de Amadeu Rocha à Serra, em janeiro de 1967, que passou a tarde toda em uma discussão com Amadeu Felipe. O teor da discussão é um mistério, já que nenhum outro guerrilheiro pôde participar da conversa.

Porém, logo após o episódio, foi instalado um armazém na cidade capixaba de Guaçuí, que era administrada pelo pai de Daltro, o senhor Afonso Celso Vechi Dornellas, e seu filho Luiz Carlos Dornellas. A partir de então, o problema de abastecimento foi resolvido. Intermediários subiam até a Serra, deixavam os alimentos em um local com um bilhete marcando o próximo lugar. Não havia contato direto; os mantimentos eram recolhidos pelos guerrilheiros durante a madrugada, como relata Hermes Machado Neto, que passou um curto tempo no armazém de Guaçuí, trabalhando como “sobrinho” de Afonso Dornellas:

Tinha os caminhos de comunicação. Tinha o Armazém de Guaçuí que era nosso. Então tinha um grupo de carvoeiros na Serra que era o contato. Tinham dois ou três carvoeiros com duas ou três mulas. Eu nem sei se esses carvoeiros eram de lá não. Eu só sei o seguinte: eram os pombos-correios, então eles faziam o carvão na serra e vendiam o carvão para nós.

⁵⁷Depoimento concedido por Francisco Protázio. Pedra Menina, Dores do Rio Preto/ES, 05 de outubro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Eles tinham que vender o carvão para o nosso armazém e se restabelecer no nosso armazém. Então na hora que eles traziam o carvão, eles levavam o mantimento para eles e a correspondência da Serra. Eles traziam e levavam. Só que lá na Serra, eles chegavam, deixavam em um determinado ponto e não tinham contato pessoal com guerrilheiro nenhum. Eles deixavam o malote e pegavam o malote.⁵⁸

Segundo Costa (2007, p. 199), Amarantho chamou a atenção para a quantidade de ratos na Serra e frisou a falta de cautela que tiveram quanto ao armazenamento e preparo dos alimentos, pois os “alimentos ficavam no mato, com muita umidade” e “não era raro a gente ir aos esconderijos e encontrar sacos furados, com fezes e urina de ratos no meio”. Ainda acrescenta: “A gente pegava aquilo e, às vezes, malcozido, comia”. Tal descuido traria, em breve, sérios problemas para o grupo, como a contaminação de um guerrilheiro pela peste bubônica.

O dia a dia na Serra era exaustivo. De acordo com depoimento do comandante militar da guerrilha, Amadeu Felipe, o grupo deveria manter-se sempre em mobilidade, procurando fazer um reconhecimento topográfico da região. Cada um carregava cerca de 30 quilos de equipamentos na mochila. Procuravam não caminhar muito acima de dois mil metros de altitude, pois esses locais eram caracterizados pela vegetação rasteira, fato que poderia facilitar a descoberta dos guerrilheiros.

Araken contou que ele e o Amarantho procuravam manter o nível cultural do grupo, recitando poesias, contando piadas ou encenando pequenas peças. Amadeu Felipe relata em entrevista (Apêndice F) que cada guerrilheiro carregava consigo um livro sobre sociologia, filosofia ou política, que era revezado no grupo. Porém, segundo ele, houve ocasiões em que alguns jogaram os livros fora, a fim de diminuir o peso das mochilas, e que Josué Cerejo saía recolhendo os livros pelo caminho, dizendo que “podia ficar até sem comida, mas não sem livros”, e seguia acumulando peso, mas com uma pequena biblioteca em sua mochila.

As dificuldades enfrentadas pelos guerrilheiros na Serra, a relação das pessoas que estiveram no foco e as atividades culturais do grupo, bem como relatos de acampamentos e reuniões, podem ser observados no “Diário de Campanha” da

⁵⁸Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Guerrilha do Caparaó⁵⁹, escrito por Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, entre 26 de novembro de 1966 a 18 de novembro de 1967. O registro não era feito por datas, mas por intertítulos, e Amarantho utilizou os codinomes dos companheiros na descrição dos acontecimentos, por motivo de segurança. O referido Diário foi apreendido com os remanescentes do movimento na prisão do dia 1º de abril de 1967. No entanto, seu texto foi publicado pela revista *O Cruzeiro*, na edição do dia 22/04/1967.

Os guerrilheiros mantiveram pouco contato com a população simples, religiosa, de economia agrária da região do Caparaó, que estava mais interessada em seus assuntos locais de trabalho e sobrevivência do que com a política nacional ou internacional, que tanto motivavam os guerrilheiros. Aliás, em vez de conquistar os moradores, a movimentação dos guerrilheiros gerou desconfiança nos habitantes, os quais, apesar de estarem alheios aos assuntos políticos nacionais, não foram isentos da propaganda anticomunista que foi amplamente difundida na época. A desconfiança e o medo se alastraram entre o povo humilde do entorno, e os próprios moradores denunciaram a presença de guerrilheiros na Serra.

Capitani (2005) relata que por duas vezes tentou contato com os moradores dos arredores do Parque, mas após conversa, constatou que o povo da região não era politizado, nem sequer sabiam o nome do governador do Estado ou do presidente do Brasil. Daí, concluiu que um sentimento de conformismo geral tomava conta dos moradores locais e que não queriam se envolver em qualquer tipo de movimento que atrapalhasse seu cotidiano.

Em fevereiro de 1967, o civil Hermes Machado Neto foi enviado à Serra do Caparaó com a missão de fazer um relatório sobre a segurança militar da guerrilha naquele local. Era uma missão encomendada pelo apoio do Rio de Janeiro, em especial, por Amadeu Rocha. Nenhum guerrilheiro sabia da tarefa de Hermes, que passou alguns dias na Serra, descendo logo para o Município de Guaçuí e se estabelecendo como sobrinho de Afonso Dornellas, responsável pelo armazém. Depois seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de apresentar seu relatório.

⁵⁹A transcrição do Diário de Campanha da Guerrilha do Caparaó encontra-se em anexo.

Hermes era um ex-funcionário da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre que resolveu se juntar ao grupo brizolista no Uruguai. Fez treinamento guerrilheiro em Cuba e tinha regressado ao Brasil com a função de dar um curso de explosivos a alguns militantes em Nilópolis, no Rio de Janeiro. Depois de cumprir tal determinação, apareceu a missão do Caparaó dada por Amadeu Rocha, em fevereiro de 1967. Segundo depoimento de Hermes, seu relatório atestou a fragilidade da segurança e os vários erros que observou:

Aí o Amadeu [Rocha] disse assim: Você vai cumprir uma tarefa na Serra do Caparaó, uma tarefa muito especial, você vai lá e vai apresentar o relatório pra gente. Nós queremos saber: primeiro lugar, como é que está a segurança do grupo lá de cima e como é que eles estão cuidando do armamento. É sobre a segurança e o armamento que você vai me apresentar o relatório aqui. E eu fui, subi a Serra. [...] Então eu fui, eles sabiam que eu ia, mas não sabiam o que eu ia fazer. Achavam que era mais um membro lá. Nem o comandante da Serra [Amadeu Felipe] sabia o que eu ia fazer lá. Integrei ao pessoal da guerrilha. Lá em cima fui encontrar o Amarantho e o Capitani, que estavam em Cuba também comigo. Fiquei pouco tempo, recebi ordem, desci a Serra, fiquei um tempo no Armazém de Guaçuí e recebi ordem de retornar ao Rio. Cheguei aqui e apresentei o relatório pra ele: Eu disse: Oh, vai cair. Não lembro mais se cheguei a escrever alguma coisa, mas foi apresentado o relatório ao Amadeu Rocha. Eu falei, vai cair, tá na eminência de cair, porque a segurança é muito frouxa, há deslocamento de dia, à luz do sol e corre o risco de encontrar moradores. Parece que o armamento tá sendo bem cuidado, mas a segurança tá sendo muito relaxada. Cai, porque a segurança tá fraca, e eles estão subestimando a repressão. [...] Pra mim, parecia um piquenique aquilo. Na hora de botar segurança no acampamento era relaxado. [...] Eu achava que era tudo frágil. Tudo muito fraco lá.⁶⁰

A falta de ação militar trazia inquietação e discussão entre os guerrilheiros na Serra. Então, acabaram planejando uma ação prevista para ser efetuada na cidade mineira de Presidente Soares, hoje Alto do Jequitibá. Seria feita uma ação expropriatória nos bancos e o recuo para o Parque. Os guerrilheiros tinham a intenção de ocupar a cidade, prenderem a tropa, deixar um manifesto político e recuarem para a Serra, esperando que fossem atrás para atacá-los. O Subcomandante da Guerrilha, Araken Vaz Galvão, comenta as táticas de uma guerrilha:

O princípio básico da Guerrilha é quando o inimigo ataca, você recua, quando ele para, você fustiga, e quando ele recua você ataca. [...] Queríamos criar com isso um fato político, não um fato militar; e que na

⁶⁰Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

cidade poderia haver outro tipo de resposta. Quer dizer: lá tem um grupo de loucos, de malucos resistindo.⁶¹

Porém, a ação não ocorreu. Com todas as dificuldades e a falta de ação militar, as divergências no grupo se acentuaram e começaram a surgir as primeiras desistências. Para o comandante Amadeu Felipe, a falta de ação militar foi crucial para o desmantelamento do grupo:

A maior dificuldade foi a discussão política da permanência ou não aqui em cima. Havia pessoas na Serra que tinham vida clandestina, mas tinham muitos que não. Então se manter lá em cima tinha que se entrar em ação. Porque se não entra em ação, as pessoas que não tem vida clandestina começam a desenvolver a necessidade de voltar à cidade. Então, essa discussão foi feita na Casa de Pedra. Amadeu Rocha tinha vindo de Montevideú, onde havia conversado com Brizola e a recomendação era que continuássemos sem ação. Ficar sem ação, foi quebrando o ânimo revolucionário das pessoas. Houve uma discussão séria e isso levava pessoas a desertar.⁶²

Como afirma Capitani (2005, p. 131), “[...] as dificuldades provocaram uma seleção natural.” Alguns já não aguentavam o esgotamento físico, a falta de verbas, a carência de comida, as doenças que apareciam e principalmente a falta de ação militar. As desistências começaram no fim de 1966. Os civis Val de Souza, que por conta da idade avançada não estava conseguindo se recompor dos intensos deslocamentos, e Gregório Mendonça acabaram desistindo. Logo, o professor Alfredo Paiva e os sargentos Espinosa e Bertoncellos desceram a Serra. De acordo com Costa (2007), em janeiro de 1967, o sargento Daltro Jacques Dornellas abandonou o movimento a fim de acompanhar a gravidez da esposa.

Assim, alegando despreparo físico, desânimo com a falta de ação militar e questões pessoais e familiares, as desistências foram ocorrendo. No início de março de 1967, apenas dez guerrilheiros estavam na serra: nove ex-militares (três do exército, cinco da Marinha e um da aeronáutica) e um civil.

Além das desistências que traziam um abalo psicológico sobre os militantes, a convivência no grupo estava ruim e as divergências surgiram, com conflitos ideológicos e discordância de condutas e estratégias guerrilheiras. Segundo Avelino

⁶¹ Depoimento extraído do Documentário **CAPARAÓ**. Direção e roteiro: Flávio Frederico. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

⁶² Idem.

e Amarantho, que tiveram treinamento em Cuba, algumas atitudes que o grupo vinha executando não condiziam com a de um grupo guerrilheiro e colocavam em risco a segurança da operação, como por exemplo, a lentidão dos deslocamentos, as marchas de dia, as descidas constantes nas cidades em busca de alimentos, o que atraía a atenção dos curiosos.

Costa (2007, p. 187) comenta que “[...] havia grupos dentro do grupo” e acrescenta que “quem conseguia manter o que restava de coesão ainda era Amadeu Felipe”. O autor relata que Araken e Daltro se desentenderam devido à questão da alimentação, quando Daltro teria comido chocolate e dado a algum companheiro sem a autorização do comando. Eles pararam de se falar, situação que perdura até os dias atuais. Claro que outros desentendimentos e acusações mútuas agravaram a situação entre os dois; porém, nos restringimos a constatar que a falta de comunicação entre eles pode ser apontada como uma das crises de relacionamento no grupo, que, entre outros conflitos, comprometeu a capacidade de articulação do movimento.

Avelino Capitani (2005, p. 137-138) apresenta duras críticas ao comando militar da guerrilha:

No princípio ninguém questionava a indicação de Amadeu e Araken para o comando inicial. A frente guerrilheira de Caparaó era uma expressão de um grupo de sargentos do Exército e da Aeronáutica, sendo natural que indicassem o comando e Brizola, como responsável do MNR, ratificasse. Mas o grupo tinha sofrido profundas modificações e a realidade já era bem diferente. Do grupo original de sargentos sobraram 4 e, no dia da queda, estavam apenas 2: Amadeu e Araken. O tempo já tinha feito uma certa seleção e era muito importante para o grupo, naquele momento e naquelas condições, eleger o comando que iria liderá-lo nos primeiros combates. Poderia ser até uma formalidade, mas psicologicamente dava uma grande coesão interna e todos se sentiriam participantes e responsáveis por tudo. Amadeu tinha possibilidade de ser ratificado no comando, mas havia um certo consenso de que Araken não ficaria, pois tinha demonstrado muitas debilidades e cometido atos de irresponsabilidade.

Nessa altura, o grupo na Serra apresentava uma nítida divisão: havia desistências no lado dos sargentos do exército; porém, os cinco marinheiros permaneciam irredutíveis e persistiram nas montanhas até a queda da guerrilha. Capitani, em seu depoimento (Apêndice F), disse que havia a possibilidade da formação de uma segunda frente guerrilheira no Caparaó, que seria comandada por Jelcy Rodrigues Corrêa, e ambas agiriam mutuamente. No entanto, apesar da divisão da área que

cobririam, poderiam interagir quando necessário. Em seu livro, Capitani (2005, p.137) reforça essa tese, afirmando que os planos “[...] incluía o desdobramento de duas frentes guerrilheiras, uma de costas para a outra, apoiando-se mutuamente”. Para tanto, esperavam a chegada de reforços para abrir a segunda frente, o que não se concretizou e a guerrilha caiu antes.

4.4 A QUEDA DO MOVIMENTO E AS PRISÕES

Em 15 de março de 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência, sucedendo o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Portanto, Costa e Silva tinha acabado de assumir a presidência, quando se deram as prisões dos guerrilheiros.

Como dissemos anteriormente, depois de meses nas montanhas, os guerrilheiros estavam exaustos, debilitados e melancólicos. Doenças minavam a saúde dos combatentes. Conforme relatado, no último mês, em março de 1967, apenas dez guerrilheiros persistiam na Serra. Segundo Costa (2007), em 23 de março de 1967, o Subcomandante da guerrilha, o ex-subtenente do Exército Jelcy Rodrigues e o ex-sargento da Aeronáutica Josué Cerejo, desceram a Serra rumo à Espera Feliz, onde pegariam um trem para o Rio de Janeiro, com o objetivo de resolver assuntos pessoais. A descida de Jelcy e de Cerejo abalou o ânimo e a moral do grupo que permaneceu nas montanhas do Caparaó. Ao ser questionado sobre a decisão de descida da Serra, Jelcy afirma:

Desci e a minha alegação foi a seguinte: Estávamos sem condições nenhuma, não só financeira de apoio, como estávamos um tempo muito grande lá, sem nenhuma ação. Já detectado pela polícia e sem perspectiva, a não ser morrer. Eu disse a eles o seguinte: Se é pra morrer bestamente, eu vou me embora, vou responder o processo que estou respondendo, vou ficar preso e vou pensar noutra coisa. Aí em 67 eu saí, eu pra frente não sei o que faria. Eu só sabia que tinha que fazer um recuo porque ali não estava funcionando. Eu não sei como o Cerejo descobriu e disse: Se o Jelcy vai embora, eu também vou. O Amadeu pediu para eu ficar mais uns dias, mandou o Araken para cumprir uma missão no Rio, que não me interessa saber o que é, aí o Araken voltou por Guaçuí. Nós estávamos arriscados a ser presos e não sabia até onde ia a resistência física. Eu sempre expus a tese que lá não era a o lugar da guerrilha. O lugar da guerrilha era aqui [Serra do Mar, região serrana de Petrópolis e Teresópolis].⁶³

⁶³Depoimento concedido por Jelcy Rodrigues Corrêa. Petrópolis/RJ, 24 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Os dois guerrilheiros perderam o horário do trem e acabaram sendo presos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) em uma barbearia em Espera Feliz/MG, enquanto esperavam um ônibus para embarcar para o Rio de Janeiro. Não tiveram como reagir, mas mantiveram silêncio sobre a guerrilha do Caparaó. Era o início de uma série de prisões que levaria ao fim do movimento.

Os que estavam na Serra não souberam da prisão dos dois, que ficou em sigilo e não foi noticiada pela imprensa. Jelcy, com o intuito de alertar o comando no Rio, na esperança de que este se comunicasse com os remanescentes na Serra, mencionou que tinha que ser levado à Auditoria Militar no Rio de Janeiro para ser ouvido a respeito de um inquérito anterior a 1964. A estratégia de Jelcy deu parcialmente certo, pois na ocasião foi visto por um advogado dos presos políticos conhecido que alertou a base do Rio. No entanto, a notícia não chegou aos companheiros que estavam nas montanhas.

Prenderam o Jelcy Corrêa, e um advogado aí que cuidava dos presos políticos, numa audiência na Auditoria Militar viu o Jelcy e o Josué Cerejo Gonçalves, que era um sargento da Força Aérea que estava lá em cima. Esses caras eram do Caparaó, o grupo da guerrilha da Serra. E eles foram apresentados presos. Aí o advogado: Aí oh, tem dois caras de vocês presos! Aí tocou o alarme.⁶⁴

No alto da Serra, a doença atingia violentamente Avelino Bioen Capitani, que mais tarde viria ser diagnosticado com peste bubônica, e começava a afetar também João Jerônimo e Jorge José da Silva. O ex-marinheiro Amarantho Jorge comunicou ao comando da guerrilha que tomaria providências e desceu de madrugada a Serra em direção à cidade mineira de Caparaó em busca de antibióticos. O farmacêutico Geraldo Lanes atendeu Amarantho, que estava na porta esperando a farmácia abrir e forneceu benzetacil.

Logo após Amarantho deixar a farmácia, Geraldo desconfiado e sabendo dos comentários de gente estranha na Serra, ligou para o delegado. Embora exausto, Amarantho acelerou a volta e, quando faltava muito pouco para refugiar-se nas montanhas, foi surpreendido por um carro com homens armados. Não teve a menor chance de resistir. Foi cercado e preso em 29 de março de 1967. Ao ser interrogado,

⁶⁴Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

alegou ser um turista que estava na região para visitar o Pico da Bandeira e que o remédio era uma precaução, devido os perigos naturais da Serra. Amarantho sustentou essa versão até sofrer a careação com os companheiros, que seriam presos dois dias depois.

Havia constantes informações dadas por moradores da região aos policiais locais, denunciando a presença de pessoas estranhas, que perambulavam pela serra. Capitani (2005, p. 140) relata que a “já havia vigilância e o grupo não era novidade”. Conta ainda, que ao saírem para fazer um reconhecimento viram “o guarda florestal vigiando”, ficou a tarde toda vigiando de binóculo na torre de televisão, no Pico da Bandeira, tentando descobrir o acampamento dos guerrilheiros. Fato que é conformato pelo depoimento de Antonio Pereira Leite, morador de Alto Caparaó/MG, que no período morava no Vale Verde, dentro da reserva do Parque:

Naquela época que eu morava lá, eu tinha um filho que trabalhava lá no Pico da Bandeira, na construção de um torre, que era pra jogar aqui do Brasil lá pro Espírito Santo. Meu filho trabalhava lá e já tinha oito meses que eles estavam vendo essas pessoas passando pra lá, pra cá, mas não sabia de nada. Aí falou comigo: “pai, tem uns homens andando aí, vestido de polícia, farda. Aí tinha um capitão do batalhão de Manhauçu, eles chamavam de José do Nascimento, mas eles tratavam ele de Zezinho. Quando ele vinha pra cá no Caparaó, ele ia pra minha casa lá no Vale Verde. Aí ele vinha, ficava lá, **aí eu contei pra ele a história que meu menino falou. Aí ele disse: “A gente tem que ver isso”**. Aí começou, ele vinha de noite pra cá, pra ninguém ver ele passar com a polícia aqui. De dia ele saía e rodava aquilo tudo lá pra ver se descobria, mas nunca conseguiu. Um dia disse que escutou até conversa deles, mas estavam arranchado dentro de uma mata, lugar que eles não pode ver. Mas aí eles achava que aquilo era um guerrilheiro.⁶⁵

O jipe enviado pelo apoio do Rio de Janeiro, levantou suspeitas junto aos moradores locais, que acabaram denunciando as autoridades a presença de estranhos na região:

Não tinha estrada, o lugar era uma coisa horrorosa... estrada de burro, de cavalo e de boi. Então perguntamos aos vizinhos: “Chegou visita para vocês aí?” “Não, não...” “É porquê está passando um jipe lá, tantas horas e tal...” Um dia, eu e meu irmão, que já morreu, combinamos de vigiar esse jipe. O jipe subiu e nós fomos para lá. A única coisa que nós podemos fazer foi derrubar um eucalipto, de machado, e atravessamos na estrada. Eles não se comunicavam com ninguém. Cortamos aquela árvore e jogamos lá. Quando foi no outro dia, notamos que o jipe tinha descido e o cara tinha amarrado um cabo de aço no eucalipto e o puxou estrada acima, e desceram, não falavam com ninguém. Passaram-se os dias e o jipe, às

⁶⁵Depoimento concedido por Antonio Pereira Leite. Alto Caparaó/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

09:30 ou 10:00h da noite passava. Não tinha estrada, e nós, sem saber de nada. Montamos a cavalo e seguimos o jipe, eu e meu irmão, subindo. Chegamos num lugar chamado Córrego Seco. Ali não tinha como o jipe virar, mas eles viravam o jipe à mão. Como estavam no mato, desciam para pegar a mercadoria e levavam. Isso é suposição da gente. No outro dia, seguimos o jipe outra vez a cavalo. Não vimos quem estava no local, dentro de uma gruta, que se chama Córrego Seco. Subimos cedinho, acima de onde hoje é a portaria, vinha do meio do mato uma fumacinha, e eu e meu irmão fingimos que estávamos caçando boi. Vimos alguém lá, debaixo de uma árvore de Murici, árvore grossa, e voltamos para trás. Eu dei parte.[...] Na época, quem comandava aqui era o Caparaó, não era Espera Feliz. Era em Minas.⁶⁶

Amarantho não regressava e isso foi gerando muita preocupação aos demais guerrilheiros. Edival Mello, Jorge e Jerônimo estavam inquietos. O estado de saúde de Avelino se agravava. Ele chegou a sugerir ao comandante Amadeu Felipe que o deixasse no mato, pegasse os mapas e se retirasse com o grupo. Porém, Amadeu não concordou.

Fizeram um acampamento muito próximo a trilha e colocaram sentinelas, que viram tropas passarem e falarem em guerrilheiros. Jerônimo, um dos sentinelas, correu para avisar aos demais. No entanto, Amadeu e Araken minimizaram os fatos.

Duas coisas intrigaram os demais guerrilheiros, porém, devido à hierarquia disciplinar, deveriam obedecer sem reclamar: Primeiro, quem era o homem que Amadeu Felipe e Araken estavam conversando na trilha, na noite do dia 31 de março de 1967, a explicação dada por eles que se tratava de um camponês maluco, não convenceu os companheiros, que ficaram desconfiados do caso. O grupo ficou inseguro e resolveu ficar em alerta máximo. A segunda coisa que os intrigou foi Amadeu Felipe trocar o turno com o Jorge, de cinco às sete horas, justamente no horário da prisão. Apesar de não entenderem tais comportamentos, os guerrilheiros nunca chegaram a questionar a autoridade do Comando de Amadeu Felipe.

Diante da prisão de três guerrilheiros e da denúncia dos moradores, a Polícia Militar de Minas Gerais mobilizou um pelotão de doze soldados que subiram a Serra durante a madrugada de 1º de abril de 1967 em busca dos demais guerrilheiros. O cabo Rocha, em entrevista em sua residência em Martins Soares/MG, enumera os doze militares que subiram a Serra com a missão de capturar os guerrilheiros:

⁶⁶Depoimento concedido por Francisco Protázio. Pedra Menina, Dolores do Rio Preto/ES, 05 de outubro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Tenente Zezinho (que comandava a missão); Subtenente Raul Tolentino; Sargento Manoel, Cabo Mafort, Cabo Ildel; Cabo Jonas do Espírito Santos; Cabo Demétrio, Cabo Rocha; Cabo Ari Claesma, soldado Veríssimo, soldado Paulo Fernandes e soldado Hailton Monteiro.

Era 1º de abril de 1967 e o sol nascia sobre o acampamento quando as prisões foram efetuadas. Um grupo tomava café e alguns ainda estavam dormindo. O Subtenente Zezinho e o Cabo Rocha, do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, sediado em Manhuaçu, comandaram o cerco ao acampamento. Não houve resistência, nenhum tiro foi disparado, e o comandante militar da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, estava rendido. Morria ali o primeiro foco da resistência armada no Brasil. Coincidentemente na mesma data que golpe de 1964 completava exatos três anos.

O Cabo Rocha conta que grupos policiais já vinham fazendo buscas na Serra e encontrando vestígios deixados pelos acampamentos montados. Ele relata como que se deu a prisão dos guerrilheiros:

Aí foi esse grupo da P2, nós estávamos à paisana, não vestia farda, era um grupo de investigação da Polícia. Aí nós saímos do Batalhão às onze horas da noite, debaixo de chuva, carregando fuzil, metralhadora, mochila, pão com salame. O batalhão não dispunha de carro. A única viatura que tinha era um jipe do Comandante, o Coronel Jacinto. [...] Mas nessa ida nossa, nós fomos em uma caminhonete velha emprestada, saímos do Batalhão onze horas da noite, fomos até na encruzilhada ali depois de Pequiá. Ali o motorista deixou nós. Pegamos a Pedra Roxa, atravessamos um rio que é pedra pura. Chegamos na tal Mata da Pedra Roxa e subimos e fomos. Andamos até quatro hora da manhã e chovendo, serração baixa lá em cima e chuva. Aí conseguimos localizar o acampamento deles. Nós já estava arrebitado, carregado metralhadora, fuzil. Se precisasse da gente dá um tiro a nossa arma não funcionava, a munição tava toda molhada. Porque lá serena constantemente, nosso armamento e munição molhou tudo. E nós fomos no grupo de doze policiais. Quando chegou lá no alto, lá pra tal da Macieira pra cima do Terreirão de Pedra, vimos aquela fumacinha saindo lá do buracão de um abismo. Aquela fumacinha saindo assim na vegetação. Dissemos: É lá. Tenente na frente. [...] O tenente Zezinho era amigo e era companheiro, um homem que sabia comandar. Aí descemos. Cabo Mafort, metido a valente, foi o primeiro que chegou no acampamento, nós ficamos pra trás, ele chegou na frente, e falou: – Tem café aí? O Mafort engravatou, dominou o sentinela e disse: – Pode chegar pessoal, tá dominado. Ele não feriu, ele não matou, ele dominou o sentinela. Aí nós chegamos, quando nós chegamos foi aquele alvoroço no acampamento. Um levantava da rede, outro levantava do chão, procurando a arma, o fuzil. Aí nós circulamos o acampamento e desarmamos eles. A Polícia Militar na época, nem algema não usava. Nós arrumamos cabresto de curral lá nas fazendas da Serra do Caparaó e pedaço de cordas pra amarrar eles. Nós estávamos com umas armas quase inútil, porque ela molhou toda.

Quando questionado se quando eles subiram naquela noite, eles tinham noção de onde os guerrilheiros estavam, Cabo Rocha indaga:

Nós não sabíamos. Foi uma caçada. Demos sorte de encontrar eles. Pois eles podiam rolar pedra lá de cima e acabava com a gente. Nós sabíamos que existia esse povo, mas aonde eles estavam, o local certo, a gente não sabia. Nós fomos lá, recebemos ordens do comando pra ir lá, localizar o acampamento e prender o pessoal. Acredito que quando entramos no acampamento era umas cinco horas, porque até que recolhemos aquilo tudo.

Ao perguntar como os guerrilheiros estavam no momento da prisão, Rocha responde:

Estavam dormindo, o sentinela estava dormindo. Tava cochilando. Eles não acreditavam que a gente ia chegar, naquele dia, naquele momento. A mesma tática que eles usam, o silêncio, a esperteza, a surpresa, nós usamos também. Porque pra combater guerrilheiro, você tem que usar a mesma tática dele.⁶⁷

Na versão dos guerrilheiros, não há praticamente divergência da história contada pelo Cabo Rocha. Costa (2007, p. 204) conta que Amadeu não estava no local da sentinela, estava de fuzil sentado na rede. Araken e Jerônimo preparavam o café. “Da trilha, ouve-se uma voz: – Tem café aí? E o Amadeu responde: – Tem, pode vir. E o Araken completa: E tem bala para todo mundo”. Capitani caiu da rede na tentativa de pegar um fuzil, quando foi rendido por dois homens. Jerônimo largou o café e conseguiu engatilhar o fuzil, quando recebeu uma coronhada por trás. Segundo depoimento de Amadeu Felipe, ele pediu para que o Tenente PM Zezinho acalmasse o seu pessoal, que ele acalmaria os seus, para que tudo terminasse sem violência, e todo mundo foi levado pra trilha.

Segundo os depoimentos, não houve confronto físico e os guerrilheiros desceram escoltados pela PM mineira. Nesse episódio, foram presos os seguintes guerrilheiros: Amadeu Felipe da Luz, Araken Vaz Galvão, Avelino Bioen Capitani, Edival Augusto Mello, João Jerônimo da Silva, Jorge José da Silva e Milton Soares de Castro, único civil do grupo. A PMMG incluiu nesta lista o nome de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, capturado dois dias antes.

⁶⁷Depoimento concedido por Sebastião Rocha dos Santos (hoje sargento PM da reserva). Martins Soares/MG, 20 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

De acordo com o depoimento de Amarantho, o Coronel Jacinto havia lhe falado que estava prestes a soltá-lo naquela manhã, quando os demais guerrilheiros foram presos. Após acareação, a versão de turista inventada por Amarantho veio abaixo, só restava a ele, apertar as mãos dos companheiros e juntar-se ao grupo preso.

Moisés Freitas Faleiro, lavrador de Ibitirama, narra como se processou a prisão dos guerrilheiros, como lhe foi contada pelo Tenente da Polícia Mineira autor do ato:

Um deles havia descido para Caparaó Velho, do lado de Minas, para comprar remédios. A polícia desconfiou e o prendeu. Por intermédio dele a polícia mineira foi conduzida aos outros, que estavam acampados nas proximidades do Pico da Bandeira. Quando chegaram ao local, um deles fazia café, e o resto dormia. O tenente pulou na frente e disse: “Me dá um cafezinho?” Houve luta corporal, e o guerrilheiro foi dominado, enquanto que seus companheiros acordaram com um cano de fuzil no ouvido (TÔRRE. 1967, p. 24).

Há dois equívocos nesse depoimento: primeiro Amarantho não conduziu a polícia mineira aos demais guerrilheiros e segundo não houve luta corporal, conforme afirma Amadeu Felipe e do Cabo Rocha.

Uma polêmica surgiu entre os guerrilheiros a respeito das prisões na Serra. Segundo Avelino Capitani e Jelcy, o comandante Amadeu Felipe, com o apoio do subcomandante Araken, teria negociado a prisão do grupo com a polícia mineira, a fim de garantir a vida de todos os guerrilheiros.

Capitani (2005, p. 154) acredita que Amadeu e Araken foram os responsáveis por aquele desfecho, porém diz: “não considero a atitude de Amadeu e Araken uma traição, apenas uma avaliação e uma decisão errada.” Ele reconhece que a situação do grupo era frágil, com 03 companheiros doentes e todos prestes a “um colapso físico”, devido ao esforço que vinham realizando. Porém ele alega que “no mínimo, eles deveriam ter discutido com o grupo, porque havia alternativas possíveis”. Nesse caso, Capitani está se referindo a possibilidade do grupo mais saudável recuar, e através por encostas de montanhas cobertas de vegetação, marcharem até o Rio de Janeiro.

Jelcy enfatiza que tal atitude não tira o respeito que nutre por Amadeu Felipe, e analisa a possível rendição negociada como um ato de responsabilidade por parte

do comando, já que a guerrilha está fadada ao fracasso, diante das doenças e desistências registradas.

Porém, tal rendição negociada é negada pelo Comandante Militar Amadeu Felipe e o Subcomandante Araken, que faz a seguinte declaração:

Veja bem, o Jelcy cai no absurdo, entre outros absurdos que ele fala, de dizer que fui eu o intermediário disso. Eu não fui o intermediário disso. Se houve tem que perguntar o Amadeu. Amadeu já me disse que não houve. Eu não acredito que tenha havido. A única pessoa que poderia fazer isso era o Amadeu.[...] A posição do Amarantho que a gente tava ali pra morrer, era pra morrer mesmo. Eu defendia essa tesa e fiquei muito decepcionado com a prisão.⁶⁸

Segundo o depoimento de Amadeu Felipe, tal suposição não tem base nenhuma, pois rendição nunca esteve em seus planos:

Na verdade, não é. Primeiro porque não tinha com quem negociar. Negociar com quem ali? Absolutamente ninguém. Segundo, o Araken sempre que desceu cumpriu a tarefa dele e nunca ultrapassou a questão da tarefa. E na verdade foi a melhor solução, porque eu tive que acalmar tanto os nossos, o Araken queria se despencar morro abaixo, achava que tinha chance. E eu conversando com esse Zezinho e com o Mafort: "olha, vocês se acalmam, que eu acalmo o meu pessoal e vamos decidir isso sem violência." Daí então, a partir dessa condição, eu consegui ter um domínio sobre o episódio ali. Agora, o Jelcy acha, assim como a gente faz algumas elucubrações políticas, e ele nunca iria ser contra mim. Ele gosta muito de mim, e acredita que eu sou luminar, que eu tiro solução do coelho, do chapéu. Jelcy é um homem responsável, ele sabe que eu salvei as vidas nossas e do pessoal deles. Mais as nossas, pois éramos em menor número, não tínhamos armamento adequado. Mas aí pergunta: se não tem armamento adequado o que vai fazer lá em cima: É que nós pensávamos em fazer o confronto no nosso momento. E o confronto foi estabelecido no momento deles. Isso é totalmente diferente. Isso do Jelcy, ele acha que eu tirei um coelho da cartola e ele é muito querido. [...] Absolutamente não houve negociação. Eu não tinha com quem negociar, nem estava disposto a negociar nada. [...] Eu disse pra eles em uma reunião até, se houver decisão em algum momento de descermos, eu serei o último sozinho pra descer. Eu disse pra eles isso.⁶⁹

Efetuada as prisões, o Coronel Jacinto do Amaral Melo, Comandante do 11º Batalhão ordenou que os guerrilheiros fossem medicados e alimentados. Um médico separou os três doentes. Após exames Edival Melo e Jorge Silva ficaram em observação; e Avelino Bioen Capitani foi diagnosticado com peste bubônica. Suas roupas foram queimadas e ele ficou isolado em uma pequena sala.

⁶⁸Entrevista de Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁶⁹Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 22 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Logo, o Comandante do 11º Batalhão mandou fotografar os guerrilheiros e em seguida comunicou as prisões ao Ministro da Guerra, que inicialmente não acreditou se tratar de guerrilheiros. Após verificarem suas identidades, ficou comprovando que se tratavam de ex-militares expurgados do exército e da marinha, além de um civil. Rapidamente as Forças Armadas se deslocaram para a região do Caparaó.

Interessante é o argumento levantando em depoimentos pelos ex-guerrilheiros e pelo Comandante PM Jacinto e o Cabo Rocha, que concordam unanimemente que a atitude do Comandante Jacinto ao mandar chamar a imprensa e fotografar⁷⁰ os guerrilheiros vivos acabou salvando suas vidas, pois alegavam que o Exército simularia uma prisão ou até mesmo, uma reação dos guerrilheiros para eliminá-los, como exemplo para que não se levantassem outras resistências contra Regime Militar. Amadeu Felipe (Apêndice F) elogia muito a atitude do Coronel PM Jacinto, dizendo se tratar de um homem muito digno e decente, que afirma que *“o Coronel salvou a nossa vida quando chamou toda a imprensa nacional”*.

A notícia da prisão Jelcy Rodrigues e Josué Cerejo, que compareceram a Auditoria Militar no Rio de Janeiro, já havia alertado a base de apoio urbano, sediado no Rio de Janeiro, que sem saber da prisão dos demais guerrilheiros, tomaram a Kombi da Kellogg's, dirigida por Edson José de Souza e seguiram para a região do Caparaó, em auxílio aos companheiros, que imaginavam estar em combate na Serra: Amadeu de Almeida Rocha, Gregório Mendonça, ex-sargento Deodato Fabrício Batista, e ex-subtenente Itamar Maximiano Gomes. Foram de ônibus: Hermes Machado Neto e o ex-capitão Juarez Alberto de Souza Moreira.

Como de rotina, havia um encontro entre os membros do apoio urbano e a base rural, que estava marcado para o dia 02 de abril de 1967, em Realeza/MG, onde Araken deveria comparecer para receber as instruções e trocar informações. Porém, Araken não apareceu, e o capitão Juarez e Amadeu Rocha, um civil, sem treinamento guerrilheiro, decidiram seguir pra Serra em auxílio aos guerrilheiros. A Kombi regressou ao Rio e os guerrilheiros seguiram a pé.

Para Araken, Juarez e Amadeu Rocha cometeram um erro crucial de guerrilha: *“Amadeu Rocha não tinha nada que pegar todo mundo e levar pra Serra. O Jelcy já*

⁷⁰Fotos dos guerrilheiros presos, juntamente com armamentos e munições apreendidos, constam em anexo.

tinha aparecido na Auditoria. O cara tinha que recuar. Amadeu Rocha se achava Napoleão”⁷¹.

Ao Chegarem à cidade de Novo Caparaó, ao pé da Serra, perceberam que a mesma já estava totalmente cercada, e que o exército desovava em trens vários soldados, a aeronáutica sobrevoava a região e a Serra era bombardeada, num verdadeiro espetáculo de exibição militar. Os integrantes do MNR vindos do Rio, resolveram recuar, não havia como subir a Serra. De acordo com o depoimento dado pelo Cabo Rocha (Apêndice F), no dia 04 de abril de 1967, ele e outro cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, encontrou à noite na estrada dois guerrilheiros, o ex-capitão Juarez e o Gregório. Deram-lhes voz de prisão, porém o ex-capitão Juarez tentou uma reação e acabou levando dois tiros do Cabo Rocha, mas sobreviveu. Ambos foram presos.

Os outros quatro: Amadeu Rocha, Hermes Machado Neto, Deodato Batista Fabrício e Itamar Maximiano Gomes, viram dois vagões de trem vindo pela noite desovando militares, acharam uma brecha e subiram a Serra, procurando um esconderijo. Porém, em 08 de abril de 1967, cometeram um erro de guerrilha, decidiram fazer um deslocamento de dia. De acordo com o depoimento concedido por Hermes Machado Neto (Apêndice F), quando eles se limpavam à beira de um riacho, para pegar a estrada Rio-Bahia e retornar de ônibus ao Rio de Janeiro, os mesmos foram surpreendidos e presos pela PM mineira.

Camponeses, infelizmente, informaram diariamente às polícias de Minas e Espírito Santo que pessoas estranhas circulavam pela região. Alertaram, então, ao Exército. As forças militares começaram a investigar e constataram, finalmente a nossa resistência na Serra. A polícia prendeu 14 companheiros antes que estes pudessem esboçar uma reação. Onze deles foram presos no local e três na estrada quando tentavam desviar a atenção das tropas policiais. Um deles foi ferido, o Capitão Juarez (BOITEUX, 1998, p. 90-91).

Segundo Costa (2007, p. 17), na repressão o governo mobilizou pelo menos 3 mil homens do Exército, que utilizaram “aviões, armas de grosso calibre e bombardeios intimidatórios na Serra”, numa grande operação militar atrás de possíveis “comunistas subversivos” que ainda poderiam estar escondidos no alto da Serra do Caparaó. O quantitativo de soldados mobilizados para a região é contraditório, enquanto Boiteux (1998) exagera na afirmação da presença de dez mil soldados, o

⁷¹Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

jornal *O Globo* ressalta que a repressão mobilizou três mil homens no Caparaó (*O Globo*, 05 de abril de 1967, capa).

Independente dos números, o que ficou registrado, foi a ação “pente fino” montada pelos militares, que mudou a rotina dos moradores locais, isso quando já não existia nenhum guerrilheiro na Serra. Carros militares, homens com metralhadoras e fuzis, helicópteros, contrastavam com a calma e o ambiente bucólico da região.

Jornais de grande circulação como *Jornal do Brasil*, *Estado de Minas*, *Estado de São Paulo*, *Última Hora* e *O Globo*, cobriram toda movimentação nos 18 dias em que os militares estiveram presentes na região. Com certeza, a presença de guerrilheiros no local, quebrou a calma do cotidiano regional, atraindo um grande contingente militar para a região.

É importante salientar que todos os integrantes do grupo MNR que estavam na Serra já haviam sido presos pela PM de Minas Gerais, dias antes da chegada das Forças Armadas à região. Quando todo o aparato do Exército chegou ao Caparaó, não havia mais ninguém a ser capturado na Serra. Iniciou-se então o “teatro das Forças Armadas”, bombardearam as montanhas, subiram a Serra como para um grande combate, sobrevoaram a região com os aviões e helicópteros. Enfim, era preciso mostrar força, mesmo quando não havia mais nada a ser feito.

Sobre a presença de militares na região para efetuar um serviço que já havia sido feito pela Polícia Militar do 11º Batalhão de Manhuaçu, é importante o seguinte relato:

O Exército, com tanques e mais tanques, rumou para a zona conflitada. Participaram dessa grande batalha que não houve – cerca de 10.000 (dez mil) soldados. Participaram também dessa “heróica façanha” os pilotos da Aeronáutica, os quais, com dezenas de aviões, bombardearam Caparaó e cercanias. Tinham também a assistência de figuras do Cinema. As forças militares da ditadura, em verdade, não prenderam um guerrilheiro sequer. A prisão dos 14 valorosos companheiros foi realizada, como já foi dito, pelas polícias de Minas Gerais e do Espírito Santo (BOITEUX, 1998, p. 91-92).

O Exército não poderia suportar a situação de não ter feito qualquer prisioneiro. Imediatamente exigiram que a Polícia Militar Mineira do 11º Batalhão de Manhuaçu, entregassem os guerrilheiros. Tinham desse modo, uma explicação convincente para a opinião pública, justificando todo aquele aparato militar. Assim se deu a ação

dos militares do Exército e da Aeronáutica (através da Força Aérea Brasileira-FAB), que juntamente com a Polícia Militar mineira e capixaba, fizeram uma operação pente fino na Serra do Caparaó, porém, não conseguiram prender nenhum guerrilheiro.

O Jornal *Estado de Minas*, em 09 de abril de 1967, lançou uma charge ironizando o grande número de homens e equipamentos utilizados pelo Exército Brasileiro na região, como armamento pesado, helicópteros e aviões. Ressaltando ainda, que as tropas que pra lá se dirigiram não conseguiram prender nenhum guerrilheiro, já que tal trabalho já havia sido feito pela PM mineira. Os militares passaram a abordar o povo pacato local, que logo que identificados, eram soltos.

Charge



Fonte: Jornal Estado de Minas, 09/04/1967 (p.4)

É importante destacar que junto com as forças combatentes vieram também políticas assistencialistas, como atendimentos médicos e odontológicos, com o intuito conquistar a simpatia e o apoio da população local. Importante registrar que todo esse aparato de assistência social também foi desmobilizado, quando os militares deixaram a região. Conforme o depoimento de Francisco Protázio, morador de Pedra Menina, distrito de Dores do Rio Preto:

Apareceram uns médicos na comunidade Paraíso, convidando o pessoal para dar remédio às crianças aguçadas. De fato foi bom, eles davam comprimidos. Isso foi no início da guerrilha. Eles reuniam as pessoas na comunidade, davam comprimidos, foi até bom. Paraíso é pertinho, aqui do lado. Participamos daquela reunião dos médicos, povo muito analfabeto, mais do que hoje, e o povo achava muito bom, porque não ouvia falar em médico.⁷²

Os acampamentos das Forças Armadas e da Polícia Militar foram montados dos lados mineiro e capixaba do entorno do Parque Nacional do Caparaó. Os militares abordaram civis, exigindo suas identificações e perguntado se tinham visto pessoas diferentes rondando a região. Rubens Vargas Paixão, hoje residente na cidade de Ibitirama/ES, mas na época da guerrilha residente na zona rural de Pedra Roxa, relata a abordagem que sofreu:

Porque na época eu estava com a Marilane [sua filha] no colo, que tinha três ou quatro anos, aí nós chegamos para chegar na minha casa [Pedra Roxa], aí os policiais não deixaram chegar. Porque eles suspeitaram que nós era bandidos, né?! (risos) Ninguém chegava e saía não, ninguém, ninguém. Até pessoas com as mãos calejadas, eles prendiam, e faziam o diabo. Tudo polícia, polícia quando eles estavam na guerra, eles não respeitam ninguém. Veio também o pessoal do Exército depois. Aí eu falei: Pera aí, oh moço, eu moro aqui. Não sou bandido não, minha mulher é professora, dá aula aqui. Aí com muito custo a gente entrou. Aí veio o meu irmão do Rio passear, ele não sabia de nada e foi parar lá em casa, e pra nós conseguir vir embora, foi preciso de vir, os policiais nos prenderam, fizeram as maiores besteiras, querendo nos humilhar. Aí viemos presos até aqui no Ibitirama. No nosso carro, mas com a polícia junto. Chegamos aqui em Ibitirama, o senhor Zé Barbosa era Juiz de Paz, os coronéis e os capitães ficavam aqui. Aí chegamos, o Senhor Zé Barbosa apresentou a gente, porque a gente é filho daqui a época toda, né?! Aí o Senhor Zé conversou, aí liberaram a gente pra gente não ficar preso, né?! Ficaram aí mais uns dias, fazendo umas coisas que ao meu ver eram coisas inúteis. Da ponte do Araçá por ali, ninguém passava não, era tudo esquematizado, ver quem era, quem não era, tudo assim. Os militares chegaram cercaram tudo, exigindo tudo, fazendo tudo.⁷³

Há quilômetros da Serra do Caparaó, no Município de capixaba de Guaçuí, cerca de 300 homens armados chegavam de aviões, tanques de guerra, helicópteros, que gerou grande incômodo no local, segundo depoimento do sociólogo Luiz Ferraz Moulin, membro do movimento estudantil no período:

Permaneceram aqui durante dias. Foi um inferno para a vida de Guaçuí. O que ficou gravado em mim é que ali se instalou um estado de guerra. Nunca tinha visto tanto policial na minha vida. Eles achavam que a cidade

⁷²Depoimento concedido por Francisco Protázio. Pedra Menina, Dores do Rio Preto/ES, 04 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁷³Depoimento concedido por Rubens Paiva Paixão. Ibitirama/ES, 05 de outubro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

era ponto de apoio para a Guerrilha, e na verdade era mesmo. Aqui os guerrilheiros tinham apoio do Grupo dos Onze, com um armazém que, clandestinamente, estocava os mantimentos para a guerrilha. (FELIPPE, 1998, p.9)

Houve muitas prisões de pacatos cidadãos, que nada sabiam de luta armada ou de comunismo. Juvercy Emerick, ex-funcionário do Parque Nacional do Caparaó e que guiou as tropas da Polícia Mineira e do Exército na busca dos guerrilheiros, prestou o seguinte depoimento: *“Eles chegavam e davam busca numa pessoa às vezes até do lugar. Então eu tinha que ir para lá para explicar quem era aquela pessoa”*.⁷⁴

Segundo depoimento do ex-guerrilheiro Hermes Machado Neto (Apêndice F), ele e Jelcy já tinham se encontrado e até conversado com Juvercy Emerick na Serra, alegando serem turistas, mas o guarda florestal já havia denunciado às autoridades, de que estranhos vinham perambulando pela Serra e fazendo acampamentos por lá.

Os militares que chegaram à região depois das prisões dos guerrilheiros, para fazer a operação “pente fino” e vasculhar a Serra em busca de possíveis remanescentes, acabou convocando pessoas do local, para servirem de guia, como aconteceu com Álvaro Ferreira, de Manhumirim/MG, que passou uma semana com os militares na Serra:

Eu estava ruando café, quando o povo chegou. Era abril. Esse Abraão com dois policial. Eles falaram assim: O Senhor é que Álvaro? Nós estamos aí para fazer uma vaculhação na Serra, você conhece lá, né? Eu falei: eu conheço. Aí eles falaram: o capitão mandou te chamar pra ser guia. Você pode deixar as coisas agora pra nós subir a serra. Então foi escolhido eu e o Abraão pra ser guia dos militares. Que subiram pra lá, foi 110 militares. O capitão Lima e o resto, ali tinha tenente, tinha sargento, tinha recruta. Tinha um montão de militares. Eram 110 mais eu e o Abraão, 112 pessoas. Então nós andamos com eles lá na montanha, em fila indiana. [...] Nós ficamos lá de um sábado até outro sábado. Isso tudo foi a pé. Mas nós não andamos direto. Nós parávamos e fazia acampamento. Levantava o acampamento, andava o dia inteiro, dava uma parada, comia algo, se tinha. Mas 112 pessoas andando em fila, não rendia nada. Mas nós, os guia, era da frente. E tem uma coisa: Era eu e o Abraão na frente, e o primeiro atrás era o capitão Lima. Nós tivemos uma proteção imensa. [...] Eles falavam que a gente tinha que vasculhar a procura de uns tal homens guerrilheiros. Eles não explicavam o que eram guerrilheiros, e a gente saía procurando sem saber se eram bons ou maus. [...] A gente andou muito, vimos vestígios, mas gente mesmo nós não encontramos ninguém. [...] De quinta pra sexta nós já passamos sem comer quase nada. Na sexta-feira a gente já não comeu nada. Aí o capitão mandou um tenente e um sargento pedir comida no Príncipe pra mandar na carcunda de burros. Mas choveu e os burros não subiram de jeito nenhum. Quando foi sábado o tropeiro conseguiu subir.

⁷⁴Depoimento concedido por Juvercy Emerick a Plínio Ferreira Guimarães. Alto Caraparó/MG, 23 de janeiro de 2004.

[...] A comida tava fria e nós comemos assim mesmo, 03 dias sem comer. Nós descemos e chegamos na tal casa suspeita. O Capitão recebeu ordem por rádio para meter fogo na casa dos Eugênios, no sítio que esse Anivanir arrumou pra eles. Tinha 14 metralhadoras. Deus me livre, mas foi um fogo. A casa era de telha, passava pau na telha, foi revirando tudo. Bala de metralhadora com esteio de braúna, arrancava massa pra todo lado. Aí nós recebemos ordem pra descer e chegamos pelo Príncipe, não achamos nada. [...] Logo que a gente desceu eles foram embora. Os militares ficaram por aqui uns 15 dias.⁷⁵

Os guerrilheiros, entregues às Forças Armadas, foram transferidos no início de abril de 1967, para o Presídio José Edson Cavaliari (Linhares), em Juiz de Fora/MG, onde foi separada uma galeria para abrigar os presos políticos, colocando cada um em uma cela individual. O Professor Boiteux, que fazia parte do apoio logístico do Rio de Janeiro, acabou sendo preso, mesmo nunca tendo estado na Serra do Caparaó:

[...] Num dos interrogatórios e sessões de tortura, um dos nossos companheiros fraquejou e disse: “o responsável pela Guerrilha de Caparaó é o professor Bayard Demaria Boiteux.” No dia 07 de abril de 1967, às 9 horas, fui preso, em plena sala de aula, e conduzido, primeiro para o célebre quartel de tortura da Rua Barão de Mesquita, três horas depois, fui remetido para Juiz de Fora, outro centro de violências e torturas. [...] Chegamos, ao anoitecer, em Juiz de fora, e fui preso na 4ª RM. Horas e horas de interrogatório e violências de todos os tipos. Resolvi, assim, para resguardar os meus companheiros, ser o responsável pela Guerrilha do Caparaó. Declarei e assinei (BOITEUX. 1998, p. 106-107).

De acordo com Costa (2007, p.233) Amadeu Felipe critica com veemência o comportamento de Amadeu Rocha, que acabou denunciando o professor Bayard Demaria Boiteux durante a fase do inquérito. Segundo Amadeu Felipe quando indagado se o professor fazia parte do grupo da cidade, ele negou, dizendo não conhecer o professor. Porém Amadeu Rocha teria interrompido e dito “– Como não? Conhecia, sim”. Amadeu Felipe o repreendeu, mas Amadeu Rocha reafirmou: “– Não... não... não... se eu pago, todo mundo paga!”. Amadeu Felipe diz que a maior parte tiveram comportamentos espetaculares, mas Capitani e Hermes “entregaram o que puderam”.

Anivanir de Souza Leite, que não chegou a participar do movimento na Serra, acabou sendo preso pelo apoio à ação guerrilheira. Dois de seus irmãos que moravam na região, Anivardo e Euclides, mesmo alegando desconhecimento sobre

⁷⁵Depoimento concedido por Álvaro Ferreira. Manhumirim/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

o assunto, acabaram sendo presos como suspeitos de envolvimento e apoio à guerrilha, conforme relato de Anivardo de Souza Leite:

Fiquei sabendo que eles estavam me prendendo, porque eles achavam que eu estava em comum acordo, carregando mercadoria pra eles [guerrilheiros], alimentação, essa coisa. E não era nada disso! Eu não sabia de nada, nada, nada. Me envolveram numa situação que eu não sabia de nada. [...] O Anivanir teve contato com os guerrilheiros, isso é sabido. Ele ficou dois anos presos. E por causa do Anivanir, quando eu tava preso, deu uma reportagem no jornal que era injustiça o que estavam fazendo com a gente, porque nós não sabia de nada. [...] Meu irmão mais velho, o Euclides, foi preso também, em Juiz de Fora também. [...] Aí me levaram para a delegacia de Manhumirim. Da delegacia me levaram para o Batalhão de Manhauçu. Aí receberam um comunicado pra me levar para Juiz de Fora. De Manhauçu pra lá eu fui junto com um tal de capitão Juarez e o com o tal de Gregório. [...] Fiquei preso vinte e poucos dias, mais ou menos.⁷⁶

Prosseguindo no depoimento, Anivardo de Souza Leite, que alega não ter nada haver com o movimento, descreve momentos na prisão e a mudança que sua vida teve depois do episódio:

Cada um teve que ficar numa cela sozinho. Era incomunicável! Eu fiz três ou quatro dias de depoimento. No último fizeram acareação com esse Milton, que andava aqui. Na acareação ele disse que realmente que ele era guerrilheiro, mas eu não tinha nada haver. Inclusive ele falou para o comandante ou major que tava lá: eu sou guerrilheiro, sou comunista, mas esse moço aí não tem nada haver com o nosso movimento. Ainda disse mais: Tão logo acabe essa acareação eu desejaria que o senhor liberasse ele, porque ele não tem nada haver com isso. [...] O interrogatório é feio! Durante os dias que a gente ta lá no interrogatório, eles não deixam a gente nem dormir, nem à noite e nem de dia. No psicológico você fica arrasado, né?! Ficar três ou quatro noites sem dormir. [...] lá de oito até duas, três, cinco horas da manhã. Eu respondia que eu não sabia, porque não sabia mesmo. [...] Não, nunca me bateram. Nunca senti nada de agressão física, não. [...] O que eu fiquei sabendo [sobre o comunismo] é que todo mundo escondia de mim, me via assim, saía correndo. E todo mundo ficou com medo, porque os militares na época estavam muito violentos, né? E eles ficaram com medo de conversar comigo e eles acharem que o cara era comunista. Eu mudei mais de Manhumirim por isso. Eu tive um prejuízo grande, porque eu já estava em Manhumirim em uma situação boa, eu tava tranqüilo, e tive que mudar, mudou tudo na minha vida, na dos meus filhos. Eles estudando lá no Rio, eu começando vida nova lá no Rio de Janeiro. Cidade grande, não é fácil, não!⁷⁷

Notamos, portanto, que civis que não tinham envolvimento com a Guerrilha do Caparaó, também foram presos e interrogados. Segundo outros depoimentos e relatos de jornais da época, muitos civis foram presos como suspeitos, mas logo

⁷⁶Depoimento concedido por Anivardo de Souza Leite. São João do Príncipe, Iúna/ES, 20 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁷⁷Idem.

liberados. O caso de Anivardo e Euclides, tornou-se mais intenso, ficando presos por mais de quinze dias, por serem irmãos de um dos guerrilheiros.

Edson José de Souza foi preso no dia 06 de junho, quando chegava ao seu trabalho na empresa Kellogg's. Ao chegar em Juiz de Fora ficou algum tempo preso com Anivanir Leite, que também havia sido descoberto. Costa (2007), os méritos de logo ter conseguido *Habeas Corpus* ele atribui aos seu advogado, Marcelo Alencar. Ao sair da cadeia trabalhou como vendedor e fez faculdade de Geografia, tornando-se professor até seu falecimento em 2006. Já, os irmãos Dornellas nunca foram presos pelo envolvimento na Guerrilha do Caparaó.

Em 28 de abril de 1967, ocorreu um fato, que até hoje intriga e gera controvérsias entre os guerrilheiros. Após Sessões de interrogatórios, o jovem Milton Soares de Castro, de 26 anos, o único civil remanescente preso na Serra, retornou a sua cela com vida, segundo depoimentos dos companheiros Amarantho, Araken e Avelino. De madrugada, Milton foi retirado da cela morto. Apesar dos apelos, o corpo do jovem guerrilheiro não foi entregue a mãe, sendo enterrado como indigente no cemitério municipal de Juiz de Fora/MG. O Exército alegou que Milton havia se enforcado em sua cela, pendurado-se na torneira, com as próprias roupas de cama, argumento que foi contestado por companheiros como Amadeu Felipe, Daltro, Edival, Dirceu e Hermes. Porém, companheiros como Avelino, Araken e Amarantho, afirmam a crise depressiva do amigo e acreditam na versão do suicídio.

Em entrevista, Amarantho chama a atenção, quando não descarta a possibilidade do suicídio de Milton, ele comenta que o companheiro tinha todo o perfil de alguém que poderia cometer suicídio:

Ele estava com muito medo. Eu te digo assim porque até hoje eu me lembro, do que eu várias vezes falei isso pro Vinicius [filho de Amarantho]. Falei, "Vinicius, o Milton, pode ser que ele tenha sido assassinado mesmo, pode ser que ele tenha morrido, e tudo indica, mas a possibilidade de ele ter se suicidado, é grande. Apesar de, uma torneira, é... a um metro e pouco do chão...". "Pô! Mais uma camarada na torneira vai forçar a barra, e se matar?" Mas, o pânico, eu me lembro exatamente o que eu disse a ele. Eu disse a ele: "O Milton...". Ele tava tão em pânico, tão em pânico! Eu falei: "Milton, o pior que pode nos acontecer, é matarem a gente. Mas, a gente tá preparado pra isso. Nós estamos preparados pra morrer!" Quer dizer, eu no fundo no fundo, achava isso. [...] Eu lembro de ter falado algo pra ele reagir, "que ele não era um soldado, mas era um patriota e que, quando um soldado deixa de ser patriota, o patriota tem de ser soldado." [...] Eu acho que esse pânico, em que ele estava, já era uma característica do comportamento dele, do que ele seria capaz de fazer. E que se eu disser

assim, “ele acabou fazendo”, eu não estarei muito errado não. Agora, também não afasto a hipótese de que tenha havido realmente um assassinato.⁷⁸

O comandante Amadeu Felipe tem a seguinte opinião sobre a morte de Milton:

Colocaram o Milton na cela enviesada correspondente a minha. Então eu vi quando o Milton saiu pra depor, não vi o Milton voltar. Depois eu vi o estardalhaço deles dizendo que o Milton estava morto e tirando o Milton da cela. [...] Era um interrogatório mesquinho, uma coisa de gente pobre de espírito, de gente sem preparo intelectual nenhum. Um negócio brutal, na base da ameaça. Então, o Milton se desestruturou com a prisão, como eu disse, acho que ele perdeu o norte naquele momento ali. E ele foi muito pressionado, e ele não resistiu. Porque não há condição nenhuma do Milton ter se suicidado naquela cela. O Milton tinha 1,85 m, a altura da cela é isso (gesto de média altura com a mão) e embaixo é aquela patente turca, que não chega a dar 1,20m, não dá mais do que isso. E o Milton por mais que ficasse puxando a sua cabeça e tal, eu teria ouvido o barulho. E não houve barulho do Milton se suicidando. Um homem que se suicida, nas condições que o Milton tinha ali, faz um barulho enorme. E o silêncio daquela noite no corredor, foi absoluto.⁷⁹

Araken Vaz Galvão reafirma as suspeitas de Amarantho e é categórico quando indagado sobre o assunto:

O Milton se matou.[...] A cela tem dois metros, então fica uma porta aqui, e a outra fica ali do outro lado [gesticula, intercalando as celas]. Ele estava o mais em frente possível da minha. Aqui fica uma porta, aqui fica outra, então daqui eu via o Milton. O Milton chegou pra mim e disse [gestos com as mãos no pescoço]. Eu entendi que ele tinha chegado do interrogatório e os caras tinham “gargalado” ele. Aí eu disse pra ele [gestos de soco, uma mão na outra]: Que enquanto ele estivesse vivo, que ele lutasse. Aí ele fez um gesto como quem diz: Você não está entendendo. Em menos de dez minutos depois ele apareceu morto. Eu vi ele depois do interrogatório. Ele falou comigo e não estava machucado. [...]Ele estava desesperado. Ele não tinha estrutura para participar do que participou. Eu vi, eu sei que ele não foi assassinado. Menos de 10 minutos depois, pô! Não dava tempo dos caras entrarem e se entrassem eu via na cela dele. O Milton se matou.⁸⁰

Amadeu Felipe, mesmo depois de saber a versão de Araken, ainda tem dúvidas sobre a respeito do suicídio:

Bom, mas o caso do pessoal do exército, a gente tem que levar em consideração uma coisa: nós estávamos numa penitenciária civil. Eu fui lá depois, tirei fotografia, olhei junto com o Flávio Frederico, nós olhamos, vimos a cela que aconteceu a morte dele. Vimos a cela que eu estava, de

⁷⁸Depoimento concedido por Amarantho Jorge Rodrigues Moreira. Santíssimo/RJ, 26 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁷⁹Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 21 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁸⁰Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

onde que eu falei pra ele. Deu pra ver uma porção de coisa. E esse pessoal de PE, mesmo do Exército, da Polícia de Informação da polícia, essas coisas. Esses caras são treinados pra essas coisas, pra assassinato. Então, não é de você duvidar de quando tem alguma dúvida, porque esse pessoal é capaz disso. É capaz e tem técnica pra isso. Diferente de uma pessoa que está desesperada e não tá preocupada com barulho, não tá preocupado com nada, uma pessoa desesperada, tá preocupada em acabar com a vida. Aí teria quebrado, a torneirinha não resiste. Foi outra coisa que o Flávio levantou até, quando eu mostrei a torneirinha, ele disse, não resiste a um homem de oitenta e poucos quilos. [...] Eu vou conversar com o Araken, inclusive quanto a essa questão, a torneira não resiste.⁸¹

Avelino Bioen Capitani, disse que passava horas conversando na Serra com Milton e que certa vez o mesmo teria afirmado: “Ele falou comigo que se ele caísse preso ele ia se matar”. Capitani e dá um testemunho revelador sobre o assunto:

Ele voltou tarde de noite, né?! Um pouco anormal assim. Eles podem segurar a pessoa dois dias ou três no interrogatório, o tempo que quisessem, mas não é esse o caso. Mas normalmente eles levavam um de nós à tarde, lá pra umas 8 ou 10 horas da noite nos trazia de volta. Nesse dia o Milton não voltou naquele horário. Tô dizendo o horário que pra nós seria o normal. Mas isso eu estranhei um pouco, né?! Todo mundo fica um pouco nervoso: o Milton não voltou ainda. [...] Mas aí o Milton voltou do interrogatório, eu olhei ainda, estranhei, interessante como você lembra ainda com muito detalhe, eu observei assim com muita rapidez, e levei um certo susto, porque eu tô olhando pro Milton, pensando no Milton pegar a torneira e arrancar, xingar alguém. Mas ele não era muito disso, ele era muito quieto. Mas não vi movimento nenhum. Nenhuma tossida, nada. Quando o soldado reagiu também: “Tenente”, e se mandou para chamar o tenente. Aí eu vi aquele corpo, meio que caído [viu pela fresta da cela]. Então eu vi isso, e daí eu vi todo o movimento. Vendo o tenente, todo o nervosismo. Mas ninguém pediu para vigiar, porque tinha isso aí, se eles percebessem que tinha alguém que saiu do interrogatório mal, e podia se suicidar, eles botavam um guarda extra cuidando. E ali não tinham colocado, porque achavam que não precisava, né?! [...] Lógico, vi ele voltando, se movimentando lá [na cela] e uma hora meio que caindo. Assim, num movimento de cair. E aí eu vi o comentário dos guardas: pô ele se amarrou pra se matar.⁸²

Quando indagado que ele anteriormente ele havia comentado ter visto que o Milton estava com as pernas encolhidas e amarradas junto aos braços, Capitani afirma:

Era o que dava pra ver. E o próprio soldado me confirma quando ele diz: Mas ele se amarrou, para forçar, pra se suicidar, senão ele não conseguia. Isso a própria expressão dos soldados, mas eu estava vendo. Mas eu não posso chegar pra alguém dizer: oh ele não foi enforcado, ou ele foi

⁸¹Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 21 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

⁸²Depoimento concedido por Avelino Bioen Capitani. Porto Alegre/RS. 23 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

enforcado. Eu não posso fazer muito essa afirmação, eu vi todo esse quadro.⁸³

Capitani diz que viu Milton voltando do interrogatório, observou ele retornando, entrando sozinho na cela. Logo depois viu a reação de um guarda. Quando perguntado se essa reação foi seguida a chegada do Milton na cela ou se havia demorado um tempo maior. Ele responde: “*Olha, foi bastante rápido, uns dez minutos*”⁸⁴. Confirmando, portanto, o tempo calculado por Araken em depoimento anterior.

Em seu livro, Capitani (2005, p.152) diz que “em todas as celas havia um cano de água, a um metro de altura e meio de comprimento sobre o vaso sanitário. Servia para higiene pessoal e para o vaso. Milton amarrou o pescoço no cano e encolheu as pernas”.

Tais depoimentos, que afirmam o suicídio de Milton, acabam isentando o exército de rumores sobre o assassinato. Araken, foi um dos entrevistados que hesitou ao falar do assunto alegando: “Eu não quero também quebrar o galho da ditadura, se eu digo que eles mataram, eu estou mentindo. Se eu conto essa história, eu estou dando motivos pra eles não pagarem indenização pra família.”⁸⁵

No entanto, a leitura de Avelino sobre a questão, não isenta o Exército da culpabilidade da morte de Milton: “Se ele se suicidou, de qualquer forma o mataram por violento constrangimento psicológico” (COSTA, 2007, p. 250).

Gilson Rebello entrevistou o coronel de reserva Ralph Grunewald Filho a respeito das circunstâncias da morte do guerrilheiro Milton Soares de Castro. O Coronel Grunewald era o responsável pelos interrogatórios dos guerrilheiros detidos no presídio de Juiz de Fora/MG:

Olha, pra falar a verdade, acho que sou realmente culpado pela morte do Milton, porque fiz com que ele perdesse completamente o controle emocional com a pressão psicológica que sofreu durante o interrogatório a que foi submetido e cometesse suicídio. [...] Não matei ninguém neste processo nem nos outros que dirigi, porque se realmente quisesse dar um

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

fim a algum comunista, ele simplesmente desapareceria. Não ficaria nenhuma prova. [...] Milton suicidou-se e quem duvida é só ir ver os três inquéritos, policial, administrativo e militar, instaurados. [...] “Eles querem insinuar que o cano onde o preso se enforcou era muito baixo. Mas tenho absoluta certeza de que o baque que ele levou justificaria qualquer gesto”. (REBELLO, 1980, p.138)

O coronel Ralph Grunewald admite a Rebello (1980, p. 138) que “pensou, após o interrogatório que durou praticamente a noite inteira, em prevenir a guarda para uma vigilância maior àquela cela, o que acabou não fazendo”. Após essa explanação o coronel acabou declarando: “E aí está a minha culpa”. Admite ainda, que o clima criado em sessões de interrogatórios com a utilização de gravadores, datilógrafos, luzes piscando, estenógrafos e outras parafernálias “pode levar qualquer um à loucura”. O coronel desmente que tenha tido qualquer desentendimento com Milton na noite anterior à sua morte, quando submetido a interrogatórios.

Já disse que jamais botei a mão em preso meu. No Milton então isso seria até mesmo impossível, porque do jeito que ele saiu da sala de interrogatórios, não podia brigar com ninguém. Para Mim, ele já estava premeditando o fim que teve. (REBELLO, 1980, p.139)

Os ex-guerrilheiros, entrevistados nessa pesquisa, são unânimes em afirmar que não sofreram nenhum tipo de tortura física no presídio Linhares, em Juiz de Fora, devido o general Alfredo Souto Malan não admitir práticas de tortura em sua unidade. Jelcy é o único que conta que levou um soco na nuca durante um dos interrogatórios, mas teria parado por aí. O que todos admitem é o uso da tortura psicológica, que era costumeira em todas as longas sessões de interrogatórios.

Meses após a prisão, depois de várias sessões de interrogatórios, 18 pessoas envolvidas na guerrilha do Caparaó foram julgadas em 26 de setembro de 1967, na cidade de Belo Horizonte, por um Conselho Especial de Justiça da Guerra da 4ª Região Militar, composto por quatro majores. As penas variaram de 2 a 11 anos de reclusão, dependendo dos antecedentes dos implicados e da hierarquia no movimento guerrilheiro.

O *Jornal do Brasil* de 27 de setembro de 1967 (1º cad., p.15) relacionou a sentença de cada envolvido: Leonel de Moura Brizola: 11 anos de reclusão e 02 anos de segurança; Professor Bayard Boiteux: 10 anos de reclusão e 02 anos de segurança; Amadeu de Almeida Rocha: 07 anos de reclusão e 02 anos de medida de

segurança; Ex-capitão do Exército: Juarez Alberto de Souza Moreira: 06 anos de reclusão e um ano de segurança; Ex-sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira: 08 anos de reclusão e 02 anos de medida de segurança; Ex-subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Corrêa: 07 anos de reclusão e 02 anos de segurança; Ex-sargento da Aeronáutica Josué Cerejo Gonçalves: 04 anos de reclusão; Ex-sargento do Exército Araken Vaz Galvão: 07 anos de reclusão e 02 de segurança; Ex-sargento da Marinha Edival Augusto de Mello: 06 anos de reclusão e 01 ano de segurança; Ex-marinheiro Amarantho Jorge Rodrigues Moreira: 05 anos de reclusão; Ex-cabo da Marinha Jorge José da Silva: 04 anos de reclusão; Hermes Machado Neto: 04 anos de reclusão; Ex-sargento do Exército Deodato Batista Fabrício: 04 anos de reclusão; Gregório Mendonça: 04 anos de reclusão; Ex-subtenente do Exército Itamar Maximiliano Gomes: 06 anos de reclusão e 01 ano de segurança; Ex-sargento Anivanir de Souza Leite: 02 anos de reclusão e 01 ano de segurança; Ex-marinheiro Avelino Bioen Capitani: 05 anos de reclusão; Ex-marinheiro João Jerônimo da Silva: 04 anos de reclusão.

Uma exceção: condenado no processo, Leonel de Moura Brizola, que estava no exílio, nunca chegou a cumprir tal pena, retornando ao Brasil após a Lei de Anistia de 1979.

De acordo com o depoimento de Amadeu Felipe, após recurso, as penas foram reduzidas:

Logo depois, no Superior Tribunal Militar, as condenações foram diminuídas. Aí todo mundo pegou dois anos e meio, menos o Boiteux, que pegou quatro anos. Aí todos nós pegamos dois anos e meio. Mas como eu, o Araken e o Jelcy já tínhamos outras condenações, aí nós tiramos mais tempo, nós tiramos quatro anos também.⁸⁶

Dentre os fatores que contribuíram para o insucesso da Guerrilha do Caparaó, podemos destacar os seguintes: primeiramente os guerrilheiros não contaram com o apoio da população local, em geral apolítica e desinformada. Nesta época o comunista carregava um pesado estigma, principalmente entre a população com menos instrução. Comunistas eram vistos como pessoas más, que eram contra a religião, contra a moral e os bons costumes.

⁸⁶Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 22 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Assim, os guerrilheiros cabeludos, barbudos e com mochilas nas costas que perambulavam pela Serra, eram vistos com desconfiança pelos moradores da região que os associavam aos comunistas e acabaram denunciando-os as autoridades locais. As desconfianças aumentavam quando erroneamente os guerrilheiros compraram grandes quantidades de alimentos em pequenos armazéns dos vilarejos no entorno da Serra, devido ao problema de abastecimento que tiveram.

A Guerrilha do Caparaó, tal qual a experiência de Che Guevara e seus companheiros na Bolívia, jamais conseguiu apoio da população local. Ao contrário, a presença dos estranhos despertou as suspeitas e levou a denúncias (ROLLEMBERG, 2001, p. 35).

Outro fator que contribuiu para o fracasso da guerrilha foi o clima muito desfavorável que os guerrilheiros enfrentaram durante o tempo em que estiveram na Serra. Foram meses de incessantes chuvas e temperaturas próximas de zero grau, comuns nas regiões do entorno do Pico da Bandeira. As doenças começaram a surgir, inclusive a peste bubônica, já que ratos atacavam as comidas estocadas. Além de todos esses intempéries, eles demoraram a entrar em ação militar, o que teria gerado sérias divergências no grupo que se encontrava na Serra.

Em suma, Costa (2007, p. 285) define a Guerrilha do Caparaó da seguinte maneira:

Caparaó fez parte dos movimentos de resistência armada ao regime militar, mas teve características próprias. Nasceu com o próprio golpe de 1964, não como reflexo de alguma medida posterior de aperto do torniquete. Sua principal motivação foi o expurgo nos quartéis provocado pelo novo regime, que derrubou o governo civil constitucional de João Goulart. A Guerrilha do Caparaó nasceu entre os exilados que se refugiaram no Uruguai e começaram a gravitar em torno do ex-governador gaúcho Leonel de Moura Brizola. O princípio norteador dessa alternativa era a teoria do foco guerrilheiro, sob inspiração do revolucionário cubano Che Guevara, mais prático do que teórico, e do francês Régis Debray, mais teórico que prático. A característica principal da Guerrilha do Caparaó, a que lhe é exclusiva, está no fato de que foi um movimento feito sob a liderança de militares, com apoio de civis, não o contrário. Na fase da reclusão na serra, o predomínio no grupo era de sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como de marinheiros.[...] Quando a guerrilha caiu, em abril de 1967, já estavam em curso em todo o país vários movimentos semelhantes. A luta armada acentuou-se a partir daí, mas principalmente com o envolvimento de jovens estudantes, muitos da classe média carioca e paulista, a partir de 1968, quando se agravou a repressão a qualquer movimento de contestação ao regime dos generais, e teve seu ocaso em 1974, com a prisão e morte de dezenas de combatentes na Guerrilha do Araguaia.

Sem dúvida, a Guerrilha do Caparaó apresentou uma resistência ao regime militar, mas no sentido libertário, sem pregar a volta aos moldes burgueses liberais. Teve

realmente sua peculiaridade por ser composto em sua maioria por militares expulsos das Forças Armadas, apoiados por alguns civis operários ou intelectualizados. Quanto aos guerrilheiros entrevistados nesta pesquisa, Amadeu, Amarantho, Araken, Avelino, Hermes e Jelcy, nenhum deles disse ter conhecimento de Caparaó ter influenciado outras guerrilhas, e lamentam o mesmo ter caído sem ter efetuado a ação pretendida em Presidente Soares (hoje, Ato Jequitibá), o que concordam ser um dos grandes erros da guerrilha, ou seja, a falta de ação.

Apesar da Guerrilha do Caparaó, como todos os outros movimentos guerrilheiros subseqüentes, não ter obtido sucesso, houve uma mitificação da figura do ex-guerrilheiro, que é questionada por Fico (2004, p. 3) em seu artigo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* :

Do lado da esquerda, depoimentos como os de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis – que foram grandes sucessos editoriais – contribuiriam para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada "luta armada" – expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e seqüestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas.

O professor Paulo Schilling, apoio do movimento no Uruguai, atribui uma visão romanceada a Guerrilha do Caparaó:

O professor Paulo Schilling não hesita em atribuir a Caparaó significativa importância na história da reconstrução da democracia no Brasil, muito embora hoje seja crítico da teoria do foco guerrilheiro, utilizada nessa experiência brasileira, por entender que ela só deu certo em Cuba e na Nicarágua devido às condições peculiares desses dois países (COSTA, 2007, p. 289).

Capitani (2005, p.154) também romanceia a Guerrilha do Caparaó ao afirmar que Caparaó “como por ironia da história, seu fracasso representou o grito inicial, um despertar geral. Foi quase uma senha, que acabou desencadeando um processo guerrilheiro no Brasil, que durou até 1972”. Essa visão era o objetivo dos militantes, porém, é fato que a Guerrilha do Caparaó não deu certo, e não conseguiu abalar a

ditadura militar, tampouco chegou a influenciar outros focos guerrilheiros, que em 1967, já estavam se estruturando.

No entanto, em contraste com a visão apresentada anteriormente, Capitani (2005, p. 154) acaba concluindo:

Caparaó demonstrou que os dois lados não estavam preparados para a guerrilha: O Exército, para combatê-la; e a esquerda, para fazê-la. A moda, o sonho das esquerdas do chamado Terceiro Mundo, naquela época, era combater as ditaduras com foco guerrilheiro. No caso do Brasil foi idealismo romântico. Um grupo guerrilheiro implantado artificialmente de cima pra baixo, de fora pra dentro. O desfecho final poderia ter sido outro, mas provavelmente similar. Dificilmente Caparaó daria certo.

Interessante notar que Brizola sempre que questionado sobre o movimento de Caparaó, se esquivava e não gostava de comentar o assunto. Dizia que se tratava de ferida ainda não cicatrizada e que futuramente se pronunciaria sobre o episódio. Entretanto morreu em 2004, sem fornecer maiores detalhes. Provavelmente isto se deva ao fato de que o movimento foi derrotado fragorosamente ou, possivelmente, pelo fato de ter recebido recursos não “explicados” de governos estrangeiros, o que até hoje é proibido pela nossa Constituição.

A derrota do MNR teve duas consequências para Leonel Brizola. A primeira foi a perda do apoio cubano, que começou a enxergar nos agrupamentos da esquerda marxista radicalizada uma nova chance de fazer a revolução na América Latina. A segunda foi o próprio abandono da luta armada como forma de resistência à ditadura. Em certa medida, o *espírito voluntarista* (era preciso sair do imobilismo) e a *ilusão representativa* (o povo estava ao lado da esquerda) foram decisivos para que as primeiras tentativas de desencadear a luta armada não passassem de ensaios frustrados (ANGELO, 2009, p. 51).

Segundo Tavares (2005, p. 227), após a queda dos guerrilheiros do Caparaó, Brizola enviou, através de Cibilis Viana, uma mensagem urgente com ordens de desarticular os focos guerrilheiros que estavam se montando no Brasil Central. Devíamos “retirar todo o pessoal, vender o barco de 12 toneladas que ia e vinha no Tocantins, terminar com tudo”. Tal ordem foi um duro golpe para as pessoas que estavam embrenhadas nas matas, com escassez de comida e água, esperando a ordem de combate. Flávio Tavares relata ter recebido tal mensagem em uma esquina de Copacabana, no Rio de Janeiro, e passou a cogitar a frustração que tal notícia geraria nas pessoas que largaram tudo, acreditando em uma luta de

resistência libertária. Eram camponeses, estudantes universitários, ex-militares, que se uniram em prol de um ideal de liberdade, que naqueles anos de 1960 era latente.

Como terminar o baile e deixar o pessoal dançando? Com o músico principal dizendo que não toca mais, o que fazer com aquelas dezenas de pares que estavam na dança e tinham abandonado tudo para apenas dançar? (TAVARES, 2005, p. 227).

No entanto, Tavares reconhece, que apesar do grande entusiasmo inicial pelo movimento guerrilheiro, Brizola nunca esteve muito convencido de que era o melhor caminho, aceitara tudo, devido as circunstâncias que foram se traçando naquele contexto.

Decepcionado com o fiasco de Caparaó, magoado até com o final ridículo daquilo em que havia confiado e se empenhado tanto, Brizola, sinalizava e dava a entender, mas não afirmava nem dizia peremptoriamente que não era mais o Pedrinho [um dos codnomes que utilizava] e que se retirava. Perfeito. Compreensível, No fundo, bem no fundo, ele nunca esteve muito convencido da guerrilha e aceitara tudo, e assimilara tudo, na maré que invadia o exílio uruguaio e ocupava todos os espaços, mentes e raciocínios (TAVARES, 2005, p. 228).

E com o privilégio do futuro do passado recente, conclui:

Com os olhos de hoje é fácil afirmar que o foco guerrilheiro foi um gesto romântico, uma experiência bucólico-revolucionária ou uma aventura pouco condizente com a realidade ao seu redor. (Até mesmo porque nós fomos os derrotados e qualquer teoria é irrefutável para explicar a derrota.) Era impossível, no entanto, perceber isso antecipadamente, com os olhos da época (TAVARES, 2005, p. 212).

A situação do historiador fica mais cômoda à medida que ele se afasta de determinado fato histórico, pois terá uma visão ampliada das causas, dos acontecimentos e suas consequências, o que privilegia a análise dos acontecimentos. Porém, apesar de constatarmos através dos fatos, que a opção pela luta armada não logrou êxito no Brasil, e não abalou as estruturas da ditadura, sendo uma decisão errada tomada pela esquerda; é impossível não perceber os méritos de um grupo de pessoas que escolheu lutar pelo que acreditava ser o correto a fazer no epicentro dos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970, abdicando do convívio de seus familiares, dos confortos materiais, dos trabalhos, dos estudos e dos amores. A citação de Tavares acima traduz literalmente o sentimento de quem se envolveu em um movimento que acreditava, e depois,

concluiu não passar de um “gesto romântico”, que embalou muitos jovens revolucionários entre os anos de 1966 a 1974.

5. AS DIFERENTES MEMÓRIAS DA GUERRILHA DO CAPARAÓ

As representações do mundo social, segundo Chartier (1990, p.17) “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam.” Isso indica a existência de uma constante luta pelo controle das representações e dos bens simbólicos, sendo verdadeiros combates pelo exercício do poder:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Portanto, ao trabalhar a ideia do imaginário e das representações, deve-se encará-los como uma construção. As memórias são as guardiãs dessas representações, pois mostram os distintos pontos de vista sobre um mesmo assunto. Os equívocos, as ausências, os silêncios e os esquecimentos são notórios no contraponto das memórias recolhidas, sejam elas relatos orais ou escritos que trazem os apontamentos de determinado fato.

Segundo Rousso (2006, p.94), “a memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado”. Reconhece-se, no entanto, que as fontes correspondem a uma memória seletiva, que é filtrada de acordo com as percepções de quem as escreve ou relata, e as representações que atribuem a determinado fato.

A memória é reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele que do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana, em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial de identidade, da percepção de si e dos outros. Mas essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação. Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da ideia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença, e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade (ROUSSO, 2006, p. 94-95).

Rousso destaca que não há uma memória coletiva, ou seja, apenas uma representação do passado, que possa ser compartilhada igualmente por toda uma coletividade, dada as peculiaridades de grupos distintos, que acabam por

construírem suas próprias representações. Halbwachs (2006, p. 105) também afirma que “na realidade, existem muitas memórias coletivas”.

Pollak (1989) defende a teoria da existência de uma memória enquadrada, de acordo com o pensamento de Rousso, no lugar de uma memória coletiva que venha a ser nacional. Portanto, é preciso destacar que não há apenas uma memória coletiva, pois segundo Pollak (1989, p.12) observamos numa “sociedade a existência de memórias coletivas tão numerosas quanto às unidades que compõem a sociedade.” E segundo o autor, a história oral é um instrumento imprescindível para se trazer à tona a memória das minorias, que uma memória coletiva em um nível global, dita oficial, “se esforçam por minimizar ou eliminar”.

Analisando a memória sob a vertente da história oral, podemos destacar a visão de Thompson (1978, p. 25), ao afirmar que “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.”

No que tange à pesquisa desenvolvida neste trabalho, especialmente aos testemunhos coletados, entre os diversos moradores da região que na época habitavam o entorno da Serra e os ex-guerrilheiros da Guerrilha do Caparaó, podemos afirmar que foi possível verificar essa pluralidade de memórias materializada em relatos ricos em detalhes e informações. Muitos fatos se confrontam, porém muitos se confirmam ou complementam. A história oral revela os anseios, a compreensão, as crenças, as mentalidades e o imaginário de pessoas que viveram os acontecimentos de sua época, o que é primordial no estudo da história do tempo presente.

Em suma, trabalhar com a história oral é um desafio gratificante para quem busca analisar a construção da memória. Thompson (1992) argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas as fontes são passíveis de manipulação e podem ser insuficientes por si só. Porém, o papel do historiador é submeter suas fontes a criteriosa análise, criticando, interpretando e situando historicamente as evidências orais e escritas. Não cabe, portanto, ao historiador julgar ou afirmar verdades, mas entender as representações embutidas nas fontes históricas.

5.1 MEMÓRIAS DOS HABITANTES DO ENTORNO DO CAPARAÓ: O MEDO DOS “COMUNISTAS” E A FALTA DE INFORMAÇÃO

Mesmo diante do pouco tempo em que os guerrilheiros estiveram no Caparaó, sua presença continua perceptível nas memórias e representações dos habitantes dos municípios adjacentes ao Parque Nacional do Caparaó. A população mais idosa dos municípios do entorno, por exemplo, lembra do medo que sentiu na ocasião. Eles temiam os guerrilheiros, que acreditavam se tratar de “comunistas”, crença que se intensificou após a pressão militar que se instalou no local em abril de 1967. A desinformação sobre o contexto histórico em que viviam contribuiu para isso.

O medo do guerrilheiro, portanto, tomou várias formas. À espera do comunista, que a qualquer momento poderia descer da Serra, os moradores viveram intranquilos, tendo o seu cotidiano alterado. Os rumores que surgiam e se espalhavam rapidamente, produziam reações de desespero nunca sentidas. Os choros, os desmaios, as pessoas que se trancaram em casa, as denúncias em relação aos estranhos que apareciam na região, enfim, todos os sinais de medo indicam como a Guerrilha abalou emocionalmente tais pessoas (GUIMARÃES, 2006, p. 157-158).

Nas entrevistas realizadas com moradores do entorno mineiro de Alto Caparaó e Manhumirim, bem como nos municípios do entorno capixaba de Dolores do Rio Preto (Pedra Menina), Ibitirama (Pedra Roxa e Santa Marta) e Lúna (São João do Príncipe), uma constante nos relatos dos moradores, é o fato do “guerrilheiro comunista”, o “medo do comunismo” e o discurso dos “militares salvadores”.

Interessante notar que, mesmo em lugares rurais, pouco desenvolvidos na época da guerrilha, com meios de comunicação e de transporte precários, que possuíam grande número de analfabetos e pessoas com pouca escolaridade, sendo uma população alheia aos acontecimentos políticos que atingiam o país nos conturbados anos de 1960, a propaganda do anticomunismo estivesse presente com tanta intensidade.

Conforme constatamos nos vários depoimentos recolhidos, a maioria da população do entorno, não sabia o nome do governador do seu Estado e muito menos do Presidente do Brasil. Quando questionados sobre o que teria acontecido de marcante na política do Brasil em 1964, a maioria afirmava não saber, e os poucos que se arriscaram a responder, como o caso de Alfredo Gonçalves da Silva, dizia apenas ter ocorrido a “*Revolução de 64, a última revolução que teve*”, sem saber

explicar corretamente do que realmente se tratava. Notamos, portanto, a assimilação do discurso propagado por militares e civis golpistas, que intitularam o golpe civil-militar de 1964 de “Revolução Democrática”.

É importante destacar, que as memórias dos moradores, têm as representações do imaginário criado pela propaganda anticomunista. Eles não sabiam o que era de fato o sistema comunista, ou as propostas políticas defendidas pelas esquerdas brasileiras, conforme relato de Anivardo de Souza Leite: *“Eles não sabiam o que era o comunismo, mas sabia que o exército prendia quem tava envolvido. [...] O pessoal tinha medo era de ser preso”*.⁸⁷

As representações de tal propaganda são relatadas no trecho abaixo:

Em que pesem as singularidades notadas nas diferentes conjunturas, os comunistas foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos: violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tiranos, etc. Nas versões mais extremadas, eles foram apresentados como parceiros do próprio diabo. Representações maniqueístas, que de certo cumpriram a contento o papel de dificultar o proselitismo da proposta comunista (MOTTA, 2002, p.280).

Portanto, era comum associar o comunismo aos temas maléficis, aos grandes males e desgraças, e no extremo, de acordo com Motta (2002, p. 48) “chegou-se a operar a associação comunismo=demônio”. Nesse contexto, o comunismo passa a ser visto como a encarnação do “mal absoluto”.

Essas propagandas chegavam a todos os cantos do Brasil, pelos mais variados meios: jornais, revistas, rádios, reuniões religiosas, instituições educacionais, comícios e em conversas informais dentro do convívio social.

Não podemos esquecer que a Igreja Católica era uma grande matriz da campanha anticomunista, já que, segundo Motta (2002, p.19), para a Igreja “a ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Reforma, movida pelo mesmo desejo de aniquilar a verdadeira Igreja e a ordem social espelhada em seus ensinamentos”.

⁸⁷Depoimento concedido por Anivardo de Souza Leite. São João do Príncipe, Iúna/ES, 20 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

As elites políticas e latifundiárias também se empenhavam na propagação do anticomunismo, pois viam no comunismo um entrave para seu enriquecimento e uma verdadeira ameaça às suas riquezas, já que o comunismo era a favor de profundas reformas políticas, econômicas e sociais, sendo contrário ao liberalismo econômico e defensor da reforma agrária. Portanto, o anticomunismo surge como um aspecto relevante na disputa pelo poder político e econômico.

Segundo Motta (2002), a propaganda anticomunista teve dois grandes momentos na história do Brasil: a primeira, entre 1935-1937, na época da Intentona Comunista, durante a Era Vargas, que serviu de justificativa para o Golpe de Estado, que resultou no Estado Novo ditatorial de Vargas; o segundo momento se deu em 1961-1964, quando os propagadores do anticomunismo acusavam de comunistas e subversivos todos os que defendiam o nacionalismo econômico, as reformas de base e criticavam o imperialismo norte-americano. Os militares, com a justificativa de livrar o país da ameaça comunista, tomaram o governo através do golpe de 1964. Nos dois momentos, a propaganda anticomunista foi utilizada pela elite dirigente para justificar uma intervenção institucional e a implantação de um governo ditatorial.

Os objetivos da campanha do anticomunismo são analisados por Motta (2002, p.281).:

O terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando à obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários. [...] Ao fim e ao cabo, as grandes campanhas inspiradas no anticomunismo resultaram de uma complexa mistura, envolvendo motivações diversas: temor a uma possível ascensão dos comunistas ao poder; rejeição a processos de mudança social que iriam afetar valores tradicionais; e desejo de constituir um aparato estatal autoritário, no intuito de reprimir a “desordem” e manter a estabilidade social à força.

Na região do Caparaó, notamos que os habitantes absorveram as representações das propagandas anticomunistas difundidas naquele contexto. Assim, é possível identificar, nos relatos, associações dos guerrilheiros à figura de comunistas em uma construção que é fruto dessa propaganda, e de acordo com Chartier (1990, p.22), “assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata.” Tal

violência, em forma simbólica, age sobre as pessoas produzindo insegurança e medo. Esse medo esteve presente em vários relatos recolhidos de moradores das redondezas capixaba e mineira do Parque Nacional do Caparaó.

Nesse sentido, para Pollak (1989) a história oral é uma ferramenta imprescindível para trazer à tona a memória dos oprimidos, chamada por Pollak de “memória subterrânea”, que é geralmente minimizada ou excluída da memória nacional. Portanto, as análises das memórias dos moradores feitas, nesse capítulo, têm o objetivo de contribuir para os estudos sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu, considerando a visão de pessoas simples, que ficaram de fora das disputas políticas ocorridas no período, porém, nem por isso deixaram de ser afetadas por elas. Podemos considerar tais memórias, como memórias subterrâneas, pois as construções de suas memórias não receberam a mesma ênfase dada aos relatos dos militares, da imprensa conservadora ou dos próprios guerrilheiros envolvidos.

Motta (2002, p. 75), traça o perfil da propaganda anticomunista: “além de ser ditatorial, ateu, imoral, assassino e diabólico, o comunismo também traria miséria e exploração aos infelizes povos que caíam sob suas garras.” De acordo com os depoimentos recolhidos, notamos nitidamente que essa imagem foi absorvida pelo imaginário da população simples do entorno do Caparaó, que via o comunismo como uma ameaça aos valores morais, religiosos, à liberdade e à propriedade. Na região, essa propaganda foi espalhada mais pelo convívio social, em conversas informais, quando se reproduzia o que era ouvido por alguma campanha política anticomunista ou pela rádio, meio de comunicação escasso na região nos anos de 1960, conforme relata Djalma Santos Ferreira (Apêndice F): “*Rádio era um, dois em cada trinta ou quarenta casas. Juntava aquele monte de gente pra escutar o rádio, aí os adultos falavam: escuta porque vai falar sobre os comunistas.*”

O impacto relevante das divulgações de notícias sobre a guerrilha e o comunismo pela rádio fica nítido no depoimento de Deusedino Rodrigues Moreira:

Tinha rádio, que dava as notícias. [...] Falava: As tropas sempre estão em alerta para localizar os comunistas que estão na região do Caparaó. Aí fazia o pessoal ficar mais assustado, né?! Falavam que esse pessoal [os guerrilheiros] poderiam bombardear nossa região. [...] A rádio que “nois” ouvia mais era a Itatiaia de Belo Horizonte. Falava assim: Exército brasileiro encontra dificuldade na Serra do Caparaó sobre os guerrilheiros. Os comunista perigosos, é um grupo pequeno mas é um grupo difícil de se combater na região, o acesso muito difícil. Eles são perigosos, são

corajosos e não entrega, por favor o exército fica em alerta, cuidado na chegada de uma gruta.⁸⁸

Resposta corriqueira recebida quando algum morador da região pesquisada é questionado sobre o que é o comunismo é a dada, por exemplo, por Antonio Pereira Leite, morador de Alto Caparaó/MG: *“Comunismo é tudo em comum!”* Sem conseguir explicar a origem dessa definição e nem mesmo o que isso significaria de fato, ele apresenta uma resposta padrão, repassada pelas conversas entre as pessoas locais, que viam no comunismo uma ameaça, pois, segundo elas, representaria a perda de suas poucas posses, já que teriam que distribuir tudo o que tinham com todos, inclusive esposa e filhas, o que significava uma imoralidade.

De acordo com Hélio Lúcio de Souza: *“Falavam que comunismo, ninguém ia ser dono de nada e eles é que iam mandar em tudo, né? Comunismo você não vai ter mais direito a nada, nem na família você vai ter direito”*.⁸⁹

Portanto, era temida a perda dos valores materiais e morais, a desestrutura familiar e a liberdade sexual, o que observamos no depoimento do morador Álvaro Ferreira:

E por que naquele tempo que tem quarenta e cinco anos, falar no tal comunismo a pessoa tinha um medo “disgramado”! Bom a gente tinha medo por que o comunismo, naquele tempo a gente não tinha informação, a fala era que os comunistas podiam chegar numa família e tomar a filha do chefe, e levar ela, tudo seria comum, as coisas, as mulheres. [...] Então o povo tinha medo e eu também era uns do que tinha medo, minha mãe já tinha falecido, ela falava muito que vai vim o tal comunismo e tal, e a gente tinha medo.⁹⁰

Assim, a análise dos testemunhos permite verificar que a propaganda anticomunista estava muito enraizada no discurso dos moradores locais. Isso pode ser notado na fala de Elias Horst (Apêndice F), morador de São João do Príncipe, em Lúna/ES, *“Comunismo era tudo contra o governo, tudo trabalhava contra o governo. Queriam colocar um outro regime, mudar o tipo de regime no Brasil.”* E sua esposa Almira Colombo Horst complementa (Apêndice F): *“Todo mundo falava que comunismo era ruim, que a pessoa ficava escravo. Tinha medo, tinha medo de ser escravizado, né?”* Quanto aos militares que chegaram à região procurando os guerrilheiros, Almira

⁸⁸Depoimento concedido por Deusedino Rodrigues Moreira Córrego Dantas, Ibitirama/ES, 15 de agosto de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁸⁹Depoimento concedido por Hélio Lúcio de Souza. Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁹⁰Depoimento concedido por Álvaro Ferreira. Manhumirim/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

indaga: “*Não tinha medo não, acho até que eles (militares) deram comida pra gente aí.*”

É interessante notar o depoimento de Jorge Luiz Ferreira Heringer, morador da zona rural de Manhumirim/MG, que fala sobre o comunismo, deixando explícito o privilégio de quem vê o passado sob a percepção do presente:

O pessoal tinha cisma do pessoal que estava na Serra. Na época o pessoal falava que era comunismo, que era pessoa ruim e tudo. E acabava que não tinha nada haver. A história é totalmente diferente. Mas na época o pessoal comentava isso, que era comunista, e tinha medo. A pessoa interpreta o comunismo totalmente diferente, que é pessoa má e tudo e não tem nada haver. Falar de comunismo parecia tá falando de assombração e não é, uai! Comunismo é viver em comum. [...] Na época? Ah, comunista era aquela pessoa perigosa, pessoa ruim, né?! Acabando não era nada. O pessoal sofreu muito por falta de cultura e informação. Melhor coisa que tem é o conhecimento.⁹¹

Devemos frisar que o comunismo era associado a todos os partidos e movimento de esquerda, mesmo estes não sendo comunistas de fato. Tal generalização é recorrente nos depoimentos dos habitantes da região do Caparaó. Destacamos a fala de Álvaro Ferreira que afirma que “*o povo tinha medo de Leonel Brizola porque ele era comunista.*” Porém, sabemos que Brizola era filiado ao PTB, partido com um programa político de caráter nacionalista. Portanto, no geral divergente do Comunismo e, especificamente, sem ligações programáticas e estratégicas com o PCB.

As associações dos guerrilheiros – no caso do Caparaó – ao comunismo é detectável na maioria dos depoimentos recolhidos. Esses relatos associam de forma linear temas como medo e comunismo às atividades dos guerrilheiros na região. Como é possível verificar no relato de Djalma Santos Ferreira, que era uma criança em 1967:

Minha mãe falava muito é dos comunistas, que eram os homens que estavam invadindo a Serra do Caparaó. [...] O medo do comunismo era muito grande. Era o bicho papão da época. A primeira coisa que eles falavam é que ele ia acabar com nós, né?! Dizia se o comunismo cair aqui nós não pode nem sair de casa.⁹²

⁹¹Depoimento concedido por Jorge Luiz Ferreira Heringer. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁹²Depoimento concedido por Djalma Santos Ferreira. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

Notamos que essa visão sobre o Comunismo e sua associação aos guerrilheiros, gerou grande apreensão na região onde predominava uma população com fortes ligações com os valores religiosos e com a posse da terra. A notícia de uma guerrilha instalada na Serra do Caparaó criou um grande alarde, a ponto de muitos moradores não abrirem as portas ou janelas, de acordo com o relato de Welton Ferreira Lima, morador de Caparaó: “[...] *uma população medrosa. Janelas e portas fechadas, entendeu?*”⁹³

Segundo Welton, quando surgiram rumores que os guerrilheiros invadiriam a cidade de Caparaó, todos foram dispensados da escola e muitos correram para casa, afim de se esconderem: “*A gente corria mesmo. Eu ia para debaixo do cobertor, sinceramente. Eu escondia. Dava vontade de esconder debaixo da cama, mas a cama era muito fria por baixo. Ficava por cima, mas cabeça coberta. Isso não adiantava nada [risos]*”.⁹⁴

Jorge Luiz Ferreira Heringer, morador da zona rural de Manhumirim/MG, lembra-se de ser orientado pelo professor da escola primária sobre a movimentação que a região vivia: “*Ele [o professor] falava dos acontecimentos, dava orientação para que os meninos saíssem da escola e viessem embora direto pra casa, não falasse com estranhos. Mas ele não colocava medo, não assustava os alunos*”.⁹⁵

Conforme descrito no capítulo anterior, os moradores já vinham denunciando às autoridades locais, a presença de estranhos perambulando pela região, mas a chegada de numerosos militares à procura dos “estranhos”, a princípio gerou desconfiança e ampliou o medo nos moradores, devido ao grande aparato bélico, armamento pesado, aviões e helicópteros utilizados pelos militares. Alguns moradores temiam ser interrogados e presos, independente de terem cometido algum delito. Até então, a figura de policiais e militares das Forças Armadas representavam a violência, tão temida na pacata região.

Também, havia outro agravante para o aumento do medo dos moradores, pois o que era uma suspeita sobre o perigo de pessoas estranhas rondando a Serra do

⁹³ Depoimento concedido por Welton Ferreira Lima a Plínio Ferreira Guimarães. Caparaó/MG, 20 de novembro de 2005.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Depoimento concedido por Jorge Luiz Ferreira Heringer. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

Caparaó, passou a ser vista como uma ameaça próxima, diante da chegada das forças militares com todo seu arsenal, o que indicava que o perigo comunista era real e deveria ser combatido, em uma operação de guerra.

Devemos frisar que, inicialmente, nem todos os moradores temiam os militares em si, mas tinham medo dos armamentos, os aviões e os helicópteros utilizados pelas tropas, conforme relata a senhora Daily de Souza, moradora de Alto Caparaó/MG:

A gente não tinha medo dos militares, a gente tinha medo dos helicópteros, porque passava muito baixinho, aí a gente pensava assim: vai bater na gente, vai pegar. Eu enfiava debaixo da cama do meu pai, de tanto medo! Uma vez desceu um aqui na rua, mas juntou tanta gente pra ver, mas quando o helicóptero foi levantando assim, mas o pessoal correu tudo. Se você visse, oh dó, né?! Hoje em dia é muito normal, mas de primeiro a gente não tinha muito mesmo.[...] Ah, mas tinha muitos que tinham medo dos militares. Meus vizinhos mesmo tinha medo, porque as pessoas só falavam em guerrilha, guerrilha, e os militares andavam armados, né?! Eles tinham que andar armado, aí a gente pensava em troca de tiro, em coisa assim. Mas eu, meu pai e minha mãe, a gente assim era acostumado com todo mundo, com os militares fazendo aquele negócio... treinamento. Aí eles iam fazer, aí o capitão Zezinho avisava que eles iam fazer, a gente já não tinha muito medo. Mas de helicóptero, misericórdia! “Nois” tinha medo mesmo!⁹⁶

No entanto, o medo inicial dos moradores em relação aos militares, acabou por se transformar em simpatia e gratidão, devido às ações assistencialistas promovidas pelos militares e sua integração com a população, dando a eles ares de “salvadores”, diante da ameaça comunista.

O pessoal achava que o comunismo era um terror, uma coisa que ia escravizar o pessoal do lugar, mais ou menos assim. E tomar as coisas dos outros. A história era que o comunismo ia tomar tudo que o pessoal tinha. Falavam: os guerrilheiros vão tomar nossa terra e vão colocar a gente para ser escravo deles. [...] O povo achava que o exército ia afugentar esses guerrilheiros do lugar, que o exército estava ajudando a salvar a população.⁹⁷

A política assistencialista promovida pela repressão através da Ação Cívico-Social (ACISO), que era um programa desenvolvido, principalmente, pelo Exército. A ACISO era composta por uma série de atividades realizadas, sobretudo, pelo setor de saúde do Exército, tais como: consultas médicas e odontológicas, vacinação,

⁹⁶Depoimento concedido por Daily de Souza. Alto Caparaó/MG, 06 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁹⁷Depoimento concedido por Francisco Protázio de Oliveira. Pedra Menina – Distrito de Dores do Rio Preto/ES, 05 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

distribuição de medicamentos, alimentos, brinquedos para as crianças, serviços veterinários, entre outros serviços voltados para a população. Tal assistencialismo é relatado no depoimento do Sargento aposentado Sebastião Rocha dos Santos, na época Cabo do 11^o Batalhão da Polícia Militar de Manhuaçu/MG:

O relacionamento dos militares com o povo foi muito bom. O Exército queria ganhar a simpatia do povo, para não haver alarme na comunidade, as famílias não assustarem, né?! Fazer favor, o Exército veio fazer relações públicas. Os militares trouxeram tudo: dentistas, médicos, medicamentos, muito brinquedo pras crianças. Aí os caras [guerrilheiros] já estavam presos. [...] Lá na praça de Espera Feliz, os militares estavam repartindo bala. Fazendo teatro.⁹⁸

Segundo Guimarães (2006), oficiais do exército realizaram palestras em escolas, como na cidade de Espera Feliz/MG, tendo o comunismo como tema central de suas conferências, no sentido de associar o comunismo à perda de liberdade. A proximidade com as crianças eram percebidas em brincadeiras, distribuição de guloseimas, doação de brinquedos, jogos esportivos. O Jornal do Brasil, em 15 de abril de 1967, chegou a divulgar uma fotografia de crianças sobre um carro da Polícia Militar.⁹⁹

A política assistencialista e a boa convivência entre os militares e a população, foram desenvolvidas tanto no lado do entorno mineiro como capixaba do Caparaó, conforme relata o depoimento de Lastênio Nascimento Costa, Cabo da Polícia Militar do Espírito Santo:

A convivência deles [os militares] com a população era muito boa! A sociedade toda gostavam dos militares, apoiavam. Por exemplo, nós tínhamos fornecedor pra Polícia Militar de boi, de carne, né?! Matavam dois bois toda semana e arrumavam para a Companhia. Tudo pago, tudo certinho. [...] o problema era aquele pessoal suspeito só, que eram abordados. Então, o que acontece? Os moradores quase não sofreram consequência e ficaram até amigo do pessoal. [...] Tinha assistência médica, tinha assistência a tudo. Os militares proporcionaram isso. Por exemplo, a melhor época de Santa Marta foi aquela época para a sociedade. Porque a finalidade da Polícia Militar é garantir a segurança da sociedade, mas também recuperar o cidadão.¹⁰⁰

⁹⁸ Depoimento concedido pelo Sgt. Sebastião Rocha dos Santos. Martins Soares/MG, 20 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

⁹⁹ Ver imagem em anexo. Fonte: Jornal do Brasil, 15/04/1967.

¹⁰⁰ Depoimento de Lastênio Nascimento Costa. Alegre/ES, 08 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

Essa política de prestações de serviços sociais tinha o objetivo de ganhar a confiança popular e anular qualquer risco de aproximação ou simpatia da população em relação aos guerrilheiros. O *Jornal do Brasil*, 15 e 16 de abril de 1967, relatou assim as atividades do Exército:

Nas localidades que circundam a Serra do Caparaó, a 4ª RM, o 3º BC, de Vitória Espírito Santo e as Polícias Militares de Minas Gerais e do Espírito Santo estão executando ações cívico-sociais, tendo em vista prestar assistência médico, dentária, religiosa, cívica e alimentar aos elementos mais necessitados de suas populações, assim como orientação veterinária, florestal e de higiene sanitária, como tendo ocorrido em exercícios anteriores realizados em outras áreas.¹⁰¹

Em 16/04/1967, o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte reportagem:

Dessa forma, a PM passou a ajudar os fazendeiros ou os moradores das cidades, consertando pontes e estradas, dando conselhos técnicos sobre o plantio, prestando assistência médica aos enfermos, e até, enviando uma equipe especializada no trato de crianças, para as quais conta histórias e ensina jogos infantis [...] Na guerra do Caparaó, a parte mais visível da atuação da PM foi justamente junto à população: diariamente médicos e dentistas tratavam de pequenos, novos e velhos; as crianças nunca se divertiram tanto, ouvindo histórias de soldados e passeando nas viaturas militares, sem contar a facilidade com que os meninos conseguiam dos militares explicações pacientes sobre o funcionamento de uma ou de outra arma.¹⁰²

É perceptível, nos depoimentos dos moradores, que tal política desenvolvida pela ACISO obteve o sucesso esperado, já que a população passou a se sentir mais segura e assistida, com a presença dos militares, o que pode ser percebido pelo depoimento de Adilson Antonio de Moraes: *“Rapaz, você sabe que no começo o pessoal assustou. Ficou assustado, mas que nunca tinha visto, não é, aquele monte de pessoal do Exército aqui. Mas depois eles ficaram tão enturmados com a gente que o pessoal nem esquentava muito mais não”*¹⁰³.

Observamos, então, que os moradores passaram a ver os militares como pessoas que os ajudariam a se livrar do perigo guerrilheiro e comunista, conforme indica o depoimento de Deusedino Rodrigues Moreira: *“O pessoal do exército que veio, eles eram controlado, faziam pergunta a um, fazia a outro, tudo numa boa. Falava:*

¹⁰¹“Operação Pente Fino antecipada começou ontem em Caparaó”. *Jornal do Brasil*, 15/04/1967 (1º cad., p. 11)

¹⁰²“PM mineira já sabia o que esperava”. *Jornal do Brasil*, 16/04/1967, (1º cad., p. 22)

¹⁰³Depoimento concedido por Adilson Antônio de Moraes a Plínio Ferreira Guimarães. *Espera Feliz/MG*, 21 de novembro de 2001.

*Gente, “nois tamo” aqui para ajudar, pois “nois” não sabe o que pode acontecer com esse pessoal estranho aí”.*¹⁰⁴

Convencido com a ajuda dos militares para resolver o “problema” dos guerrilheiros na Serra, Deusedino Rodrigues Moreira, conta que tentou acalmar uma moradora da região, que estava “apavorada” com toda aquela movimentação militar:

Tinha gente que passava tanto medo! Tinha um coitado de um casal que morava nesses cantos daí, eles estava dormindo de noite e que nem saia de casa. É o comentário. Quando apontava esses avião grandão e vinha passando baixinho por cima das casas, por cima das matas... as pobre das criancinha saia tudo gritando para dentro de casa e aquelas mãe ficava abraçando seus filho com maior medo. Mais aí um dia eu parei com uma mulher e falei: Minha senhora, isso aí é tudo gente nossa que está ai, gente! [...] A senhora não deve ter medo não. Isso aí tá socorrendo a gente, é o exército brasileiro.¹⁰⁵

No entanto, a integração dos militares com a população acabava por minimizar a apreensão da população local. Alfredo Gonçalves da Silva relata sua memória a respeito do comunismo e da presença dos militares na região:

Eu vejo sempre citar que comunismo é uma coisa muito ruim. [...] Aquelas forças armadas até ajudou muito Santa Marta! Porque viu a dificuldade de Santa Marta, e veio ajudar aquele povo! É o que eu posso falar. Daqui eu posso falar, porque é o que eu sabia direitinho, eu não ia lá no meio deles não. Mas, eles passavam toda hora ali, passava carro de combate... que eu nunca tinha visto!¹⁰⁶

A aproximação dos militares com a população local é notada nos depoimentos tanto dos moradores do Caparaó capixaba quanto do Caparaó mineiro. Constatamos uma integração dos militares com o povo, nas conversas e na alimentação que os moradores espontaneamente ofertavam aos soldados. Interessante observar a visão de Sebastião Rosa da Silva, morador da zona rural de Ibitirama/ES, a respeito dos militares que chegaram à região pelo lado capixaba:

Veio muito militar, Nossa Senhora, só! Isso pra aí abaixo, de Santa Marta pra cá, Mundo Novo, isso tudo aqui circulou de policiais nas encruzilhadas tudo. Cada lugar tinha três, outro lugar tinha dois, outro lugar tinha quatro. Era desse jeito. [...] Ficaram uma porção de tempo, só! Enquanto não acabou o movimento tudo aí, eles não saíram. Aqui clareou tudo assim, você olhava assim parecia que era dia, luz de carro descendo. Eu achei até

¹⁰⁴ Depoimento concedido por Deusedino Rodrigues Moreira. Córrego Dantas, Ibitirama/ES, 15 de agosto de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Depoimento concedido por Alfredo Gonçalves da Silva. Boa Esperança (Tamanco) – Ibitirama/ES, 17 de agosto de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

bonito! (risos). Tinha helicóptero e avião passando baixinho. [...] Ninguém ligou nada. O pessoal sabia que eles estavam atrás mesmo é dos guerrilheiros. Eles pegavam e falavam que guerrilheiro era gente ruim que veio para destruir o lugar. [...] Isso aí virou polícia pura em todas as encruzilhadas e eu até tratei de polícia nas encruzilhadas aí. Dei comida, dei café, dei dois dentes de queixada, bicho feroz do mato que eu matei, pra eles levarem pros Batalhão deles. [...] Fui conversando de tudo, policial muito bom!¹⁰⁷

Segundo o depoimento de Nicodemos Gripp Amaral, confirmamos a aproximação da população com os militares que vistoriaram o entorno capixaba do Caparaó:

Ah, os militares ficaram umas duas semanas, três, só. Eu morava do outro lado ali [Pedra Roxa, Ibitirama/ES], eles ficavam indo lá em casa, eu dava café a eles, alguma coisa pra eles comer. [...] Quando os soldados tava aqui pra cima, eles tomavam café lá em casa, tinha alguns que sempre almoçavam, jantavam.¹⁰⁸

No entorno mineiro da Serra do Caparaó, a integração entre militares e população também é notada:

Meu pai e minha mãe sentiu dó deles e pediu que eu mais meu irmão Jorge fosse lá levar alguma coisa pra eles passar. Aí fomos “nois” dois. E “nois” com muito medo, e eles falavam: não, pode vir cá. Mas “nois” com medo. Eles tinham uma vestimenta verde, um quepe redondo na cabeça. Eles estavam armado, aí encostaram as armas no chão e disse: pode vim que “nóis” quer conversar com vocês, o que é que foi? Respondemos: Ah, a mamãe mandou isso aqui para os senhores. Aí entregamos e eles muito satisfeitos, abraçou “nois”, deu umas coisinhas. Pra mim deu uma colherzinha azulzinha de plástico. E eu tinha aquilo como um objeto de estimação. [...] Levamos pra eles banana ouro e broa de melado. Foi um lanche, não foi almoço não.¹⁰⁹

É possível verificar nos relatos acima, que os estranhos que andavam pela região do Caparaó, ganharam, para a maioria da população, a imagem de guerrilheiros que passaram a ser associados a comunistas, que vinham para dominar a região, escravizar os moradores locais, tomar suas terras e bens e interferir na estrutura familiar. O Comunismo, anteriormente distante, agora se apresentava como um perigo real de dominação da região do Caparaó e propagação de seus ideais “maléficos, ateus e imorais”. Em contrapartida, as forças armadas ganharam a

¹⁰⁷Depoimento concedido por Sebastião Rosa da Silva. Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

¹⁰⁸Depoimento concedido por Nicodemos Gripp Amaral. Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

¹⁰⁹Depoimento concedido por Djalma Santos Ferreira. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

simpatia da população, por representar a defesa do povo diante da ameaça comunista.

No entanto, não podemos ser unânimes nas afirmações de medo geral e desconhecimento do movimento guerrilheiro. Há depoimentos que apresentam uma base de realidade, porém surgem distorções, conforme observado no depoimento de Joaquim Cândido:

O que se falava aqui é que eles queriam tomar o Caparaó. O caso deles era fazer revolta no país, que segundo soube, eles era da revolução de sessenta e quatro, né. Aquela turma do Brizola e tudo. Então eles foram mandados embora ... segundo eu soube, eram todos militares. Tinham perdido o cargo deles lá e vieram para cá ... então, o caso deles era revolucionar o país. Iam tomar essa cidade aqui, que se chegassem e acampassem aqui, aí ia tomar a cidade, ia causar pânico na população. Aí as autoridades de fora iam ficar ... querendo, assim, chegar para acudir o povo, qualquer coisa.¹¹⁰

Percebemos nesse depoimento, o conhecimento sobre a origem militar dos guerrilheiros que se instalaram na Serra do Caparaó, e que o movimento contava o apoio de Brizola. No entanto, eles não eram da “Revolução de 1964”, como descrito por Joaquim Cândido, e sim colocaram-se em oposição à ditadura implantada no país a partir de então.

Para Almira Colombo Horst, moradora de São João do Príncipe, em Lúna/ES, diz: *“Eu acho que guerrilheiro era os que tavam correndo da Revolução de 64. Nós ficamos sabendo que alguém queria tomar o poder em 64. Eles [os militares] acharam que era comunismo, né? Por isso fizeram a Revolução.”* (Apêndice F).

Apesar de alguns depoimentos mostrarem certo conhecimento, é perceptível a insegurança e a fragilidade das argumentações, que apresentam, como já dito, certas distorções.

Entretanto, quando os militares deixaram o Caparaó, depois da operação “pente-fino”, a tranquilidade retornou à região, com a garantia que a ameaça guerrilheira havia definitivamente acabado. No entanto, o medo e a suspeição em relação aos guerrilheiros permaneceram por algum tempo entre os moradores do entorno do Parque Nacional do Caparaó, considerando o número de prisões de civis, quando

¹¹⁰Depoimento concedido por Joaquim Cândido a Plínio Ferreira Guimarães. Caparaó/MG, 20 de novembro de 2005.

moradores passaram a denunciar à polícia, a presença de pessoas estranhas na região, tanto no entorno capixaba, quanto mineiro. No entanto, as pessoas acabavam sendo liberadas, por se constatar que não tinham qualquer envolvimento como a guerrilha. Era comum os moradores confundirem os turistas que iam conhecer a região e o Pico da Bandeira, com pessoas consideradas “subversivas”, que eles associavam a “comunistas” ou “guerrilheiros”.

É relevante observar o depoimento do Cabo da Polícia Militar do Espírito Santo, hoje aposentado, Lastênio Nascimento Costa, que fazendo um trabalho de investigação na região, a serviço do SNI¹¹¹, utilizando a imagem de vendedor, representante de uma empresa de adubos e fertilizantes, acabou sendo denunciado como subversivo por um morador da região:

Nós fazíamos levantamento de Bom Jesus do Itabapoana até a Serra dos Aimorés, vamos dizer assim que simplifica melhor. Então, neste levantamento que nós fazíamos nesta área, a gente não podia se identificar que eu era fulano de tal, não! Então, eu cheguei na fazenda do cidadão e existia três rapazes que estavam naquela região de Pedra Menina, Forquilha do Rio, por ali. E ali eles arrendaram e compraram uma propriedade, eu estive na casa deles, tive com eles lá. Então, eu cheguei na casa do fazendeiro e procurei informação, se ele podia nos informar alguma coisa, dizendo que eu era vendedor de adubo. Então ele disse que na realidade tinha um pessoal estranho em tal lugar assim e assim. Que eram três rapazes que ninguém conhecia. Isso foi depois da guerrilha. **Após a guerrilha aquilo foi muito vigiado por muito tempo.** Então, o que acontece? Eu estive na casa desses rapazes, também comercialmente e fiquei conhecendo. Eles eram do Rio de Janeiro, aí desprecepei. Mas ele preocupou-se com a situação e comigo, e foi ao 11º Batalhão de Manhauçu, na época era o Capitão Zezinho, o chefe do setor de informação e denunciou. Depois de um tempo, o 11º Batalhão trouxe um convite ao 3º Batalhão pra nós participarmos de uma reunião com eles lá. Aí fomos lá, chegando lá encontramos com esse cidadão que estivemos na casa dele. Achei engraçado porque eu sabia que era ele que tinha ido lá denunciar, pela informação que chegou aqui. Eu disse: como é que tá, tudo bem? Ele disse: Tudo bem. Aí lá no Batalhão, no Setor de Informação, ele disse: eu tô vindo aqui para tratar de negócio e tal. E nós dissemos: Nós também estamos vindo tratar de negócio [Estavam fardados] (risos).¹¹²

Notamos, portanto, que o medo e a insegurança permaneceram por um bom tempo entre os moradores dos arredores do Parque Nacional do Caparaó, mesmo depois

¹¹¹Segundo Lastênio Nascimento Costa, em depoimento concedido em 08 de outubro de 2013 (Apêndice F), ele trabalhava juntamente com cerca de mais seis pessoas, para o Serviço Nacional de Informação, cobrindo as áreas de Bom Jesus do Norte e toda a região do Caparaó. As informações eram passadas ao comando de Vitória, que as repassavam ao Comandante Lameira, Chefe do Setor de Informação em Niterói/RJ, que era responsável por toda a região do Caparaó.

¹¹²Depoimento de Lastênio Nascimento Costa. Alegre/ES, 08 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

do final dos trabalhos de busca da Polícia Militar e das Forças Armadas. Podemos destacar esses sentimentos no depoimento de Hélio Lúcio de Souza:

Era um rapaz que estava estudando pra médico, ele quis ir lá em cima. Aí falamos não tem jeito de subir lá em cima porque não tem trilha mais. Ele: Então vamos dar uns passos, aí eles deram uns passo pra cima ali, até eles cansar, aí “vortou” pra trás. **Enquanto isso tinha umas pessoas aqui, que eles tratavam de espião, que não sabiam quem é que era, que ligou lá pra Alegre pro Cabo Lastênio vim**, que tinha gente subindo pra lá. Aí o Cabo Lastênio disse: Escuta aqui, você me mostra o seus documentos, por favor! O estudante: Eu pra mostrar os meus documentos pra você, você tem que mostrar o seu primeiro. O Cabo Lastênio mostrou e disse: eu tô aqui à trabalho e tô querendo saber o que você está fazendo aqui? Aí eles discutiram. Aí o moço mostrou, o outro também mostrou. Aí eles entraram em acordo.¹¹³

Em seu testemunho, Lastênio Nascimento Costa, conta que após a passagem dos militares pelo Caparaó, começaram a aparecer denúncias sobre qualquer pessoa estranha que andasse pela região, sendo delatadas como subversivas, porém, sem nenhum fundamento:

O que eu digo a você é que no final, havia um cidadão por nome de ... José Barbosa, tio do prefeito atual de Alegre [Paulo Lemos]. Ele tinha um ciúme muito grande do Caparaó. Mas o ciúme dele não era o problema de guerrilha, não era o problema de nada. Em determinada época eu falei até isso com o Chefe do Centro de Informação de Vitória. Ele achava que tinha muito ouro naquele Caparaó, e que o pessoal ia pra lá pra tirar ouro. Mas não tinha nada disso, não existia nada disso. O Caparaó até hoje não foi explorado nesse setor, e por hipótese alguma, nem pedras preciosas, nem nada. Aquilo era, simplesmente uma bobeira daquele cidadão. Ele fazia comunicação com o Exército, ele que comunicava com o Exército e o Exército então comunicava com a Polícia Militar. Entendeu? Comunicava que tinha gente subversiva no Caparaó. Você ia lá e não tinha nada. Esse senhor morava em Ibitirama. Ele morava na saída pra Santa Marta. Era um cidadão de bem, um cidadão bom, mas ele era muito preocupado com o Caparaó, né? Era uma psicose que ele tinha, não tinha nada mais do que isso, viu?!¹¹⁴

Na verdade, havia realmente cidadãos que acreditavam que os guerrilheiros queriam mesmo era explorar ouro na Serra do Caparaó, conforme a fala de Nicodemos Gripp Amaral, morador de Pedra Roxa, Ibitirama/ES: *“Tinha muito ouro enterrado aí pelos jesuítas. Então, eles [os guerrilheiros] estavam tirando ouro, porque tinha os aparelhos, aí eles sabem aonde ta, o aparelho conta, né?”*. Interessante notar como o imaginário dos moradores também eram carregados de histórias fantasiosas,

¹¹³Depoimento concedido por Hélio Lúcio de Souza. Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

¹¹⁴Depoimento de Lastênio Nascimento Costa. Alegre/ES, 08 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

conforme a descrição desse depoente, que acrescenta: “*Disseram que eram estrangeiros que estavam aí, mas nada! Deve ser gente com aparelho que cataram o ouro e oh [gesto de ir embora].*”

Também havia moradores que acreditavam que o perigo guerrilheiro era tão intenso, que chegaria ao ponto de envenenar as nascentes de águas do Caparaó, o que poderia afetar toda a população do local, conforme relata Manoel Lúcio de Souza: “*O pessoal aqui em baixo ficaram com medo: vamos que eles joguem veneno na água lá, né?! Era o mais perigoso que tinha. Ninguém pensava de eles fazer mal¹¹⁵ a gente não. Alguns ficavam com medo, tinha cisma de envenenar a água*”.¹¹⁶

Tal suspeita era reforçada pela polícia da região e pela imprensa. O *Jornal do Brasil* (06/04/1967, p.3) relata que os soldados agiam com o intuito de evitar “[...] *sabotagens em pontes, reservatórios de água, etc.*”

Portanto, podemos notar, que a falta de conhecimento político dos moradores, acabou levando-os a alimentar histórias fantasiosas como “a busca de ouro” ou o “envenenamento das águas” por parte dos guerrilheiros, que muitos achavam não passar de estrangeiros que queriam dominar o Brasil.

Entretanto, percebemos que a memória sobre a Guerrilha do Caparaó, não é só construída apenas pelo medo dos guerrilheiros e do Comunismo que assolavam o imaginário popular, há de maneira marcante, a memória da presença do movimento das tropas na região e sua política assistencialista, bem como, a percepção de segurança e “salvação” que elas passaram a ter para os moradores do entorno do Caparaó.

Interessante analisar, que os militares, com suas ações sociais, acabaram por conseguir desenvolver uma proximidade e uma interação com os moradores tanto da zona urbana como rural, das regiões do entorno do Parque. Como foi dito, eles utilizaram uma estratégia para conquistar a simpatia, a confiança e a gratidão da população, o que deveria ter sido desenvolvido pelos guerrilheiros, que não

¹¹⁵ Entende-se “fazer mal” no sentido de confronto direto dos guerrilheiros contra os moradores.

¹¹⁶ Depoimento concedido por Manoel Lúcio de Souza. Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

chegaram a manter nenhum contato com a população local que proporcionasse um possível apoio ao seu projeto político.

O que chama a atenção nos depoimentos é a falta de conhecimento político do povo, pois como já mencionado, a maioria desconhecia os políticos que ocupavam os cargos do executivo municipal, estadual e nacional. Em contrapartida, absorveram de maneira inquestionável a propaganda anticomunista, o que nos leva a compreender, que o importante para os governantes não era a consciência política da população, mas sim, a assimilação de uma concepção que mantivesse a estabilidade política dos que detinham o poder político e econômico.

Portanto, a imagem do Comunismo foi construída pelos moradores do entorno do Caparaó diante da propaganda anticomunista que se espalhava pelo Brasil, porém, não podemos deixar de observar, que a reinterpretação da imagem do “comunista guerrilheiro” possui também uma carga cultural contida no povo da região, que acabou por criar alguns mitos sobre o assunto. Portanto, a imagem comunista na região é uma mistura dos rumores das propagandas anticomunistas, das interpretações e traumas dos boatos assimilados pelo povo simples e de pouca escolaridade da região, mais a ação dos militares que mostravam o Comunismo como uma verdadeira ameaça à sociedade ordeira.

Acreditamos que o conceito de “memórias subterrâneas”, de Pollak (1989) seja o que melhor se enquadra para definir os depoimentos dos moradores do entorno do Caparaó. Entendemos que tais construções de memórias podem ser consideradas subterrâneas por se tratar de lembranças dos grupos que ficaram à margem das disputas políticas em nível nacional, mas nem por isso deixaram de ser afetadas pelas ações do governo militar, sendo tais informações acessíveis apenas através da coleta direta das memórias de tais pessoas.

Após analisar os depoimentos expostos, observamos a capacidade de convencimento e mobilização que a propaganda anticomunista teve no passado recente. Porém, diante do atual século XXI, vimos um enfraquecimento do embate comunismo *versus* anticomunismo, uma grande disparidade em relação ao século anterior. Isso se explica devido à crise do socialismo e a emergência do neoliberalismo. De acordo com Motta (2002), não afirmamos que não haja futuro

para as propostas de esquerda, nem tampouco que estão superadas as disputas entre grupos conservadores e os que defendem as mudanças sociais. Referimo-nos a superação do comunismo histórico, de cunho soviético, que, em essência, encontra-se desgastado.

5.2 MEMÓRIAS DOS AGENTES DA REPRESSÃO E DA IMPRENSA

Trabalhar com memórias, no âmbito da história oral, requer ao pesquisador, confrontar depoimentos, documentos, periódicos afim de estabelecer pontes, confirmações, rupturas, choques, esquecimentos e silêncios. Para tanto, levantamos as memórias de jornais, revistas e documentos da repressão que fazem referência à Guerrilha do Caparaó.

Como verificamos através de depoimentos e jornais do período, as ações da repressão ao movimento guerrilheiro do Caparaó, realizadas efetivamente a partir de abril de 1967, deu-se de maneira ostensiva, inicialmente pela Polícia Militar e as Forças Armadas, que também atuaram na operação de busca por remanescentes guerrilheiros na Serra.

Segundo Guimarães (2006, p. 170), a 4ª região Militar de Juiz de Fora, ficou com o comando de toda a operação na região, instalados em Espera Feliz/MG. Algumas fontes afirmam que foi utilizado “o emprego de três mil homens”, entre as forças do Exército, da Aeronáutica (com o apoio da Força Aérea Brasileira – FAB) e da Polícia Militar. Porém, o autor afirma que nas informações contidas nos documentos da PMMG, as ações no interior do Parque Nacional do Caparaó, teriam sido “executadas exclusivamente por tropas das polícias militares do Espírito Santo e, principalmente, Minas Gerais”. Segundo tal documento, todos os acontecimentos na Serra do Caparaó seriam um problema a ser resolvido pela Polícia, já o Exército e a Aeronáutica que se dirigiram para a região, representou apenas um apoio e uma “medida preventiva.”

No entanto, na tarefa conjunta das forças da chamada “Operação Caparaó”, “Operação antiguerrilha” ou “Operação Pente Fino”, foram utilizados contingentes do Exército e da PM em um objetivo comum: a perseguição de subversivos que

apresentam perigo à nação. Essa união foi efetivada quando polícias estaduais se ressentiam da evidência subalterna provocada pelos decretos do Presidente Castelo Branco.

Conforme mencionado no capítulo anterior, o 11^o Batalhão da Polícia Militar de Manhuaçu/MG foi reponsável pela prisão dos guerrilheiros. Entregando-os ao Exército que os encaminhou a uma área reservada a presos políticos no Presídio de Juiz de Fora/MG, onde foram interrogados. Nesse local, os guerrilheiros permaneceram até o julgamento e também cumpriram grande parte de suas penas.

A negativa das autoridades militares em reconhecer a atuação das Forças Armadas nas buscas por guerrilheiros no interior do Parque Nacional poderia até ser contestada, sendo interpretada como uma estratégia para diminuir o impacto perante a opinião pública nacional do evento ocorrido nas redondezas de Caparaó. No entanto, o fato de os documentos sigilosos da PMMG não mencionarem a presença do Exército nas localidades pesquisadas fortalece o argumento de que não teriam sido utilizadas tropas federais nas ações no interior da Serra. Todas as referências às Forças Armadas, excluindo-se a FAB, responsável pelo apoio aéreo às buscas por guerrilheiros, dão conta apenas da troca de informações ou ordens enviadas ao comando das polícias mineira e capixaba. (GUIMARÃES 2006, p.171)

Através de pesquisa no Arquivo Público Mineiro (APM), verificamos as anotações do DOPS quanto à prisão de cada guerrilheiro, fazendo uma ficha com os dados pessoais, profissionais e políticos de cada um. Tal acompanhamento não cessou após o cumprimento das penas a que foram condenados os envolvidos na Guerrilha do Caparaó, e nem mesmo após a Anistia de agosto de 1979. Isso pode ser comprovado pelo Informe nº 1616/116, de 15 de julho de 1981 do Serviço Nacional de Informação (SNI). O documento, custodiado no acervo do SNI no Arquivo Nacional¹¹⁷, faz referência a um artigo publicado pelo jornal *“Fala Paraná”* (Londrina, abril de 1981), onde o ex-guerrilheiro Amadeu Felipe da Luz Ferreira concedeu uma entrevista, falando sobre o movimento.

Esse documento vem atestar a preocupação da repressão quanto aos opositores ao governo, mesmo após anos do fim das ações guerrilheiras. Nota-se no documento

¹¹⁷Em anexo: cópia do Informe nº 1616/116, de 15 de julho de 1981, Acervo do Serviço Nacional de Informação, Arquivo Nacional.

que há descrições das ações políticas de Amadeu Felipe, inclusive de sua ligação à “tendência popular” do PMDB e ao PCdoB¹¹⁸.

Podemos notar, que apesar da Guerrilha do Caparáo ser sufocada antes de qualquer atuação, o governo militar acompanhava de perto a ação política de seus integrantes. Portanto, os órgãos de repressão continuaram seu trabalho de investigação, mesmo depois de soltos os presos políticos.

Pesquisamos o acompanhamento sobre a Guerrilha do Caparaó por grandes jornais de circulação na época: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Estado de Minas*, *A Gazeta (ES)*, *Última Hora*, *Tribuna (RJ)*, *Correio da Manhã*; e também a revista mineira *O Cruzeiro*.

A cobertura da imprensa começou a partir do dia 03 de abril de 1967, sendo o *Jornal O Globo* o primeiro a trazer uma reportagem de meia página sobre a prisão de guerrilheiros, com a seguinte manchete: “*Guerrilheiros capturados em Minas Gerais pelo Exército.*” (*O Globo*, 03/04/67, p. 6) No título da reportagem já constatamos um erro, pois a prisão foi feita pela Polícia Militar de Minas Gerais e não pelo Exército. No decorrer da notícia, outras informações distorcidas aparecem, como a prisão de um professor universitário chileno e de um argelino, dias antes da prisão dos guerrilheiros, como suspeitos de ligações com movimentos de guerrilha. Também informam que entre os “*onze guerrilheiros*” presos “*três ou quatro deles eram portadores de peste bubônica*”.

Na realidade, somente Avelino Bioen Capitani foi diagnosticado com a doença. No ímpeto de ser o pioneiro na divulgação dos acontecimentos, o jornal especula e comete o erro de sugerir que o cabo Anselmo poderia ser um dos guerrilheiros do movimento no Caparaó. Também, informa que pelo menos há quatro meses antes das prisões, lavradores denunciavam a presença de pessoas diferentes circulando pela região, fato este que de acordo com depoimentos recolhidos nesta pesquisa, possui fundamento.

De maneira mais cautelosa, no dia 03/04/1967, o jornal carioca *Última Hora*, trouxe na capa uma nota sobre o assunto: “*Polícia Mineira descobre guerrilha na Serra do*

¹¹⁸Deve-se considerar que Amadeu Felipe sempre foi ligado ao PCB e não ao PCdoB, conforme descrito no Informe supracitado.

Caparaó e prende doze”, referia-se à operação do 11^o Batalhão de Manhuaçu, porém não se esquivou de erros ao informar que se tratavam de “*onze brasileiros e um francês*”.

No dia seguinte, em 04 de abril de 1967, o jornal *O Globo* trouxe na capa a seguinte manchete: “*Guerrilheiros dispõe até de planadores e aviões em Minas*”, e divulga as fotos dos guerrilheiros presos juntamente com as armas e munições apreendidas. O que houve de relevante nessa edição foi a divulgação de um entrevista com o Comandante do 11^o Batalhão de Polícia Militar de Manhuaçu/MG, coronel Jacinto Franco do Amaral Melo, que trouxe detalhes da prisão dos guerrilheiros na Serra do Caparaó.

A partir de então a imprensa nacional começou a noticiar os acontecimentos, e não faltaram boatos e informações equivocadas sobre o movimento. O jornal *O Globo* na edição do dia 05/04/1967 (capa), informou que a repressão mobilizava “*Três mil homens para o Caparaó*”. E, no dia 06/04/1967 (p.8), o jornal carioca *O Globo*, novamente protagonizou notícias equivocadas ao resolver liberar informações sem fundamentos, a fim de causar impacto ao sustentar o mito da “*passagem ou presença*” de “Che Guevara” na região mineira do Caparaó. Na edição do dia 12/04/1967, *O Globo* deu ênfase à ação cívico-social dos militares, com o seguinte título na capa “*Operação Caparaó inclui assistência*”, vindo com uma extensa reportagem interna (p.8), falando do envio de médicos, dentistas, enfermeiros, material alimentício e remédios.

O acompanhamento da imprensa foi maciço durante o mês de abril de 1967, ficando escasso nos meses seguintes. As notícias inicialmente foram sobre a prisão dos guerrilheiros e sua transferência para a prisão de Juiz de Fora/MG. Depois, limitou-se a noticiar a atuação das Polícia Militar e das Forças Armadas que chegaram a região para vasculhar a Serra, na procura de possíveis guerrilheiros remanescentes e a política assistencialista dada aos moradores locais. Jornais de grande circulação como *Jornal do Brasil*, *Estado de Minas*, *Estado de São Paulo*, *Última Hora* e *O Globo*, cobriram toda movimentação dos 18 dias em que os militares estiveram presentes na região para a Operação “antiguerrilha”. No entanto, a partir do momento que os militares deixaram a região, as reportagens praticamente cessaram.

O Jornal carioca *Última Hora* trouxe uma cobertura diária sobre os acontecimentos da Guerrilha do Caparaó. No dia 04/04/1967, na edição matutina, trouxe uma reportagem de destaque sobre o assunto, com a foto de cada um dos oito guerrilheiros presos na capa, e seus respectivos nomes; na parte interna (p.2) publicou a reportagem dos enviados especiais do jornal, Oscar Cardoso e Manuel Pires, com informações sobre o processo da prisão dos envolvidos, o objetivo dos guerrilheiros e as declarações do comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, Jacinto Franco do Amaral Melo, e do líder militar da guerrilha, Amadeu Felipe. Na edição vespertina do dia 04/04/1967, trouxe na capa a foto de todos os guerrilheiros juntos¹¹⁹ rodeados pela PM mineira, além de outras como as do prisioneiros comendo. Dedicou ampla reportagem sobre o assunto, ocupando quase toda a página 3, onde além de mais fotos dos guerrilheiros, falava das condições de saúde dos mesmos e os planos de operação. Ainda ironizou ao publicar uma foto de Amadeu Felipe sorrindo, sob o título “O bom humor do “Homem Mau”.

No dia 13/04/1967, em sua edição vespertina, o jornal *Última Hora* trouxe uma manchete, apresentando certa cautela: “*Notícia não confirmada: 11 mortos na guerrilha*” (capa-1ª página). O Jornal deu pouca ênfase às operações assistencialistas dos militares e na edição do dia 10/04/1967 (p.3), na reportagem “*População Civil: Do bom humor ao medo*”, relatou a crítica e a revolta da população diante da prisão de civis, entre eles os irmãos do ex-sargento Anivanir de Souza Leite: Anivardo e Euclides de Souza Leite, relatando que “*os dois homens gozam de grande crédito local, onde testemunham sua incansável atividade para sustentar as mulheres, os nove filhos e seus pais octogenários*”. Interessante é o relato do pai José de Souza Leite, que além de falar da operação na coluna sofrida pelo filho Anivanir, questiona: “*Euclides e Anivaldo¹²⁰ são subversivos porque transportaram mercadorias para ganhar a vida ou porque são irmãos do meu filho mais novo?*”

O acompanhamento do jornal *Última Hora* deu-se durante todo o mês de abril, trazendo várias reportagens de capa, e foi um dos poucos veículos que continuou

¹¹⁹ Foto em anexo.

¹²⁰ Nome correto: Anivardo de Souza Leite, segundo o próprio relatou em depoimento concedido em São João do Príncipe, Iúna/ES, 20 de setembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

postando notícias esporádicas após o fim da operação antiguerrilha, sem buscar exaltar a postura dos militares, vindo a referir-se na edição vespertina do dia 29/04/1967 (capa e p.2), ao enforcamento do guerrilheiro Milton Soares de Castro, em Juiz de Fora/MG. O jornal acompanhou também o julgamento dos implicados na guerrilha, ocorrido em 26/09/1967.

O jornal *O Estado de São Paulo* desde o dia 04/04/1967 (capa, 1ª página) trouxe notas sobre a ação guerrilheira no Caparaó, informando “a prisão em Minas de 08 guerrilheiros” e dizendo que “fontes militares admitiam, contudo, a existência de um movimento contrarrevolucionário, embora sem a importância que lhes estão atribuindo.”

Entretanto, o *Estadão* demorou enviar um jornalista à região para cobrir os noticiários sobre a Guerrilha do Caparaó e com frequência associou a figura dos guerreiros a “bandoleiros” e “subversivos”, enfocando a versão das Forças Armadas que procuravam minimizar o episódio. Como por exemplo na edição do dia 05/04/1967 (p. 5) que traz como manchete “*Subversivos não oferecem perigo.*” Na edição de 11 de abril de 1967 (p.7) o chanceler Magalhães Pinto declarou que “a atividade de guerrilhas no Brasil é insignificante.”

Verificamos que na reportagem sobre o assunto, na edição do dia 12 de abril de 1964 (p.11), assinada pelo jornalista José Stacchini, que tardiamente foi enviado ao local, traz um resumo das informações, relatando a prisão de “16 guerrilheiros”, os ferimentos à bala que acertou o capitão Juarez; a presença pelo lado mineiro de “seguramente 1.500 homens da Polícia Militar “ e “150 homens do Exército”. Na mesma edição, a reportagem relata que “as forças de repressão, estão, realmente, em presença de um movimento subversivo, é a base das guerrilhas.” Chega a mencionar Caparaó como uma “guerrilha bisonha”. E sugere a escolha do Caparaó como uma comparação a “Sierra Maestra”. A reportagem fala de Anivanir de Souza Leite, que teria alugado um sítio na região para ser a base dos guerrilheiros, e a comenta prisão de seu irmão Nivaldo (Anivardo) de Souza Leite, já citado neste trabalho, “sob a acusação de ter levado alimentos para a serra.”

Interessante notar, que na edição do dia 13 de abril de 1967 (p. 7) o jornalista José Stacchini, enviado especial do Jornal *O Estado de São Paulo* critica as Forças

Armadas pela falta de informações oficiais, destacando que pelo menos “*seis jornais, os mais importantes do país, deslocaram enviados especiais*” para a região. Na mesma edição noticiou a prisão do professor Bayard Demaria Boiteux, que foi preso pela polícia da Guanabara e encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais, pois segundo a reportagem, o professor foi “*apontado pelos bandoleiros do Caparaó, como o principal responsável, no Rio, pelos acontecimentos que vêm sendo controlados pela Polícia Militar de Minas Gerais e observados pelas Forças Armadas.*” Portanto, o discurso das reportagens reforça a visão dos militares a respeito do episódio.

Podemos destacar que o *Jornal do Brasil* foi o veículo de comunicação que deu maior cobertura ao movimento guerrilheiro no Caparaó, desde a prisão dos guerrilheiros, a ação dos militares na operação “antiguerrilha”, a morte de Milton Soares de Castro, o julgamento dos envolvidos e outros relatos. O Jornal fez várias chamadas na primeira página, com grandes reportagens nas páginas internas. Fez ampla cobertura durante o mês de abril, e trouxe informações esporádicas sobre o episódio até setembro de 1967.

Entre as manchetes do *Jornal do Brasil*, podemos destacar algumas, como a primeira, do dia 04/04/1967, quando na capa noticiou “*Governo nega importância a guerrilha em Minas*”, trazendo com detalhes a prisão dos guerrilheiros, “*quase todos ex-militares*” com a foto dos mesmos na capa, dizendo ainda que “*perderam a guerra para a peste bubônica*”. Em matérias posteriores, relata a operação de busca dos militares por possíveis remanescentes na Serra do Caparaó, sempre enfocando que o governo não dava importância à guerrilha.

Na edição do dia 08/04/1967 (1^o cad., p.3), O *Jornal do Brasil* noticiou que os habitantes de Caparaó Velho (hoje Alto Caparaó), observaram assustados o pouso de um helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB). E anunciaram que as “*Tropas do Exército e das Polícias Militares de Minas Gerais e Espírito Santo continuam vasculhando as matas da Serra do Caparaó, onde existiriam mais de 300 guerrilheiros*”.

No dia 13 de abril de 1967 (1^o cad., p.11) observamos um novo equívoco, quando o *Jornal do Brasil* noticiou que segundo informações, “*onze guerrilheiros teriam*

morrido num combate ocorrido provavelmente na noite de sábado, na região do Príncipe, de onde saíram feridos três soldados da PM mineira.”

Notícias equivocadas como essas foram comuns entre as reportagens dos jornais da época, porém, tais jornais trouxeram algumas informações fundamentadas, embora ao longo da reportagem conste algum exagero ou mesmo uma parcialidade, enaltecendo o discurso dos militares, como ocorreu nas edições de 15 e 16 do *Jornal do Brasil*, onde notamos detalhes da “Operação Pente Fino”, quando os militares vasculharam a região em busca de possíveis guerrilheiros e o relato da política assistencialista que os militares prestaram aos moradores locais.

O *Jornal Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, explorou pouco o episódio da guerrilha do Caparaó, trazendo pequenas notas sobre o assunto. A notícia de maior relevância no mês de abril, foi a publicada no dia 12/04/1967 (1^o cad., p.11), quando noticiou: *“Tropas trocam alimento por simpatia: Caparaó”*, onde narra que os militares aproveitaram o momento para instalar um serviço gratuito de assistência médica e dentária, e alegam que o *“trabalho de amaciamento”* estendeu-se ao campo, com o serviço de veterinários. O jornal seguiu nessa edição falando de *“tática de convencimento, iniciada com o aparato militar”* e o *“paternalismo das doações”*, tomando portanto, uma postura crítica em relação às táticas da ACISO.

Na mesma reportagem, trouxe uma entrevista com o ex-sargento paraquedista do Exército, Anivanir de Souza Leite, na ocasião internado na Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, que falava da preocupação com a prisão de seus dois irmãos Anivaldo e Euclides de Souza Leite, em Manhumirim/MG, pelo simples fato de serem seus irmãos e morarem na região, pois que nada teriam com o movimento. E ainda, diz na reportagem que os guerrilheiros *“são apenas homens marginalizados pelo regime que se impôs desde 1964.”* O *Jornal Correio da Manhã*, tomou uma postura distinta de outros jornais, ao dar pouco enfoque às ações militares na “Operação Caparaó”, surgindo como uma alternativa crítica à política assistencialista das tropas.

Na edição do dia 15/04/1967 (1^o cad., p.6), o *Correio da Manhã* trouxe uma nota falando da falta de ação da Guerrilha do Caparaó e em contrapartida critica o *“sensacionalismo”* em torno do assunto, com prisões infundadas e *“caçadas em*

plano nacional”, mesmo os militares e o governo negando a importância ao “*episódio do Caparaó*” e fala ainda de uma real e perigosa “*guerrilha psicológica*” que desejava perpetuar a intranquilidade no país.

O Jornal *Tribuna* do Rio de Janeiro, trouxe poucas notas internas a respeito da Guerrilha do Caparaó, onde podemos destacar notícias como a dos dias 15 e 16 de abril de 1967 (p.2), afirmando que “*havia morrido 11 bandoleiros ou guerrilheiros*” e que soldados haviam sido feridos. A reportagem diz ainda “[...] *segundo os repórteres, vem se travando combates e tiroteios, principalmente, na boca e cavernas, onde os guerrilheiros se escondem.*” Notamos que o jornal não mandou nenhum enviado especial ao local e deu pouca ênfase ao episódio.

O Jornal *A Gazeta* da capital do Estado do Espírito Santo, apresentou uma participação superficial no noticiário sobre a Guerrilha do Caparaó. Destacamos a primeira reportagem sobre o assunto, em 05 de abril de 1967, que trouxe na capa a seguinte notícia: “*Exército não se preocupa com bandoleiros de Minas.*” No dia 07 de abril de 1967 a notícia de capa era “*Israel manteve contato com Christiano sobre guerrilhas da Serra do Caparaó*”, referindo-se às conversas telefônicas mantidas entre os governadores de Minas Gerais (Israel Pinheiro) e do Espírito Santo (Christiano Dias Lopes) sobre a movimentação na fronteira dos estados, na região do Caparaó. A pequena reportagem descreve o conteúdo das conversas entre os referidos políticos, que falavam da colaboração mútua entre as polícias mineira e capixaba, e os trabalhos efetuados na região.

Também informa que enquanto do lado de Minas Gerais havia ocorrido várias prisões de “*figuras consideradas subversivas, com a ocorrência até de choque armado*”, do lado do Espírito Santo, não houve nenhuma prisão de “*pessoa suspeita*”. Informa ainda, que as autoridades militares do Exército apenas “*supervisionam as manobras das polícias militares*”, que trabalham em perfeita harmonia. Ao longo do mês de abril de 1967, poucas outras notas fizeram referência ao assunto, e no dia 13/04/1967 notamos a penúltima citação sobre o assunto quando trouxe na capa a seguinte notícia “*Tropa da PMES no Caparaó pode retornar esta semana*”, fazendo referência ao fim da operação antiguerrilha e comunicando que pequeno dispositivo de militares mineiros e capixabas pode

permanecer por um período da região a fim de proporcionar maior tranquilidade aos moradores.

Por outro lado, a imprensa de Minas Gerais, trouxe uma maior cobertura da ação guerrilheira, através dos jornais *Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e a revista *O Cruzeiro*. No jornal *Estado de Minas* (07 de abril de 1967, p. 7), Carlos Drummond de Andrade escreveu uma coluna sobre o assunto, fazendo uma referência emblemática ao afirmar: “*Afinal apareceu uma coisa diferente no Brasil, coisa que de certo modo quebra a monotonia cotidiana: Guerrilheiros em Caparaó.*” Também na mesma edição, Drummond falou que a população apreensiva diante da presença de estranhos na região, acabou por denunciá-los às autoridades policiais:

Mineiro, se vê cara estranha no caminho de caras rigorosamente catalogadas durante anos e anos, desconfia. Aqueles camaradas magros, barbudos, enfraquecidos, que desciam da montanha e se esgueiravam entre sombras, intrigavam os moradores das margens do Manhuaçu.¹²¹

O Jornal *Estado de Minas* fez um acompanhamento detalhado durante o mês de abril de 1967. Na edição de 07 de abril de 1967, descreve que a população local estava alarmada como o boato de desaparecimento de militares no alto da Serra. E em 12 de abril de 1967, comenta que moradores estavam em sobressalto devido a notícias contraditórias de que “*a FAB irá bombardear a Serra do Caparaó para desalojar os guerrilheiros*”. Também, como os demais jornais, destacou a política assistencialista das tropas junto à população regional. Na edição do dia 13/04/1967 o *Estado de Minas* noticiou que a “*Limpeza no Caparaó chega ao fim e PM não confirma morte de guerrilheiros*”,

A revista *O Cruzeiro* trouxe duas grandes reportagens sobre a guerrilha, rica em detalhes e fotografias, publicadas nos dias 15 e 22 de abril de 1967. O *Diário de Campanha*, escrito pelo ex-marinheiro Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, foi publicado pela revista na edição de 22 de abril de 1967, em uma reportagem assinada por Fialho Pacheco e fotos de Geraldo Viola. Porém, na edição do dia 29 de abril, não havia nada mais a respeito do movimento.

¹²¹ “Caparaó”. *Estado de Minas*, 07 de abril de 1967, 3ª Seção, p. 7.

A morte de Milton Soares de Castro na prisão em Juiz de Fora/MG, em 28 de abril de 1967, foi noticiada apenas pelo *O Estado de São Paulo*, *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil*, de 29.04.1967 (1^o cad., p.3), trouxe uma reportagem, confirmando a versão do suicídio: “*Guerrilheiro do Caparaó se mata após ter sido interrogado pelo Major Ralf Grunewald.*” O jornal do Rio de Janeiro, *Última Hora*, trouxe na primeira página da edição vespertina do dia 29/04/1967 a seguinte manchete: “*Guerrilheiro enforcado na cela em Juiz de Fora*”, narrando que o mesmo morreu a caminho do hospital, após ter sido recolhido agonizando em sua cela na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora/MG. Destacou ainda que em “nota oficial, a 4^a Região Militar declarou que Milton enforcou-se no banheiro da cela.”

O *Jornal do Brasil* foi o que mais destaque deu ao julgamento dos envolvidos na Guerrilha do Caparaó, ocorrido em 26 de setembro de 1967, na cidade de Belo Horizonte, por um Conselho Especial de Justiça da Guerra da 4^a Região Militar. O *Jornal do Brasil* trouxe uma reportagem extensa, com a foto dos réus, na edição do dia 27/09/1967 (1^o cad., p.15), e relatou a sentença de cada uma das 18 pessoas julgadas no episódio. Posteriormente, na edição do dia 02/07/1968 (1^o cad., p.18), o *Jornal do Brasil*, trouxe a seguinte nota: “*STM reduz penas dos 16 implicados na tentativa da guerrilha do Caparaó*”, ao longo da notícia informa que as penas de 16 dos envolvidos na Guerrilha do Caparaó, diante das apelações, foram reduzidas para dois anos e meio de reclusão, trazendo a lista dos beneficiados diante da decisão do Supremo Tribunal Militar.

Houve por parte do governo, um esforço em dar fim ao alarmismo em função da Guerrilha, buscando sempre declará-la como “insignificante”. O silêncio da imprensa, percebido após a retirada das tropas da região do Caparaó, com o fim da ação “antiguerrilha”, era uma postura que agradava o regime militar, já que era favorável ao governo, um movimento de oposição ter pouca repercussão, a fim de não criar tensão ou insuflar outras manifestações.

A memória da imprensa, com poucas exceções, tomou uma postura conservadora ao manter manchetes que relativizavam a importância da Guerrilha do Caparaó, tratando os guerrilheiros como “bandoleiros” e “subversivos” e enaltecendo a ação assistencialista e a proteção dos militares aos moradores da região, no serviço pela manutenção da ordem contra o caos e o “perigo comunista”.

Diante desse quadro, verificamos uma “memória enquadrada” dentro dos moldes oficiais do governo, que relatou, às vezes de maneira fantasiosa ou distorcida, alguns fatos da ação guerrilheira no Caparaó, trazendo para a sociedade uma imagem negativa dos objetivos dos militantes.

5.3 MEMÓRIAS DOS GUERRILHEIROS

A partir desse tópico passaremos a analisar os depoimentos de seis dos ex-guerrilheiros que participaram da Guerrilha do Caparaó. Pretendemos realizar uma análise das memórias a respeito da referida guerrilha. Em suas memórias, como veremos, alguns dos ex-militantes mostraram-se críticos aos erros cometidos, mas mesmo diante de todas as consequências pessoais e profissionais sofridas, são unânimes em concordar que não se arrependem de ter se engajado no movimento.

5.3.1 Amadeu Felipe da Luz Ferreira

Um dos entrevistados foi Amadeu Felipe, comandante militar da Guerrilha do Caparaó. Catarinense, nascido em Blumenau no ano de 1935, pertenceu a uma família de classe média alta. Segundo seu relato, Amadeu desde cedo, teve grande influência política de esquerda através de seu padrasto a quem considera um grande exemplo de pai, o coronel Josil Palmeiro Costa. Logo filiou-se ao PCB e após cumprir o serviço militar obrigatório, engajou-se no Exército, servindo no antigo 7^o Batalhão de Caçadores, atual 18^o Regimento de Infantaria. Em 1958 foi promovido a sargento.

Logo despontou sua liderança, e tomou a frente do 18^o Regimento de Infantaria de Porto Alegre, pressionando o Coronel do III Exército a apoiar a Campanha da Legalidade, sendo por esse motivo, transferido para o Rio de Janeiro, onde se envolveu no Movimento dos Sargentos, despontando-se como um dos seus principais líderes.

Ao ser desligado da corporação após o golpe de 1964, Amadeu Felipe dirigiu-se ao Uruguai a fim de pedir o apoio de Brizola, para a formação de uma luta armada

contra o governo militar, sendo um dos fundadores do MNR. Com grande influência nas fileiras do exército, Amadeu Felipe foi reunindo homens em Porto Alegre a fim de organizar um levante, que acabou sendo abortado pela repressão, conforme já mencionado no capítulo anterior deste trabalho. Devido a acordos, Leonel Brizola passou a apoiar o projeto do foco guerrilheiro. Amadeu começa a organizar um esquema para enviar homens e armas para a região do Caparaó.

Amadeu Felipe, que comandou a resistência no Caparaó, define bem o que representou a Guerrilha do Caparaó:

[...] O movimento não nasceu por acaso. Ele era reflexo da indignação dos sargentos do Exército, Aeronáutica e Marinha que não admitiam o golpe militar feito com o apoio da elite brasileira. 'Nós começamos a nos mobilizar antes mesmo do golpe. Mas foi em 1964 que nos reunimos mais fortemente. Em 64, travou a evolução da história econômica do Brasil. As reformas de base ficaram paradas. Fomos presos, nos foi cerceado o direito a atividade política. Tentamos derrubar a ditadura por todos os meios possíveis e a resistência em Caparaó foi o ápice do nosso movimento.¹²²

Sobre a decisão de fazer parte da luta armada e formação da Guerrilha do Caparaó, Amadeu Felipe declarou:

Havia uma perplexidade geral e nós queríamos ser uma opção para romper isso e tentar a formação do exército popular, um exercito revolucionário e aqui [Caparaó] nós achávamos que poderia ser feito. Como achávamos que poderia ser feito em Santa Catarina, como tentamos tomar o Rio Grande do Sul, achando que seria melhor tomar o Rio Grande junto com o Brizola e tentar lá a formação, também não sabíamos e até hoje não sei se aquilo daria certo. Mas era aquilo que tínhamos que fazer naquele momento e acho que tínhamos que fazer mesmo. Nós pagamos um preço muito alto, mas muito de nós e a maioria dos que participaram continuam fiéis aos seus princípios. Eu não me arrependo. Eu não seria o homem que sou se não tivesse participado.¹²³

Amadeu Felipe cumpriu parte de sua pena na prisão de Linhares, em Juiz de Fora/MG, depois foi transferido para o Presídio Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói/RJ, onde permaneceu até sua soltura em 1971.

Quando saí de lá, era umas sete horas da noite. É até engraçado isso. Quando saí da Fortaleza eu não sabia mais atravessar a rua. A gente perde tudo, perde a noção de distância, os costumes. Havia perdido tudo

¹²² < http://boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-095-9&veiculo=Folha%20de%20Londrina>. Acesso em: 25 abr. 2014.

¹²³ Depoimentos de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, extraído do Documentário CAPARAÓ, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

completamente. Saí e fui para a casa do Daltro. [...] Eu fui o último a sair da prisão. No dia seguinte ele me levou à praia. (COSTA, 2007, p. 237)

Após cumprir sua sentença de quatro anos e seis meses de prisão, Amadeu Felipe dirigiu-se para sua terra natal no sul do Brasil, procurando reconstruir sua vida ao lado da esposa e dos filhos. Logo, foi para Londrina, onde entrou em sociedade com o cunhado em uma empresa de refrigeração industrial e comercial, passando a dedicar-se à família. Com a anistia em 1979, foi para a reserva e após algum tempo foi promovido a capitão do Exército.

O ex-guerrilheiro nunca deixou de participar ativamente da vida política. Em 1983, foi Sub-secretário Estadual de Indústria e Comércio, nomeado pelo ex-governador José Richa. Em 1988, com a legalização do PCB, colaborou na organização do partido em Londrina. Durante a administração do prefeito Luís Eduardo Cheida (1993-1996) foi secretário geral da prefeitura de Londrina. Amadeu participou de campanhas eleitorais em sua cidade e estado.

Em 2008, foi candidato pelo PCB à prefeitura de Londrina, Nas eleições de 2010, a governador do Paraná. Apesar de não ter sido eleito em ambos os pleitos, ele afirmou ter feito sua parte e considera-se satisfeito com os votos que teve. Atualmente é secretário político do PCB do Paraná.

Amadeu Felipe teve cinco filhos, sendo dois deles sobrinhos que adotou após a morte de sua irmã. Atualmente, reside em Londrina/PR, com sua esposa Elyanyr e continua sua militância política, participando de reuniões partidárias, empenhado na reestruturação do PCB em Londrina. Porém, procura dedicar-se mais à família, voltando sua atenção aos filhos e netos.

Para Amadeu Felipe, o grande erro do Caparaó foi não ter entrado em ação, tanto que quando questionado se ele repetiria a Guerrilha do Caparaó, o mesmo responde: *“Se voltasse a situação anterior? Repetiria com toda a experiência, sabendo que eu tinha que tomar Alto Jequitibá”*¹²⁴ (cidade denominada de Presidente Soares até 1991). Sem dúvida a falta de uma ação por parte da Guerrilha do Caparaó, é algo marcante para Amadeu Felipe, que atribui a isso a

¹²⁴Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 22 de dezembro de 2013. Áudio e transcrições em DVD. Apêndice F.

queda prematura do movimento, que acabou perdendo membros e fragilizando a saúde dos remanescentes, por ficarem tanto tempo expostos às intempéries da Serra do Caparaó.

5.3.2 Amarantho Jorge Rodrigues Moreira

Nascido em Brás de Pina/RJ, em 1942, Amarantho era o mais jovem dos guerrilheiros que subiram a Serra do Caparaó em 1966. Atendendo um desejo de sua mãe, entrou para a Escola de Aprendizes da Marinha, em Florianópolis/SC, em janeiro de 1959. Logo acabou envolvendo-se nas reivindicações pelos direitos dos marinheiros e passou às discussões políticas do país. Filiou-se a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em 1962, quando estava trabalhando em Natal/RN, e acabou como diretor da Associação, regional norte.

Expulso da Marinha após o golpe de 1964, Amarantho foi para o Uruguai e de lá dirigiu-se com outros companheiros para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. Logo após, foi escalado pelo comando no Uruguai para fazer a Guerrilha do Caparaó.

Quando eu fiz uma opção para a guerrilha eu achava que era uma opção definitiva. Bye, bye. Preferia Morrer do que viver humilhado. Acho que é muito achincalhante pertencer a uma sociedade que se diga contra uma ditadura, mas que não faça porra nenhuma. [...] Alguns dizem assim: 'pô, esses caras eram uns porras loucas' ... provavelmente sim, mas pombas, quem não era porra louca naquela ocasião não tomaria a decisão que foi tomada, e depois que eu estava lá em cima, eu não sei porque cargas d'água, eu nunca me arrependi disso. Eu acho que nós tentamos, acho que nós tentamos fazer alguma coisa.¹²⁵

Amarantho foi o responsável pela redação do chamado *Diário de Campanha* da guerrilha, onde relatou as discussões políticas, a alimentação precária, os acampamentos, os problemas internos do grupo, os desligamentos do movimento, entre outros assuntos. Em sua fala, admite que cometeram vários erros no Caparaó, mas comenta-os de forma branda. Acredita que foi envolvido pelo contexto dos anos de 1960 e se entregou na luta pelo o que achava ser o certo, embora reconheça não ter sido suficiente para alcançar as mudanças pretendidas:

¹²⁵ Depoimentos de Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, extraído do Documentário CAPARAÓ, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

Certamente quando se repete tudo de novo, comete-se erros de novo. Por melhor que achamos que tenhamos sido, a gente tem muito, muito, muito a corrigir. E por melhor que tenhamos feito, a gente sabe perfeitamente que não fez tudo que era possível ser feito, tudo que o Brasil precisava para suas necessidades.

Sobre a lição que podemos tirar da Guerrilha do Caparaó, Amarantho declara:

Eu acho para o Brasil como história fica um exemplo assim de que mais uma vez o país demonstra que é um país normal, ou seja, ele pode até demorar se manifestar, mas ele se manifesta, ele acaba dizendo NÃO no momento decisivo e acaba aplaudindo se for o caso, no movimento em que deva aplaudir. Eu acho assim que em termos positivo e negativo, eu acho que Caparaó foi mais positivo do que negativo. E o porquê? Justamente por isso, é meio subjetivo dizer isso, mas é a maneira que eu encontro de responder é essa, que realmente o Brasil encontra, como todos os povos encontram, os seus caminhos, os seus lugares e os seus momentos adequados de berrar, de gritar. [...] Vamos dizer assim um grito do silêncio, um grito de quem não quer se calar, de quem não está a fim de aceitar placidamente aquilo que nós é imposto. [...] Eu acho que valeu a pena sim!¹²⁶

Apesar de ter cumprido sua pena por participar do Caparaó, ficou preso por cerca de quinze dias, em 1972, e acabou sendo torturado no Quartel do Batalhão da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, Tijuca/RJ, por não entregar o endereço do amigo Hermes Machado Neto, que tinha se engajado na guerrilha urbana após o Caparaó. As sessões de torturas foram comentadas por Amarantho, que disse ter servido como instrumento de treinamento para torturadores e passou por choques elétricos, porradas, pau de arara, tortura psicológica ao ficar em uma sala escura com uma cobra. Podemos observar o seguinte comentário:

Depois de três dias de tortura, choque elétrico por todo o corpo (o choque na orelha é terrível), eles me apresentaram ao Amadeu Rocha. Ainda sinto o reflexo no joelho esquerdo. Antes de aplicarem os choques, eles obrigavam a gente a suar bastante para ampliar a potência do choque e tirar a água do corpo. Era uma técnica que eles tinham aprendido com os gringos. Numa dessas forçadas de barra, eu disse que não faria ginástica. Eles me forçaram e sofri uma lesão no joelho esquerdo, que nunca mais foi o mesmo. Até hoje sinto problemas em caminhadas. Ele incha. Os choques elétricos são terríveis. Eles queriam o Hermes. O Amadeu, quando me foi mostrado, estava todo ensanguentado. [...] O curioso – e a sacanagem – é que, três dias depois de mostrarem o Hermes, a tortura continuou para me sacanear. Eles diziam isso. (COSTA, 2007, p.262)

Hermes foi capturado, porém sem a denúncia de Amarantho, que passou pela tortura sem delatar o endereço do amigo. Após a sua liberdade, Amarantho passou

¹²⁶ Depoimento concedido por Amarantho Jorge Rodrigues. Santíssimo/RJ, 26 de novembro de 2013. Áudio e Transcrição em DVD. Apêndice F.

a vender livros para sustentar a esposa Vanda e seus dois filhos Vinícius e Verônica. Demonstrou-se sempre fiel as suas convicções políticas, bem como ao amor à Pátria e ao seu povo. Optou por não ter filiação partidária e não se envolver com política, mas acompanhava criticamente os rumos do Brasil. Não foi contemplado de imediato com a promulgação da Lei de Anistia de 1979. Somente na década de 1990 conseguiu adquirir parte de seus direitos junto à Marinha, e entrou para a reserva. Passou a viver uma vida pacata em Santíssimo, no subúrbio do Rio de Janeiro.

Quando questionado se apresenta algum arrependimento de ter feito parte da Guerrilha do Caparaó, Amarantho reafirma, com a voz baixa, como no tempo da guerrilha, quando se preocupava em não chamar a atenção: *“Não, não me arrependo, mas certamente faria diferente”*.

Amarantho faleceu em 24 de fevereiro de 2014, antes do fechamento desse trabalho, mas como ele mesmo disse:

[...] Esse resgate eu acho muito importante. Mostrando na verdade, o que aconteceu, vivenciado por pessoas que estiveram ali presentes, estiveram no front. E eu acho isso muito bom, muito bonito. [...] Eu digo e repito: eu acho que em primeiro lugar resgata muito daquilo que a gente fez, e está esquecido, mesmo... os erros, principalmente os erros. Eu fico feliz, muito feliz mesmo em ter deixado com vocês uma mensagem que pode não ser a mais conveniente, a mais satisfatória, a mais bonita, mas é aquilo que eu sinto.¹²⁷

5.3.3 Araken Vaz Galvão

Araken Vaz Galvão é um baiano nascido em 1936, em Aiquara, na época distrito de Jequié. Ingressou no Exército ao prestar serviço militar, no Regimento Escola de Artilharia, em Deodoro, subúrbio do Rio, em 1955. Araken posicionou-se ao lado dos sargentos que se opuseram a posição dos oficiais golpista, e da esquerda, ou seja, do lado dos que defendiam a posse dos eleitos em 1955. Enviado à Escola de Moto Mecanização (hoje, de Material Bélico), também em Deodoro, fez um curso técnico, e foi promovido a 3^o Sargento em 1956.

¹²⁷ Idem.

Foi um dos principais líderes no Rio de Janeiro, daquilo que se convencionou a chamar de Movimento dos Sargentos. Devido a sua militância política de esquerda, foi transferido para Campo Grande, Mato Grosso, já como 2º Sargento, onde estava quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964.

Ex-sargento do Exército, expulso logo depois do golpe de 1964, Araken juntou-se com outros importantes líderes do Movimento dos Sargentos (Manuel Raimundo Soares, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Dirceu Jacques Dornelas e o subtenente Jelcy Rodrigues Corrêa, entre outros). Foram os primeiros a preparar o movimento de resistência à ditadura que, acreditando que teria que ser feito por meio da luta armada. Por essa época o seu grupo aliou-se a Leonel Brizola, formando o MNR. Como consequência dessas atividades, Vaz Galvão foi preso em Porto Alegre, depois de ter recebido um tiro, em um controvertido episódio, da própria mulher com quem vivia. Sobreviveu ao incidente e tornou-se o primeiro preso político do presídio situado na ilha das Pedras Brancas, onde permaneceu por quase um ano.

Ao sair, via *habeas corpus*, foi levado por seus companheiros para o Uruguai, onde viveu por cerca de sete meses. De volta ao Brasil, reassumiu seu trabalho clandestino de resistência à ditadura, tendo sido um dos principais nomes na organização do momento que ficou conhecido como a Guerrilha do Caparaó. Diante do fracasso do movimento, Araken esteve preso por quase três anos, em Juiz de Fora/MG e na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, de onde ao ser levado à Policlínica Militar do Rio de Janeiro, conseguiu fugir.

Após sua fuga, Araken asilou-se Embaixada do Uruguai, no Catete/RJ, onde permaneceu por um ano, até conseguir o salvo-conduto para retirar-se do Brasil e seguir para o exílio. Durante o exílio no Uruguai, Araken buscou nos estudos seu refúgio: estudou história na Facultad de Humanidades y Ciencias. Simultaneamente, fez o curso básico de Belas Artes. Nesse período, frequentou também, por um ano, o curso de iniciação à linguagem cinematográfica, ministrado pela Cinemateca Uruguia. Ainda em Montevideú, iniciou o estudo da literatura de língua espanhola, aquela que hoje é chamada de realismo fantástico (mágico, maravilhoso ou absurdo).

Com a instalação também no Uruguai de uma ditadura militar, Vaz Galvão iniciou um périplo por outros países da América Hispânica, com passagem por Argentina, Peru, Paraguai, Equador e Bolívia, retornando para o Brasil com a anistia de 1979. Após o regresso, Araken entrou para a reserva militar e foi morar em Vitória, capital do Espírito Santo, onde conheceu sua esposa, a professora, Euzedir Miranda de Anchieta. Araken Vaz Galvão foi o único dos ex-guerrilheiros que se dedicou à carreira intelectual, tornando-se um escritor de romances, contos e crônicas, tendo vários livros publicados.

Sobre sua participação na Guerrilha do Caparaó, Araken fala dos agitados anos de 1968, que acabaram envolvendo toda uma geração:

Os anos 60 foi uma explosão, começou com a Revolução Cubana, Che Guevara, que tem um influência muito grande em nossa geração. Quer dizer, nós somos contagiados por aquilo que mexe uma geração. Foi um período de sonhos, que se acreditava que a utopia estava ali ao alcance da mão. Nós não teríamos sido dignos de nossa época se não tivéssemos feito aquela quixotada.¹²⁸

Araken analisa sua participação na Guerrilha do Caparaó:

Eu penso nos 20 anos de minha vida que joguei em nome do Brasil que a gente ama. Um Brasil que seja dos brasileiros e não do Império Americano. Essa nossa luta foi desde a juventude e naquele momento em que os brasileiros mais lúcidos, mais íntegros estavam perplexos frente a facilidade do Golpe, um grupo de jovens, quase todos ex-sargentos do exército e alguns marinheiros, se reúnem, vem para uma região inóspita como a Serra do Caparaó tentando criar um gesto de rebeldia, dizendo: - Povo brasileiro, somos 14 apenas, mas o Brasil não está morto, é possível resistir por mais forte que eles sejam. [...] Queríamos criar com isso um fato político, não um fato militar; e que na cidade poderia haver outro tipo de resposta. Quer dizer: lá tem um grupo de loucos, de malucos resistindo.¹²⁹

Os guerrilheiros do Caparaó tinham exata noção da dimensão do movimento que estavam querendo iniciar, seus riscos e complexidade, o que poder ser notado na seguinte declaração de Araken:

Caparaó resultou numa quixotada. Porque eu me lembro que na primeira reunião que fizemos lá em cima, que se confirmou a direção do grupo e tal, eu conversei com Amadeu a parte e disse: Amadeu vem cá, - eu estava com os mapas e tudo – você acha que num país tão grande, quatro gatos pingados, vamos mexer com esse país? Não acha que é muita pretensão nossa? Aí Amadeu disse: Olha meu peixe (a forma dele falar), nós podemos nos sacrificar, mas se nós detonarmos o estopim que levará uma parte da

¹²⁸ Depoimentos de Araken Vaz Galvão, extraído do Documentário CAPARAÓ, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

¹²⁹ Idem.

população brasileira a enfrentar os militares, nós teremos cumprido o nosso papel. [...] Eu fui, Amarantho foi, nós fomos, para nos sacrificar para acordar a nação. Não podemos deixar os caras chegarem aí na sua casa, cuspir, bater em tua mulher e você não fazer nada, pô?! Não dá, não dá.¹³⁰

Analisar o termo “quixotada”, empregado por Araken ao referir-se à Guerrilha do Caparaó, nos remete à clássica obra *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, e nos traz a figura do cavaleiro lutador e sonhador, que misturou fantasia com realidade na busca de seus objetivos românticos. O que nos leva a compreender que os sonhos de revolução, alimentados pelo contexto dos anos de 1960, que levaria à derrubada do governo militar, pretendidos pelos guerrilheiros, resultaram em uma verdadeira frustração, ao depararem-se com a dura realidade da falta de estrutura e apoio popular ao movimento.

Questionado sobre a contribuição da Guerrilha do Caparaó para a História do Brasil, Araken responde:

Bom, para a história do Brasil é aquilo que eu já disse: Nós não teríamos sido dignos de nós mesmos senão tivéssemos tomado a atitude que tomamos. Tem uma frase de Oslo Elis que eu gosto muito, que diz assim: “É uma luta pela dignidade!”. Haver dado o golpe, tirar um governo legalmente constituído e atrelar o país diretamente aos interesses dos Estados Unidos. Isso mexe com a dignidade humana. Então, o brasileiro que não se rebelou ou que não guardou no coração um profundo ódio por aquilo, ele não é digno! E com relação ao pessoal, pra mim é a famosa sensação do dever cumprido. Mostrou também que um grupo, por menor que seja, pode representar a dignidade de uma nação.

Esse ex-guerrilheiro, reside desde 1991 em Valença/BA, onde iniciou um trabalho de incentivo literário. Araken, com a ajuda de outros amigos, realizou um trabalho de publicação de livros, em Valença, que resultou na fundação da Academia de Letras de Valença. Atualmente, é membro da Academia de Letras do Recôncavo, sócio fundador e segundo presidente da Academia Valenciana de Educação, Letras e Artes e Presidente do Conselho Estadual da Cultura da Bahia.

¹³⁰Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

5.3.4 Avelino Bioen Capitani

Nascido em Lajeado/RS, em 1940, esse gaúcho, filho de camponeses de origem bem modesta, ingressou em 1959, na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Florianópolis, na busca de melhores condições de vida.

Sua primeira experiência direta na política foi um trabalho na campanha para Brizola, então candidato a governador do Rio Grande do Sul, em 1957. Na Marinha, Avelino conheceu uma instituição que se revelava arcaica e injusta em seu comando e começou a lutar pelos direitos dos marinheiros. Acabou tornando-se um dos dirigentes da AMFNB e junto com outros marinheiros, estava no epicentro dos acontecimentos que desencadearam o golpe de 1964, inclusive no movimento conhecido como a “Rebelião dos Marinheiros”.

Expurgado da Marinha em 1964, devido a sua postura nacionalista de defesa das reformas de base e do governo de João Goulart, Avelino foi preso pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), quando tentava escapar de uma operação que estourou um “aparelho” em Copacabana, onde estavam sendo guardadas armas e documentos da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop). Após sofrer interrogatórios e muitas sessões de tortura no Cenimar, conforme relata:

Fomos submetidos a diversos tipos de procedimentos. Primeiro, sessões de golpes. Recebíamos batidas de 4 ou 5 torturadores posicionados em uma espécie de corredor polonês. Depois, os choques elétricos. Sabão nos olhos, queimaduras com cigarro e dentes arrebatados. Faziam também pressão “psicológica”, deixando-nos 2 ou 3 dias sem beber. Depois, ofereciam comida salgada e não nos deixavam tomar água. Um médico aparecia de vez em quando e decidia se deviam parar ou continuar a tortura. Quase sempre decidia que podiam continuar. Às vezes, os torturadores pareciam entrar numa espécie de transe. Ficavam enlouquecidos e perdiam o controle. Batiam tanto que podiam até matar o prisioneiro. Pelo descontrole com que agiam, pensei muitas vezes que eu iria morrer na tortura. Até hoje carrego sequelas dessas “sessões macabras”. (CAPITANI, 2005, p. 106)

Após algum tempo no Cenimar, Avelino foi transferido para a Ilha das Cobras, onde permaneceu por 45 dias, antes de ser transferido para a prisão do Alto de Boa Vista, onde sofreu mais torturas. Ao ser levado para o Tribunal da Auditoria, ao lado do Ministério da Marinha, para ser ouvido no inquérito, Avelino protagonizou uma fuga audaciosa, quando no intervalo da sessão, saiu pela porta da frente misturando-se às pessoas presentes.

Em seu período na clandestinidade, Avelino foi parar no Uruguai. Resolveu fazer treinamento guerrilheiro em Cuba e após seu regresso foi incumbido pelo núcleo de resistência no Uruguai, comandado por Brizola, de participar do foco guerrilheiro do Caparaó: *“Eu na verdade sonhava, estava na minha cabeça o sonho se ser um soldado latino-americano, de libertação da América. Isso estava dentro de um contexto, de um sonho muito amplo e muito bonito. Era o sonho de Bolívar na verdade”*.¹³¹

Avelino apresentou muitas críticas à Guerrilha do Caparaó: lentidão de deslocamento, problemas de abastecimento e segurança, falta de uma política de envolvimento popular. Defendeu que Caparaó possuía duas posições: uma posição romântica e contraditória defendida por Amadeu Felipe e Araken e uma segunda, de cunho mais realista, defendida por ele e Amarantho. Avelino teceu duras críticas ao comando da Guerrilha do Caparaó, em especial quanto à questão da fragilidade da segurança.

Quando houve a prisão dos guerrilheiros em 1^o de abril de 1967, Avelino foi diagnosticado com peste bubônica, recebeu cuidados médicos e foi encaminhado como os demais ao Presídio de Juiz de Fora/MG. Cumpriu parte da pena em Minas Gerais, depois foi encaminhado para a Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador/BA, já que tinha que cumprir penas referentes a sua participação na Associação de Marinheiros e no movimento com a Polop. Durante dois anos, Avelino e outros cinco presos políticos planejaram uma fuga ousada. Devido ao bom comportamento e envolvimento em ações de melhorias nas condições do presídio, Avelino e os companheiros, conseguiram trabalhar nas áreas administrativas da penitenciária, como assistência jurídica, serviço social e enfermagem. Em 1968, companheiros livres formaram o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), que daria sustentação à fuga dos seus membros ainda presos. O Plano deu certo e em 26 de maio de 1969, novamente Avelino conseguiu fugir pela porta da frente.¹³²

Depois da fuga, Avelino e seus companheiros rumaram para o esconderijo em Jaguari, em Angra dos Reis/RJ. Lá pretendiam montar uma guerrilha na Serra do

¹³¹ Depoimento de Avelino Bioen Capitani, extraído do Documentário CAPARAÓ, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

¹³² Mais detalhes sobre a fuga, ver em: CAPITANI, Avelino Bioen. **A Rebelião dos Marinheiros**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 157-176.

Mar, e Avelino conta que chegaram a fazer um reconhecimento, deixando depósitos de mantimentos em vários lugares, como aconteceu no Caparaó.

Após a prisão de um dos membros do MAR, a repressão localizou o aparelho em Angra dos Reis, e muitos foram presos. Avelino e mais cinco companheiros estavam na Serra. Aviões sobrevoaram a região na busca dos remanescentes. Avelino conseguiu fugir ao cerco. Após o episódio, o grupo do MAR juntou-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) para uma operação de “expropriação” de um banco a fim de estruturar melhor o movimento. O assalto realizado em dezembro de 1969 em Brás de Pina/RJ, acabou em perseguição policial e tiroteio. Um policial morreu, vários participantes foram presos e Avelino saiu ferido a bala e refugiou-se na favela, escondeu-se primeiro num barraco que lhe deu acolhida, mas com os policiais subindo o morro, resolveu entrar nos capinzais, acabou encontrando um buraco, onde se escondeu por uma noite e um dia inteiros.

Após sair do esconderijo, Avelino procurou abrigo na igreja, onde conhecia uns padres. Foi tratado e recebeu comida e roupas limpas. Passou a ser considerado um preso político perigoso e cartazes com seu nome e foto foram espalhados pelas vias públicas. Seus companheiros foram caindo, presos ou mortos. Avelino se dirigiu para a Baixada Fluminense, onde se envolveu com alguns guerrilheiros remanescentes. Percebendo que o projeto de luta armada não tinha mais sustentação, Avelino novamente furou cercos policiais, chegou ao Brasil Central, depois seguiu para Porto Velho e conseguiu sair do Brasil. Atravessou a Bolívia e conseguiu um visto para o Chile, de onde partiu em um navio cargueiro que Fidel Castro enviou para resgatar presos políticos em Antofagasta. Avelino estabeleceu-se por um período em Cuba, esteve na Suécia, Itália, Argentina, regressando ao Brasil em 1975, vivendo um período no interior da Bahia, onde ajudou a organizar sindicatos, e depois decidiu voltar para a região sul. Estabeleceu-se em Porto Alegre, onde conheceu sua esposa Teresa com quem tem uma filha, Juliana.

Avelino passou muita dificuldade para conseguir estabilizar-se economicamente, trabalhando em diversos sindicatos e associações de bairro. O ex-marinheiro Avelino não foi contemplado com Lei de Anistia de 1979, conseguindo entrar para a reserva apenas na década de 1990. Não abandonou sua militância política, fazendo parte da direção nacional do MR-8, que com a anistia alcançou grande

desenvolvimento. Em 1982, concorreu ao cargo de deputado federal pelo PMDB, apesar de não ser eleito, ficou satisfeito com a votação alcançada. Chegou a filiar-se no PCB, apoiando a Frente Popular que ganhou as eleições para a prefeitura de Porto Alegre em 1988. Com a divisão do partido em 1992, Avelino afastou-se da política por um tempo, porém acabou filiando-se ao PT.¹³³

Suas origens e militância política estão descritas no livro “A rebelião dos Marinheiros”, publicado pela primeira vez em 1997. Hoje, vive em Porto Alegre com a esposa Teresa, dedicando-se à escrita sobre diversos assuntos, entre os quais, a espiritualidade. Após relatar as dores da vida clandestina e do exílio, Avelino desabafa: *“Eu tenho dificuldade de olhar para trás. Isso me dá muita angústia, porque eu vejo que muita coisa foi trabalhada, levantada, mas não solucionada. Isso me gera uma angústia muito grande!”*¹³⁴

Sobre suas memórias a respeito da Guerrilha do Caparaó, Avelino diz que *“Caparaó representou um grito de socorro, que foi tentado abafar por todos os meios logo que ele deu esse grito, mas vazou para muitos lados.”*¹³⁵ Para ele, era necessário pessoas que ouvissem e atendessem esse grito, envolvendo-se na luta e seguindo adiante.

Avelino (2005, p. 245) diz preferir *“viver o presente olhando para o futuro”* sem ser “prisioneiro do tempo”, e acredita que pessoas continuarão a obra política iniciada por sua geração. O ex-guerrilheiro fala que possui algumas sequelas físicas e mentais das torturas sofridas, porém não guarda ódio ou rancor. E conclui: *“Tenho a sensação de ter vivido 200 anos.”*

5.3.5 Hermes Machado Neto

O gaúcho Hermes, nascido em 1941, foi um dos cinco civis que estiveram na Serra do Caparaó. Porém, conforme relatado no capítulo 3 deste trabalho, Hermes foi

¹³³A narrativa sobre a história de Avelino Bioen Capitani tem por base a entrevista realizada com ele em Porto Alegre/RS, no dia 23 de dezembro de 2013, e com as informações contidas no livro *A rebelião dos marinheiros*, de autoria do próprio Capitani.

¹³⁴Depoimento concedido por Avelino Bioen Capitani. Porto Alegre/RS, 23 de dezembro de 2013.

Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

¹³⁵Idem.

incumbido de subir a Serra para fazer um relatório sobre a segurança do foco, para apresentar ao apoio urbano da guerrilha no Rio de Janeiro.

Deixou seu serviço de bancário na Caixa Econômica para ir se juntar ao grupo de Brizola no Uruguai após o golpe de 1964, de lá Hermes foi enviado para fazer treinamento guerrilheiro em Cuba. A respeito de sua decisão de entrar para a clandestinidade e seguir a luta armada, Hermes declara sua inconformidade com o regime militar:

Eu acho que eu fiz, tomei a atitude que eu tinha que tomar dada a minha história familiar e pessoal, eu não podia ficar parado enquanto se abusava do poder no Brasil para perseguir as pessoas, cassar mandatos, matar, torturar. Eu não podia admitir isso. Não podia ficar levando minha vidinha de bancário enquanto estavam sendo arrancadas as unhas das pessoas nas torturas, nas masmorras. Não dava pra aceitar isso.¹³⁶

Quanto aos objetivos da Guerrilha do Caparaó, Hermes afirma:

Nós queríamos mostrar para o mundo que no Brasil não estava todo mundo arriado. Que aqui tinha gente reagindo, e nós resolvemos nos engajar nisso aí e fomos para um treinamento. Eu fui fazer treinamento em Cuba. [...] A gente escuta algumas críticas: aquilo lá era um bando de desesperados, era um exercito de sonhadores. Na verdade não tinha nenhum sonhador ali. Ninguém foi obrigado a ir para lá, todo mundo foi voluntário. O que restou de positivo disso aí tudo, foi o objetivo principal que era denunciar o regime estabelecido e demonstrar que existia gente insatisfeito, existia gente reagindo, sim!¹³⁷

Foi preso no início de abril de 1967, quando tentou subir a Serra, juntamente com outros três companheiros que faziam parte do núcleo urbano da guerrilha, no Rio de Janeiro. Após ter cumprido a pena pela participação na Guerrilha do Caparaó, Hermes voltou a se engajar na luta armada, dessa vez no âmbito urbano. Aceitou o convite de Amadeu Rocha e participou da formação da Resistência Armada Nacional (RAN). Formaram um “aparelho” em Sepetiba/RJ, onde publicavam um jornal alternativo e revistas. Lá Hermes montou um manual de uso de explosivos, conforme as táticas aprendidas no treinamento em Cuba. A RAN chegou a realizar algumas ações no Rio de Janeiro. Hermes declara ter participado da tomada de

¹³⁶Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

¹³⁷Depoimentos de Hermes Machado Neto, extraído do Documentário CAPARAÓ, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

armas de uma Inspetoria de Guarda Noturna na Tijuca/RJ e também de uma “expropriação” no apartamento de um médico na rua Senador Vergueiro.

Acabou capturado após ser denunciado por Amadeu Rocha, que estava sob torturas. Hermes foi preso em abril de 1973, sendo condenado a doze anos e meio de prisão. Dessa vez, sofreu várias sessões de torturas no Batalhão da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, foram cerca de 49 dias “*levando porrada e choques elétricos*”. Saiu da prisão em fevereiro de 1979, após cumprir seis anos de pena. Sua pena foi reduzida devido à aprovação de uma nova lei de Segurança Nacional (Lei 6.620 de 17 de dezembro de 1978)¹³⁸, com penas mais brandas e liberdade condicional.

Para reconstruir a vida procurou o antigo companheiro Amarantho, com quem trabalhou um período vendendo livros. Depois passou a ser vendedor de confecções e dava aulas particulares de matemática. Em 1980, casou-se com Ana Lúcia, com quem teve o filho Alexandre. Trabalhou na campanha de Brizola para governador do Rio de Janeiro, em 1982. Logo depois, foi chamado para assumir o setor de Habilitação do Detran. Trabalhou em vários cargos administrativos do governo municipal do Rio de Janeiro até concursar-se no Prev-Rio, Instituto de Previdência do Município, onde aposentou-se como servidor público. Voltou a estudar e formou-se Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Desde 1989, vive com Regina, psicanalista aposentada, na Tijuca/RJ. Nunca se arrependeu de sua militância na luta armada: “[...] *Em uma situação semelhante eu repetiria, só que com mais conhecimento, mais experiência [...] E a grande herança que ficou disso aí, é o ensinamento de que a democracia tem que ser defendida.*”¹³⁹

5.3.6 Jelcy Rodrigues Corrêa

Subtenente paraquedista do Exército, nasceu em Santa Vitória dos Palmares/RS, no ano de 1933. Jelcy entrou para o Exército em 1951, quando se mudou para o Rio

¹³⁸Detalhes sobre a Lei ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm>. Acesso em: 25 abr. 2014.

¹³⁹Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD: apêndice F.

de Janeiro. Integrou a guarda presidencial de Getúlio Vargas, em 1952, trabalhando no Palácio Rio Negro, em Petrópolis e no Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro. Foi no exército que a política entrou em sua vida e chegou a ser um dos principais líderes do Movimento dos Sargentos.

Foi o subtenente Jelcy que proferiu o polêmico discurso de 11 de maio de 1963, no auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), no Rio de Janeiro, o que resultou em sua transferência para Ponta Porã, no Mato Grosso. De lá, recebeu a notícia do golpe de 1964, que retirou João Goulart da Presidência. Logo saiu seu desligamento das Forças Armadas. Diante dos acontecimentos, Jelcy resolveu lutar contra o regime militar e aliou-se aos companheiros, dirigindo-se ao sul do Brasil. Com a tentativa frustrada da organização de um levante em Porto Alegre/RS e Criciúma/SC, Jelcy seguiu para a região do Caparaó, onde tornou-se o 1^o subcomandante da Guerrilha do Caparaó.

Para Jelcy, o movimento do Caparaó foi mais um treinamento guerrilheiro do que uma guerrilha em si. Ele critica a escolha da região, achando que a mesma deveria ter sido realizada nas Serras de Petrópolis. Desligou-se da guerrilha em março de 1964, mas acabou preso junto com Cerejo em uma barbearia em Espera Feliz/MG.

Condenado pela participação na guerrilha Jelcy cumpriu o resto de sua pena em Petrópolis/RJ. Até a anistia de 1979, sua esposa Maria José recebia uma pensão do governo, Jelcy brinca "*viúva de marido vivo*". Passou muitas dificuldades para sustentar sua família, a esposa e seus dois filhos. Entre outras atividades, foi vendedor autônomo de roupas. Entrou para a reserva com a anistia de 1979, recebendo vencimentos referente a 2^o Tenente.

Jelcy trabalhou na campanha de Brizola para governador do Rio de Janeiro. Logo foi convidado para trabalhar Companhia Energética do Rio de Janeiro (Cerj), sendo inicialmente gerente distrital e logo após o gerente regional e em 1986, diretor geral, onde trabalhou muito junto às comunidades populares. No governo de Marcelo Alencar, que privatizou a Cerj, Jelcy protestou contra a privatização e foi convidado a deixar a companhia. No governo de Antonio Garotinho, Jelcy voltou a trabalhar no Estado, chefiando a Ciretran de Duque de Caxias, onde permaneceu até o final do governo de Garotinho.

Atualmente possui duas residências, uma em Petrópolis/RJ e outra em Guapimirim, uma chácara nos limites de Teresópolis. O gaúcho gosta de conversar e conta com entusiasmo sua militância política no Exército e depois na luta armada. Segundo Jelcy a grande contribuição do Caparaó para a História do Brasil foi mostrar a falta de unanimidade diante do Golpe de 1964: *“Mostrou para a sociedade, até hoje mesmo aparece para aqueles que não conheceram, que o golpe não foi unânime, que tinha tantos militares contra, que havia cisões”*.¹⁴⁰

Notamos, que a memória sobre a Guerrilha do Caparaó se mantém viva nos depoimentos dos ex-guerrilheiros, citados nos capítulos três e quatro deste trabalho, que narram com orgulho o fato de terem participado de um movimento contra um governo ditatorial e como eles dizem: “subserviente aos interesses norteamericanos”. Admitem vários erros na ação guerrilheira, entram em conflitos sobre certos assuntos, afinal, diferentes cabeças pensantes, com temperamentos distintos acabaram por gerar sérias discordâncias e desavenças, que alguns carregam até hoje. Mas são unânimes em concordar que não se arrependem de terem tomado a decisão pela luta armada naquele momento da História do Brasil.

Devemos destacar que somente dois entre todos os guerrilheiros que participaram do Caparaó, continuaram na luta armada após a prisão: Hermes e Avelino. Os demais engajaram-se na política, ou resolveram acompanhar os acontecimentos de longe. Porém, todos demonstraram grande politização e senso crítico em relação às condições políticas, econômicas e sociais do Brasil.

5.4 CAPARAÓ: A “GUERRILHA ESQUECIDA” PELOS BRASILEIROS

Analisar os motivos da Guerrilha do Caparaó, sendo o primeiro foco de resistência armada contra o regime militar instalado após o golpe de 1964, não ter destaque na historiografia brasileira, como no caso das guerrilhas urbanas e mesmo a guerrilha rural do Araguaia, é um desafio, já que os silêncios são desafiadores ao trabalho do historiador.

¹⁴⁰ Depoimento concedido por Jelcy Rodrigues Corrêa. Petrópolis/RJ, 24 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Mas a primeira pergunta a ser feita é: Caparaó é uma guerrilha esquecida por quem? De acordo com as memórias recolhidas neste trabalho, a guerrilha do Caparaó se mantém viva nas lembranças dos guerrilheiros e da população do entorno do Parque Nacional do Caparaó, que apesar da maioria ignorar os objetivos reais, a organização e o desfecho da mesma, trazem no imaginário a figura do “guerrilheiro comunista” e dos “militares salvadores”.

Mesmo de uma maneira distorcida, nas lembranças de muitos moradores regionais, a Guerrilha do Caparaó se mantém viva, entre as antigas e novas gerações, que escutam dos mais velhos as histórias dos helicópteros e aviões e dos milhares de soldados que vasculharam a Serra na busca dos guerrilheiros.

Então, por quem a Guerrilha do Caparaó está esquecida? A resposta pode ser encontrada na ausência de seus registros nos livros didáticos dos ensinos fundamental e médio, que são utilizados como instrumentos na formação educacional de alunos nas salas de aula de todo o Brasil. Tal ausência também é sentida no meio acadêmico, devido aos escassos estudos sobre o assunto, que vez ou outra, são citados de maneira superficial ou alterada por algum autor.

O jornalista José Caldas da Costa (2007, p. 251, grifo nosso) constatou tal fato ao escrever seu livro “Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura”:

A morte de Milton não ganhou quase nenhum destaque na historiografia do período. É, por exemplo, absolutamente ignorada por escritores de prestígio como Gorender, que aborda [*superficialmente*] o Caparaó, mas não se lembra de que um de seus militantes morreu nos porões da ditadura. Costa Couto debruçou-se sobre a produção de mais de quinhentas páginas sobre a ditadura ea abertura brasileiras, mas sequer menciona Caparaó. [...] O fato também é ignorado no trabalho dos pesquisadores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, que entrevistaram o ex-presidente Ernesto Geisel e transformaram o depoimento em livro de quase quinhentas páginas. O ex-general-presidente cita três vezes o Caparaó como movimento que havia sido sufocado pelo regime militar. [...] Hélio Silva, ao analisar o poder militar no Brasil no período dos dois primeiros generais-presidentes, prende-se mais aos problemas políticos internos e ignora a morte de Manoel Raimundo, o advento do Caparaó e a morte de Milton. Em sua brilhante pesquisa, Gaspari limita-se a mencionar Milton e seu fim trágico apenas numa discreta nota de rodapé quando trata da queda do movimento Colina [*também sem ênfase a Guerrilha do Caparaó*].

Duas hipóteses podem ser levantadas para explicar a falta de notoriedade da Guerrilha do Caparaó na historiografia nacional: primeiro a falta de ação dos

militantes diante da queda prematura do movimento, e segundo, o fato da mesma ser formada em sua maioria por ex-militares.

Podemos constatar que as guerrilhas que se formaram no Brasil entre 1966 e 1972 têm mais semelhanças que distinções. Todas queriam derrubar o governo militar, porém, nenhuma ação armada no Brasil alcançou seu objetivo. No entanto, a Guerrilha do Caparaó, ao contrário das guerrilhas urbanas e da Guerrilha do Araguaia, não chegou a entrar em combate, conforme destacou o ex-guerrilheiro Hermes Machado Neto, que atribuiu a isso o menor destaque da guerrilha do Caparaó no cenário nacional:

Eu acho que na verdade, isso aí ocorreu porque a guerrilha do Caparaó não chegou a operar. Ela não operou, não fez nenhuma ação espetacular, não fez nada. Não fez nenhuma operação militar. Os outros pelo menos atuaram aí, fizeram alguma coisa, né?! Tiveram combate. A guerrilha do PCdoB combateu o Exército lá no norte, entrou em combate, entrou em choque armado. A Guerrilha do Caparaó nunca deu um tiro em ninguém.¹⁴¹

Quando os guerrilheiros do Caparaó caíram, em abril de 1967, já estavam em curso pelo Brasil vários movimentos de luta armada, que se acentuaram a partir daí, mas com o envolvimento de jovens estudantes da classe média brasileira. Não encontramos nenhuma declaração ou documento que possa afirmar a influência da Guerrilha do Caparaó sobre os movimentos de resistência à ditadura posteriores ao Caparaó. O próprio contexto acabou por impulsionar os militantes mais radicais a pegar em armas para defender seus ideais de liberdade. Segundo Araken Vaz Galvão, o problema da falta de destaque da Guerrilha do Caparaó, está justamente no seu diferencial, que contou quase exclusivamente em sua formação com ex-militares, o que acabou criando um distanciamento em relação à formação das demais guerrilhas:

Há um problema de classe. A rebelião que seguiu com a guerrilha urbana, foi feita toda ela pelos filhos da oligarquia, da classe média, e nós não. Nós poderíamos, forçando a barra, ser considerados os proletários das Forças Armadas. Então, não há interesse nenhum em se valorizar um movimento que foi feito por setores tão humildes das Forças Armadas. Tão baixos no sentido social.¹⁴²

¹⁴¹Depoimento concedido por Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

¹⁴²Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Para Amadeu Felipe da Luz Ferreira, o governo militar procurava “abafar” a Guerrilha do Caparaó, por se tratar de ex-militares, pois não era interessante a divulgação de um movimento de ex-militares lutando contra um governo de regime militar:

O conjunto político que assume o poder no dia 15 de março, que era do Costa a Silva, não tinha interesse na divulgação da guerrilha. Ele não tinha interesse nenhum, então abafaram. Então ela [a guerrilha] ficou abafada muitos anos, e isso era o interesse do Estado na época. E o Estado se sobrepõe as suas organizações sociais, políticas, comerciais e até de jornal, o Estado se sobrepõe a isso. Então eles conseguiram abafar.¹⁴³

Costa (2007) relata uma declaração de Jelcy Rodrigues Correa, que fala da pouca valorização da Guerrilha do Caparaó pelos demais movimentos de resistência, tanto que não foi incluído o nome de nenhum dos participantes do Caparaó nas negociações de troca de presos políticos por embaixadores sequestrados:

A esquerda da época não valorizou nosso movimento porque eles eram estudantes universitários, que não tinham esse envolvimento, eram jovens de classe média e, sendo nós militares, ficamos meio distantes deles. Eles não tinham a compreensão da grandeza desse troço naquele momento. Mas a verdade é que isso é um fato histórico que não pode ficar esquecido e não pode ser perdido (COSTA, 2007, p. 286).

Ressaltamos, entretanto, que entre os quinze presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick¹⁴⁴, estava o jornalista Flávio Tavares, membro do MNR, a mesma vertente política do nacionalismo revolucionário

¹⁴³ Depoimento concedido por Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 22 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

¹⁴⁴ O embaixador norte-americano foi sequestrado no dia 04 de setembro de 1969, pela Dissidência Estudantil Comunista da Guanabara (DI-GB), que divergia das orientações do Partido Comunista, com o apoio da ALN. A DI acabou assumindo a denominação do MR-8. Foram os seguintes os presos colocados em liberdade e transportados para fora do país: Gregório Bezerra (líder sindical), Wladimir Gracindo Soares Palmeira (Presidente da União Metropolitana dos Estudantes, líder das manifestações estudantis no Rio de Janeiro em 1968, incluindo a Passeata dos Cem Mil e membro da Dissidência Comunista), José Ibrahim (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e membro da VPR de São Paulo), João Leonardo Silva Rocha (ALN), Ivens Marchetti de Monte Lima (Dissidência de Niterói, combatente do MR-8 carioca), Flávio Aristides Freitas Tavares (MNR), Ricardo Villas Boas de Sá Rêgo (DI-GB), Mário Roberto Galhardo Zaconato (fundador de uma corrente Revolucionária ligada a ALN), Rolando Fratti (Partido Comunista de São Paulo, do qual nasceu a ALN), Ricardo Zaratini (ALN), Onofre Pinto (membro fundador da VPR), Maria Augusta Carneiro Ribeiro (DI-GB), Agnaldo Pacheco da Silva (Dirigente sindical em São Paulo, ligado a ALN), Luiz Gonzaga Travassos da Rosa (Presidente da UNE e membro da Ação Popular) e José Dirceu de Oliveira e Silva (Presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e membro da Dissidência Estudantil Comunista). Observamos que houve uma tentativa de se criar um arco representativo dos principais grupos de oposição ao governo. A história sobre o sequestro e a troca por 15 presos políticos foi escrita da Fernando Gabeira, que também participou da ação, no livro “*O que é isso Companheiro?*”

que gerou a Guerrilha do Caparaó. Entretanto, como já comentado neste trabalho, Flávio Tavares¹⁴⁵ era o responsável pelo núcleo de apoio urbano do foco guerrilheiro do Brasil Central, que planejado para a região de Goiás, acabou concentrando-se em Imperatriz, oeste do Maranhão e, portanto, não se envolveu diretamente com o foco de guerrilha no Caparaó.

Interessante notar, que a resposta a respeito do esquecimento da guerrilha do Caparaó nos livros didáticos e até mesmo nos meios acadêmicos, possa estar ligada a questão da memória. Uma vez, que não agradava aos militares assumir que havia muitos “subversivos” nas fileiras das Forças Armadas Brasileiras, fato nitidamente comprovado pela guerrilha do Caparaó, formada e organizada em sua maioria por militares expurgados logo após o golpe de 1964.

Dessa forma, analisar a Guerrilha do Caparaó, é constatar que não havia unanimidade dos militares em relação ao golpe de 1964 e que havia subalternos desafiando o governo. De acordo com a análise de Araken, a “*Guerrilha do Caparaó foi o ponto mais alto do movimento dos sargentos*”¹⁴⁶ que segundo ele, “mexeu com os brios” dos oficiais. Daí o interesse dos militares de não ressaltarem a Guerrilha do Caparaó e lançarem-na no esquecimento histórico.

Devemos frisar que os guerrilheiros, em sua maioria civis, que se envolveram nas ações de luta armada na guerrilha urbana, eram considerados pelos setores da repressão política como bandidos, assaltantes de banco e terroristas, sendo esta a imagem que o governo passava para a sociedade, mesmo para justificar sua ação de repressão a tais atos. Imagem esta, que eles não queriam associar a ex-militares, treinados pelas Forças Armadas Brasileiras, sendo portanto, melhor para o governo, tratar Caparaó como um “episódio insignificante”, e relegá-lo ao esquecimento.

¹⁴⁵ Flávio Tavares membro do MNR, foi preso em agosto de 1967 como o Dr. Falcão, que supostamente participava do planejamento de ações guerrilheiras no Triângulo Mineiro. Solto por um *Habeas Corpus*, ingressou no MAR, com o intuito de ajudar na fuga de Avelino Capitani e seus companheiros da Penitenciária Lemos de Brito. Acabou sendo preso novamente em 06 de agosto de 1969 e levado ao Quartel da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde sofreu várias sessões de tortura. Foi libertado na primeira semana de setembro de 1969, em troca do embaixador norte-americano Elbrick. (Tavares, 2005).

¹⁴⁶ Depoimento concedido por Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013. Áudio e transcrição em DVD. Apêndice F.

Sabemos que as memórias registradas em livros didáticos tendem a criar uma culpabilidade demasiada sobre os militares no que diz respeito ao golpe de 1964 e ao governo que se seguiu, retirando erroneamente dos civis, qualquer participação decisiva no episódio. Portanto, para os civis de esquerda, não seria interessante destacar que o primeiro foco guerrilheiro foi formado em sua maioria por ex-militares, que desejavam ardentemente derrubar a ditadura militar, mesmo porque, segundo a visão de muitos, Caparaó não chegou a realizar nenhuma ação armada que merecesse tal destaque, sendo vencida pela “peste bubônica”, como ironizou alguns jornais. Bem mais cômodo, para os militantes civis da esquerda, é deixar recair exclusivamente sobre os estudantes, sindicalistas, membros de partidos esquerdistas e intelectuais, a “heróica” história da resistência armada ao governo militar, já que os mesmos fizeram várias ações de “expropriações”, “justiçamentos”, “combates com a repressão” e sofreram com prisões, torturas, exílios e até mortes. Porém, não podemos esquecer que os militantes do MNR, que fizeram o Caparaó, também sofreram prisões, torturas e mortes por lutarem pelo mesmo ideal das demais guerrilhas: derrubar o governo militar.

Merece destaque o fato de que a memória sobre a Guerrilha do Caparaó, não é reivindicada por nenhum de seus ex-integrantes, grupos políticos ou sociais, ao contrário da Guerrilha do Araguaia, que é constantemente lembrada pelo PCdoB, e das guerrilhas urbanas, por vezes mencionadas por grupos estudantis e partidos de esquerda. Essa falta de reivindicação de memória, também contribuiu para o “esquecimento” da guerrilha do Caparaó.

Portanto, tornou-se para a esquerda, para a direita e para os militares, mais conveniente silenciar sobre a Guerrilha do Caparaó, mantendo-a no esquecimento da luta armada brasileira. Constatamos, portanto, que a Guerrilha do Caparaó, acaba enquadrando-se nos esquecimentos propositais da historiografia nacional, uma vez que foi abafada pelo governo militar, e suas memórias continuam sendo relegadas a tal esquecimento pela História dita oficial, ou seja, aquela consagrada em nível nacional.

CONCLUSÃO

Neste ano de 2014, quando se completam 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, cabe-nos analisar a seguinte afirmativa de Reis Filho (2005, p. 74): “as sociedades têm dificuldades em exercitar a memória sobre as suas ditaduras.” E utilizando uma citação do francês Ernest Renan, que afirma – “frequentemente, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória” – Reis Filho questiona se não estamos cultivando uma paz de consciência, ao deixarmos o passado com suas feridas cicatrizando.

Acreditamos não ser saudável permanecer em uma zona de conforto, sem olhar criticamente o passado. Afinal, em se tratando da ditadura militar, podemos observar que a mesma foi instituída sob o medo das classes dominantes econômica e politicamente, de que a distribuição de renda e de poder fosse questionada. Entretanto, mesmo após o fim do regime militar, notamos a continuidade e consolidação das desigualdades.

Diante disso, defendemos que o exercício da memória deve ser praticado sobre qualquer contexto histórico, trazendo à tona, para as discussões sociais, as mais diferentes memórias de um determinado fato. Por isso, o engajamento nesta pesquisa de análise de memórias, tendo consciência da seguinte constatação de Tavares (2005, p. 211): “[...] é impossível, ou pelo menos enganoso, tentar explicar com os olhos e a realidade de hoje o que víamos com os olhos de ontem na realidade de ontem.” Afinal, a comodidade de observar o passado com certo distanciamento, não pode servir para os historiadores como pretexto para se autodelegarem o papel de juízes, determinando verdades. Cada memória carrega consigo representações que devem ser interpretadas e não julgadas.

Como alerta Rémond (2006, p. 208) os historiadores devem ter cuidado para não se transformarem em “corporação”, pois “[...] a história não nos pertence, ela pertence a todos, aos magistrados como aos cidadãos. É um bem comum. [...] Cuidemos ”para não nos apropriarmos da história”. O autor destaca ainda, a importância do historiador do tempo presente, afirmando que não cabe ao mesmo o papel de observador dos fatos, mas de contribuir para a sua construção.

Falar de memória, enfocando a vertente da história oral, como foi feito, nesta pesquisa, remetemo-nos à história do tempo presente, que tem sido discutida e

revigorada nos meios acadêmicos. E segundo Rémond (2003, p. 19), com o advento da democracia política e social, a história dirige “o olhar para as massas, a compaixão para os deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos esquecidos da história”, buscando “reparar a injustiça da história para com eles.” Portanto, a história do tempo presente faz varrer da visão da história os vestígios do positivismo.

Ressaltamos que, de acordo com Rémond (2003), a história do tempo presente traz de volta às boas graças da história política, que se efetuou devido a uma renovação, ou seja, a assimilação da pluridisciplinaridade. Afinal, ao falar do golpe de 1964 no Brasil, da repressão e das resistências armadas e democráticas que se seguiram, tratamos da história do tempo presente, com ênfase na história política e nos reflexos sociais e econômicos dessa.

Segundo POLLAK (1989), “a constituição de uma base comum de lembranças só é possível em virtude da existência de pontos de contatos e de concordância entre as memórias”. Partindo desse princípio, podemos considerar que apesar das diferentes ideologias dos grupos envolvidos em determinado acontecimento histórico, sempre haverá um ponto central que norteará a escrita dessa memória. No caso em questão, discutimos as memórias em torno da Guerrilha do Caparaó, e podemos observar as confirmações, os confrontos, as distorções por esquecimento ou falta de conhecimento aprofundado sobre determinados fatos, além de silêncios, que por si só, já dizem algo.

Diante das questões levantadas na introdução desse trabalho, buscamos desenvolver uma pesquisa que respondesse as referidas indagações, apoiando-se nas memórias orais e escritas, de forma abrangente por meio de levantamento de obras bibliográficas, jornais, revistas e depoimentos de pessoas que viveram esse período.

Portanto, é imprescindível analisar o contexto histórico em que tal fato se desenrolou, para que possamos nos aproximar da visão dos personagens que viveram a história no recorte histórico deste trabalho, ou seja, 1961 a 1967, desde a Cadeia da Legalidade ao golpe de 1964, passando pelos acontecimentos que orbitaram na formação do MNR e na guerrilha do Caparaó, desde a sua implantação ao seu desfecho.

No decorrer do trabalho, constatamos que não é correto afirmar que a luta armada no Brasil surgiu devido ao regime de exceção instaurado a partir do golpe de 1964. Devemos frisar que a luta armada não foi uma atitude utilizada por setores de esquerda, apenas após o golpe, ela já havia sido pensada em 1935, quando a direção da ANL decidiu pegar em armas contra o governo de Getúlio Vargas e, também pelas Ligas Camponesas em 1961, refletidas em seu desejo de “reforma agrária na lei ou na marra”, com a implantação de sítios de preparação para a ação guerrilheira no Brasil. O PCdoB, criado em 1962, também já defendia a opção pela luta armada, caso fosse necessária para a implantação de seus ideais políticos. No entanto, não se pode deslocar para 1964, o marco pela opção da luta armada.

Segundo muitas interpretações, justamente em 1964, a esquerda deixou passar o que seria o momento mais propício para o levante, uma vez que o Brasil vivia o momento de maior mobilização social em torno dos projetos da esquerda brasileira, já registrados até então. Todavia, como afirma Gorender (1987), por falta de organização, mobilização popular e ação efetiva, a luta armada acabou organizando-se pós-64, quando as condições já não eram tão favoráveis, e o governo monopolizava as Forças Armadas e o poder de desarticulação de todos os movimentos de massa.

Enfatizamos que o movimento guerrilheiro não pode ser utilizado como fator que desencadeou o aumento da repressão, já que o acirramento da repressão já fazia parte do planejamento do governo militar. Os golpistas não queriam deixar o governo, tanto que suspenderam as eleições presidenciais de 1965 e começaram a decretar atos de caráter repressivo. A sociedade civil começou a reagir com manifestações e passeatas, o que serviu de justificativa para os militares acirrarem mais a repressão, com a decretação do AI-5 e permanecerem por longos anos à frente do governo brasileiro.

Conforme argumenta Reis Filho (2005, p.71), após a Lei de Anistia aprovada em agosto de 1979, houve “(re)construções históricas” ou um verdadeiro “deslocamento de sentido”, quando da afirmação da memória da sociedade brasileira sobre um passado recente, que acabaram por se fixarem na memória nacional como “verdades irrefutáveis”.

Ao longo do trabalho, constatamos ser mito afirmar que a luta armada contribuiu para o fim da ditadura. Apesar de ter gerado incômodo e trabalho aos órgãos de

repressão, as guerrilhas rurais e urbanas foram derrotadas e mesmo realizando algumas ações, estiveram muito longe de alcançar seu principal objetivo: derrubar a ditadura militar no Brasil.

A ditadura chegou ao fim, devido a uma conjuntura internacional, que já não justificava o sistema ditatorial na América, e foi acelerada devido às pressões de manifestações civis, que resultaram na chamada “resistência democrática”. Entretanto, devemos admitir que o processo de abertura estava nas mãos dos militares, que abriram o regime de forma lenta e gradual.

Outro mito histórico ou “deslocamentos de sentido” sustenta a teoria que as esquerdas armadas integraram a resistência democrática e lutaram pela volta da democracia no Brasil. Porém, sabemos que as esquerdas que aderiram à guerrilha, não defendiam a democracia em seus moldes liberais burgueses, e acabaram sendo envolvidas pela campanha de anistia, ganhando moldes democráticos, vindo a participar posteriormente da Campanha pelas Diretas Já, em 1984.

Interessante notar também, que nesse contexto da anistia, a sociedade brasileira foi reconfigurada como opositora à ditadura, fazendo desaparecer os setores que foram favoráveis ao golpe e ao regime militar, apagando-se da história o amplo movimento de civis que legitimou socialmente a implantação da ditadura militar.

Segundo argumenta Rousso (2006, p.97), “o próprio fato de escrever uma história da memória, significa que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois isso equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender.” E compreender essa memória não significa buscar verdades, porque essas verdades podem se relativizar, mas buscar uma compreensão na construção de diferentes memórias por distintos grupos, a respeito de um mesmo fato histórico. E foi justamente isso que desenvolvemos neste trabalho, ao analisarmos as memórias dos moradores, dos ex-guerrilheiros, da imprensa e da repressão sobre a Guerrilha do Caparaó.

Constatamos que, na maioria dos moradores do entorno mineiro e capixaba do Parque Nacional do Caparaó, as memórias sobre a guerrilha estão envoltas em duas representações: a primeira – na associação da imagem dos guerrilheiros a pessoas comunistas e subversivas – fruto de uma maciça campanha anticomunista, realizada pelos setores conservadores da sociedade brasileira. A segunda representação – na

forte presença dos militares na operação antiguerrilha – os quais acabaram sendo vistos como “protetores” e “salvadores”, pois afastariam o perigo comunista da região.

A presença do medo a respeito desse assunto é constante em muitos relatos, o que comprova a teoria do anticomunismo que se alastrava pelo Brasil, associando comunismo à maldade, escravidão, demônios, autoritarismo, ateísmo e imoralidades. Notamos que, mesmo nos cantos mais longínquos do país, onde os meios de transporte e comunicação eram precários, a educação e a informação eram deficitárias, o fantasma do anticomunismo assolava as mentes das pessoas, afinal, era necessário para a política brasileira, naquele contexto, que essa ideologia se firmasse. Verificamos, ainda, que a repressão política atingiu também as pessoas do meio rural, pois conforme depoimentos, muitos foram abordados, interrogados e até presos como suspeitos de envolvimento com os guerrilheiros.

A imprensa em grande parte manteve uma postura conservadora diante da Guerrilha do Caparaó, fazendo reportagens que acabaram por exaltar o trabalho da repressão frente à população, mantendo o discurso das Forças Armadas que denominavam os guerrilheiros de “bandoleiros” e “subversivos”. O silêncio da imprensa logo após o fim das ações militares na região contribuiu para cristalizar a guerrilha ao esquecimento nacional.

Quanto aos silêncios, também são percebidos algumas relutâncias ao falar e mesmo um silêncio total sobre algum tema questionado a respeito da política da época e do golpe de 1964. Cabe ao historiador perceber que as memórias silenciadas não estão esquecidas e também há muito a se analisar nos silêncios, que acabam por denunciar algo, levando a reflexões sobre determinadas questões.

As mutações, através de distorções e até fantasias dos fatos, são encontradas em muitas fontes orais e escritas, bem como são descritas, nas análises de depoimentos e periódicos nesse trabalho. Notamos que as distorções e fantasias não ficaram somente atreladas à imprensa e aos documentos oficiais. A população do entorno do Parque Nacional do Caparaó relata causas e mitos surpreendentes na tentativa de explicar a presença dos guerrilheiros na Serra, o que podemos atribuir à falta de informação e de politização dos moradores da região.

Os guerrilheiros mantêm uma memória marcada pelo saudosismo, narrando com o entusiasmo de quem revive os conturbados anos de 1960, que embalaram os sonhos revolucionários de boa parte da juventude do Brasil e do mundo. Interessante notar, como em seus depoimentos, surgem detalhes da postura nacionalista, esquerdista e anti-imperialista, em especial em relação à influência dos Estados Unidos sobre o Brasil. Posturas essas, unânimes, tomadas por todos os ex-guerrilheiros entrevistados nesta pesquisa. Foram contagiados e acreditavam inicialmente na teoria de se espalhar vários focos guerrilheiros pelo Brasil. A intenção era envolver a nação na questão política e provocar uma revolução popular que derrubaria o regime militar implantado a partir do golpe de 1964.

Com certa frustração, os ex-guerrilheiros admitem os inúmeros erros e a fragilidade estrutural do movimento e com o privilégio do futuro do presente, admitem que a teoria do foco no Brasil não daria certo, pois sem estrutura e mobilização popular, a guerrilha jamais conseguiria derrubar a ditadura.

Entender o porquê da Guerrilha do Caparaó, sendo a primeira luta armada contra a ditadura militar, ficar relegada ao esquecimento da História nacional diante das demais guerrilhas que ocorreram no país é compreender que a Guerrilha do Caparaó sempre esteve ligada às “memórias subterrâneas”, utilizando o conceito de Pollak (1989), ou seja, a memória das minorias. Memórias que não se destacam na historiografia nacional. Uma minoria que confrontou os interesses dos setores conservadores e o governo militar, que não suportava ser desafiado por subalternos expurgados das Forças Armadas.

Caparaó tem algo que lhe é exclusivo, foi formado em sua maioria por ex-militares. Os civis que se envolveram no movimento, ficaram mais no apoio urbano, entre os que subiram a Serra, apenas um conseguiu resistir às dificuldades físicas e naturais, permanecendo até a queda do movimento em 1^o de abril de 1967. Procurar abafar o movimento era uma atitude natural da repressão, em especial, para não criar questionamentos na sociedade a respeito da cisão dentro das Forças Armadas.

Também destacamos que as guerrilhas urbanas e rurais que se seguiram ao Caparaó, eram formadas pela classe média, em sua maioria estudantes, intelectuais e sindicalistas e apresentavam um diferencial em relação ao Caparaó, muitas entraram em ação, cometendo assaltos, sequestros e assassinatos, que

interpretavam como expropriações e justiçamentos. Tais ações acabaram por dar maior notoriedade a esses movimentos de luta armada.

O episódio da Guerrilha do Caparaó, cujos envolvidos sofreram sérias consequências, ainda se mantêm no esquecimento histórico de grande parte da população brasileira, devido à escassez de trabalhos no meio acadêmico e à constante ausência do tema nos livros didáticos. É uma situação que deve ser apreciada com maior atenção pelos pesquisadores, afinal nos registros históricos devemos dar vozes às “memórias subterrâneas”, e nesse contexto a história oral contribui de maneira excepcional, pois segundo Thompson (1992, p. 17) “[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional [...] É preciso descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.”

É papel do historiador dar voz às camadas populares que geralmente passam “invisíveis” pela História tida como oficial, ou seja, padronizada em nível nacional. E conforme atestamos nesta pesquisa, todos que se envolveram direta ou indiretamente na Guerrilha do Caparaó, são agentes históricos, que foram afetados pelas ações do governo militar estabelecido após o Golpe civil-militar, iniciado em 31 de março e concretizado em 1^o de abril de 1964, e por isso merecem que suas memórias sejam registradas e trazidas a público.

Contudo, observamos a existência de *esquecimentos propositalis de memória* que a historiografia acaba assimilando e encobrindo. Isso leva o historiador a questionar os porquês de alguns fatos serem insistentemente lembrados e outros serem “esquecidos”. Por que não esquecer as torturas sofridas pelos presos políticos? Por que não lembrar os chamados justiçamentos da esquerda no período da ditadura militar? Isso se torna um desafio ao historiador: afinal, algum fato ou objeto histórico pode ter como legado o esquecimento?

Precisamos ter prudência de não se cair na sacralização dos fatos, no culto às memórias traumáticas, nem tampouco na construção de uma história “heroificante” e romântica.

[...] A história da memória é um excelente exercício crítico – e um exercício permanente - sobre o próprio ofício do historiador, muito diferente de qualquer pretensão à normatividade. Ela permite resistir a essa outra ilusão nefasta que consiste em acreditar que os historiadores são os depositários da verdade histórica: ao recolocar a história erudita simplesmente em seu lugar, ao ser forçado a reconhecer que nenhum historiador jamais escapa

às indagações de seu tempo, inclusive quando escreve uma história da memória – como se vê pela escolha dos temas mais frequentemente estudados nessa nova tendência historiográfica -, ele reafirma energicamente que a história pertence sobretudo àqueles que a viveram e que ela é um patrimônio comum que cabe ao historiador exumar e tornar inteligível a seus contemporâneos. (ROUSSO, 2006, p. 98)

Portanto, a história “é um patrimônio comum”, que deve ser explorada pelos historiadores em todas as suas vertentes, a fim de trazer aos indivíduos contemporâneos, o conhecimento e as discussões sobre as construções das diferentes memórias de um mesmo fato ou acontecimento, levantando reflexões e questionamentos sobre diferentes percepções.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**: marinheiros e a ditadura civil-militar no Brasil - da rebelião de 1964 à anistia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social do Brasil**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFScar), São Carlos.

_____. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 321-353.

_____. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 161-175.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 38. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 8. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de umas distinção política. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BOITEUX, Bayard Demaria. **A guerrilha de Caparaó e outros relatos**. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 13-42.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 17. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CAPARAÓ. Direção e roteiro: Flávio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 279-308, 2007.

CASTRO, Celso. **A conspiração fardada**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 01, n. 5, p. 44-46, março, 2004.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES & CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Introdução e organização). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Introdução e organização). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Crônica de um golpe anunciado**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, n. 5, p. 26-30, março 2004a.

_____. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004b, p. 15-28.

DIAS, Luiz Antonio. **A salvação da pátria**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, n. 83, p. 28-30, agosto 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: *Modus Operandi* da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da repressão política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Vitória, Espírito Santo: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011, p. 11-34.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FELLIPE, Rômulo. Guerrilha no Caparaó: como a cadeia de montanhas mais alta do Brasil Central desafiaram as agruras da ditadura militar, na década de 60. **Revista Opinião**, Vitória, p. 6-11, set./1998.

FERREIRA, Jorge. **Não à guerra civil**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, n. 83, p. 22-27, agosto 2012.

_____. **Sexta-feira 13 na Central do Brasil**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, nº 05, Março 2004, p. 32-35.

_____. O Governo Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 3, p. 355-371.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Com o rosário na mão.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, n. 5, p. 40-43, março 2004.

_____. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar:** espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 167-205.

_____. **O Grande irmão:** da operação brother Sam aos anos de chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História. *On-line version* ISSN 1806-9347, v. 24, n.47. São Paulo, 2004.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira:** das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Era o Golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964 visões críticas do golpe:** Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 109-115.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Caparaó, a lembrança do medo:** a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha do Caparaó. 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HECKER, Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2, p. 21-52.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.43-62.

KUHN, Dione. **Brizola: da Legalidade ao Exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1º de abril**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, nº 83, Agosto 2012, p. 18-21.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Rev. Ins. Est. Bras., São Paulo, n. 34, 1992, p. 9-24.

_____. A crise da memória, história e documento. In: SILVA, Zélia Lopes. **Arquivos, memória e patrimônio**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 11-29.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Historia oral e memória: a cultura popular revisitada**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 1964: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O Golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p.297-314.

MORAES, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva / FAPESP, 2002 (Estudos;180)

_____. **O lado cômico da crise.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano 1, nº 05, Março 2004, p. 36-39.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, 1989, p. 3-15.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Ainda o silêncio.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, nº 83, Agosto 2012, p. 36-39.

REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó.** São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p.29-52.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **O sol sem peneira.** In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 7, nº 83, Agosto 2012, p. 31-35.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (Org.). **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

_____. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.203-209.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Armadas Urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil, partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 6, 2007, p.105-151.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2007, p. 21-51.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p.53-65.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2003, p. 43-91.

_____. **Exílio: entre radares e raízes**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.3, p. 199- 220.

_____. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (Org.). **A Construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. II, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.93-101.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **Dom Quixote de La Mancha**. Trad. Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007a.

_____. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2007b, p. 163-182.

_____. Partido Comunista no Brasil: Definições Ideológicas e Trajetória Política. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil, Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, v. 6, 2007c, p. 63-103.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. In: BRESCIANI, Stella; NXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.37-58.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1945-1964)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares: Da abertura à Nova República**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura**. 5 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – História Oral**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia Populista golpeada. In TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no Populismo**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 31-45.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p.67-77.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 13 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TÔRRE, Paulo Eduardo. **Caparaó**: sem guerrilhas. Revista Capixaba, Vitória: Abril de 1967, p. 20- 25.

VAIFANS, Ronaldo. A Luz da própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2007, p. 479-502.

ACERVOS PESQUISADOS

Arquivo Nacional: *Acervo do Serviço Nacional de Informação (SNI)*.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: *Jornal “A Gazeta” (Abril de 1967); Arquivos do DOPS: documentos referentes aos guerrilheiros envolvidos na Guerrilha do Caparaó*.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Hemeroteca Digital): *Jornal “Última Hora” (Abril de 1967)*.

Arquivo Público Mineiro (Hemeroteca Digital): *Arquivos do DOPS: Documentos referentes aos guerrilheiros envolvidos na Guerrilha do Caparaó; Jornal “O Estado de Minas”; Jornal “O Diário da Tarde”; revista “O Cruzeiro” (Abril de 1967)*.

Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo Levy Curcio da Rocha: *Jornal “A Gazeta” (Abril de 1967)*.

Fundação da Biblioteca Nacional – Brasil: *Jornais “O Globo”; “O Estado de São Paulo”; “Tribuna da Imprensa”; Jornal “O Estado de Minas”; revista “O Cruzeiro” (Abril de 1967)*.

Hemeroteca Digital Brasileira: *Jornal do Brasil e Correio da Manhã (Abril de 1967)*.

ARQUIVOS ON LINE:

<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1956/rep_polit_1956m_aeb_118_1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

<<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

<<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

<<http://www.abin.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

<<http://www.esg.br/a-esg/>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

<http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=127>. Acesso em: 18 jul. 2013.

<<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2011/06/14/proxima-parada-caparao-capixaba-2/>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

<<http://lovantino.wordpress.com/2009/04/11/significado-do-nome-caparao>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

<<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos.html>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D5019646.htm> Acesso em: 09 mar. 2014.

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 29 mar.2014.

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em 29 mar. 2014.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 29 mar. 2014.

<<http://www.consorcioaparao.com.br/site/institucional.asp>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

<http://boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-095-9&veiculo=Folha%20de%20Londrina>. Acesso em: 25 abr. 2014.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

ENTREVISTAS

Ex-guerrilheiros:

Amadeu Felipe da Luz Ferreira. Londrina/PR, 21 e 22 de dezembro de 2013.

Amarantho Jorge Rodrigues Moreira. Santíssimo/RJ, 26 de novembro de 2013.

Araken Vaz Galvão. Valença/BA, 06 de dezembro de 2013.

Avelino Bioen Capitani, Porto Alegre/RS, 23 de dezembro de 2013.

Hermes Machado Neto. Tijuca/RJ, 27 de novembro de 2013.

Jelcy Rodrigues Corrêa. Petrópolis/RJ, 24 de novembro de 2013.

Moradores de Municípios do entorno do Caparaó Capixaba:

Alfredo Gonçalves da Silva. Boa Esperança, Ibitirama/ES, 17 de outubro de 2013.

Almira Colombo Horst. São João do Príncipe, Iúna/ES, 07 de setembro de 2013.

Anivardo de Souza Leite. São João do Príncipe, Iúna/ES, 20 de setembro de 2013.

Deusedino Rodrigues Moreira. Córrego Dantas, Ibitirama/ES, 15 de agosto de 2013.

Elias Horst. São João do Príncipe, Iúna/ES, 07 de setembro de 2013.

Francisco Protázio. Pedra Menina, Dores do Rio Preto/ES, 05 de outubro de 2013.

Hélio Lúcio de Souza. Braço do Meio – Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013.

Cabo PMES Lastenio Nascimento Costa. Alegre/ES, 07 de outubro de 2013.

Manoel Lúcio de Souza. Braço do Meio – Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013.

Nicodemos Gripp Amaral - Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013.

Rubens Vargas Paixão. Ibitirama/ES, 05 de outubro de 2013.

Sebastião Rosa da Silva. Braço do Meio – Pedra Roxa, Ibitirama/ES, 20 de outubro de 2013.

Moradores de Municípios do entorno do Caparaó Mineiro:

Álvaro Ferreira. Manhumirim/MG, 06 de setembro de 2013

Antonio Pereira Leite. Alto Caparaó/MG, 06 de setembro de 2013.

Daily de Souza. Alto Caparaó/MG, 06 de setembro de 2013

Djalma Santos Ferreira Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013.

Jorge Luiz Ferreira Heringer. Córrego do Bonfim I, Manhumirim/MG, 08 de setembro de 2013.

Sgt PMMG Sebastião Rocha dos Santos. Martins Soares/MG, 20 de setembro de 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM EX-GUERRILHEIROS ¹⁴⁷

Entrevistadora: Dinoráh Lopes Rubim Almeida

Pesquisa de Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas da UFES

Tema: A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - GRAVAÇÃO EM ÁUDIO

ABERTURA:

1. Apresentação do trabalho a ser desenvolvido e do entrevistado;
2. Horário de início: _____;
3. Agradecimentos;
4. Pedido de autorização para a utilização dos dados a serem coletados.

PARTE I – DADOS PESSOAIS

Nome do Entrevistado: _____

Codinome : _____

Local de residência atual: _____

E-mail: _____

¹⁴⁷ Como trata-se de uma entrevista semi-estruturada, há variações de perguntas entre os 06 (seis) ex-guerrilheiros entrevistados, considerando que alguns eram ex-marinheiros e outros ex-militares do exército, e tiveram vivências e experiências distintas até se engajarem na luta armada do Caparaó e tomaram rumos diferentes após a liberdade.

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

Idade em 1966: ____ anos Idade atual (2013): ____ anos

Escolaridade : _____

Profissão/ocupação: _____

Data da entrevista: ____/____/____ Início: ____ h Término: ____ h

Local da entrevista: _____

PARTE II – PRÉ-1964 E A CISÃO DOS MILITARES

1. O que o motivou a ingressar nas Forças Armadas? Quando? A que patente chegou?
2. Você viveu o período da tentativa de Golpe de Estado que tentaram dar em 1955 contra JK?
3. Como era a situação política dentro das Forças Armadas? Como era o posicionamento da esquerda entre os militares?
4. O que foi o chamado Movimento dos Sargentos (caso o entrevistado seja do Exército) e a Rebelião dos Marinheiros (caso seja da Marinha)?
5. O Marechal Lott mudou o sistema de promoção de sargentos. Como foi esse processo?
6. Você se considerava um socialista? Participava de algum partido político?
7. Costumava ler que tipo de literatura? Quem foi sua maior inspiração na militância política?
8. Você teve contato com Luís Carlos Prestes?
9. Você aderiu a Campanha da Legalidade de 1961?

10. Você esteve presente no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964?
11. Como foi recebida entre os militares legalistas a notícia do Golpe de 1964?
12. Você acha que Jango acertou em não reagir ao Golpe?
13. Como foi o seu desligamento da Corporação? Foi reformado ou expulso? Houve prisões?
14. Havia uma forte politização entre os militares expurgados? Influência de quais partidos políticos?
15. No seu ponto de vista: O Golpe de 1964 foi militar ou civil-militar? E a ditadura que se seguiu?

PARTE III – A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO

1. Qual a sua maior motivação para participar do movimento guerrilheiro?
2. Qual o seu codinome? A escolha era aleatória?
3. Brizola teve influência na formação do primeiro foco guerrilheiro no país. Como e quando foi o seu primeiro contato com ele?
4. Qual a participação real de BRIZOLA no movimento?
5. BRIZOLA era a favorável a guerrilha para derrubar o regime militar? Ele tinha outra proposta de ação?
6. Você chegou a ir ao Uruguai, no Vietcong? Quem encontrou por lá? Foi onde conheceu os companheiros da futura Guerrilha do Caparaó?
7. Como eram as instalações do Vietcong e o convívio dos que lá se refugiavam? Como era mantido o local?
8. Como se formou o MNR?

9. Antes do Caparaó houve outras tentativas de implantação de focos guerrilheiros que não vingaram. Poderia comentar essas tentativas? (*Criciúma/SC*)
10. Fale sobre Manoel Raimundo Soares. Como foi sua militância e morte?
11. Você teve algum treinamento ou instrução para tática de guerrilha ou só utilizou de treinamento militar?
12. Pode comentar a diferença entre a guerrilha do foquismo e a maioísta?
13. Sobre a tática da Guerrilha a ser implantada no Brasil, haveria outros focos? Estava tendo alguma mobilização para isso?
14. Qual o papel de CUBA na Guerrilha do Caparaó?
15. Até que ponto o movimento teve a influência de Che Guevara?
16. E o plano de espalhar a revolução para a América, fazia parte da intenção do MNR?

PARTE IV – SOBRE A GUERRILHA DO CAPARAÓ E A VIDA NA SERRA

1. Como se deu a escolha do Caparaó para implantar a guerrilha?
2. Qual o critério para a escolha dos participantes do Movimento na Serra?
3. Como você chegou a Serra?
4. O sítio arrumado por Anivanir, sabe se era de algum familiar ou arrendado?
5. Quem era o “Senhor Pedro”, tão mencionado pela população local em entrevistas?
6. Quando (mês) se deu o deslocamento para a Serra? Como foi? Quantos subiram inicialmente?
7. Quantas pessoas chegaram a estar no foco lá no Caparaó?
8. Houve algum civil além do Milton?

9. Algum estrangeiro participou da Guerrilha na Serra do Caparaó?
10. Quanto tempo você ficou por lá?
11. Havia funções específicas dentro da guerrilha para cada um?
12. Como se deu a escolha do Comando da Guerrilha?
13. Como era o dia-a-dia: treinamentos, reuniões?
14. Como era feita a reposição do estoque de alimentos de vocês?
15. Esquema de alimentação: Armazém em Guaçuí? Carvoeiros (mensageiros)?
16. Recorda-se de alguma vez, comprarem galinhas ou frutas de algum agricultor aos arredores da Serra?
17. Frio, doenças? Vocês tinham algum remédio disponível?
18. Pode relatar alguma experiência marcante da vida na Serra?
19. Você chegou a ter contato com os moradores da região? Pode narrar algum fato?
20. Os moradores tinham medo dos guerrilheiros?
21. Existia um sentimento anti-comunista muito forte na região. Como se propagava esse tipo de ideologia?
22. Havia moradores que apoiaram vocês na Serra? Levando alguma ajuda?
23. Pretendiam agir? Por que a demora em entrar em contato com a população local?
24. Caparaó: Guerrilha ou centro de treinamento de guerrilheiros?
25. Vocês deixaram armas enterradas na Serra? Vários locais?
26. Havia um grupo de apoio a Guerrilha no Rio de Janeiro. Como funcionava esse apoio? Quem eram eles? Falar de Amadeu Rocha, Boiteux e outros .

27. Como era feita a comunicação entre o grupo da Serra e o apoio do Rio?
28. A passagem de Hermes ? Você sabia do relatório que ele foi designado para elaborar?
29. Havia um embate entre os ex-marinheiros e os ex-militares do exército que ficaram na Serra?
30. Quando o Jelcy e o Cerejo desceram em Março de 1967, houve um abalo emocional do grupo? Eles levaram alguma carta ao comando do Rio?
31. Como foi a decisão para a descida de Amarantho para a busca de remédios?
32. Há guerrilheiros que estiveram na Serra, que desertaram e nunca foram localizados ou reconhecidos como participantes do movimento?
33. Para você Caparaó foi uma guerrilha ou um centro de treinamento de guerrilheiros?
34. Você conheceu Sgt. Jamiro Dias Oliveira (disse ter participado da Guerrilha) e o Sr. Kupperman?

PARTE V – A PRISÃO

1. Conte-nos a sua prisão? Para onde foi levado?
2. Como soube da prisão dos demais guerrilheiros? Todos foram presos do lado mineiro?
3. Deveria haver um encontro entre o Araken com representantes do apoio do Rio no início de abril, mas Araken não comparece devido a prisão. O que achou da atitude deles de seguirem para a Serra, mesmo o subcomandante Araken não aparecendo para o encontro?
4. POLÊMICA: Jelcy sugere que a prisão dos guerrilheiros foi negociada. Embora ele ache que foi uma atitude de desprendimento e responsabilidade. Qual a sua posição sobre tal hipótese?

5. Você soube da presença dos militares da região do Caparaó, após as prisões em Abril de 1967? Qual a sua visão sobre a atuação dos militares naquele contexto?
6. O Comandante Jacinto do Batalhão de Manhauçu, mandou fotografar os 08 presos na Serra, antes da chegada dos militares à região. Você concorda que essa atitude tenha salvado a vida deles?
7. Como foi sua estada no Batalhão de Manhauçu? Quanto tempo?
8. Você foi levado para o Presídio de Juiz de Fora? Como era o tratamento? Quanto tempo permaneceu neste presídio?
9. Comente os interrogatórios. Havia torturas?
10. A morte de Milton? Suicídio ou Assassinato?
11. Como foi o seu Julgamento e a sentença? Cumpriu a pena integral?
12. A liberdade? Quando se deu?
13. Depois da liberdade, você chegou a ter ler jornais ou revistas que fizeram a cobertura da queda da guerrilha em 1967? O que você achou dos dados apresentados e do trabalho da imprensa?

PARTE VI – APÓS A PRISÃO

1. Como foi sua vida depois da liberdade?
2. Você teve contatos com outros movimentos Guerrilheiros?
3. Envolveu-se em movimentos políticos?

PARTE VII – O FIM DA DITADURA

1. Você concorda que a abertura da ditadura foi planejada, e aconteceu de forma lenta e gradual, não saindo do controle dos militares?

2. Pra você, qual o papel da “resistência democrática” no processo de abertura política?
3. Como você vê a Lei de Anistia de 1979, que beneficiou torturados e torturadores?
4. A Anistia o levou para a reserva militar? Teve alguma indenização?
4. Como viu o fim da ditadura em 1985?
5. O que você achou de Brizola negar seu passado guerrilheiro?
6. Você continua acompanhando a política do Brasil?
7. Qual a sua opinião sobre a formação e o trabalho da Comissão da Verdade (Lei 12528/2011 e instituída em maio de 2012) ?

PARTE VIII – LIÇÕES DO CAPARAÓ

1. Qual o grande erro, que na sua visão foi decisivo para a queda de Caparaó?
2. Caparaó foi o primeiro foco guerrilheiro, e o Araguaia foi o último. Você consegue notar semelhanças e distinções entre esses movimentos?
3. Você tem conhecimento se alguma guerrilha posterior se inspirou na guerrilha do Caparaó?
4. Apesar de ser a primeira guerrilha formada no Brasil contra a Ditadura Militar, eu a chamei de “Guerrilha Esquecida”, pelo pouco ênfase que ela tem na historiografia e nos livros didáticos. A que você atribui esse menor destaque do Caparaó, diante dos demais movimentos guerrilheiros que se espalharam pelo Brasil?
5. Caparaó não deu certo em seus objetivos políticos. No seu ponto de vista, a guerrilha do Caparaó serviu de exemplo de resistência ou serviu para acirrar os ânimos dos militares que apertaram o regime?
6. Se Caparaó ou outro movimento de guerrilha tivesse dado certo, qual seria o Plano de Governo? Uma democracia ou uma ditadura do proletariado?

7. Havia “cabeças diferentes” politicamente falando, no Caparaó, a respeito do que deveria se fazer no caso da ditadura militar ser derrubada?

8. Na sua opinião qual a grande contribuição deixada pela Guerrilha do Caparaó: para você e para a história do Brasil?

9. Hoje, podendo olhar para trás e ter o privilégio do futuro, você se arrepende de ter feito parte da Guerrilha do Caparaó ? Repetiria?

ENCERRAMENTO:

1. Horário de encerramento: _____ ;

2. Agradecimentos finais.

3. Confirmação da autorização de utilização das declarações dadas.

AUTORIZAÇÃO ORAL, GRAVADA EM AUDIO:

Eu, _____

AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia ____/____/____, a mestranda Dinoráh Lopes Rubim Almeida, conforme questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em questão.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLICIAL MILITAR MINEIRO QUE PARTICIPOU DA PRISÃO DOS GUERRILHEIROS NA SERRA DO CAPARAÓ ¹⁴⁸

Entrevistadora: Dinoráh Lopes Rubim Almeida

Pesquisa de Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas da UFES

Tema: A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - GRAVAÇÃO DE AUDIO

ABERTURA:

1. Apresentação do trabalho a ser desenvolvido e do entrevistado;
2. Horário de início: _____;
3. Agradecimentos;
4. Pedido de autorização para a utilização dos dados a serem coletados.

PARTE I – DADOS PESSOAIS

Nome do Entrevistado: _____

Local de residência atual: _____

¹⁴⁸ Por ser uma entrevista semi-estruturada há variações de perguntas no decorrer da conversa, conforme vão surgindo questões novas sobre o assunto abordado.

Vive na região desde _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

Idade atual (2013): _____ anos Idade em 1966: _____ anos

Residência na época da Guerrilha (1966/67): _____

Profissão/ocupação: _____

Escolaridade : _____

Data da entrevista: ____/____/2013 Início: ____ h Término: ____ h

Local da entrevista: _____

PARTE II – A VIDA NA ÉPOCA

1. Como eram os meios de comunicação (rádio, TV, jornais) na época?
2. E os meios de transportes mais utilizados?
3. A economia na região, como era?

PARTE III – CONHECIMENTO POLÍTICO DO PERÍODO

1. Lembra-se do Governador de Minas Gerais nos anos de 1966 e 1967 ?
2. Tinha conhecimento que os militares tinham assumido o poder no país em um Golpe em 1964? Qual era a visão do Batalhão de Manhuaçu sobre esse episódio?
3. Como o assunto do Golpe de 1964 era tratado entre os soldados do Batalhão?
4. Quem era o presidente do Brasil na época da guerrilha que se instalou na Serra do Caparaó?
5. O que sabia sobre comunismo?

6. A IGREJA falava sobre o Comunismo?
7. A rádio noticiava alguma coisa a respeito do que estava acontecendo nos arredores na Serra naquele período da guerrilha?
8. E os políticos da região, falavam alguma coisa sobre a guerrilha e a presença dos militares?
9. Na época do movimento guerrilheiro, você já tinha conhecimentos da participação de Leonel Brizola e de Cuba na Guerrilha do Caparaó?

PARTE IV – SOBRE A GUERRILHA DO CAPARAÓ

1. Como chegou a informação no Batalhão de Manhauçu sobre a presença de guerrilheiros na Serra do Caparaó?
2. Quem era o Comandante do Batalhão na época e que ordens foram dadas a respeito do movimento na Serra?
3. Qual é a sua visão sobre o guerrilheiro?
4. A grande maioria dos guerrilheiros envolvidos na Guerrilha do Caparaó eram militares. Isso trazia alguma discussão ou indagações sobre o assunto de cisão entre os militares a respeito do Golpe de 1964?
5. Você sabe informar a intenção dos guerrilheiros ao se instalarem na Serra?
6. Os moradores daqui tinham medo dos guerrilheiros?
7. Você, na época Cabo da PMMG, participou ativamente da prisão dos guerrilheiros. Você poderia relatar detalhadamente como se deu tais prisões? Houve resistência ?
8. Você se recorda dos militares enviados a Serra para prender os guerrilheiros no dia 1º de abril de 1967?
9. Como foi seu contato com os guerrilheiros? Você chegou a conversar com algum deles?

10. Como era o estado físico dos guerrilheiros no momento das prisões?
11. Houve apreensão de armas?
12. Acredita que há armas escondidas na Serra até hoje?
13. Como os guerrilheiros foram tratados no Batalhão da Polícia Militar de Manhuaçu?
14. Você chegou a participar dos interrogatórios?
15. Quanto tempo eles ficaram no Batalhão de Manhuaçu?
16. Como se deu a transferência dos guerrilheiros para o Presídio de Juiz de Fora?
17. Vocês tiveram notícias sobre como eles eram tratados em Juiz de Fora?

PARTE V – AS PRISÕES DOS GUERRILHEIROS E A CHEGADA DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIÃO

1. Como foi a chegada das Forças Armadas na região?
2. Onde os militares montaram acampamento?
3. Há uma estatística de quantos militares se instalaram no entorno mineiro do Caparaó?
4. Por quanto tempo ficaram na região?
5. Eles utilizaram tanques, aviões e helicópteros na procura por guerrilheiros?
6. Como era a relação da população com os militares que se instalaram nessa região a procura de guerrilheiros?
7. Os militares chegaram a prestar algum tipo de serviço social para a população local?
8. Sabe informar se os militares abordavam civis a procura de informações sobre guerrilheiros?

9. O Comandante Jacinto do Batalhão de Manhauçu, mandou fotografar os 08 presos na Serra, antes da chegada dos militares à região. Você concorda que essa atitude tenha salvado a vida deles?
10. Hoje, qual a sua visão sobre a Guerrilha do Caparaó?
11. Como o Senhor avalia o Governo Militar que se estendeu de 1964 a 1985?

ENCERRAMENTO:

1. Horário de encerramento: _____ ;
2. Agradecimentos finais.
3. Confirmação da autorização para a utilização das declarações dadas.

AUTORIZAÇÃO ORAL, GRAVADA EM AUDIO:

Eu, _____
AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia ____/____/____, a mestranda Dinoráh Lopes Rubim Almeida, conforme questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em questão.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM POLICIAL MILITAR CAPIXABA QUE ATUAVA NA REGIÃO NA ÉPOCA DO MOVIMENTO GUERRILHEIRO NA SERRA DO CAPARAÓ ¹⁴⁹

Entrevistadora: Dinoráh Lopes Rubim Almeida

Pesquisa de Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas da UFES

Tema: A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - GRAVAÇÃO DE AUDIO

ABERTURA:

1. Apresentação do trabalho a ser desenvolvido e do entrevistado;
2. Horário de início: _____;
3. Agradecimentos;
4. Pedido de autorização para a utilização dos dados a serem coletados.

¹⁴⁹ Por ser uma entrevista semi-estruturada há variações de perguntas no decorrer da conversa, conforme vão surgindo questões novas sobre o assunto abordado.

PARTE I – DADOS PESSOAIS

Nome do Entrevistado: _____

Local de residência atual: _____

Vive na região desde _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

Idade atual (2013): _____ anos Idade em 1966: _____ anos

Residência na época da Guerrilha (1966/67): _____

Profissão/ocupação: _____

Escolaridade : _____

Data da entrevista: ____/____/2013 Início: ____ h Término: ____ h

Local da entrevista: _____

PARTE II – A VIDA NA ÉPOCA

1. Como eram os meios de comunicação (rádio, TV, jornais) na época?
2. E os meios de transportes mais utilizados?
3. A economia na região, como era?

PARTE III – CONHECIMENTO POLÍTICO DO PERÍODO

1. Lembra-se do Governador de Espírito Santo nos de 1966 e 1967 ?
2. Tinha conhecimento que os militares tinham assumido o poder no país em um Golpe em 1964? Qual era a sua visão sobre esse episódio?
3. Como o assunto do Golpe de 1964 era tratado entre os soldados do Batalhão?

4. Quem era o presidente do Brasil na época da guerrilha que se instalou na Serra do Caparaó?
5. O que sabia sobre comunismo?
6. A IGREJA falava sobre o Comunismo?
7. A rádio noticiava alguma coisa a respeito do que estava acontecendo nos arredores na Serra naquele período da guerrilha?
8. E os políticos da região, falavam alguma coisa sobre a guerrilha e a presença dos militares?
9. Na época do movimento guerrilheiro, você já tinha conhecimentos da participação de Leonel Brizola e de Cuba na Guerrilha do Caparaó?

PARTE IV – SOBRE A GUERRILHA DO CAPARAÓ

Como chegou a informação para a Polícia Capixaba sobre a presença de guerrilheiros na Serra do Caparaó?

1. Qual é a sua visão sobre o guerrilheiro?
2. A grande maioria doso guerrilheiros envolvidos na Guerrilha do Caparaó eram militares. Isso trazia alguma discussão ou indagações sobre o assunto de cisão entre os militares a respeito do Golpe de 1964?
3. Os moradores do entorno capixaba tinham medo dos guerrilheiros?
4. O que você lembra sobre a Guerrilha? (*Pergunta aberta, deixar falar*)
5. Você sabe informar a intenção dos guerrilheiros ao se instalarem na Serra?
6. Quais as ordens que foram dadas pelo Comando da Polícia Militar Capixaba a respeito do foco guerrilheiro?
7. A Polícia capixaba chegou a fazer diligências e investigações sobre o movimento?

PARTE V – AS PRISÕES DOS GUERRILHEIROS E A CHEGADA DAS FORÇAS ARMADAS

1. Como foi a chegada das Forças Armadas na região?
2. Onde os militares montaram acampamento do lado capixaba do Caparaó?
3. Há uma estatística de quantos militares se instalaram no entorno capixaba do Caparaó?
4. Eles utilizaram tanques, aviões e helicópteros na procura por guerrilheiros?
5. Por quanto tempo ficaram na região?
6. A Polícia capixaba tinha contato com a polícia mineira? Ficaram sabendo de imediato das prisões dos guerrilheiros do lado mineiro?
7. Houve prisão de guerrilheiros do lado capixaba do Caparaó?
8. Como era a relação da população com os militares que se instalaram na região a procura de guerrilheiros?
9. Sabe informar se os militares abordavam civis a procura de informações sobre guerrilheiros?
10. Os militares chegaram a prestar algum tipo de serviço social para a população local?
11. Hoje, qual a sua visão sobre a Guerrilha do Caparaó?
12. Como o Senhor avalia o Governo Militar que se estendeu de 1964 a 1985?

PARTE VI – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO (SNI)

1. O Senhor chegou a trabalhar para o Serviço Nacional de Informação nos Municípios do entorno do Caparaó? Como era esse trabalho?

2. Você trabalhou em uma empresa de fertilizantes e adubos na região do Caparaó, como fachada para investigações para os militares?
3. Agentes do SNI do Rio de Janeiro estiveram em Alegre para reuniões sobre assuntos de investigações de casos de subversão na região?
4. Há procedência que um aluno da UFES foi desligado por ser considerado subversivo?
5. O Senhor tem informações sobre o desaparecimento da jovem alegreense Rita Siqueira Cassa, na época estudante da UFES e simpatizante de movimentos contra o governo?
6. Tem algum conhecimento sobre o desaparecimento do genro do Senhor Latufe, um casal de paulista que sumiu em seu retorno a São Paulo, logo após um período visita a Alegre? Também considerados simpatizantes de movimentos contra o governo militar?

ENCERRAMENTO:

1. Horário de encerramento: _____ ;
2. Agradecimentos finais.
3. Confirmação de autorização de utilização das declarações dadas.

AUTORIZAÇÃO ORAL, GRAVADA EM AUDIO:

Eu, _____
AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia
____/____/____, a mestranda Dinoráh Lopes Rubim Almeida, conforme
questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em
questão.

APÊNDICE D

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DE MUNICÍPIOS DO CAPARAÓ CAPIXABA ¹⁵⁰

Entrevistadora: Dinoráh Lopes Rubim Almeida

Pesquisa de Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas da UFES

Tema: A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - GRAVAÇÃO DE AUDIO

ABERTURA:

1. Apresentação do trabalho a ser desenvolvido e do entrevistado;
2. Horário de início: _____;
3. Agradecimentos;
4. Pedido de autorização para a utilização dos dados a serem coletados.

PARTE I – DADOS PESSOAIS

Nome do Entrevistado: _____

¹⁵⁰ Por ser uma entrevista semi-estruturada há variações de perguntas no decorrer da conversa, conforme vão surgindo questões novas sobre o assunto abordado, em decorrência da experiência de cada cidadão.

Local de residência atual: _____

Vive na região desde _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / _____ Naturalidade: _____

Idade atual (2013): _____ anos Idade em 1966: _____ anos

Residência na época da Guerrilha (1966/67): _____

Profissão/ocupação: _____

Escolaridade : _____

Data da entrevista: ____ / ____ / 2013 Início: ____ h Término: ____ h

Local da entrevista: _____

PARTE II – VIDA NA ÉPOCA

1. Como eram os meios de comunicação (rádio, TV, jornais) na época?
2. Pode descrever os meios de transporte da década de 1960?
3. A economia na região, como era?

PARTE III – CONHECIMENTO POLÍTICO DO PERÍODO

1. Lembra-se do Governador do Espírito Santo nos anos de 1966 e 1967 ?
2. Recorda-se do Prefeito do seu Município na época?
3. Tinha conhecimento que os militares tinham assumido o poder no país em um Golpe em 1964?
4. Quem era o presidente do Brasil na época da guerrilha?
5. Sabe quais partidos políticos existiam no período em questão?

6. O que sabia sobre comunismo?
7. A Igreja falava sobre o Comunismo?
8. A rádio noticiava alguma coisa a respeito do que estava acontecendo nos arredores na Serra naquele período da guerrilha?
9. E os políticos da região, falavam alguma coisa sobre a guerrilha e a presença dos militares?
10. Na época dos guerrilheiros, você já tinha escutado em falar de Leonel Brizola e de Cuba?

PARTE IV – SOBRE A GUERRILHA DO CAPARAÓ

1. Você chegou a ver os guerrilheiros perambulando pela região?
2. O que você lembra sobre a Guerrilha? (*Pergunta aberta, deixar falar*)
3. Pra você o que era ser guerrilheiro?
4. Os moradores daqui tinham medo dos guerrilheiros?
5. Você achava que eles poderiam fazer algo contra o povo do Caparaó?
6. O que você acredita que os guerrilheiros queriam fazer ao se instalarem aqui?

PARTE V – AS PRISÕES DOS GUERRILHEIROS E A CHEGADA DAS FORÇAS ARMADAS

1. Como foi a chegada das Forças Armadas na região? Trouxe medo ou tranqüilidade à população?
2. Os militares eram numerosos? Tem noção de quantos?
3. Onde os militares se instalaram?

4. Por quanto tempo ficaram na região?
5. Você se lembra se os militares utilizaram tanques, aviões e helicópteros na procura por guerrilheiros?
6. Como era a relação da população com os militares que se instalaram na região à procura de guerrilheiros?
7. Os militares prestavam algum serviço social ou ajuda aos moradores da região?
8. Os militares falavam sobre os guerrilheiros ou o que estavam fazendo por essa região?
9. Sabe informar se os militares abordavam moradores à procura de informações sobre guerrilheiros?
10. A população do entorno capixaba sabia se havia procura de guerrilheiros do lado mineiro?
11. Você sabe dizer como e quando os guerrilheiros foram presos e quantos eram?
12. Você se recorda se o Exército prendeu algum guerrilheiro na Serra ou se os mesmos foram presos pela polícia antes da chegada do Exército à região?
13. Depois que os militares foram embora, ainda de comentava ou havia medo de existirem guerrilheiros rondando a região?
14. Após todos esses anos, lembrando aquela época e pelos conhecimentos que você tem hoje, você saberia dizer qual era a finalidade da Guerrilha do Caparaó?

ENCERRAMENTO:

1. Horário de encerramento: _____ ;
2. Agradecimentos finais.
3. Confirmação da autorização de utilização das declarações dadas.

AUTORIZAÇÃO ORAL, GRAVADA EM AUDIO:

Eu, _____
AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia ____/____/____, a mestranda Dinoráh Lopes Rubim Almeida, conforme questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em questão.

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DE MUNICÍPIOS DO CAPARAÓ MINEIRO ¹⁵¹

Entrevistadora: Dinoráh Lopes Rubim Almeida

Pesquisa de Dissertação para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas da UFES

Tema: A GUERRILHA ESQUECIDA: Memórias do Caparaó (1966-67), o primeiro foco guerrilheiro contra a Ditadura Militar no Brasil

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA - GRAVAÇÃO DE AUDIO

ABERTURA:

1. Apresentação do trabalho a ser desenvolvido e do entrevistado;
2. Horário de início: _____;
3. Agradecimentos;
4. Pedido de autorização para a utilização dos dados a serem coletados.

¹⁵¹ Por ser uma entrevista semi-estruturada há variações de perguntas no decorrer da conversa, conforme vão surgindo questões novas sobre o assunto abordado, em decorrência da experiência de cada cidadão.

PARTE I – DADOS PESSOAIS

Nome do Entrevistado: _____

Local de residência atual: _____

Vive na região desde _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____

Idade atual (2013): _____ anos Idade em 1966: _____ anos

Residência na época da Guerrilha (1966/67): _____

Profissão/ocupação: _____

Escolaridade : _____

Data da entrevista: ____/____/2013 Início: ____ h Término: ____ h

Local da entrevista: _____

PARTE II – VIDA NA ÉPOCA

1. Como eram os meios de comunicação (rádio, TV, jornais) na época?
2. Pode descrever os meios de transporte da década de 1960?
3. A economia na região, como era?

PARTE III – CONHECIMENTO POLÍTICO DO PERÍODO

1. Lembra-se do Governador de Minas Gerais nos anos de 1966 e 1967 ?
2. Recorda-se do Prefeito do seu Município na época?
3. Tinha conhecimento que os militares tinham assumido o poder no país em um Golpe em 1964?

4. Quem era o presidente do Brasil na época da guerrilha?
5. Sabe quais partidos políticos existiam no período em questão?
6. O que sabia sobre comunismo?
7. A Igreja falava sobre o Comunismo?
8. A rádio noticiava alguma coisa a respeito do que estava acontecendo nos arredores na Serra naquele período da guerrilha?
9. E os políticos da região, falavam alguma coisa sobre a guerrilha e a presença dos militares?
10. Na época dos guerrilheiros, você já tinha escutado em falar de Leonel Brizola e de Cuba?

PARTE IV – SOBRE A GUERRILHA DO CAPARAÓ

1. Você chegou a ver os guerrilheiros perambulando pela região?
2. O que você lembra sobre a Guerrilha? (*Pergunta aberta, deixar falar*)
3. Pra você o que era ser guerrilheiro?
4. Os moradores daqui tinham medo dos guerrilheiros?
5. Você achava que eles poderiam fazer algo contra o povo do Caparaó?
6. O que você acredita que os guerrilheiros queriam fazer ao se instalarem aqui?

PARTE V – AS PRISÕES DOS GUERRILHEIROS E A CHEGADA DAS FORÇAS ARMADAS

1. Como foi a chegada das Forças Armadas na região? Trouxe medo ou tranquilidade à população?

2. Os militares eram numerosos? Tem noção de quantos?
3. Onde os militares se instalaram?
4. Por quanto tempo ficaram na região?
5. Você se lembra se os militares utilizaram tanques, aviões e helicópteros na procura por guerrilheiros?
6. Como era a relação da população com os militares que se instalaram na região à procura de guerrilheiros?
7. Os militares prestavam algum serviço social ou ajuda aos moradores da região?
8. Os militares falavam sobre os guerrilheiros ou o que estavam fazendo por essa região?
9. Sabe informar se os militares abordavam moradores à procura de informações sobre guerrilheiros?
10. A população do entorno capixaba sabia se havia procura de guerrilheiros do lado mineiro?
11. Você sabe dizer como e quando os guerrilheiros foram presos e quantos eram?
12. A população correu para ver os guerrilheiros presos?
13. Você se recorda se o Exército prendeu algum guerrilheiro na Serra ou se os mesmos foram presos pela polícia antes da chegada do Exército à região?
14. Depois que os militares foram embora, ainda comentava ou havia medo de existirem guerrilheiros rondando a região?
15. Após todos esses anos, lembrando aquela época e pelos conhecimentos que você tem hoje, você saberia dizer qual era a finalidade da Guerrilha do Caparaó?

ENCERRAMENTO:

1. Horário de encerramento: _____ ;
2. Agradecimentos finais.
3. Confirmação da autorização de utilização das declarações dadas.

AUTORIZAÇÃO ORAL, GRAVADA EM AUDIO:

Eu, _____

AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia ____/____/____, a mestranda Dinoráh Lopes Rubim Almeida, conforme questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em questão.

APÊNDICE F

**DVD COM AS FOTOS, AS GRAVAÇÕES EM ÁUDIO E AS TRANSCRIÇÕES DE
TODAS AS ENTREVISTAS REALIZADAS**

ANEXOS

IMAGENS ANEXADAS

Vista do Pico da Bandeira.
Fonte: Acervo Dinoráh Lopes Rubim Almeida (03/07/2011)



Vista parcial do Parque Nacional do Caparaó, lado capixaba.
Fonte: Acervo Dinoráh Lopes Rubim Almeida (03/07/2011)



Guerrilheiros presos na Serra do Caparaó, rodeados por oficiais e soldados da PM mineira.
 Fonte: Última Hora, 04/04/1967 (Capa, edição vespertina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



Integrantes do grupo de guerrilheiros capturados pelo 11º Batalhão PMMG de Manhuaçu na Serra do Caparaó, junto ao armamento apreendido. Da esquerda para a direita: Amadeu Felipe, Edval Mello, Jorge José, João Jerônimo, Amarantho Jorge, Araken Vaz, Avelino Capitani e Milton Soares.
 Fonte: Última Hora, 04/04/1967 (Edição Vespertina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



Os guerrilheiros Milton Soares (à esquerda) e Amarantho Jorge Rodrigues jogam xadrez. Ao fundo Edval Augusto Mello. Presos no 11º Batalhão PMMG.

Fonte: Última Hora, 04/04/1967 (Capa, edição vespertina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



Comandante militar da Guerrilha do Caparaó, Amadeu Felipe.

Fonte: Última Hora, 05/04/1967 (Capa, edição matutina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



O Coronel Jacinto Franco do Amaral Melo, comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar Mineira de Manhuaçu, que prendeu os guerrilheiros, ao lado de Amadeu Felipe, líder militar da guerrilha.

Fonte: Última Hora, 04/04/1967 (Capa, edição vespertina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



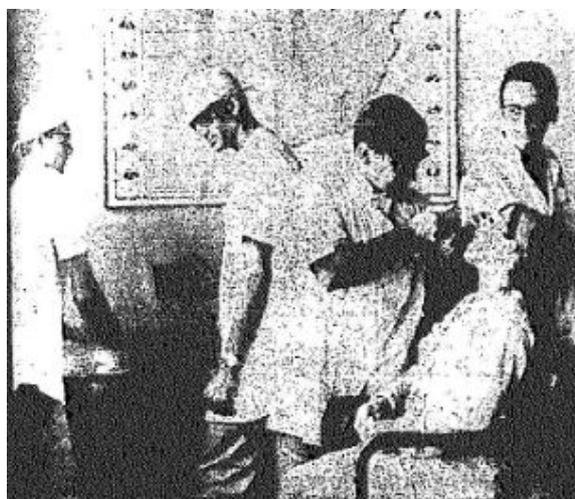
Militares na região do Caparaó

Fonte: Última Hora, 10/04/1967. Acervo Público do Estado de São Paulo.



A tranquilidade de Caparaó Velho (hoje Alto Caparaó/MG) foi quebrada com a movimentação das tropas.

Fonte: Jornal do Brasil, 08/04/1967
 Hemeroteca Digital Brasileira



Médicos, dentistas e enfermeiros dão assistência às populações da região do Caparaó. Fonte: O Globo, 12/04/1967 (Operação Caparaó inclui assistência)
 Acervo da Biblioteca Nacional.



Helicóptero da FAB, sobrevoando a região do Caparaó
Fonte: Correio da Manhã (12.04.1967) / Arquivo Nacional



Ao pé da Serra, improvisa-se o "QG" da repressão à guerrilha, inclusive com um campo de pouso.
Fonte: O Estado de São Paulo (12.04.1967) / Acervo da Biblioteca Nacional.



Militares interagem com a população, especialmente com as crianças.
Fonte: Jornal do Brasil, 15/04/1967 / Hemeroteca Digital Brasileira



Tropas da PM mineira em ações na mata.
Fonte: Última Hora, 10/04/1967 (Capa, edição vespertina). Acervo Público do Estado de São Paulo.



Campo de pouso e acampamento das tropas. Cerca de cinco mil militares, da PM, do Exército e da Aeronáutica, acamparam no entorno da Serra do Caparaó na operação “antiguerrilha”.
 Fonte: Jornal do Brasil, 12/04/1967. Hemeroteca Digital Brasileira



Julgamento em Juiz de Fora/MG, em 26/04/1967. Na primeira fila, da esquerda para a direita, os guerrilheiros: Amadeu Rocha, Josué Cerejo, Anivanir de Souza Leite, Edival Mello, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, Juarez Alberto de Souza Moreira e Bayard Demaria Boiteux.
 Fonte: Jornal do Brasil, 27/09/1967. Hemeroteca Digital Brasileira

Relatório do Serviço Nacional de Informação sobre treinamento de militantes
brasileiros em Cuba

COPIA - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA DE S. PAULO - Nº 1551/SNI/ASP/67 - SS16 n. 84/67 - em maio de 1.967 -
Do Cel. Chefe do SNI/ASP
Ao Ilmo. Sr. Diretor do DOPS . *Cuba*
Assunto : Solicitação (faz)
Ref. Prot. 2406/67 -

1. Esta Agência recebeu informe segundo o qual :

a) Cerca de 3.000 guerrilheiros , preparados em áreas de treinamento cubanas , deverão deixar aquêle país nos próximos meses, com destino à América Latina .Êsse guerrilheiros foram preparados - dentro de uma nova concepção de GUEVARA , segundo a qual todo o sucesso da guerrilha se baseia em sua mobilidade e em sua capacidade de diluição , não podendo ,por isso mesmo , contar com mais de - 10 homens .

b) Cada guerrilha possui três elementos preparados em área de treinamento , sendo os demais recrutados e organizados, na sua própria área de atuação .Êsses três elementos são o Chefe , o encarregado do abastecimento e o encarregado das comunicações , que agem dentro de um esquema geral de coordenação das guerrilhas entre sí.

c) A entrada dêsses guerrilheiros na América Latina , será processada "por infiltração " , usando procedências diversas e passaportes falsificados .Sabe-se que alguns chefes já seguiram a Paris , de onde se transladarão à América Latina . Outros, seguirão via - GUINE , MÉXICO , VENEZUELA , GUIANA, etc. , de modo a dificultar o trabalho das autoridades repressoras . Informa-se , ainda , que o Chile tem facilitado grandemente a obtenção de passaportes falsos .

d) Os líderes comunistas brasileiros que se encontram - exilados no Uruguai , também participam dêsse amplo movimento subversivo.

2. Afim de dar cumprimento à determinação superior, solicita-se a Vossa Senhoria , providências no sentido de apurar:

- a) Veracidade do informe
- b) Quaisquer dados julgados úteis .

Atenciosas Saudações

a) ilegível -Chefe do SNI/ASP.

DIÁRIO DE CAMPANHA ¹⁵²

O manuscrito

Todos os caminhos que possuíam de probabilidade de conduzir a Nação Brasileira à sua almejada liberdade foram destruídos pela ditadura, restando apenas: "responder com violência revolucionária à violência reacionária".

Reunião

Objetivando iniciar de imediato o processo armado da R. B., um grupo de 14 homens (Alexandre, Cláudio, Alencar, Márcio, Marcelo, João, André, Pedro, nenésio, Sérgio, Januário, Lino, Roberto e Henrique, este último ausente por estar cumprindo tarefa na cidade) reuniu-se na noite de 14, digo, 26 de novembro de 1966, para a escolha daquele que doravante os dirigirá como guerrilheiros.

Esta reunião, cujos componentes são ex-militares em sua maioria e civis, todos revolucionários e marxista-leninistas, foi iniciada e dirigida a partir das 20:00h pelo companheiro Alexandre, que já desde algum tempo vinha liderando a maioria destes homens em as luta antiditatorial e conseqüente preparo deste núcleo guerrilheiro.

Principiando sua palestra, o referido companheiro relatou (...) os trabalhos realizados pelo grupo original, conjuntamente com outros grupos organizados dentro de um esquema nacional e distribuídos pelas cidades e campo, mostrando o que considerava saliente nestas tarefas, criticando e autocriticando-se em nome destes grupos:

¹⁵² Este é o texto do Diário de Campanha da Guerrilha do Caparaó, apreendido com os remanescentes do movimento. O texto é a transcrição fiel ao que foi publicado pela revista *O Cruzeiro*, em sua edição de 22.04.1967, com reportagem assinada por Fialho Pacheco e fotos de Geraldo Viola. O Diário foi escrito por Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, entre 26 de novembro de 1966 a 18 de novembro de 1967. O registro não era feito por datas, mas por intertítulos e, Amarantho utilizou os codinomes dos companheiros na descrição dos acontecimentos, por motivo de segurança. O Diário de Campanha deixou de ser escrito justamente quando Guimarães (Amadeu Rocha, do apoio do Rio de Janeiro) estava prestes a chegar à Serra para ter uma conversa que resultou em uma séria discussão com Alexandre (Amadeu Felipe, comandante militar da guerrilha).

Mostrou - ora louvando, ora condenando – as posições que tomamos considerando sempre a segurança, estratégica, a tática e as condições que hoje nos encontramos, ou seja, 14 homens reunidos na serra, armados, municados e petrechados convenientemente para o início da guerra.

Analizou através de um prisma marxista os entraves que ante nós se antepunham e que ocasionaram que somente agora, dois e meio anos após a vitória dos apátridas e reacionários sobre o povo, houvesse condições de o grupo armar-se e petrechar-se para a luta armada; ressaltou nominalmente por sua impetuosidade e dedicação nesta fase preparatória os companheiros Marcelo, Cláudio, Valério, Carlos e Soares (este último recentemente assassinado pela ditadura); esclareceu a posição deste grupo com relação à Frente Nacional, sua dependência estratégica e sua autonomia tática, bem como suas ligações com grupo de cidade, suas ramificações em outras áreas e sobre os laços que nos unem a líderes nacionais e a outras organizações revolucionárias, nossos compromissos para com eles e vice-versa.

Definiu-se como marxista-leninista convicto de que somente através da guerra poderá nosso povo libertar-se da opressão e miséria a que está subjugado e alcançar a paz e progresso que busca; que a guerra de guerrilhas é o caminho mais curto para a ascensão do povo ao lugar que lhe é devido, hoje ocupado por uma súcia de militares e títeres por imposição do imperialismo ianque.

Condições

Sob as condições – por ele mesmo sugeridas e aceitas por todos – que sobre ele, exclusivamente, recairiam: 1º) todas as responsabilidades concernente com a segurança do grupo; 2º) a escolha de seus auxiliares mais próximos, ou seja, dividir entre o pessoal as tarefas internas do grupo; 3º) entrega automática da comandância a qualquer outro companheiro que, futuramente, demonstrar possuir em melhor índice as qualidades inerentes a esta função e que para tal fosse aceito pelos demais, foi, ele, Alexandre, eleito por unanimidade de votos não – secretos, comandante deste núcleo de guerrilheiros.

Plano interno

Após debates críticos e sugestões que se prolongaram por quase duas horas, foi na mesma reunião lapidado e aprovado o plano para estrutura interna apresentado pelo companheiro Márcio.

Em síntese, este plano divide o pessoal em três grupos de quatro homens, mais o comandante e subcomandante; determina, ainda, as funções de cada homem dentro do conjunto e designa os comandantes de cada um destes grupos. Não obstante, o comandante tem absoluta autoridade sobre todos os homens e, conforme decisão anterior, a ele cabe as designações das tarefas a serem divididas.

Contato

Face a dependência em que nos encontramos do pessoal de cidade, que deverá trazer-nos víveres no próximo dia 5, ficou estabelecido que até lá não nos deslocaremos para longe. No entanto, deixaremos, no próximo dia 2, o acampamento das Gêmeas, seguido para o da Escada.

Distribuição e considerações

O Comandante já distribuiu o pessoal do Plano Interno acordado e o organograma deste segue anexo na última página, bem como a distribuição do material bélico.

Material de uso pessoal

À proporção em que iam chegando à CPP todos os companheiros recebiam, para seu uso pessoal, dentre outras coisas:

1 mochila - 1 toldo de nylon - 1 rede nylon - 1 cobertor - 1 macacão de lã - 1 gorro - 1 par de luvas - 1 abrigo de nylon - 1 conjunto (calça/blusa) de meia - 1 par de coturnos - 2 pares de meias - 1 cinto cartucheira de nylon - 1 cinto de lona - 1 marmitta - 1 jogo de talheres - 1 par de tênis.

Material de uso coletivo

Entre os grupos foram distribuídos, entre outras coisas:

Lanternas – facões – binóculos – mapas – bússolas.

1ª Consideração

Acostumados que estávamos à vida de cidade, ainda que clandestinos, nestes últimos dois anos, é-nos difícil adaptarmo-nos à vida do campo. As condições do terreno, o clima, frio e úmido, a ausência do conforto proporcionado por uma casa, mesmo humilde, contrasta violentamente com aquilo a que estávamos acostumados. Despendemos esforços no sentido de superarmos estes obstáculos e, tendo-se em consideração as lacunas abertas por este fato, pode-se dizer boa a moral da tropa. Ainda que muitos companheiros queixem-se de não saberem dormir nas redes, reclamem do frio (estamos na primavera e a temperatura à noite desce com relativa frequência a 17°C), escorreguem nas pedras do Rio das Cabras (tão contrastante com as belas calçadas das cidades em que vivíamos), sintam pesados os coturnos e chorem com a fumaça do fogão a lenha e improvisado, nada disso impede que a camaradagem mútua, o bom humor e a disposição de luta se nos distanciem, o que pressagia para o futuro bem próximo um grupo excelente e uno.

1º contato

Conforme fora programado, Juca e Rocha subiram no dia 5 até a CPP e dali foram levados até o acampamento da Escada. As boas notícias que trouxeram da cidade trouxe-nos também nova dose de moral. Ao regressarem para a cidade levaram roupas e malas que consideramos excesso em nossas mochilas.

Macuco

O novo acampamento, no qual nos encontramos desde o dia 8 de dezembro, chama-se “Macuco”.

Umidade

Estes dias ocupamos o tempo no preparo de esconderijos para o material de uso permanente, comestíveis e material bélico. Preocupa-me a excessiva umidade do terreno, que é uma constante ameaça à boa conservação do material.

Esta mesma ameaça paira sobre o pessoal: nosso acampamento está situado sobre uma extensa camada de húmus, sob árvores gigantescas que impedem a entrada de raios solares. Durante a noite a temperatura oscila entre os 14^o e 16^o C.

2ª Consideração

É certo que futuramente sorriremos disto que hoje nos martiriza, mas também é certo que sentimos ser duro, árduo e até penoso este presente. Sentimos na prática o porquê dos teóricos sobre guerrilhas sugerirem para combatentes homens de origem local, acostumados pelo cotidiano à luta contra estes obstáculos naturais. Mas de qualquer forma é aspiração geral uma superação das deficiências que todos ou quase todos ainda sofremos com relação ao clima e, sobretudo, consola-nos saber que o inimigo também o sofrerá, quiçá com maior intensidade por estar desprovido deste agasalho que possuímos e que se chama consciência.

Teste de fogo

Calibramos os olhos com a Winchester 22 do Alexandre, Nenésio foi o que demonstrou melhor pontaria. Cada um deu dois tiros e a distancia era de cem metros, aproximadamente.

Palestra

Foi realizada durante a noite do dia 12 de dezembro, pelo companheiro Márcio, uma palestra sobre organização. No dia seguinte os companheiros debateram sobre pontos que anotaram da referida palestra, refutando, frisando dados importantes e agregados ao tema novas considerações. Infelizmente não

houve oportunidade de que os companheiros Marcelo e Lino realizassem as palestras sobre Materialismo Histórico e Saúde, respectivamente, que já estava programado e eram ansiadas pelo grupo.

Marcha noturna

No dia 17 de dezembro deixamos o acampamento do “Macuco” inicialmente às 17 horas, pois visávamos fazer o deslocamento durante a noite, o que serviria já como adestramento para o pessoal. Era pretensão nossa caminharmos até um ponto determinado, onde no dia 24 de dezembro nos encontraríamos com o pessoal da cidade que nos viria abastecer com alimentos. Não obstante, a prática demonstrou estarmos ainda bastante despreparados fisicamente. Chovia forte e ventava frio, oscilando a temperatura entre os 12,13 e 14º Centígrados. O terreno desconhecido e de difícil acesso apresentava-se ainda mais difícil por estar escorregadio e pela noite escura e nublada, que nos permitia uma visibilidade de apenas alguns metros em redor.

A mula conduzindo quase 80 quilos recusava-se a caminhar; o pessoal encharcado, conduzindo alguns quilos de chuva e cansaço, além do material, já sentia os músculos enrijecidos pelo frio, se revoltarem contra as ordens do cérebro. Como potencial energético, apenas uma raquítica colher de leite condensado, o resto, moral: aquele ensinamento do Presidente Mao de que “um comunista quando já não tem fisicamente nenhuma condição de dar um passo, só pode mesmo seguir mais dois ou três quilômetros!”... Nesta noite funcionou.

Acampamentos

Fatigados, encharcados até a moral e envoltos por uma impressionante e densa, acampamos pela madrugada num local tão molhado quanto todos os locais em redor. Chamamos a este local de acampamento da chuva, sendo que houve sugestões para que o batizássemos com o nome de Oceano Atlântico...

Ao amanhecer, após um sono conciliado com a ajuda do calor dos corpos dos companheiros e mais que isto, conciliado graças ao esgotamento em que nos

encontrávamos, pudemos, então, armar nossas barracas. O tempo seguia chuvoso e frio e mesmo durante o dia a visibilidade era de apenas alguns metros, o que nos impossibilitou encontrar o caminho a seguir.

Dois dias depois um sol subnutrido e tímido dissipou parte da cerração durante algumas horas, o que nos possibilitou um deslocamento de dois ou três quilômetros mais, até encontrarmos um local relativamente melhor para acamparmos. Era 19 de dezembro. Seguíamos sem paisagens novas. Redundaram infrutíferas todas as tentativas que fizemos de buscar a saída no labirinto montanhoso em que nos encontrávamos. Os grupos de três ou quatro homens que saíam em reconhecimento, malogrados pela ausência de pontos de referência e de um mínimo de visibilidade, o máximo que conseguiam era reencontrar o caminho de volta, muitas vezes, após horas e horas perdidos nas trevas brancas. Chamamos a este local de acampamento do Natal, por nele haveremos passado os 24 e 25 de dezembro.

Alimentação precária

Cerração sempre densa, chuvinha fina e constante, vento, madeira encharcada e difícil de fazer fogo, perspectiva de melhora, nenhuma. Cláudio e Januário voltaram pelo único caminho que conhecíamos e fizeram contato programado para o dia 24, no dia 26 (alternativa), pois, somente neste dia chegou o pessoal da cidade. Os demais companheiros seguiram acampados, enfiados em suas barracas, inertes. As reservas alimentícias escassearam bem mais cedo do que os cálculos haviam previsto e durante vários dias nossa alimentação foi sopa no almoço, no jantar, sopa; e pela manhã (para variar), uma sopinha.

O máximo que pudemos fazer durante estes dias foram palestras dentro das barracas, objetivando manter elevado o nível moral do conjunto, tarefa difícil quando os estômagos roncam...

Morte de Parasita

Dia 29, Alencar e Pedro desceram para buscar alimentos e uma melhoria para o fim de ano. Havíamos deixado Parasita no local do acampamento da chuva e a encontramos morta. Todos lamentaram a morte da “mulinha-revolucionária” que de parasita só tinha mesmo o nome. Prestou grandes trabalhos ao grupo.

Tempo bom

Somente às vésperas do Ano Novo o sol venceu definitivamente a cerração. Firmou-se o tempo após secarmos todo material há dias encharcado, lançamo-nos ao reconhecimento das imediações. Verificamos estar o acampamento do natal num planalto visível a vários quilômetros. Baixamos um pouco mais para o Acampamento do Ano Novo, onde chegamos a 31 de dezembro. Na tarde deste mesmo dia, Alencar chegou ao acampamento de regresso. Pedro, cansado demais para prosseguir, ficou na CPP e sua chegada é esperada no dia 02 de Janeiro.

Nem todos os companheiros receberam cartas de seus familiares. O Natal e Ano Novo distantes (muitos de nós pela primeira vez) daqueles que mais carecem de nossa presença, deprimiu-nos bastante. Desta vez era uma chuva de tristeza, uma densa cerração de saudades e melancolia, que se abatia sobre nosso acampamento, ferindo nossa moral em seu ponto mais sensível.

A exemplo do que já haviam feito a 3 de dezembro na CPP os companheiros Marcelo, Alencar e Roberto redigiram um pequeno esquete que foi apresentado por eles mesmos no dia 1º de janeiro, já que a chuva impediu sua realização na véspera. Como abertura, o companheiro Alencar leu uma redação na qual estimulava o grupo a superar os tristes momentos que viviam com a convicção de que o fim que buscamos abarca em si Justiça e Liberdade para todo nosso povo e que, portanto, é digno de todo nosso sacrifício e esforço. O esquete em si, apresentado pelos companheiros Marcelo e Roberto, após canções revolucionárias e anedotas de caráter político e recreativo, mostrava serem nossas deficiências perfeitamente superáveis e que para tal urgia munirmo-nos de toda nossa convicção de homens comunistas e, portanto, revolucionários. Findou com todos os

companheiros cantando “A internacional” e confraternizando-se dentro do espírito revolucionário e amigo, produzido pelo ato.

Melhoria

As refeições deste dia festivo também foram melhoradas. Almoçamos cabrito e comemos bolinhos de trigo feitos pelo companheiro Marcelo, que foi parabenizado pelo sabor que conseguiu dar a estes. Os companheiros Sérgio e André foram igualmente cumprimentados pelo delicioso almoço servido.

Regresso de Pedro

O companheiro Pedro, que ficara na CPP por carecer de condições físicas para prosseguir, regressou ao Acampamento do Ano Novo no segundo dia do ano.

Deslocamento

Neste mesmo dia os companheiros tiveram como tarefa a limpeza dos armamentos e das roupas. No dia seguinte, 3 de janeiro, deslocamo-nos para o Acampamento das Varejeiras, que recebeu este nome pela quantidade de moscas ali habitantes, produto do excremento de bois que ali pastam.

Reconhecimento

Neste acampamento a tarefa seguiu sendo fundamentalmente a de reconhecer o terreno, onde visamos sempre o sul com maior interesse.

Esconderijo

Construímos próximo a este acampamento um novo esconderijo, onde deixamos latas vazias que já se avolumavam em nossa carga. Estas latas pensamos utilizar em futuro próximo na construção de minas e bombas.

Debate político

As conversações políticas deste dia giraram em torno da incógnita: “devemos fazer a ação antes ou depois da posse do Costa e Silva?”

Conclusão e obstáculo

Após considerarmos o problema, os prós e contras da ação antes e os prós e contras da ação depois, optamos que, politicamente, a nossa primeira ação deveria ser realizada antes da posse. Não obstante, economicamente, ou seja, o problema da manutenção do pessoal deve, para tal, sofrer urgente revisão. Dinamizamos nosso trabalho no sentido de que tivéssemos em nossas mãos alimentação para três meses a contar do dia de nossa “estréia”. Paralelamente a este trabalho reconheceremos toda a área que acordamos indispensável para iniciarmos a guerra, bem como buscaremos todas as informações das cidades, lugarejos e vilas da periferia desta área. Vemos como obstáculo a dependência que temos das condições e limitações dos companheiros da cidade que dentro de poucos dias deverão reunir-se conosco para debatermos conjuntamente o problema.

Problemas internos

Surgiu nestes dias a necessidade da saída de companheiros do grupo para as cidades por motivos pessoais: Lino, Nísio, Marcelo, Sérgio e Henrique são esses companheiros.

Outro problema: apesar do esforço realizado pelos companheiros Alencar, Januário, Marcelo, João e Roberto, que se deslocaram em cumprimento a tarefas

até a CPP, não conseguiram evitar que fossem vistos por camponeses do lugarejo chamado Nobel, que, montados a cavalo, vieram a ter com eles na altura dos Vaqueiros. Uniformizados, barbados e conduzindo mochilas, alegaram estar fazendo um levantamento topográfico da região dando a entender que pertenciam ao Exército. Isto ocorreu do dia 6 de janeiro e tivemos consequências desagradáveis ainda que o fato não nos haja surpreendido de todo e que em face de estes temores, tenhamos tomado novas medidas de segurança.

Acampamento e partida

No oitavo dia do mês de janeiro acampamos em outro local. Fazia bom tempo, apesar de as noites serem frias e nubladas. A cerração tem sido bastante incômoda durante todo este período, mas queremos crer que futuramente, no decorrer da luta, nos será de grande valia, aliada quase tão boa quanto as noites.

Neste mesmo dia (8-1), após arrumarmos nossos equipamentos, partiu o grosso do pessoal para a CPP, exceto Januário e Pedro, que por serem conhecidos dos camponeses do Nobel, foram escalados para cuidarem da segurança do local. Quando atingiu a descida para o “lugar dos vaqueiros” o grupo viu-se dentro duma noite de densa cerração, sem visibilidade suficiente para encontrar o caminho conhecido e não desejando estafar-se inutilmente, acendeu fogueira, fez café, acomodou-se sobre as pedras e esperou o amanhecer. Alguns adormeceram, outros conversaram durante toda a madrugada. Todos comeram rapadura.

Ao amanhecer do dia 9 atingimos a CPP sem maiores novidades. Ao anoitecer Cláudio partiu para a cidade das Várias Compras precedido por Santana, que levava o burro. Regressaram pela madrugada do dia 11 acompanhados por Rocha que da cidade trazia, além dos mantimentos, notícias que davam conta de que falecera a mãe do companheiro Sérgio, que houve prisões em Futurama, suspeitando-se que seja um dos grupos da Organização, já que fala de escolares do PI e num suposto “chinês” que poderia ser o Índio companheiro que atua na referida região e possui estas características; crise entre o grupo do Paulo Melo e Pedrinho, ao que tudo indica por questões ideológicas e que Marcelo poderá (ao regressar) dar-nos maiores detalhes; prisões de Suze, noiva de André em Montes Claros;

opinam da cidade ser melhor esperar a posse de Costa e Silva para a primeira ação. Santana informou-nos haver bom número de “possíveis simpatizantes” da causa na região do Nobel.

Discussão e retorno

Após jantarmos pusemo-nos a discutir com Rocha visando transmitir-lhe como representante dos companheiros da cidade, nossa opinião a respeito da data de nossa primeira ação. Este deixou claro que levaria até seus companheiros nossa opinião e que tudo faria para trazer Guimarães para conosco discutir sobre o tema.

Era início da madrugada quando partiram: Rocha, Henrique, Marcelo, Nenésio, Sérgio e Lino. Henrique combinou que regressaria a 20 ou 21 pela CPP trazendo gêneros e os demais a 25 pela Casa de Pedra. Ao amanhecer os demais rumaram de volta para o acampamento.

Reconhecimento

No dia 18 Alencar e Pedro deixaram o acampamento objetivando reconhecer cidades e lugarejos por nós considerados estrategicamente importantes e estabeleceram contato com supostos companheiros residentes na região. Foram acompanhados até a Casa de Pedra por Alexandre, Roberto, Márcio, André, digo Cláudio, e Januário, que ali ficaram aguardando a chegada de Guimarães.

Cópia do Informe nº 1616/116-SNI, de 15 de julho de 1981

CONFIDENCIAL	
007774	173
ACE	
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA DE SÃO PAULO	
1616	
INFORME Nº / 116 /ABR/ 81	
DATA:	15 Jul 81
ASSUNTO:	ATIVIDADES DE AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA, EX-SARGENTO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
REFERÊNCIA:	
ORIGEM:	AST/ENI
AVALIAÇÃO:	A.3
DIFUSÃO ANTERIOR:	
DIFUSÃO:	AC/ENI - ABJ/ENI - ACT/ENI
ANEXOS:	Cópia xerox de artigo publicado pelo jornal "FALA PARANÁ", de LONDRINA/PR, em Abr 81
<p>1. O ex-Sargento do Exército Brasileiro AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA, filho de Antônio Carlos Ferreira e de Telvina da Luz Ferreira, nasceu em 16 Dez 35, em Blumenau/SC, casado, de profissão industrial, reside atualmente à Rua Mato Grosso, 34, apto. 14, telefone 23-3798, LONDRINA/PR. Esse município paranaense o nominado possui uma indústria de médio porte, localizada à Rua São Salvador, 445, telefone 22-6100.</p> <p>2. Como se recorda, AMADEU FELIPE DA LUZ FERREIRA teve destacada participação na chamada "Guerrilha" de CAPADÃO, em 1967, bem como ativa militância na organização subversiva denominada MOVIMENTO NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIO (MNR), cujos "quadros" eram compostos, em sua maioria, por ex-gradados das Forças Armadas expurgados das fileiras após a REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (RDB).</p> <p>3. Em Abr 81, AMADEU FERREIRA concedeu uma entrevista ao repórter MARCELO OLIVEIRA, do jornal "FALA PARANÁ", de LONDRINA/PR, oportunidade em que afirmou que "cinda na prisão concluiu que era possível recrutar o Movimento dos Sargentos, não só com os que haviam sido expurgados das Forças Armadas, como os que haviam ficado na ativa".</p>	
CONFIDENCIAL	
-CONT.-	

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO do INFORME Nº 1616, 116 ANEXOS Nº 02/03

4. Conforme é veiculado na citada reportagem, "mesmo vivendo em LOBBRINA, o ex-Sargento AMADEU FERREIRA continua viajando ao RIO DE JANEIRO para se reunir com seus acompanhados com esse propósito" (o de rearticular o Movimento dos Sargentos).

5. Prossequindo, informou que "já existem possíveis candidaturas de ex-sargentos para o Parlamento, especialmente no RIO DE JANEIRO e que está em preparação uma Comissão Social de Sargentos de Ativo e de Reserva, que somam cerca de 10 mil homens no BRASIL".

6. Ao final da entrevista, AMADEU FERREIRA faz uma breve avaliação das "tentativas de transformação revolucionária do BRASIL depois de 1964" e afirma que "todas têm base no pensamento militar de NAO PEDRO, de que é possível, através do foco insurrecional, irradiar toda uma luta guerrilheira no interior de um país". Ato contínuo, afirma que a simples "transplantação mecânica de suas idéias, como as de CHE GUEVARA, condizem essas tentativas ao fracasso". Finalizando, AMADEU FERREIRA defende o Modelo focuista de condução da revolução - forma de atuação já descartada pelas organizações subversivas nacionais, bem como, por um dos seus maiores teóricos na década de 60 presente, o atual militante do PARTIDO SOCIALISTA FRANCÊS, JULES REGIS DEBRAY - uaticinando que "se tentado no momento propício e na região indicada, o foco guerrilheiro funcionará". Concluindo, afirma que, "se por um lado as experiências fracassadas não invalidam a luta armada, também não se tem que mantidas na memória sem o devido senso".

7. O citado artigo reproduz uma carta de AMADEU FERREIRA remetida ao jornalista GILSON REBELLO (autor do livro "A GUERRILHA DO CAPARÃO", editado pela EDITORA ALFA-ÔMEGA, esta nesta Capital), na qual aquele ex-sargento faz considerações críticas sobre o mencionado livro, afirmando que o mesmo é inverídico e que se fundamenta em fantasiosos detalhes que "desrespeitam a verdade histórica sobre a Guerrilha do CAPARÃO".

8. AMADEU FELIPE DA LUS FERREIRA é, atualmente, filiado ao Diretório Municipal do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO

CONFIDENCIAL

-cont.-

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO do INFORME Nº 1616, 115, 81, 03/01

BRASILEIRO (PMDB) de LONDRINA/PR, integrando a chamada "TENDÊNCIA POPULAR" daquele partido. Mantém ligações com o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B) através do estudante FÁBIO CALDAS DE MESQUITA, membro da tendência estudantil "VIRAÇÃO" e componente da atual diretoria da UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES - (UDE).

9. Através dos denominados MOVIMENTO JOVEM, MOVIMENTO TRABALHISTA e TENDÊNCIA POPULAR do Diretório Municipal do PMDB em LONDRINA/PR, o ex-Sargento AMADEU FERREIRA vem participando ativamente do 1º Curso de Formação Política do PMDB local, oportunidade que lhe permite manter ligações com ARBAIDO AGENOR BERTONE e ELIA FERREIRA CORREIA, ex-militantes do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR); DAVID CÔNDORA JÚNIOR, ex-militante da VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA - PALMARES (VAR-P), além de ALI ALBERTI SAAR, JOÃO ALBERTO FINCK e GEMECY DE SOUZA GUIMARÃES, os quais seriam ligados ao PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

.O.O.O.O.O.

CONFIDENCIAL